



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Aline Gama de Almeida

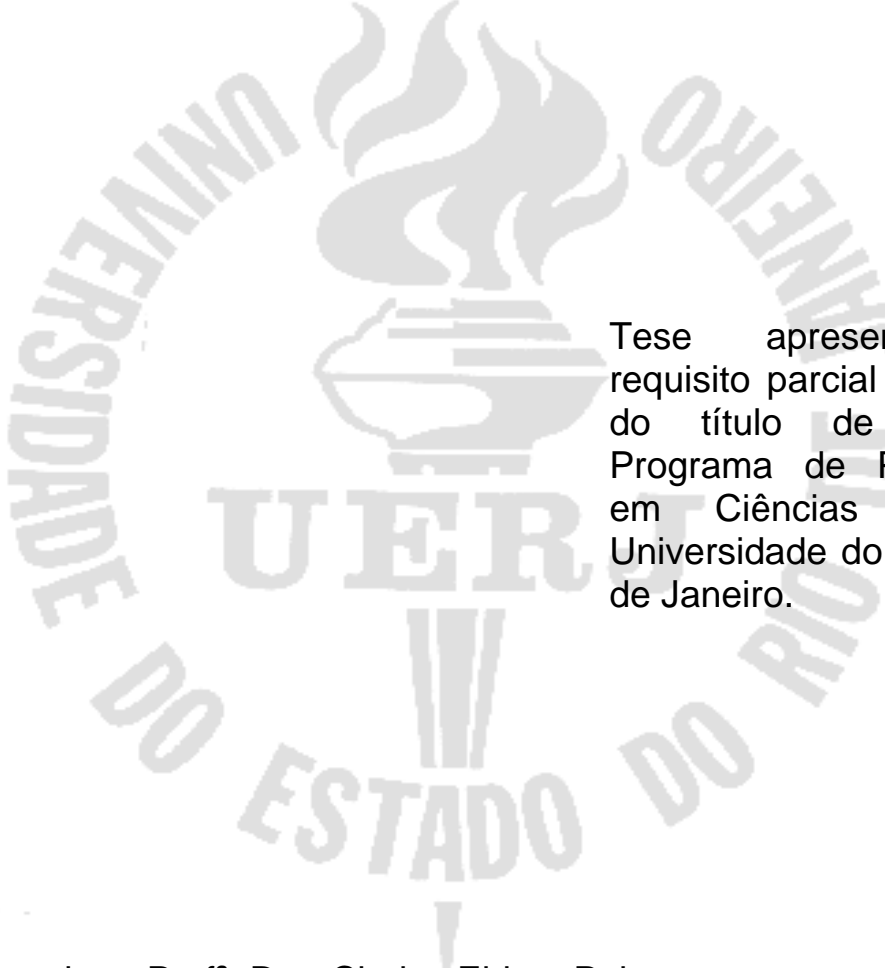
***In memoriam:* imagens do sofrimento dos familiares de vítimas da
violência no Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2013

Aline Gama de Almeida

***In memoriam*: imagens do sofrimento dos familiares de vítimas da
violência no Rio de Janeiro**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Clarice Ehlers Peixoto

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

A447 Almeida, Aline Gama de.
In memoriam: imagens do sofrimento dos familiares de
vítimas da violência no Rio de Janeiro / Aline Gama de Almeida
.- 2013.
234 f.

Orientador: Clarice Ehlers Peixoto.
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Violência – Rio de Janeiro(RJ) – Teses. 2. Fotojornalismo
– Teses I. Peixoto, Clarice Ehlers. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.

CDU 316.485.2(815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Aline Gama de Almeida

***In memoriam: imagens do sofrimento dos familiares de vítimas da violência no
Rio de Janeiro***

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 22 de julho de 2013.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Clarice Ehlers Peixoto (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. José Carlos Souza Rodrigues
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Jorge Ribeiro
Pontifícia Universidade Católica - RJ

Prof. Dr. César Augusto Ferreira de Carvalho
Faculdade OMNI
Grupo de Estudos sobre a Família Contemporânea/CNPQ

Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2013

AGRADECIMENTOS

Ao apoio de toda a minha família. Obrigada por estarem ao meu lado!

Aos familiares de vítimas e coordenadores dos movimentos que aceitaram compartilhar suas histórias de amor e dor.

À professora Clarice Peixoto, minha orientadora, por aceitar orientar essa pesquisa pela orientação dos caminhos a percorrer, pelo acolhimento e cuidado para discutir as etapas e as escolhas da pesquisa e pela leitura atenta do texto apresentado.

Ao professor Gilberto Velho (*in memoriam*) por ter me indicado para a professora Clarice Peixoto.

Ao professor José Carlos Rodrigues, por estar sempre disponível nesses quase quinze anos em que nos conhecemos desde a graduação em jornalismo. Certamente, o desejo de seguir a carreira acadêmica surgiu em nossas conversas sob os ouvidos auspiciosos da estátua de John F. Kennedy.

Aos professores César de Carvalho e Bárbara Copque por terem compartilhado comigo momentos difíceis desses quatro anos.

À professora Isabel Travancas por ter contribuído na minha qualificação.

Aos professores Marcos Albuquerque e Paulo Jorge Ribeiro e à professora Myriam Lins de Barros por participarem da banca.

Ao professor Alberto Najar por me incentivar depois do mestrado e por dividir seu conhecimento e sua amizade.

Ao CNPQ pela bolsa do Edital 70/2008 sem a qual não me dedicaria ao doutorado.

Aos colegas do INARRA (Imagens, Narrativas e Práticas Culturais), em especial, Agustín Samprón, Edney Souza, Mariana Leal e Yoko Nishio.

Aos professores e aos colegas do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS / UERJ), em especial, Andrew Müller e Bianca Sophia.

Aos funcionários, Sônia e Wagner, pelo modo atencioso dado as minhas solicitações.

Ao apoio espiritual e emocional da "IEVE".

Aos meus: Bi, Dé, Gabi, João, Léa, Sá, Yas, Lê, Léo, Lu, Ders, Rô, Fê, Joca, Cacá, Berna, Bé, Lew, Conceição e Leandro pelo carinho, amor e diversão.

RESUMO

ALMEIDA, Aline Gama de. *In memoriam*: imagens do sofrimento dos familiares de vítimas da violência no Rio de Janeiro. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esta tese trata da relação entre violência, sofrimento, fotografia e memória, a partir do noticiário de violência na cidade do Rio de Janeiro e da participação dos familiares de vítimas de casos noticiados em movimentos contra a violência. Para compreender esse universo, descrevo e analiso os discursos textuais, visuais e emocionais dos familiares de vítimas e, também, dos fotojornalistas. As notícias de violência, segundo Luc Boltanski, são uma forma de “denúncia” e de conversão dos casos individuais em “causas coletivas”. Essas são tomadas como um primeiro registro da violência que se transforma em um “lugar de memória” desses acontecimentos na cidade. A partir de notícias e histórias narradas pelos entrevistados foram construídos pequenos “quadros de memória” que contam o processo vivido pelos familiares após a violência. Esse processo iniciado por um “violência original” se converte, ao longo do tempo, em lutas individuais e coletivas. O tempo torna-se “um agente” que “trabalha” nas relações, nas emoções e na memória. Ele transforma os sentidos da experiência violenta e constrói a identidade de “familiar de vítima” e as relações entre eles, moldando “comunidades emocionais”. Essas comunidades apóiam os familiares em seu restabelecimento emocional e social e na luta para conquistar o direito de justiça. Diante da morte violenta, essas lutas agenciam o surgimento de novas violências e a chegada de novos familiares de vítimas em meio às memórias individuais e coletivas.

Palavras-chave: Violência. Vítimas. Familiares de vítimas. Sofrimento. Memória Coletiva. Fotojornalismo. Fotografias.

ABSTRACT

ALMEIDA, Aline Gama de. *In memoriam: images of suffering from the victims relatives of violence in Rio de Janeiro*. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This thesis deals with the relationship between violence, suffering, photojournalism and memory, from the news of violence in the city of Rio de Janeiro and the participation of victim's relatives of reported cases in movements against violence. To understand this universe, I describe and analyze textual, visual, and emotional speeches of victim's relatives and also of photojournalists. The news of violence, according to Luc Boltanski, with a way of "denunciation" and conversion of the "individual cases" into "collective causes". These are taken as a first record of violence that turns into a "place of memory" of these events in the city. From news and stories, told by the interviewees, were built small "memory frames" that tell the process experienced by the family after the violence. This process starts by a "critical event" becomes, over time, in individual and collective fights. "Time is an agent" which "works" in relationships, emotions and memory. This changes the sense of the violent experience and builds the identity of the victim's relative and the relationships between them, shaping "emotional communities". These communities support the family in their social and emotional recovery and in their fight for the right to justice. In the face of violent death, these fights negotiate the emergence of new violence and the arrival of new families of victims amid the individual and collective memories.

Keywords: Violence. Victims. Victim's Relatives. Suffering. Collective Memory. Photojournalism. Photographs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 -	Cortejo fúnebre de André Azevedo.....	09
Foto 2 -	Enterro de André Azevedo.....	09
Foto 3 -	Camiseta com a foto de André Azevedo.....	09
Foto 4 -	Cleyde do Prado.....	128
Foto 5 -	Metro da São Francisco Xavier.....	128
Foto 6 -	Gabriela Prado.....	128
Foto 7 -	Gabriela Prado.....	129
Foto 8 -	Cortejo fúnebre de Gabriela Prado.....	129
Foto 9 -	Braços de amigas de Gabriela Prado.....	129
Foto 10 -	Reprodução do vídeo do metro.....	130
Foto 11 -	Amigas de Gabriela Prado.....	130
Foto 12 -	Parte do Jornal O Globo com fotos de acervo de Gabriela Prado.....	131
Foto 13 -	Cleyde do Prado e Carlos Santiago.....	131
Foto 14 -	Cortejo fúnebre de Daniel Duque.....	132
Foto 15 -	Daniel Duque.....	132
Foto 16 -	Daniela Duque.....	133
Foto 17 -	Daniela Duque.....	133
Foto 18 -	Daniel Duque.....	133
Foto 19 -	Amigos de Daniel Duque.....	134
Foto 20 -	Daniela Duque e Sergio Cabral.....	134
Foto 21 -	Missa de sétimo dia Daniel Duque.....	135
Foto 22 -	Júlio Baptista.....	136
Foto 23 -	Paralisação em frente a Prefeitura pelo Júlio Baptista.....	137
Foto 24 -	Júlio Baptista.....	137
Foto 25 -	Júlio Cesar Menezes.....	138
Foto 26 -	Júlio Cesar Menezes.....	139
Foto 27 -	Júlio Cesar Menezes.....	139
Foto 28 -	Documentos de Júlio Cesar Menezes.....	139
Foto 29 -	Mãe de Júlio Cesar carregada.....	140
Foto 30 -	Manifestação por Júlio Cesar.....	140
Foto 31 -	Manifestação por Júlio Cesar.....	140

Foto 32 -	Manifestação por Júlio Cesar.....	140
Foto 33 -	Mãe de Júlio Cesar	141
Foto 34 -	Tia de Júlio Cesar com camiseta.....	141
Foto 35 -	Carro de Marcelo Alexandrino.....	142
Foto 36 -	Carro de Jader Abdala.....	142
Foto 37 -	Marcelo Alexandrino.....	142
Foto 38 -	Carro de Marcelo Alexandrino.....	142
Foto 39 -	Banco do carro de Marcelo Alexandrino.....	143
Foto 40 -	Exame de projétil no carro de Marcelo Alexandrino.....	143
Foto 41 -	Capa do jornal O Dia sobre Chacina em Realengo.....	145
Foto 42 -	Contracapa do jornal O Dia sobre Chacina em Realengo.....	146
Foto 43 -	Logo-foto no jornal O Dia da Chacina em Realengo.....	147
Foto 44 -	Multidão na chacina em Realengo.....	147
Foto 45 -	Sala de aula da Escola Tasso da Silveira em Realengo.....	147
Foto 46 -	Reprodução de vídeo interno do corredor da Escola Tasso da Silveira em Realengo.....	147
Foto 47 -	Parte do jornal O Dia com foto de Wellington e da casa dele.....	148
Foto 48 -	Enterro de vítima da chacina em Realengo.....	148
Foto 49 -	Vítimas da chacina de Realengo.....	149
Foto 50 -	Parte do jornal O Dia com fotos de Realengo.....	149
Foto 51 -	Mãe e filha (sobrevivente da chacina).....	150
Foto 52 -	Muro da Escola Tasso da Silveira em Realengo.....	150
Foto 53 -	Estudantes vítimas e sobreviventes da Chacina de Realengo.....	150
Foto 54 -	Familiars vítima da Chacina de Realengo.....	151
Foto 55 -	Sobrevivente da Chacina de Realengo.....	151
Foto 56 -	Tio de vítima com camiseta com foto da sobrinha.....	151
Foto 57 -	Familiars vítima da Chacina de Realengo.....	151

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	“O QUE VOCÊ FAZ AQUI?”: reflexões sobre a pesquisa de campo	20
2	SE ESPREMER (BEM), SAI SANGUE: fotojornalistas, familiares e notícias	42
2.1	Fotojornalistas & Familiares	46
2.2	Fotojornalismo e poder	59
2.3	Notícias do “Local”	73
3	“AQUI COMIGO!”: sobre a relação com as fotografias	92
3.1	Camisetas cartazes e varais	103
3.2	Sobre a história fotografada da violência	117
4	ENTRE DORES	157
4.1	A dor da perda	170
4.2	A dor da impunidade	187
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
	REFERÊNCIAS	212
	ANEXO A – Relação de entrevistados	224
	ANEXO B – Roteiro de entrevistas	225
	ANEXO C – Texto dos Movimentos	227
	ANEXO D – Tabelas Circulação de jornais	231
	ANEXO E – Classificação econômica da mídia	233

INTRODUÇÃO

“27 de Fevereiro de 2009 • 12h01 • atualizado às 15h28

Corpo de fotógrafo baleado é enterrado no Rio¹



O corpo do fotógrafo foi enterrado no cemitério de Irajá. Fotos: Vitor Silva / Futura Press

Anderson Ramos - Direto do Rio de Janeiro

Foi enterrado nesta sexta-feira o corpo do fotógrafo do jornal O Dia André Alexandre Azevedo, 34 anos, no cemitério de Irajá, zona norte do Rio de Janeiro. O fotógrafo, também conhecido como André AZ, foi baleado na noite de quarta-feira na Penha, quando passava de moto pela pista em direção ao centro da cidade.

Cerca de 200 pessoas, entre parentes, amigos e colegas de profissão, participaram da cerimônia que ocorreu às 10h30. A Polícia Civil informou que não vai dar detalhes sobre as investigações para não atrapalhar o inquérito e que conta com a ajuda de pelo menos duas testemunhas.

Ainda de acordo com a polícia, a perícia concluiu que as balas dos tiros que atingiram o fotógrafo ficaram alojadas no coração e no pulmão da vítima.”

* * *

Assisti à primeira notícia do crime que matou André Azevedo na transmissão da primeira edição do RJTV, no dia 26 de fevereiro de 2009. Desde então, o fato não saiu da minha memória. A locução da curta nota foi feita pela apresentadora do

¹ Utilizo a notícia publicada no site terra notícias, além dessa publicação, outros veículos de internet, rádio, jornais e televisão noticiaram a morte de AZ. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/corpo-de-fotografo-baleado-e-enterrado-no-rio,5e496ce675e4b310VgnCLD20000bbcceb0aRCRD.html>

telejornal. As imagens do vídeo mostravam policiais inspecionando a moto, na noite de quarta-feira. Ao lado dela estava o corpo de André, deitado no chão, coberto por um plástico preto. Depois, apresentava-se uma fotografia do rosto de André, imagem reproduzida do perfil da rede social Orkut que, depois, viria a ser usada para estampar as camisetas confeccionadas por seus familiares.

A notícia da morte de André denunciava mais um ato de violência ocorrido na cidade do Rio de Janeiro e, também, oferecia ao espectador a possibilidade de se relacionar com o “sofrimento à distância”, como sugere L. Boltanski (1993). Entretanto, momentaneamente, a notícia suscitou uma série de reflexões sobre a pesquisa que pretendia executar. Até então, interessava-me estudar as notícias que produziam a representação visual e espacial do Rio de Janeiro como uma cidade violenta.

André era um provável interlocutor da pesquisa. Quando recebi a notícia da sua morte, pretendia analisar o que mostravam e como eram escolhidas as informações visuais e textuais. Porém, mais do que me informar sobre uma nova morte no Rio de Janeiro, a notícia trouxe também a constatação de como seria complexo estudar a violência urbana em meio à permanência da violência. Isto é, a violência desafiava o planejamento de etapas futuras da pesquisa, e isso envolvia a vida dos meus interlocutores. A notícia da morte violenta de André apresentava o risco como uma categoria elementar de uma pesquisa no campo da violência. Tive que avaliar as seguintes questões: diante do quadro de violência que não escolhe nem dia, nem hora, o que poderia acontecer com as pessoas relacionadas à elaboração da pesquisa e com os outros interlocutores que lidam diariamente com a violência da cidade em sua rotina de trabalho nos próximos quatro anos? O interesse sobre a produção fotojornalística de André ou de qualquer outro interlocutor concorreria com a produção fotográfica de sua morte e com a participação de seus familiares em movimentos e manifestações?

O tema da violência surgiu na pesquisa de mestrado, quando analisei algumas reportagens de telejornais a partir de duas representações sociais do Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa e a Cidade Partida. Nela percebi que as notícias de violência enumeravam detalhadamente os fatos em busca do momento crucial que antecedia a morte e o sofrimento de familiares das vítimas. Esses detalhes me

instigaram a desenvolver uma pesquisa sobre a produção que envolvia os familiares de vítimas da violência e o fazer jornalístico.²

Na primeira semana em que gravei e assisti aos telejornais para análise de notícias iniciadas no dia 8 de fevereiro de 2007, a informação mais relevante foi a do assalto a carro, seguido da morte de João Helio Fernandes. Quando assaltaram o carro que sua mãe dirigia, o “pequeno João Hélio”, um menino de seis anos, ficou preso no cinto de segurança do lado de fora e foi arrastado alguns metros até a morte. A outra série de notícias teve início no dia 5 de março de 2007, quando Alana Ezequiel, de 13 anos, foi baleada em uma troca de tiros entre policiais e traficantes ao voltar da creche onde havia deixado sua irmã de dois anos.

As notícias de edições seguintes dos jornais impressos, revistas e telejornais dissecavam o ato de violência e o sofrimento das famílias. A cada noticiário repórteres, editores e fotógrafos aproximavam os espectadores da violência. Os relatos das testemunhas, as informações analíticas de muito ou pouco sofrimento da vítima e as reações de familiares, vizinhos e amigos denunciavam em detalhes as duas violências cometidas na cidade do Rio de Janeiro.

Nos casos de João Helio Fernandes e Alana Ezequiel, apresentados pelos telejornais, pude observar algumas semelhanças nos comportamentos e relatos da violência seguida de morte. O choro desesperado dos familiares, o velório, o apoio de amigos e as inúmeras explicações para a incapacidade de prevenção ao crime. As justificativas dos poderes políticos e policiais relacionados à insegurança pública. A procura dos criminosos nas favelas próximas. As missas, as passeatas e as adesões dos familiares a uma organização não-governamental ou a associações de vítimas da violência foram notícias comuns em ambos os casos.

Parecia surgir uma rede de solidariedade entre os familiares de vítimas da violência, pois como afirma E. Bott (1976, p.110), “nenhuma família urbana poderia sobreviver sem sua rede de relações externas”. Como parte do trabalho de ativistas nas causas da luta contra a violência, os antigos familiares de vítimas se solidarizavam aos novos familiares, participando dos velórios e missas de sétimo dia para prestar seu apoio e repúdio à situação em que mais uma família estava envolvida. Esses encontros fazem parte da rotina daqueles que sofreram com a

2 Além disso, entre as inúmeras razões que motivaram a compreensão do fenômeno, considero importante revelar a minha “familiaridade” (VELHO, 1978) com a violência do Rio de Janeiro. Em 2001, um amigo foi assassinado. Policiais encontraram o corpo esquartejado, e por isso, o velório e o enterro de Vinicius foi em caixão fechado.

violência e se constituem um novo espaço social no qual os familiares de vítimas se relacionam. Segundo E. Bott (1976, p. 111), o meio social é “melhor compreendido, não como a área local em que vive a família, mas sim, como a rede das relações sociais reais que elas mantêm (...)”.

Essa rede surge e se estabelece a partir do fato de as famílias compartilharem, primeiramente, sofrimentos semelhantes relativos à perda violenta do ente; depois, informações sobre tratamentos para superar o trauma e também sobre as ações na Justiça e nos movimentos contra a violência. Nos casos noticiados em 2007, os pais de João Helio Fernandes e a mãe de Alana Ezequiel encontraram-se em missas e em passeatas contra a violência que contaram com a presença e o apoio dos pais de Gabriela Prado, assassinada em 2003. Os jornais noticiaram a troca de apoio e afeto entre as famílias, que se tornaram cúmplices do sofrimento.

Ao noticiarem os acontecimentos sobre grupos e regiões espacialmente distantes, os meios de comunicação de massa os tornam “familiares”, como aponta G. Velho (1978), pela frequência com que aparecem. Entretanto, o processo de pesquisa reiterou o caráter relativo da noção de “familiar” e “exótico”, pois “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido.” (VELHO, 1978, p. 39).

Então, depois de acompanhar o noticiário de violência, realizei entrevistas com profissionais dos jornais cariocas *O Globo* e *O Dia* a fim de compreender a produção das imagens da mídia impressa do Rio de Janeiro que informavam sobre a violência na cidade. Entrevistei o editor-chefe de fotografia, que participa das negociações mais importantes que envolvem o “fechamento” do material fotográfico das edições dos jornais impressos e, também, dois repórteres fotográficos ou fotojornalistas³ – um homem e uma mulher que lidam diariamente com o acontecimento de violência, com vítimas, familiares e policiais. Todos os entrevistados atuam profissionalmente há mais dez anos.

3 Repórter fotográfico ou fotojornalista, de acordo com o Novo manual da redação (1992, p. 43), é: “Jornalista que capta informações e as elabora por intermédio da fotografia. Deve se preocupar com todo o processo de produção de informações, desde o levantamento e sugestão de pautas até a diagramação. Deve ser capaz de fazer também a coleta de dados para a elaboração de um texto quando for necessário.” Todo fotojornalista e repórter fotográfico é fotógrafo, mas nem todo fotógrafo é repórter.

O objetivo das entrevistas com os editores de fotografia foi entender o porquê de determinadas imagens serem escolhidas para publicação e outras não; se existe alguma orientação para fotografar/publicar a violência e, ainda, como funciona a indicação dos repórteres fotográficos que trabalham na cobertura da violência da cidade. Por outro lado, as entrevistas com os fotojornalistas permitiram compreender como eles reagem diante das diferentes violências, como lidam com suas emoções e com as emoções dos familiares de vítimas que compõem a notícia. Por fim, permitiram compreender por que e o que fotografam.

Os discursos textuais e visuais do noticiário de violência no Rio de Janeiro apresentavam aspectos comuns às diversas famílias de vítimas: a profusão de emoções expressadas e silenciadas, a incorporação das fotografias dos entes em camisas e cartazes e, principalmente, as diferentes relações sociais que estabelecem com instituições e pessoas a partir da violência. Diante das semelhanças e da aproximação dos novos familiares àqueles que já sofriam a mesma dor e cujas situações de violência foram acompanhadas de perto pelos jornais, surgiu a hipótese de que os familiares de vítimas da violência se unem em um processo social de superação da dor em busca por justiça e, principalmente, pela preservação da memória de seus entes vitimados. Assim, as observações iniciadas na pesquisa do mestrado se transformaram em uma etapa do estudo sobre os familiares de vítimas que consiste na análise das entrevistas com os fotojornalistas e das fotografias de violência publicadas em jornais impressos cariocas.

As fotografias do instante em que os familiares tomavam conhecimento da violência ou participavam dos rituais fúnebres de despedida do ente mostravam uma invasão da intimidade para comunicar e divulgar a morte violenta. A violência autorizava a conversão dessas mortes individuais e do sofrimento privado em mortes públicas, contrariando o processo, descrito por N. Elias (2001), de afastamento da morte para os bastidores da vida social.

A morte tornada pública parecia ter suas convenções, entre elas, se destacava a imagem do sofrimento dos familiares de vítimas. Esse sofrimento tornado público, que se articula entre uma “política da piedade”⁴ e uma “política da

4 L. Boltanski (1993) utiliza a expressão *politique de la pitié*, usada por Hannah Arendt, em *Essai sur la révolution* (1967), traduzido para português com o título *Sobre a revolução* (2011). Segundo Boltanski (1993), há três pontos que distinguem a “política da piedade” e a “política da justiça”. O

justiça”, (Boltanski, 1993, p.15-17) passou a me interessar para compreender como a construção da imagem da violência era percebida também pelos próprios familiares. Dessa forma, as fotografias me permitiram conhecer nomes e rostos de muitos dos familiares, dos quais me aproximei através de eventos e manifestações públicas.

Entretanto, durante muitos meses de trabalho de campo não sabia definir ao certo que direção tomar na pesquisa. Ao participar e acompanhar os familiares de vítimas da violência do Rio de Janeiro, outros temas surgiram, assim como diferentes possibilidades de recortes do campo. Nas várias ocasiões⁵ em que expus resultados parciais da pesquisa, reafirmava o interesse em estudar as fotografias da morte violenta, mas a questão ainda estava mal formulada. Finalmente, descobri uma questão importante que apontava para construção da distância social da imagem da morte, assinalada por diversos autores como P. Áries (1977, 1981-82), N. Elias (2001), J. C. Rodrigues (2006, 1999) e J. Troyer (2007). A produção das fotografias que revelavam diferentes violências que precediam a morte das vítimas do Rio de Janeiro parecia estar orientada por tal construção. Assim, só com a análise da produção fotográfica da violência e dos discursos dos indivíduos envolvidos nessa produção seria possível compreender as dinâmicas desse fenômeno social da “morte violenta”.

Para o grupo pesquisado, “a morte violenta” é consequência de algum tipo de violência que ocorre com, ou sem, a intenção de matar. As violências podem ser roubo, estupro, sequestro, desaparecimento, pedofilia, brigas domésticas, bala perdida, acidente de trânsito e erro médico. Essas mortes, classificadas por J. C.

primeiro é que uma sociedade orientada pela justiça não opõe felizes e infelizes, grandes e pequenos, pois considera apenas o valor justo. O segundo é o fato de que ser grande ou pequeno não define uma condição para justiça. O terceiro é que em consequência da não ligação das qualidades às pessoas, a justiça atua sob a convenção de equivalência das provas confrontadas com a realidade. Já em uma sociedade orientada pela “política da piedade”, a urgência da ação é conduzida para parar o sofrimento invocado, que sempre triunfa sobre a consideração da justiça.

5 Em 2011, apresentei os seguintes trabalhos: “A violência urbana do Rio de Janeiro nas famílias das vítimas” no III Seminário Internacional Violência e Conflitos: Ilegalismos e lugares morais; “Violência nas imagens: um estudo sobre fotojornalismo e famílias em situações de violência” no XV Congresso Brasileiro de Sociologia – GT 32: Violência e Sociedade; “Reflexões sobre imagens de guerra” no I Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Estado do Rio de Janeiro; e “A família nas imagens de violência: um ensaio sobre a ausência” no X Seminário dos Alunos do Programa de Pós-Graduação da UERJ. Em 2010, apresentei o trabalho “Imagens Ressonantes: um estudo sobre fotografias”, no 34º Encontro Anual da Anpocs - ST15: Imagem e suas leituras nas ciências sociais.

Rodrigues (2006) como “mortes matadas”, são motivos de sofrimento maior que as “mortes morridas” ou mortes naturais, que são aquelas consequentes do estágio final da vida na velhice ou nas doenças, e nos desastres naturais, que dificilmente podem ser impedidos. Já as “mortes matadas” são provocadas por outro indivíduo, direta ou indiretamente. As razões e as atitudes para evitá-las são inerentes aos comportamentos sociais e à ausência de controle do Estado. Imprudência no trânsito, criminalidade e má administração dos espaços urbanos (desmoraamentos e enchentes) são alguns fatores.

O sofrimento da “morte matada”, definido pelos próprios familiares pelo termo dor, é ao mesmo tempo matéria-prima e engrenagem que movem as ações públicas e individuais. Tais ações foram expressas pelos indivíduos entrevistados pelo termo “luta”, uma categoria que aponta para uma luta política que por sua vez é intrínseca à luta pessoal de forma polissêmica, como aponta J. Comerford (1999). Para os familiares, a luta pessoal sintetiza tanto a rotina da vida e seus afazeres cotidianos permeados pelas lembranças dos entes quanto a batalha junto à burocracia estatal para conseguir os direitos à reparação e à condenação dos culpados. Em paralelo a isso, alguns familiares convertem suas lutas pessoais em uma luta pública na qual expõem sua dor como forma de mobilização coletiva para pressionar o governo a criar políticas de segurança pública.

A experiência da morte violenta de um ente interfere nas relações familiares e sociais. Dessa forma, como aponta V. Das (2007), aqueles que sofreram com a violência precisam se autorreconstruir. Eles assim o fazem a partir de práticas diárias que se expressam em gestos e ações nos quais é possível perceber as marcas da “violência original”⁶ em suas vidas.

A exposição da dor em discursos orais e visuais chamou a minha atenção para a questão da rememoração de alguns casos de violência da cidade do Rio de Janeiro, e que se tornaram emblemáticos e “‘abalaram’ o Brasil”, como defende L. F. Paiva (2012). Esses casos, no entanto, não faziam parte somente da memória coletiva do grupo de familiares de vítimas que há anos frequentam manifestações. Todos eram casos conhecidos também por grande parte do público que circulava no entorno dessas manifestações, já que haviam sido noticiados por jornais, revistas,

6 A expressão “violência original” é usada por Veena Das em diversas análises para se referir aos estupros sofridos por mulheres durante os conflitos de Partição da Índia. Uso a expressão durante toda a tese para me referir ao momento em que os familiares tomam conhecimento da morte violenta de seus entes.

rádios, televisão, internet e discutidos publicamente. Comecei a perceber, então, que a memória era um fio condutor interessante a fim de analisar tanto a produção da imagem quanto o universo dos familiares de vítimas de violência.

Esses discursos que rememoravam os casos de violência publicados pela mídia convergiram com as questões vindas da pesquisa do mestrado sobre essa produção. Dessa forma, o recorte desse estudo para o doutoramento ficou circunscrito aos casos de vítimas de violência seguida de morte que foram publicados pelos jornais impressos e cujos familiares frequentassem os encontros dos movimentos contra a violência na cidade do Rio de Janeiro.

Trata-se aqui de uma tentativa de construção social das memórias individuais e coletiva de uma violência que é elaborada por dimensões morais e políticas. Essas memórias estão diretamente associadas a uma série de temas, categorias e conceitos sociológicos e antropológicos que serviram para analisar o material empírico, tais como: violência, morte, jornalismo, notícia, imagem, vítima, familiar de vítima, rede de solidariedade, sofrimento, emoção, denúncia, protesto e relações sociais.

O trabalho de Maurice Halbwachs norteia essas questões que desenvolverei ao longo da tese. A existência de uma memória coletiva é inerente às diferentes formas de manifestação da memória individual. Como sugere M. Halbwachs (1990, p. 51), a memória individual “é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Este ponto de vista muda, de um lado, conforme o lugar que o indivíduo ocupa e, de outro, de acordo com as relações que mantém com outros meios sociais.

Já para a constituição de uma memória coletiva não é suficiente apenas a reconstrução minuciosa do acontecimento passado, pois ela precisa partir de informações e noções comuns aos indivíduos de uma mesma sociedade. Esses indivíduos negociam suas lembranças individuais, mantendo um equilíbrio entre estas para a permanência da memória coletiva da violência.

Nesse sentido, as primeiras notícias da violência e as suítes⁷ sobre as consequências dos casos trazem informações determinantes para a construção dessa memória coletiva da violência da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido analisadas à luz das ideias de P. Bourdieu e L. Boltanski. As notícias apresentam e

7 “Suíte – Do francês *suíte*, isto é, série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior.” (Novo manual da redação, 1992).

denunciam para diferentes indivíduos, ou leitores, os rostos e os nomes das vítimas, juntamente com o sofrimento dos familiares e a descrição do local, da forma e do momento em que a violência aconteceu. Desse modo, cada leitor que teve acesso às informações associa o noticiário à sua rotina e a seus quadros sociais, definido por Maurice Halbwachs, como a relação na qual um evento é situado pelo indivíduo ou o grupo, nas relações pessoais, nos lugares e no tempo.

Paralelamente às reflexões desses autores, outras fontes tiveram igual importância para a discussão da construção da memória coletiva, como a fenomenologia da memória analisada por Paul Ricoeur, ao lado das questões sobre a construção social da memória de Michael Pollak, Tzevetan Todorov e Elizabeth Jelin. Além desses, as análises de autores brasileiros, como Clarice Peixoto, Miriam Moreira Leite e Mauro Guilherme Koury, e das francesas Anne-Marie Garat e Irène Jonas orientaram a discussão entre memória, emoção e apropriação das fotografias de acervos familiares e públicos.

O fato de não ter atentado, desde o início, para as questões relativas à construção de uma memória sobre o ente morto adiou a elaboração de uma questão que se tornou central para a tese: o processo de construção da memória do ente vitimado está vinculado à construção da identidade de “familiar de vítima de violência”.

Essa construção identitária, elaborada na longa via-crúcis dos familiares após a morte violenta do ente, é uma das identidades que os familiares assumem, entre outras tantas formuladas ao longo da vida, e que S. Hall (2000, p.13) considera como identidade do sujeito pós-moderno, que é:

[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”.

Este estudo analisa, então, o processo que envolve, por um lado, a produção do noticiário de violência em jornais impressos e a participação dos familiares de vítimas em movimentos sociais e manifestações contra a violência. Por outro, busca

compreender a superação de tensões e conflitos íntimos e pessoais entre os próprios familiares e entre os familiares e fotojornalistas.

Assim, no primeiro capítulo apresento as difíceis negociações para me inserir e conhecer o universo dos familiares de vítimas. Ao ser questionada, inúmeras vezes, sobre o que estava fazendo entre eles e as razões de meu interesse, lembrava do artigo de R. DaMatta que bem define a pesquisa antropológica “como um blues, cuja melodia ganha força pela repetição das suas frases de modo a cada vez mais se tornar perceptível.” (DAMATTA, 1978, p. 29).

Nesse sentido, procuro explorar e discutir o que foi possível realizar, de que maneira e em quais circunstâncias foram obtidas as informações que se transformaram em *corpus* textual da pesquisa, definido por J. Clifford como “um conjunto potencialmente significativo separado de uma situação discursiva ou ‘performativa’ imediata” (CLIFFORD, 1998, p. 39). Nele considereei que os vazios da etnografia formados pelas negativas em responder se manifestam nos silêncios ou ainda no medo de revelar o proibido. Tratam-se de informações importantes que revelam as circunstâncias, as limitações do campo e a construção empírica do objeto deste estudo.

No segundo capítulo, baseada nas entrevistas realizadas com fotojornalistas e familiares de vítimas, discuto a produção do noticiário da violência como primeiro produto da memória coletiva. A decisão sobre quais casos foram publicados e o porquê; as escolhas dos formatos das notícias sobre as diferentes mortes violentas; o poder do noticiário nas questões públicas e, ainda, o ponto de vista dos fotojornalistas de como lidar com a dor do outro, somado ao ponto de vista dos familiares de como lidar com a aproximação dos jornalistas, são algumas das questões que busquei analisar.

O terceiro capítulo trata da relação dos familiares com as imagens fotográficas tanto como objeto de rememoração dos entes mortos quanto como produto da construção da identidade de “familiar de vítima”. Analiso, então, o uso individual e público das fotografias das vítimas, em suportes pessoais, *banners* e jornais impressos, e também, a produção fotográfica dos fotojornalistas que procuraram narrar visualmente uma história da violência.

No quarto capítulo analiso os significados do termo “dor”. Ele é usado pelos familiares de vítimas em diferentes momentos da pesquisa para relatar as consequências da morte violenta do ente. O termo, que tem como essência a

relação com a memória individual, é percebido pelas categorias “dor da perda”, relacionada à lembrança e à saudade de uma vida interrompida pela violência, e “dor da impunidade”, vinculada às questões do processo jurídico e ao não esquecimento da violência original.

Nas considerações finais, retomo algumas questões sobre o processo de pesquisa, comparando a construção da memória coletiva da violência do Rio de Janeiro com outras memórias coletivas de violência. Também apresento os números atuais da violência na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

1 “O QUE VOCÊ FAZ AQUI?”: reflexões sobre a pesquisa de campo

O primeiro contato com os familiares de vítimas da violência ocorreu através das fotografias de seus rostos e dos relatos publicados no noticiário dos jornais *O Globo* e *O Dia*, nos anos de 2009 e 2010. Além da publicação de diferentes formas de violência – assaltos, assassinatos e brigas em vários bairros da cidade – os jornais também acompanham alguns casos e noticiam a via-crúcis dos familiares nas missas, nos julgamentos e nas manifestações públicas.

As notícias – mesmo que limitadas pela linha editorial do jornal – constituíram-se em importante fonte de informação sobre quem eram os familiares que assumiam o papel de informantes das famílias. Quais as suas relações de parentesco com as vítimas? Como expressavam o sofrimento da violência para os jornalistas? E, principalmente, que atitude tinham após o velório e o enterro? Paralelamente à busca e à espera por justiça, somente alguns familiares transformam a dor da perda violenta em uma luta política, participando de missas, homenagens, lançamentos de filmes e livros. Muitos deles também criam perfis nas redes de relacionamentos Orkut e Facebook.

Assim, pelo Orkut adicionei Luzia, tia de um adolescente assassinado. Enviei a ela mensagens para marcar um encontro e recebi uma resposta privativa de Liliâne, que na rede é amiga de Luzia. O conteúdo da mensagem era: “Sou amiga da Luzia. Quem é você? Me adiciona também.” Durante algumas semanas, continuei o contato com Luzia por mensagem, pois ela só acessava a Internet uma vez por semana na casa de uma prima. Um dia recebo uma mensagem privativa dizendo o seguinte: “Uma amiga minha que mora comigo pediu para você adicionar ela, você viu? Adiciona ela porque você sabe, né, não quero ter problemas.” Como nunca usei a rede social para contatos profissionais, não aceitei o pedido e respondi: “A princípio, gostaria de manter o contato apenas com você. Quem sabe, futuramente, depois de nos conhecermos adiciono sua amiga.”

Fiquei sem fazer contato com Luzia durante muito tempo. Tentei em vão restabelecer e até mesmo aceitar Liliâne, mas somente seis meses depois, nós três nos encontramos e nos conhecemos em uma manifestação na Candelária.

A Internet não era apenas um meio de comunicação ou de acesso a possíveis sujeitos de pesquisa, mas tratava-se, sem que percebesse, de uma espécie de espaço de troca. Ao entrar para os contatos de Luzia na rede de relacionamento Orkut, ela me incluía também entre seus amigos e demais relações. Virtualmente, eu fui aceita em sua comunidade virtual. Ao recusar o pedido de Liliane e, mais gravemente, o de Luzia, eu negava essa participação, evidenciando a minha completa falta de tato.

A partir disso, os mais diferentes meios de comunicação como celular, e-mail, chat e contatos pessoais começaram a servir de instrumentos para o trabalho de campo. Como adverte C. Geertz (2001, p. 45), “tudo o que dizemos, tudo o que fazemos e até o simples cenário físico têm, ao mesmo tempo, que formar a substância de nossa vida pessoal e servir de grão para nosso moinho analítico”.

Em outro momento, o celular, além de meio de comunicação, também se transformou em símbolo de troca pessoal. No período de recesso entre o Natal e o Ano Novo, a mãe de um adolescente assassinado telefonou perguntando se a operadora do meu celular era a mesma que a dela. Respondi que sim. Com isso, informei a ela que o telefonema entre nós duas era gratuito e que poderíamos usufruir desse benefício oferecido pelas operadoras de celular. Na ocasião, ela estava fora do Rio de Janeiro e não conseguia falar com Cristina, a coordenadora de um dos movimentos contra a violência, para resolver o retorno da viagem. Solicitou, então, a minha mediação para resolver seu problema. Esta foi a porta aberta para aprofundar e ampliar o relacionamento com os familiares de vítimas.

Pouco depois, fui informada sobre uma manifestação na praia de Copacabana, cuja convocação não constava no site do movimento Rio de Paz, ainda que tenha sido noticiada pelo jornal *O Globo*. As manifestações no calçadão da praia de Copacabana tinham como objetivo mostrar que a violência na cidade do Rio de Janeiro está presente também nos dias de descanso e lazer.

As pessoas vestiam camisetas pretas com a logomarca do movimento, conversavam entre si e recebiam os olhares de advertência daqueles que desaprovavam a invasão do calçadão. Um corredor que fazia seu exercício matinal gritou: “Isso aí não vai dar em nada.” Uma das representantes do grupo rebateu o comentário para os participantes da manifestação: “Esse tipo de gente não deve ser levada a sério. A manifestação foi boa. A imprensa veio. Algumas pessoas pararam

para ouvir. Se esse babaca acha isso, deixa ele. Mais dia, menos dia acontece perto dele!”

Ao perguntar para uma mulher sobre o trabalho com familiares de vítimas, ela me respondeu com rispidez: “Mas você é o que? É jornalista? Chegou atrasada.” Me disse para telefonar para a sede, ver o site e advertiu que seria difícil ter acesso aos familiares porque se tratava de um trabalho realizado internamente.

A situação revelou dimensões objetivas e subjetivas que pertencem ao universo dos familiares de vítimas de violência e que serão tratadas ao longo deste trabalho. Interessa aqui o primeiro contato, ou o jogo de representações (GOFFMAN, 1975) entre os participantes do grupo e as pessoas externas a ele. De um lado, temos os manifestantes que vestem preto e trazem cartazes com o objetivo de interromper o lazer, ao se apropriar do espaço do calçadão para fazer lembrar as vítimas da violência e o luto dos familiares ali presentes; do outro, os frequentadores da orla de Copacabana com trajes de praia, fazendo algum exercício físico ou simplesmente passeando.

No embate entre o corredor (que não interrompe o seu exercício e questiona a manifestação contra a violência) e os manifestantes, observo que estes têm o seu propósito desafiado, mas conseguem restabelecer e manter o objetivo da manifestação. Reestruturam-se como um grupo coeso, defendendo dois aspectos positivos: a mobilização dos demais passantes e, principalmente, a presença da imprensa para divulgar a causa em questão.

A partir desse dia, os contatos não foram mais intermediados pelos coordenadores dos movimentos. Durante três meses, busquei nos sites das redes de relacionamento os nomes de familiares de vítimas das violências noticiadas nos jornais. Por meio da fotografia do perfil exposto no site enviei mensagens privadas, tentando confirmar a identidade de “familiar da vítima”. Apenas uma, de doze pessoas, confirmou: tratava-se da filha de um médico vítima de latrocínio. Mas, após sugerir a entrevista pessoalmente, não tive mais resposta.

A internet e o celular facilitavam o acesso aos familiares, mas o “viver entre os nativos” apresentado desde B. Malinowski (1978) como único meio de realizar uma etnografia através da observação participante transforma-se em uma questão fundamental. Diversos autores apontam que a observação participante é a única maneira pela qual podemos conhecer a vida cotidiana das pessoas de “carne e

osso”. As pessoas observadas em seu contexto social mostram aspectos que permitem ao pesquisador compreender nuances das atitudes diárias.

Essas primeiras recusas me reportaram a W. Foote-Whyte (2005) quando este afirma que ao participar e interagir com o grupo de jovens de Cornerville precisou negociar um lugar para estar entre eles, fazer as mesmas atividades e não ser um deles. Durante os diferentes momentos de negociação, eu argumentava sobre a importância da pesquisa, mas não me apresentava como alguém que teve em sua biografia duas mortes violentas. Precisava encontrar a chave para ultrapassar a evidente identificação com as recusas e os silêncios e não inviabilizar a pesquisa. Como sugere W. Foote-Whyte (2005, p. 315):

O pesquisador de campo não pode se dar ao luxo de pensar apenas em viver a vida com os outros à sua volta. Ele deve continuar a viver consigo mesmo. Se o observador participante se vê assumindo comportamentos que havia aprendido a considerar imorais, então é provável que comece a pensar sobre o tipo de pessoa que ele é. A menos que possa levar consigo uma imagem razoavelmente consistente de si mesmo, é provável que se meta em dificuldades.

Nesse trabalho, o autor também questiona a imagem espetacularizada de Cornerville nos jornais. “Para compreender o evento espetacular, é necessário vê-lo em sua relação com o padrão da vida cotidiana – pois existe um padrão na vida de Cornerville.” (FOOTE-WHYTE, 2005, p.20). A morte espetacularizada pelos jornais e demais meios de comunicação obedecia a um padrão que revelava apenas instantes de imagem e texto do cotidiano de um processo de sofrimento e rememoração da violência e do ente vitimado.

Apesar de inúmeros estudos socioantropológicos tentarem desconstruir a relação entre os acontecimentos de violência e as áreas de comunidades carentes, como apontei em minha dissertação, o senso comum e a mídia em geral associam a rotina de violência na cidade às favelas. Como mostram L. P. Valladares (1991) e A. Zaluar (1994), a construção social da pobreza, da violência e a permanente relação destas com as favelas transformaram a representação romântica do “pobre limpinho” e do “pobre honesto” em “pobre criminoso” e “pobre perigoso”. Isso ocorreu principalmente depois do crescimento da violência em toda a cidade, fenômeno promovido pelo tráfico de drogas e de armas.

Nos jornais pesquisados, porém, as vítimas de violência e seus familiares, além dos culpados ou suspeitos, moravam em diversos espaços da cidade,

possuíam níveis de renda e estilos de vida diferentes. O único ponto em comum era a experiência da violência. Por detrás da diversidade, portanto, havia uma questão: como seria possível estar em diferentes bairros para acompanhar esse processo com várias famílias? Essa indagação foi reforçada pelas reflexões de J. Clifford (1998, p.21):

Se a etnografia produz interpretações culturais através de intensas experiências de pesquisa, como uma experiência incontrolável se transforma num relato escrito e legítimo? Como, exatamente, um encontro intercultural loquaz e sobredeterminado, atravessado por relações de poder e propósitos pessoais, pode ser circunscrito a uma versão adequada de um “outro mundo” mais ou menos diferenciado, composta por um autor individual?

Como entrar nesse “outro mundo” que está submerso na experiência limite da morte violenta? No evento seguinte, encontrei um caminho para realizar uma observação participante mais consistente. Na ocasião, as pessoas se reuniam para lembrar mais um ano do falecimento de uma pessoa assassinada. Levavam consigo as fotografias do seu familiar impressas em camisas e cartazes. Era possível identificar cada um dos grupos presentes nesse encontro: os familiares e amigos de diferentes vítimas, cada qual com a fotografia de seu ente estampada na camiseta; os repórteres com cadernos de anotações, celulares e mp3 e os fotógrafos e suas câmeras; o representante da religião católica; e, por fim, os simpatizantes ou curiosos que passavam e paravam para olhar e ouvir.

Os diferentes grupos se reuniam para homenagear uma vítima, e cada um dos familiares homenageava seu ente ao vestir a camiseta com a fotografia. Essa homenagem individual, que se transformava em coletiva, revelava o momento em que os familiares elaboravam consequências da morte violenta e que interessava para minha pesquisa.

Considero, então, que este trabalho teve quatro fases distintas:

– A primeira foi marcada por extenso levantamento bibliográfico sobre violência, fotojornalismo de violência e questões teóricas que contribuíssem para pensar e traduzir essa situação social. Paralelamente, analisei as notícias de violência seguida de morte, publicadas nos jornais *O Dia* e *O Globo*, nos anos 2009 e 2010. As fotografias dessas notícias me intrigavam a tal ponto que decidi entrevistar fotojornalistas e editores desses jornais para entender o que estava por

trás da produção das imagens. As informações obtidas foram tão ricas que me permitiram entender a linha editorial desses jornais.

– No começo da segunda fase, a análise desses relatos me levou a mudar totalmente o foco da pesquisa, pois me interessei mais em conhecer como os familiares das vítimas reagiam à publicização e espetacularização dos contextos da morte violenta dos seus entes do que propriamente pelo universo de fabricação dessas imagens e notícias. As negociações com os coordenadores dos movimentos sociais de vítimas da violência seguida de morte tinham por objetivo me aproximar dos familiares, especialmente aqueles que haviam recém-perdido seus entes.

– A terceira etapa, a aproximação ao universo dos familiares de vítimas da violência, foi diariamente negociada.

– A quarta e última marca a fase na qual me distancio desse universo (julho 2012): as visitas passam a ser mais ocasionais, especialmente nas manifestações e eventos públicos.

* * *

Em dezembro de 2010, comecei a frequentar manifestações e diferentes tipos de encontros realizados pela Associação de Familiares e Amigos dos Anjos de Realengo; e pelos movimentos Gabriela sou da Paz, Rede contra a Violência e Rio de Paz.

A Associação de Realengo surgiu logo após a chacina que matou os doze estudantes da Escola Municipal Tasso da Silveira. A mãe da aluna Larissa Martins, morta na chacina, contactou todos os familiares de alunos assassinados e marcou uma reunião em sua casa três dias depois para discutir os direitos de cada uma das famílias. Nesse dia, surgiu a ideia de montar a Associação dos Anjos de Realengo.

O movimento Gabriela Sou da Paz foi fundado por Carlos Santiago e Cleyde Prado Maia Santiago Ribeiro, pais de Gabriela Prado Maia Ribeiro. Gabriela foi assassinada no dia 26 de março de 2003 nas escadarias da estação de metro São Francisco Xavier. Seus pais fundaram o movimento e organizaram a campanha chamada “Diga Não à Impunidade” para alterar o Código Penal.

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência surgiu em 2004 depois da chacina do Borel, com o nome Posso Me Identificar. Os organizadores fizeram assembleias em várias comunidades como Rocinha, Manguinhos e Borel,

junto com outras organizações e movimentos, como o Movimento Moleque, para debater a violência policial. O Posso Me Identificar ficou com o pessoal do Borel e a Rede foi criada para reunir diferentes movimentos que atuam contra a violência de agentes do Estado e contra a remoção habitacional. Além disso, orienta os familiares de vítimas.

O Rio de Paz foi criado em janeiro de 2007, após a onda de atentados que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no final do ano de 2006. Nesses atentados, vários ônibus foram queimados em diferentes bairros da cidade. Dezenove pessoas morreram e oito delas foram queimadas vivas em um ônibus interestadual. O movimento realiza ações de protesto a cada nova violência seguida de morte, pois sua principal luta é pela redução de homicídios no Brasil.

Nas manifestações e encontros (missas, homenagens, passeatas, lançamentos de filmes e livros) desses movimentos e associações, encontrei os familiares entrevistados e observei a organização do evento, assim como líderes, coadjuvantes, painéis, encontros, conversas, confissões e discursos. As manifestações observadas ocorreram em vários bairros do Rio de Janeiro: na Cinelândia e em frente à igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro; na praia de Copacabana; na praça São Francisco Xavier e no largo da Segunda-Feira (Tijuca), na Cidade Alta (Cordovil) e em Realengo.

Em algumas ocasiões, principalmente quando a manifestação era na data de morte de vítimas, o evento começava com a celebração de uma missa. Já os encontros foram organizados tanto para as exibições dos documentários *Luto como mãe* de Luiz Carlos Nascimento, *Estrada*, de Aude Chevalier-Beaumel e *Lembrar para não esquecer – Vigário Geral*, de Milton Alencar Júnior, quanto para a diferentes comemorações como o Dia do Amigo, o Dia das Crianças etc. (realizadas nas casas de mães das vítimas da Chacina de Realengo).

A observação participante realizada em situações bastante peculiares, principalmente naquelas que aconteciam em espaços públicos, teve implicações na produção de informações etnográficas, pois dado que esses encontros reuniam entre quarenta e centenas de pessoas, as anotações do caderno de campo expressam o que N. Wolfinger (2002) afirma sobre elas. Muitas vezes se destacaram porque são selecionadas hierarquicamente seja quando os acontecimentos são comparados com outros, seja em relação ao conhecimento e à crença do pesquisador. Para o autor, o conhecimento dos pressupostos envolvidos no universo

social estudado é fundamental para a produção das notas de campo. Diz N. Wolfinger (2002, p.89 – tradução livre):

Etnógrafos podem estar preparados para descrever uma série de eventos quando sentam para escrever notas de campo. Estes dados incipientes constituem o que vou me referir como uma hierarquia de relevância. O que faz uma observação relevante é altamente subjetivo e depende do contexto particular da investigação. No entanto, várias regras gerais se aplicam e cada uma demonstra o conhecimento tácito em escrever notas de campo.⁸

Nesse sentido, partes do texto são bastante descritivas, porém não são descrições simples de ações, diálogos, comportamentos e escolhas individuais daqueles que participam desses encontros organizados por familiares de vítimas. Diria que são descrições densas, como proposta por C. Geertz (1978), nas quais atitudes e falas repletas de significados se entrelaçam e tornam essa reunião de familiares de vítimas da violência distinta dos demais grupos. Tal entrelaçamento presente tanto no modo de vestir, quanto nas expressões e atitudes passam a constituir com o tempo a identidade de “familiar de vítima”.

Nessas manifestações e encontros durante os anos de 2010, 2011 e 2012 foi possível observar múltiplas dimensões do universo de familiares de vítimas de violência do Rio de Janeiro e estabelecer os primeiros contatos com alguns dos familiares entrevistados posteriormente. Entretanto, como o calendário desses eventos é irregular, pois há meses em que não há encontros ou manifestações, mantive contatos por telefone, Internet e conversas em ocasiões informais.

Um desses contatos foi com o diretor e a produtora do filme *Luto como mãe*, pois eu havia lido a sinopse e as críticas e considerava fundamental assistir ao documentário, que só teve uma exibição no Festival de Cinema do Rio de 2009. Além disso, seria uma oportunidade para encontrar as mães retratadas no filme. Trata-se de um documentário que acompanhou a luta de familiares de vítimas da violência no estado do Rio, entre junho de 2006 e janeiro de 2009. As violências ali retratadas são: o Caso Acari, em 1990; a Chacina da Candelária, em 1994; o Assassinato do bairro Lins de Vasconcelos, em 2002; a Chacina da boate Via Show,

⁸ Texto original: “Ethnographers may be prepared to describe a number of such events when they sit down to write fieldnotes. These incipient data comprise what I will refer to as a salience hierarchy. What makes an observation salient is highly subjective and depends upon the particular research context. Nevertheless, several rules of thumb apply and each demonstrates the role of tacit knowledge in writing fieldnotes.”

em 2003; e Chacina da Baixada, nos municípios de Queimados e Nova Iguaçu, em 2005.

No início do filme, o diretor Luis Carlos Nascimento empresta uma câmera de vídeo para Marilene Lima de Souza e Vera Lúcia Flores Leite e pede para que elas filmem suas histórias. Nos primeiros momentos, suas falas relatam a transformação de suas vidas pela violência em expressões de pesar. Como afirma Vera: “Meu caso é um codinome que eu recebi. Sou uma das Mães de Acari.” Elas, então, participam das ações dos demais casos do filme. Formam uma rede social de familiares que lutam, em memória de seus filhos, por justiça e, também, para superar, segundo Beth, uma das mães do caso da Chacina da Via Show, “a pior dor do mundo” que “é a dor de perder um filho porque não cicatriza nunca”.

Luto como mãe é um título polissêmico. No discurso apresentado pelos familiares, luto significa lutar. As mães do filme lutam, não mais para educar, alimentar e amar seus filhos. Lutam politicamente para modificar as leis do Código Penal contra a impunidade e se intitulam “amigas de luta”. A narrativa, construída com os depoimentos de familiares, advogados, delegado e imprensa, é entrecortada por fotografias e vídeos caseiros das vítimas ainda em vida. A palavra “luto” expressa aqui o sentimento de dor pela morte de alguém. Esse luto é uma lembrança sofrida e dolorosa que transformou a vida desses familiares em uma rotina de ações públicas contra a violência na cidade do Rio de Janeiro.

O diretor autorizou a exibição de *Luto como mãe* na UERJ, seguido de um debate com algumas das mães do filme. A exibição fez parte de uma turnê universitária em várias cidades do Brasil. A produtora conta que “é uma luta para debater essa questão com um público que não conseguiu ver isso no cinema”, pois no Rio de Janeiro, onde aconteceram todas as violências retratadas, o filme só ficou em cartaz durante duas semanas. O filme e os primeiros contatos com essas mães permitiram entender algumas situações que serão analisadas trabalhadas ao longo da tese: a construção identitária desses familiares após a violência, as questões políticas subjacentes à produção imagética da violência e, principalmente, a construção de memória coletiva inerente a cada grupo de familiares de vítima.

Observei que entre as mães há uma troca de olhares em busca de consentimento sobre o que relatam. Elas são cúmplices e tornam-se amigas durante o processo de transformação das dores e sofrimentos individuais consequentes da violência em uma causa coletiva. Para elas, rever o filme e participar dos debates

faz lembrar todos os anos de luta e de longa espera por justiça. “A gente lembra que o sofrimento da gente não acabou e nem tá perto de acabar”, lamenta Marilene.

A “lembrança” destaca-se nas falas, mas possui nuances em uma complexa relação de distância e proximidade. “Lembrar” é um dos pilares das manifestações, dos encontros, das projeções de filmes e dos lançamentos de livros. O objetivo de tudo isso é que a sociedade se lembre da violência, das vítimas e dos familiares que ainda sofrem. Ao mesmo tempo, lembrar-se da violência e do ente que se foi sempre é motivo de muito sofrimento para cada um dos familiares. As mães presentes no debate falaram da tristeza que sentiram ao ouvir os diferentes relatos de sofrimento mostrados pelo filme, principalmente o da companheira de luta Vera Lucia Flores Leite, que faleceu sem que o caso da Chacina de Acari fosse a julgamento. “Lembrar a gente lembra, mas a gente não quer ver, entende?”

“Lembrar” e “não ver” fazem parte de um jogo de oposições do universo de familiares de vítimas. “Lembrar” parece ser abstrato e pessoal. Cada um deles pode lembrar sem que esta lembrança seja necessariamente dolorosa ou triste. “Ver” é mais concreto, pois remete ao mundo real da violência, da ausência, da saudade e do gerenciamento de uma gramática de sentimentos que eles vinculam à dor.

Uma das mães que participou do debate chegou atrasada e se juntou ao grupo que aguardava o término do filme. Ela contou – mostrando as mãos que ainda tremiam – que, ao sair de casa, passou pelos os assassinos do filho (o corpo decapitado fora reconhecido pelo seu chaveiro e o enterro ocorreu em caixão fechado). A situação-limite demonstrada pelas emoções da mãe interrompeu todas as conversas. As demais mães relatam que essa rotina de medo dos acusados é comum a todos os casos que envolvem policiais e bandidos que atuam perto da área onde moram. As estratégias utilizadas pelas integrantes do grupo são de nunca sair de casa desacompanhadas e em horários de pouco movimento.

A mãe é consolada pelo grupo, que desvia o assunto para o lanche, o tempo, o trânsito. A morte de seu filho – um corpo decapitado e não reconhecido – me era “familiar”. Parte da minha história tinha semelhanças com as que pretendia compreender cientificamente. A pesquisa era ainda uma busca pelo processo de estranhar esse familiar que, segundo G. Velho (1978, p. 45), “torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo, emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações”.

A partir desse dia, Patrícia Oliveira, coordenadora da Rede Contra Violência e irmã de um dos meninos da Candelária, se torna minha principal interlocutora. Começamos a trocar e-mails e mensagens através de rede de relacionamentos dos movimentos, pelas quais recebo o aviso de manifestações, missas, julgamentos e encontros. Ao longo dos anos 2011 e 2012, os coordenadores dos movimentos privilegiaram o site de relacionamentos Facebook como a principal ferramenta de divulgação de notícias. Cada um desses movimentos e seus respectivos coordenadores possui um perfil no Facebook e no Orkut, no qual descrevem os principais objetivos dos movimentos e suas atividades públicas.⁹ Nesses perfis são publicados os locais, dias e horários dos eventos onde realizei a observação participante e encontrei cada um dos entrevistados.

Assim, o *corpus* produzido para esta etnografia é composto pelas observações anotadas no diário de campo, pelas entrevistas realizadas com doze familiares de vítimas e com os editores de fotografia e fotojornalistas de *O Dia* e *O Globo*,¹⁰ além das fotografias e das primeiras notícias sobre os casos.

A combinação de diferentes fontes de informação enriquece a análise, como sugere N. Aguiar (1978). Em sua pesquisa na região do sul do Ceará, na qual usa as técnicas de *survey* e observação participante, ela aponta para “a construção teórica como forma de transcender o nível biográfico”, ou seja, sua experiência particular com a região. Assim as técnicas, a construção teórica e a memória pessoal da autora se constituem em informações complementares que enriqueceram a análise.

O objetivo das entrevistas individuais era ouvir o relato dos próprios familiares sobre a experiência das consequências da violência seguida de morte e da relação com a mídia na qual buscavam denunciar os casos novos e rememorar os antigos. Como sugere J. P. Sardan (1995, p.79 – tradução livre) “a observação participante não permite acessar diversas informações, todavia necessárias à pesquisa: é preciso para isso recorrer ao saber ou a memória dos atores locais”.¹¹ Além disso,

9 No anexo 3 está o texto de cada um dos movimentos no Facebook.

10 No jornal *O Dia*, entrevistei o editor-chefe de fotografia, Léo Correa, e os fotojornalistas Severino Silva e Deisi Rezende, a única mulher na editoria de fotografia do jornal no ano de 2010. No jornal *O Globo*, entrevistei o editor-chefe de fotografia, Alexandre Sasaki, e os fotojornalistas Domingos Peixoto e Márcia Folleto.

11 Texto original: "D'abord parce que l'observation participante ne permet pas d'accéder à de nombreuses informations pourtant nécessaires à la recherche : il faut pour cela recourir au savoir ou au souvenir des acteurs locaux."

as consequências da violência passam por um processo individual de preservação da memória do ente querido e de transformação das diferentes identidades de pai, mãe, irmã e tia de Julio, Gabriela, Daniel, Luiza, entre outros, para a de “familiar de vítima”, assim como pelas inúmeras relações sociais estabelecidas a partir desse fato.

A princípio, as entrevistas seriam realizadas apenas com os familiares de vítimas das situações de violência do período da pesquisa nos jornais *O Globo* e *O Dia*, de agosto de 2009 a janeiro de 2011, e que tiveram seus casos de violência acompanhados pelos repórteres de texto e de imagem durante dias seguidos. Entre os casos noticiados fotograficamente¹² nesse período, dois deles tiveram mais destaque na mídia: a morte de Evandro João da Silva, coordenador de projetos sociais do AfroReggae, em outubro de 2010, e a de Wesley Gilbert Rodrigues de Andrade, de 11 anos, que foi atingido dentro de sala de aula por uma bala perdida na comunidade Costa Barros, na Zona Norte do Rio, em julho de 2010. Obtive o contato de familiares e amigos com Patrícia Oliveira. Contudo, não consegui entrevistá-los. O pai de Wesley não era do Rio de Janeiro e após o acontecimento voltou para sua cidade natal. Conversei com a secretária de José Junior

12 *O Globo*: agosto de 2009, Paulo Athayde Salaverry Lopes, assalto em Ipanema; setembro de 2009, Ricardo Wagner Lelis Silva, 39 anos, Ipanema; outubro de 2009, Antonio Borges, 70 anos, bala perdida no Recreio; outubro de 2009, João Carlos, 18 anos, bala perdida na Vila Cruzeiro; outubro de 2009, Ana Cristina Costa do Nascimento, 24 anos, bala perdida na Penha; Rafael da Rocha Ribeiro, 15 anos, Manguinhos, troca de tiros com PM; novembro de 2009, Rinaldo Figueiredo dos Santos, 42 anos, PM, morto por bandidos; novembro de 2009, João Maria Ferreira, 25 anos, praia do Arpoador, Ipanema; dezembro de 2009, jovem em Botafogo e homem no Centro, não identificados; dezembro de 2009, Marco Jará, assalto em Guaratiba. Janeiro de 2010, Silvânia Maria Sant’Anna Machado, 37 anos, assalto na Vila da Penha; janeiro de 2010, PMs Ezequias Veríssimo dos Santos Filho e Marcio Passos Barcelos, mortos por assaltantes na Penha; Janeiro de 2010, Cesar Marcos Pontes, 48 anos, policial civil morto por bandido em Manguinhos; setembro de 2010, Carlos Alberto da Silva, 48 anos, baleado na Avenida Brasil, em Bonsucesso, e seis bandidos mortos em ação policial no Jacarezinho; outubro de 2010, Bruno de Castro Ferreira, 29 anos, PM, e bandido, Douglas da Silva Pereira, assalto no Centro; dezembro de 2010, Alex da Conceição Rodrigues, 32 anos, tiroteio no Morro do Jramento; janeiro de 2011, Irving Vianna Martins dos Santos, soldado do Exército no Complexo do Alemão.

O Dia: setembro de 2009, Ricardo Wagner Lelis Silva, 39 anos, Ipanema; outubro de 2009, Rafael da Rocha Ribeiro, 15 anos, Manguinhos, troca de tiros com PM; dezembro de 2009, Alexandre Henrique Magno da Silva, 39 anos, executado em Santíssimo; dezembro de 2009, Catia Maria Alves dos Santos, 42 anos, Tijuca; dezembro de 2009, Lincoln de Jesus da Silva 25 anos, bala perdida em Del Castilho; Janeiro de 2010, Silvânia Maria Sant’Anna Machado, 37 anos, assalto na Vila da Penha; Juarez Costa Junior, 20 anos, e mais quatro não identificados na notícia, mortos por bando de criminosos em Tomás Coelho; três bandidos, um no Aterro do Flamengo e dois na Linha Vermelha. Setembro de 2010, Mateus de Queiroz Beserra, 13 anos, bala perdida de confronto na Mangueira; outubro de 2010, Luiz Paulo Rodrigues da Silva, 39 anos, saída de banco; dezembro de 2010, Carine Pereira Vitalino da Silva, 29 anos, milícia de Campo Grande; janeiro de 2011, Edna Lima, 74 anos, bala perdida, Bangu.

coordenador do AfroReggae, mas ele estava com a agenda cheia e não a autorizou a me dar os contatos do pai de Evandro.

Frente às reações de sofrimento e negativas em algumas tentativas, percebi que eles ainda não conseguiam transformar o trauma da morte violenta em falas e conversas, principalmente, com uma estranha, que não era jornalista. Depois de algumas tentativas frustradas, a pesquisa foi direcionada em um investimento maior na observação dos encontros e manifestações e das conversas estabelecidas em redes de relacionamento. Como assinala C. Hine¹³ (2000, p. 8 – tradução livre):

Nossas crenças sobre a Internet e quais são suas propriedades podem expandir a investigação como a crença Azande sobre bruxaria (Evans-Pritchard, 1937), a crença dos ingleses sobre a realeza (Strathern, 1992), o entendimento americano do sistema imunológico (Martin, 1994) ou qualquer outro tema etnográfico. Crenças sobre a Internet podem ter consequências importantes para os modos pelos quais nos relacionamos com a tecnologia e uns com os outros através dela.¹⁴

Assim, através de contatos via Orkut e Facebook e de encontros dos movimentos, busquei familiares que tiveram seus casos publicados com textos e fotografias pelos jornais impressos da cidade do Rio de Janeiro¹⁵, e que frequentavam as manifestações. Entre os crimes noticiados entre 2009 e 2011 pelos jornais *O Dia* e *O Globo*, só consegui entrevistar familiares de dois casos de violência. São eles:

– O ataque de policiais ao carro da família do juiz Marcelo Alexandrino da Costa Santos (39 anos), no qual ele, seu filho (11 anos) e sua enteada (8 anos) foram baleados. O caso foi publicado a partir do dia 3 de outubro de 2010. Além das pessoas baleadas, estavam no carro a sogra e a mulher do juiz. Eles iam para uma

13 Entre os autores que tratam da pesquisa etnográfica na Internet, destaco o trabalho de Christine Hine (2003), que discute o uso de tecnologia e a cybercultura como um produto cultural da Internet; as reflexões de Keith Hart (2004) sobre questões do comportamento on-line e off-line que devem nortear a antropologia da Internet; a pesquisa de Daniel Miller e Don Slater (2001), que analisam o uso da Internet em Trinidad.

14 Texto original: "Our beliefs about the Internet and what its properties are can be opened up to enquiry just like Azande beliefs about witchcraft (Evans-Pritchard, 1937), English beliefs about kingship (Strathern, 1992), American understandings of the immune system (Martin, 1994) or any other ethnographic topic. Beliefs about the Internet may have important consequences for the ways in which we related to the technology and one another through it."

15 Apresento aqui os casos e mostro as fotografias publicadas pelos jornais impressos com as identidades verdadeiras das vítimas no terceiro capítulo. No quarto capítulo, também senti a necessidade de identificá-los. No restante do texto, os nomes foram alterados para proteger a identidade dos entrevistados e das pessoas presentes nos eventos.

festa quando, na Estrada Pau Ferro, em Jacarepaguá, suspeitaram de uma blitz falsa e tentaram dar marcha ré. Os policiais atiraram na direção do motorista para matá-lo. Mesmo baleado, Marcelo dirigiu até o hospital, onde todos foram socorridos.

– O assassinato de doze adolescentes na Escola Tasso da Silveira, em Realengo. Publicado nos jornais a partir do dia 8 de abril de 2011. Um ex-aluno entrou na escola armado e atirou, principalmente, em meninas. Morreram dez meninas, dois meninos entre 12 e 15 anos de idade e outros onze ficaram feridos.

Outros quatro casos não fazem parte desse período de 2009 a 2011 em que acompanhei a publicação impressa desses jornais. Dois casos do período foram conhecidos nas manifestações através dos familiares das vítimas e suas notícias, recortadas por eles próprios, foram publicadas no jornal *Extra* e *O Dia* (fora do período em que coletei material). São eles:

– O assassinato de Júlio César de Menezes Coelho (21 anos), por policiais do 16º batalhão publicado no jornal *Extra* do dia 20 de setembro de 2010. Júlio passava pela praça do conjunto habitacional na Cidade Alta, em Cordovil, onde morava, por volta de seis horas da tarde de sábado para trabalhar. A polícia chegou atirando e acertou Júlio na altura do abdômen. Os policiais ofereceram ajuda para levá-lo para o Hospital Getulio Vargas, a menos de meia hora do local. Ele aceitou. Júlio chegou ao hospital uma hora depois com mais um tiro no tórax, lavado e sem vida.

– A morte de Júlio Baptista Almeida da Silva (29 anos) por traficantes do Complexo do Alemão, publicada no jornal *O Dia* em 16 de julho de 2009. Júlio Baptista era agente de endemias da prefeitura do Rio de Janeiro e foi confundido com um estuprador enquanto trabalhava na comunidade. Júlio foi capturado, torturado e morto por traficantes do Complexo do Alemão.

Além desses, entrevistei mais dois familiares de outros dois casos de violência na cidade. Ambos já foram julgados, mas os familiares ainda participam de manifestações contra a violência.

– A morte da menina Gabriela Prado Maia Ribeiro (14 anos) na saída do metro da rua São Francisco Xavier, na Tijuca, publicada nos jornais *O Dia* e *O Globo* no dia 26 de março de 2003. A bilheteria da estação do metrô foi assaltada e um policial à paisana trocou tiros com os assaltantes. Uma bala acertou Gabriela, que ia encontrar sua mãe na estação seguinte.

– A morte de Daniel Duque Pittman (18 anos) na saída da boate Baronetti, na praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, publicada nos jornais *O Dia* e *O Globo* no dia 29 de junho de 2008. Daniel saiu da boate com seu grupo de amigos, que estava discutindo com outro grupo. O segurança particular de um dos envolvidos na confusão, que era filho de uma promotora de Justiça, atirou e acertou Daniel.

O material etnográfico obtido entra, a partir daqui, em um processo de reconstrução e interpretação das atitudes, falas e sentimentos que compõem o *corpus* da pesquisa. É o tempo da escrita etnográfica, como adverte C. Geertz (2002, p.38):

“Estar lá” em termos autorais, enfim, de maneira palpável na página, é um truque tão difícil quanto “estar lá” em pessoa, o que afinal exige, no mínimo, pouco mais do que uma reserva de passagens e a permissão para desembarcar, a disposição de suportar uma certa dose de solidão, invasão de privacidade e desconforto físico, uma certa serenidade diante de excrescências corporais estranhas e febres inexplicáveis, a capacidade de permanecer imóvel para receber insultos artísticos, e o tipo de paciência necessária para sustentar uma busca interminável de agulhas invisíveis em palheiros invisíveis.

A “permissão para desembarcar” ao pesquisar sobre violência no Rio de Janeiro significa conhecer os códigos das condutas de cada um dos grupos envolvidos na violência. Por exemplo, chegar em uma comunidade dominada pelo tráfico ou por milícias com um morador ou trabalhador do comércio local pode evitar constrangimentos posteriores. Perceber que os espaços públicos e os muros das moradias estão perfurados por projéteis e não tecer comentários pode demonstrar uma suposta “familiaridade” com a rotina de locais violentos.

Nesse sentido, essa experiência ímpar de desconforto físico, emocional e social fica reduzida no texto escrito a uma seleção de palavras e ao registro de gestos. Se a realidade é inacessível à percepção, E.Goffman (1981) nos conforta ao afirmar que ela é de alguma forma passível de ser representada, compartilhada e compreendida socialmente. Dessa forma, discuto a seguir a aproximação ao universo dos familiares de vítimas da violência.

À primeira vista

Os coordenadores dos movimentos Gabriela Sou da Paz e Rede Contra a Violência contam que familiares e amigos das vítimas telefonam ou escrevem e-mails relatando o caso de violência e solicitando, principalmente, orientação jurídica no encaminhamento para a prisão dos culpados. Em algumas situações, os familiares que moram no Rio de Janeiro solicitam um encontro pessoal, uma forma de apoio emocional na escuta dos relatos sobre a experiência vivida. Nessa ocasião, estão presentes coordenadores dos movimentos e familiares de outras vítimas.

Nos casos de violência notificados pela mídia, os coordenadores orientam os familiares a se manifestarem publicamente em protesto pelo crime ocorrido. Por exemplo, na morte de Wesley de Andrade, atingido por bala perdida na escola, os manifestantes do movimento Rio de Paz pediram para crianças de escolas municipais e privadas sentarem em cadeiras escolares, segurando crucifixos e papéis com frases ditas pelo pai de Wesley e pintarem o rosto de vermelho. Ao lado das crianças, uma carteira escolar vazia, suja de tinta vermelha com uma cruz branca, simbolizando o lugar vazio de Wesley.

O protesto foi registrado fotograficamente pelos jornais. No texto da notícia do jornal *O Globo*, de 19 julho de 2010, o coordenador Antonio Carlos Costa denunciou a falta de preparo dos policiais e as 25 mil mortes violentas no Estado do Rio. O pedido de justiça pela morte de Wesley relembra as demais mortes violentas do Estado e se insere em uma causa coletiva, como sugere L. Boltanski (1993). A violência seguida de morte de certa forma transgride o distanciamento da morte individualizada e solitária. A morte violenta, principalmente aquelas denunciadas pelos jornais, retomam a morte como um ato público e político.

Nesse momento de protesto, os familiares das vítimas recentes da violência conhecem os movimentos e outros familiares, construindo novas relações e interações. Há um reforço das antigas relações de amizade e luta e, ao mesmo tempo, renovam-se as expectativas em busca por justiça e por mudança na questão da violência. Nos protestos que ocorrem logo após a morte violenta do familiar, o tom de sobriedade é observado em gestos e falas.

Em um desses encontros, a presença de uma pessoa estranha à rede de familiares de vítimas da violência gera inquietação. Desse modo, em uma manifestação na Candelária, enquanto os manifestantes organizavam faixas,

cartazes e um varal com fotografias, fui questionada pelo fato de estar próxima ao grupo. Não estava ali, como o público que parava alguns segundos e passava, e muito menos como jornalista, que apenas fotografava e entrevistava.

- O que você faz aqui?
- Você quer que eu saia?
- Não, só queria saber o que você faz aqui.
- Estou sentada, olhando.
- É, isso eu vi. Mas por quê?
- Sou pesquisadora.
- De onde?
- Da UERJ, de Ciências Sociais.
- Conhece o professor Ignácio Cano?

A pergunta veio como um aviso. O questionamento do manifestante não era um “ato desinteressado” (BOURDIEU, 1996), mas repleto de sentidos que estabeleceriam o grau da interação e o tipo de relacionamento que teria com o grupo. O fato de me apresentar como pesquisadora (com caneta, bloco e gravador na mão) não era o suficiente. A instituição da pesquisa e as relações profissionais eram a principal referência para me situarem em algum lugar no universo dos pesquisadores da violência no Rio de Janeiro.

- Conheço, mas não sou aluna dele, não.
- Vira e mexe ele fala nos jornais.
- É, eu sei, mas eu trabalho com fotografia e minha pesquisa é sobre imagens de violência. [resposta da primeira fase da pesquisa]
- Hum... É que aqui aparece de tudo, jornalista, pessoal de cinema, como você está aí sozinha... É sempre bom a gente saber quem está nos rondando.

Além de uma definição dos papéis, o diálogo também mostra uma forma de proteção. Os coordenadores e familiares mais antigos sempre “ficam de olho” em quem está na manifestação, pois, após a perda violenta do ente, os familiares de vítimas muitas vezes encontram testemunhas e culpados. Alguns destes tentam coagir familiares e coordenadores fazendo ameaças de morte.

Em outro momento, durante o quarto encontro da Associação de Familiares e Amigos dos Anjos de Realengo, dona Elena, avó de uma adolescente assassinada me perguntou:

- Tu é repórter? Tu é o quê? Por que é que tu tá aqui com a gente?

- Sou pesquisadora. Faço uma pesquisa para UERJ com familiares de vítimas da violência e vim conhecer vocês. Estou aqui para conhecer a rotina de vocês depois da tragédia...
- É que tu tá tão quietinha...
- É, estou só observando e ajudando, mas já entrevistei a Lúcia e aos poucos vou conversar com alguns de vocês. Conheci a dona Estela no ano passado.
- Ah, tá, é porque eu estava aqui encasquetada com os meus botões...

Dona Elena quis saber as razões de eu me aproximar tardiamente do grupo já que ele se encontrava, semanalmente, há quase um ano. A suspeita de que eu seria repórter surgiu porque, segundo a presidente do grupo, só a imprensa se aproximou. Aliás, no primeiro dia em que conversei com a presidente da associação e disse que queria acompanhar os encontros dos familiares das crianças assassinadas, ela me questionou:

- Sabe, eu já comecei a conversar com uma jornalista que me disse que ia acompanhar a gente. Ela até começou, mas não aguentou. Duas semanas depois ela me pediu desculpas, mas disse que não estava se aguentando de tanta tristeza e que estava entrando em depressão e ficando doente. A nossa realidade é muito difícil. Cada dia é um que está mal ou é uma criança que sobreviveu, mas com problema. Eu não sei se você vai aguentar.

Diferentemente dos manifestantes da Candelária, cujo movimento é mais antigo, dona Elena e seu grupo ainda possuíam poucos referenciais de quem são os profissionais que se aproximam dos familiares de vítimas, de que forma agem e com que interesse. Cada grupo de familiar possui um conhecimento diferenciado sobre as relações com pesquisadores, jornalistas e cineastas. Além de pessoas solidárias como amigos e vizinhos, o grupo de dona Elena só interessava, até então, aos políticos e à imprensa.

Essas situações revelam um aspecto do ponto de vista dos familiares de vítimas e reiteram o que C. Geertz (1974, p. 30 – tradução livre) assinalou sobre o lugar do observador participante: “No país de cegos, que não são tão desatentos quanto parecem, o que tem olho não é rei, mas espectador.”¹⁶ No universo pesquisado, à primeira vista, a percepção sobre aqueles que se aproximavam do grupo estava relacionada à exposição pública das consequências da violência espetacularizada no noticiário.

16 Texto original: “In the country of the blind, who are not as unobservant as they appear, the one-eyed is not king but spectator.”

Como trato no terceiro capítulo, essa exposição da tristeza e das lágrimas nos rituais funerários, por um lado, era um mecanismo aceitável da exposição imagética do sofrimento. Por outro, dificultava a compreensão do universo dos familiares de vítima. Entretanto, essa gramática do sofrimento se tornava a linguagem usada por eles na aproximação de qualquer estranho.

A percepção dos sujeitos sobre a pesquisa e sobre o pesquisador foi fundamental para estabelecer uma relação de confiança. A interação, as sugestões de como a pesquisadora deve proceder são constantes: o que olhar, ouvir, anotar e, ainda, com quem conversar. Essas sugestões remetiam ao trabalho de R. Cardoso de Oliveira (2000, p.25):

Se o olhar e o ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo – atividade que os antropólogos designam pela expressão inglesa *fieldwork* –, é, seguramente, no ato de escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se tanto ou mais crítica.

Tal produção de conhecimento depende primordialmente dessa aceitação das sugestões sobre a pesquisa, pois muitas foram efetivamente incorporadas, como a apresentação específica de familiares de vítimas que tiveram relações com os fotojornalistas e o convite para acompanhamento de entrevista com a mídia.

Outras situações mostraram códigos próprios do universo dos familiares. Em uma delas, duas mulheres que vestiam camisetas com as fotografias de seus familiares assassinados estavam sentadas na mureta do jardim em frente à igreja da Candelária, à espera do início de uma vigília em homenagem às vítimas da violência. Elas conversavam baixinho sobre as outras pessoas que compareceriam à homenagem. Uma terceira mulher, chamada Vera, se aproximou e disse animadamente:

– Oi, tudo bem?

Elas se entreolharam e Vera mesmo respondeu:

– Aliás, tudo bem eu sei que não tá!

As duas mulheres balançaram a cabeça afirmativamente, franzindo os olhos e torcendo a boca, responderam apenas:

– É...

– Mas a gente vai levando..., continuou Vera.

– É... Fazer o quê? A gente não tem mais opção mesmo, respondeu uma delas de cabeça baixa e mexendo no lenço de lágrimas.

– Mas não podemos deixar a peteca cair, não. Estamos aqui é para lutar. Vocês viram a Patrícia?, Vera tentou alentar as duas e mudou a direção da conversa.

Essa forma de cumprimentar, praticada em outros espaços sociais como bares, clubes e academias, possui nuances que são próprias do universo pesquisado. O tom da fala de Vera era uma apresentação de si para as duas mulheres que estavam sentadas conversando. Entretanto, a apresentação divergia da expectativa das duas mulheres devido ao momento de homenagem a vítimas. Esse instante de divergência pode ser visto como uma falha naquilo que E. Goffman (1975, p.23) afirma ser “uma influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata”. A pausa e o olhar entre as duas mulheres apresentaram a Vera um mecanismo de controle sobre como agir e o que falar. Vera rapidamente aceitou e estabeleceu uma simetria na interação.

As duas mulheres perderam seus entes há pouco tempo. Por sua vez, Vera vivia uma outra etapa do processo de superação da perda, pois participava de encontros de familiares de vítimas havia mais de cinco anos, o que lhe permitiu compartilhar e superar o seu sofrimento com seus pares do movimento. Entretanto, Vera, assim como os outros familiares de casos de violências antigos, era considerada referência de como ser “familiar de vítima”. Isto é, há uma hierarquia no interior do grupo, na qual os familiares de vítimas mais recentes criam expectativas sobre a liderança daqueles que participam do movimento há mais tempo.

Diante dos olhares e do silêncio das duas mulheres, Vera acertou o tom e retomou o diálogo, reafirmando o vínculo com o grupo de familiares de vítimas e a participação nas manifestações e cerimônias que homenageiam aqueles que morreram violentamente.

Esta situação lembra M. Mauss quando este trata da responsabilização de agentes pela expressão coletiva do sentimento nos ritos orais funerários na Austrália. Ele diz que:

Não apenas o tempo e as condições da expressão coletiva dos sentimentos são fixados, mas também os agentes desta expressão, que não uivam e gritam unicamente para traduzir seu medo, sua cólera ou sua tristeza, mas porque são obrigados, encarregados de o fazer. (MAUSS, 1980, p. 59)

Há uma forma de poder que se refere ao tempo de participação de cada familiar no movimento, e que envolve também atribuições de responsabilidade de

como lidar com as emoções e como se expressar em cada situação. Os cumprimentos devem, então, acompanhar o tom de sobriedade, pois os encontros e as missas têm como fundamento homenagear a memória póstuma daqueles que morreram por causa da violência.

Em outra situação, em uma missa na Candelária pelos 18 anos de morte dos Meninos da Candelária, encontrei duas mulheres vestindo blusas com as fotografias das vítimas de Realengo. Os rostos com lágrimas eram o indício de tristeza e silêncio.

Elas estavam em frente à igreja. Um homem se aproximou. Parecia ser um repórter de jornal, usava um crachá, tinha caderninho e caneta na mão e estava acompanhado de um fotógrafo. Colocou a mão no ombro de uma delas enquanto ouvia a conversa e falou:

- Oi, lembra de mim? Tudo bem com a senhora? Como é que está o caso de vocês? Como estão as coisas em Realengo?
- Não está nada bem, não, meu filho. Estamos indo... Ainda muito sofrido tudo, respondeu ela, que usava camiseta com a fotografia do neto, óculos escuros e tinha o semblante de quem chorou.
- Soube que a Prefeitura tem ajudado vocês, é verdade?, continuou o repórter.
- É, eles ajudam quando a gente aperta, mas esse país só funciona assim mesmo, ela reclamou e ele fez algumas perguntas sobre a relação da Prefeitura com a escola de Realengo.

Na situação descrita, a interação foi tensionada pelo contexto de manifestação por uma morte violenta. Nela apreende-se através do diálogo e das expressões algumas características desse grupo. O sofrimento dos familiares de vítimas não é um sentimento vivenciado só individualmente. Ele também está presente nas relações com os outros familiares que, juntos, tentam preservar uma memória das vítimas da violência. Nesse processo, eles constroem essa nova identidade de “familiar de vítima” de violência na cidade do Rio de Janeiro.

A sobriedade faz parte da maioria dos diálogos e cumprimentos, principalmente entre os familiares que frequentemente se reuniam para referendar a memória do ente que se foi. Quando não havia falas, a troca de olhares e os gestos compunham a performance do cenário do luto e da luta pública dessas famílias. O diálogo que Vera iniciou na Candelária transgrediu as normas de etiqueta criadas para essas situações. Tais normas, a forma de se expressar e falar se estabelecem em diferentes níveis e devem reforçar a tristeza e o lamento em memória do ente

morto violentamente. A expressão dos sentimentos da dor da perda violenta de um ente é vinculada, principalmente, ao lugar onde se deve ou não expressá-las e de que maneira essa expressão é compreendida como revelação da dor. Em missas, homenagens e manifestações os familiares se encontram publicamente. Estes eventos diferem, como veremos, dos encontros privados nas residências.

2 SE ESPREMER (BEM), SAI SANGUE: fotojornalistas, familiares e notícias

Em geral, os primeiros a entrevistar e fotografar os casos de violência aqui pesquisados foram os repórteres de texto e de imagem dos veículos de comunicação. Suas publicações nos jornais suscitavam diferentes questões. Entre elas, as que mais me intrigavam eram: como selecionavam os atos de violência a serem fotografados e noticiados? Por que escolhiam as fotografias que mais dramatizavam a violência? Por que sugeriam o crime sem focar a violência ou o corpo destruído? Como lidavam com os familiares das vítimas? Eram invasivos, respeitavam os sentimentos dos familiares? Essas perguntas, dirigidas aos fotojornalistas dos jornais impressos *O Dia* e *O Globo*, foram comparadas àquelas feitas aos familiares. Como os profissionais da mídia se aproximaram deles? E a partir de que estabeleceu-se uma relação com a mídia e os fotojornalistas? Além de responder a essas questões, os conteúdos das primeiras notícias impressas também contribuíram para a análise do processo de construção social da imagem da violência, incluindo suas consequências, como a memória e a busca por justiça.

Acredito que todos esses elementos são fundamentais para que se compreenda a formação da memória coletiva da violência no Rio de Janeiro. O contexto de produção dos jornais, suas fotografias e textos constroem, como proposto por M. Halbwachs (1990), a memória individual e coletiva nos “quadros do tempo e do espaço”, pois os dois jornais aqui analisados apresentam a “realidade” de uma violência ocorrida em determinado dia, horário e local da cidade. Esse cenário envolve vítimas, criminosos, testemunhas, familiares, repórteres de texto e de imagem e representantes de instituições públicas.

O acontecimento da violência se transforma, então, em espetáculo que se acompanha e se repete nos jornais, na televisão e na Internet. Nesses veículos, a notícia inicia para leitores/espectadores e familiares uma via-crúcis na busca por justiça e reparação. Textos e fotografias permitem o compartilhamento do luto e dos sofrimentos individuais, nos quais o espetáculo das emoções expressadas diante da morte de um ente é o acontecimento inaugural de uma memória da violência.

Esses jornais são posteriormente arquivados em bibliotecas, nos departamentos de pesquisas das agências e, principalmente, em pastas guardadas pelos familiares das vítimas de violência que servem como “lugares de memória”.

Segundo P. Nora (1993), "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais." (NORA, 1993, p. 17).

Essas notícias arquivadas revelam detalhes de uma "realidade" escolhida pelos jornais. Ela permite associar linha editorial ao perfil do público leitor. Entre os jornais do Rio de Janeiro, os que possuem mais leitores são *O Globo*, *Extra* e *O Dia*¹⁷. Todos tratam das principais notícias da cidade, do Brasil e do mundo. *O Globo* e *Extra* pertencem à mesma empresa de comunicação, mas possuem público-alvo diferente. *O Globo* tem seu conteúdo direcionado para as classes A e B¹⁸, segundo as qualificações das empresas de comunicação¹⁹. Já *O Dia* e *Extra* são produzidos para as classes C e D, que possuem menor escolaridade e nível de renda mais baixo. Eles se diferenciam tanto no preço de venda quanto no conteúdo e na linguagem. Os temas são mais aprofundados e a notícia é mais longa para as classes A e B. Já nos jornais dirigidos para as classes C e D há mais imagens (fotografias e ilustrações) e menos texto.

Os acontecimentos de violência na cidade do Rio de Janeiro fazem parte da cobertura do *hard news*²⁰, que consiste no noticiário de política, economia, guerra e crimes com atualizações imediatas que vão até o fechamento da edição do jornal. J. P. Souza (1999) indica que:

[...] as notícias podem subdividir-se em hard news (notícias "duras", respeitantes a acontecimentos) e soft news (notícias "brandas", referentes a ocorrências sem grande importância e que, geralmente, são armazenadas e apenas difundidas quando tal é conveniente para a organização noticiosa). As hot news, notícias "quentes", seriam aquelas que, sendo hard

17 Segundo o site da Associação Nacional de Jornais, *O Globo* e *Extra* estão entre os dez jornais de maior circulação paga. O jornal *O Dia*, em 2012, aparece em 23º lugar. A tabela no Anexo 4 mostra a circulação dos jornais no Brasil em 2012.

18 O *Jornal do Brasil* foi o concorrente do jornal *O Globo* durante muitos anos, pois ambos eram direcionados às classes A e B, mas teve sua última publicação impressa no dia 31 de agosto de 2010.

19 O anexo 5 mostra a classificação de público-alvo da mídia arquivada.

20 *Hard news* é um jargão utilizado no meio jornalístico. O Novo manual da redação da Folha Online, define: "Em inglês, tem o sentido de notícia importante. Designa o relato objetivo de fatos e acontecimentos relevantes para a vida política, econômica e cotidiana. Opõe-se a "soft news" e "feature", textos mais leves e saborosos que não precisam ter relação imediata com a descrição de um acontecimento (por exemplo, um perfil)". In: http://www1.folha.uol.com.br/foha/circulo/manual_producao_h.htm.

news, se reportam a acontecimentos muito recentes. As spot news são as notícias que dizem respeito a acontecimentos imprevistos. Finalmente, as running stories são notícias em desenvolvimento. (SOUZA, 1999, p. 14).

A cobertura de *hard news* faz parte da editoria “Local”, que “pode ser considerada a alma da redação, pois é a única que funciona 24 horas” (SILVA, 2010, p.73), todos os dias do ano. Para isso, as equipes compostas de um fotojornalista, um repórter e um motorista possuem uma escala de horários de saída do jornal desde às sete da manhã “para produzir qualquer tipo de notícia”. Nesse primeiro horário, a equipe substitui aquela que fez de plantão à noite e dá continuidade à cobertura dos acontecimentos da cidade.

A editoria “Local” é o espaço do jornal destinado aos acontecimentos urbanos como trânsito, atendimentos em hospitais e postos de saúde, ações de políticos e crimes, além de fofocas, atualidades, boletim e previsão do tempo. Na distribuição da publicação das notícias, realizada por subeditores e editores, considera-se a relevância e a afinidade dos diferentes conteúdos na edição. No jornal *O Globo*, que tem circulação nacional, a cobertura de violência da cidade do Rio de Janeiro é publicada antes do espaço destinado ao obituário e às missas em homenagem aos mortos. Já em *O Dia*, com circulação apenas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, as notícias de violência ocupam as primeiras páginas.

Na cidade do Rio de Janeiro, a notícia de violência significa não só assaltos, roubos, guerras do tráfico de drogas, mas também acidentes de trânsito e, principalmente, homicídios e latrocínios. Todas são violências contra a pessoa e são agressões que, na maioria dos casos noticiados, levaram à morte. A pesquisa de S. Ramos e A. Paiva (2007) questiona se os editores formulam e praticam critérios conscientes sobre prioridades na publicação de atos violentos ou se a edição de notícias é baseada no senso comum, na crença de que determinados assuntos interessam aos leitores (público-alvo), ou em hábitos estabelecidos há muito tempo nas redações.

Nesse sentido, a escolha do que deve ou não virar notícia é um tema tão complexo quanto estabelecer uma definição para o que é notícia. A seleção das notícias a serem publicadas é uma das atribuições de repórteres de texto, fotógrafos, subeditores e editores. Entre os inúmeros acontecimentos de violência ocorridos ao longo do dia, apenas alguns são noticiados. Tal seleção depende de negociações que levam em consideração o conhecimento da linha editorial do jornal

e os interesses políticos e ideológicos da direção, além de valores pessoais e profissionais. Em geral, as notícias de *hard news* que concorrem para a publicação impressa já foram parcialmente publicadas na versão online do jornal, e já passaram pelo filtro de interesse público, no qual se avaliam o número de acessos, bem como comentários e críticas.

Definir e identificar o que é notícia é bastante polêmico. Importância, atualidade e interesse humano são características que norteiam as análises de diferentes autores. N. Lage (1982) define “notícia como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante”, e este possui dois componentes básicos: o componente lógico com uma organização relativamente estável, em referência ao *lide*²¹; e o componente ideológico “escolhido segundo critérios de valor” (LAGE, 1982, p.34). Já para M. Sodré, “notícia é todo fato social destacado em função de sua atualidade, interesse e comunicabilidade” (SODRÉ, 1982, p.7). Para se transformar em notícia, o fato romperia com a rotina ou com a normalidade (PAIVA, 2005), seguindo a ideia de A. Cummings²², quando este diz que “se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, isso é notícia.”

Todas essas definições fundamentam a produção e a escolha do conteúdo do texto e da fotografia de uma notícia. Nesse contexto, o trabalho dos autores (repórteres de texto e imagem) pretende aumentar a venda/distribuição, alimentando a curiosidade do leitor/comprador. No entanto, “as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas.” (SOUZA, 1999, p. 6). Isso ocorre seja entre repórteres (de diferentes empresas ou da mesma) que trocam informações sobre o acontecimento, seja entre editores e repórteres ou entre editores e chefes de redação que, hierarquicamente, negociam cobertura e publicação, seja entre instituições públicas e repórteres, que agenciam discursos, ou ainda entre fontes de informação e repórteres. A produção e a publicação de uma notícia envolvem muitos agentes sociais e inúmeras possibilidades de negociação.

21 Tradução para o português da palavra lead. O lide é o primeiro parágrafo da notícia no qual o conteúdo deve responder às questões: quem, como, quando, onde e por quê. (Novo manual da redação, 1992).

22 Amos J. Cummings (1838 – 1902) foi editor do New York Sun no final do século XIX.

R. Fowler (1991) analisa o discurso das notícias admitindo o poder de toda linguagem para representar realidades. A notícia é, então, uma representação social (assim como as leis, os ritos, a arte etc.) através da qual aspectos importantes da sociedade são revelados. Como afirmam R. Gama e M. C. Dadalto (2009, p.6):

Na prática do cotidiano jornalístico, as informações coletadas são formadas por circunstâncias objetivas e influências subjetivas. Constituem uma sociedade determinada por objetivações e interações que ressaltam, sobretudo, a subjetividade, justificando que os acontecimentos dados como notícia são construções sociais.

O antigo lema de jornais sensacionalistas e populares, “se tem sangue, vira manchete”, deve ser bastante relativizado. O fato de o cachorro morder um homem e vice-versa só se transforma em notícia porque depende dos valores da sociedade na qual está inserido. Também se colocam outras perguntas: quem é o homem e de quem é o cachorro? Onde eles estavam? E, principalmente, quem viu ou sabia o que ia acontecer? Considero, então, que a produção do noticiário revela questões importantes do universo dos familiares de vítimas e da violência na cidade do Rio de Janeiro, pois inúmeras são as formas de interação social envolvendo os repórteres de imagem e os familiares de vítimas.

2.1 Fotojornalistas e familiares

A cada cobertura de uma notícia, o fotógrafo edita e legenda mais ou menos cinquenta fotografias, dependendo da importância do assunto, do tempo e do material disponível para produzir as imagens. Cada editor recebe cerca de mil imagens dos fotógrafos da redação, e mais de 2 mil das agências de notícias internacionais. Nenhum dos editores trabalha sozinho porque “é muito trabalho e ter uma equipe é fundamental”, afirmou o editor de um dos jornais de referência à pesquisa. Assim, o trabalho individual do fotógrafo é resultado de uma produção social (BECKER, 1982). Além da cena, do fato e dos sujeitos envolvidos, outros elementos complementam essa produção: os equipamentos (câmeras, lentes, iluminação, filmes e software), o conhecimento técnico (luz, ângulo, lentes e câmeras adequadas), a formação individual dos profissionais e as negociações internas do jornal. I. Travancas (2011) ainda acrescenta a necessidade de outros

profissionais, como secretárias e contínuos, além de recepcionistas, técnicos e engenheiros responsáveis pela fabricação industrial para a publicação de um jornal que estrutura-se sobre o tripé: redação, circulação e publicidade. A autora destaca também que em sua pesquisa sobre os jornalistas de diferentes veículos (impresso, televisão e rádio), os entrevistados avaliaram que “o profissional que trabalha na imprensa escrita é considerado um modelo, o paradigma do jornalista.” (TRAVANCAS, 2011, p.23).

Nos dois jornais, os editores-chefes de fotografia entrevistados ocupam o cargo mais alto da hierarquia da produção fotográfica. São responsáveis, principalmente, pelo fechamento da primeira página e da publicação das edições. Abaixo deles estão os subeditores responsáveis pelas fotografias que complementam as notícias. Os fotojornalistas formam a outra ponta do processo de produção fotográfica para os jornais. São eles que lidam com criminosos, policiais e familiares de vítimas e todas as questões da rotina de violência da cidade, como tráfico, chacinas, homicídios, assaltos, sequestros etc. Para conviver diariamente com a violência urbana eles afirmam que é preciso:

- Ter experiência na rua e em certas situações;
- Estar atento e ser tranquilo;
- Estar capacitado para fazer qualquer tipo de ação, lidar com o imprevisto e com a ação de limite;
- Ter uma base espiritual muito forte, uma base familiar forte também porque te desequilibra com a maior facilidade. É tiro pra caramba. Um tiroteio ferrado;
- Uma violência extrema que é difícil de lidar emocionalmente. Por isso, você tem que ter um autocontrole;
- Tem que estar bem. Se você não tiver um controle interno, você sai perturbado;
- Não adianta você só entrar numa incursão dessa policial e se arriscar. Você tem que entrar e fazer fotografias. Fotografias que rendam...;
- Chega ao final do dia mesmo com esses truques, eu chego em casa com aquela carga.

Nos relatos, os termos “experiência”, “tranquilo”, “capacitado”, “autocontrole”, “controle interno” e “truques” revelam a percepção dos fotojornalistas sobre as características necessárias para realizar as coberturas de violência. Eles apontam

que presenciar a rotina de violência da cidade, assim como o sofrimento dos familiares das vítimas exige o controle de sentimentos e emoções para a produção de fotografias.

A experiência da relação profissional com a violência se fundamenta na “ideia de que o sujeito deve ter um autocontrole emotivo” (REZENDE e COELHO, 2010, p.104). Tal controle é parte da manutenção do equilíbrio individual e também social, pois o fotojornalista não deve compartilhar todas as suas emoções e sofrimentos com sua própria família e com os colegas de trabalho. A forma de compartilhar acontece em parte através da fotografia que denuncia a violência, e também nos momentos de descontração, na “salinha do bebedouro e do cafezinho”. Para I. Travancas (2011, p.28), este é um “lugar de destaque” na redação por ser “um ponto de encontro intensamente frequentado”. Em um desses momentos, observei a conversa de dois fotógrafos:

- O que é isso?” [A fotógrafa refere-se ao programa que passa na televisão da salinha].
- Ah, um cara tentando sair do elevador.
- Por que você vê isso? Estou ficando nervosa. Que coisa horrível!
- Pô, eu acho maneiro..., responde outro fotógrafo.
- Ah, não! Minha vida já tem emoção demais para eu ficar vendo isso na TV.
- Ela abre o jornal para ler e outro “coleguinha”²³ chega e pergunta:
- Sabe o que você vai cobrir hoje?
- Ainda não...
- Uma chacina em Santa Cruz?! Tranquillinho... É só pá, pá, pá. [Ele faz gesto com a mão como se estivesse fotografando].
- Nem brinca... [Ambos riem].

A aversão da fotógrafa às diferentes violências apresentadas tanto no programa de televisão quanto na sugestão de seu “coleguinha” da cobertura fotográfica de um acontecimento violento revela a relação dos fotojornalistas de *hard news* com a violência carioca. A semelhança da gestualidade técnica permite, segundo F. Tacca (2009, p.3), que a câmera e a arma fiquem no mesmo lugar de forma dramática. “Entre o fuzil e a câmera ficamos somente nós e a imagem, que faz a mediação do evento. De certa forma, quase colocamos nossas mãos para cima em ato de misericórdia.”

A sugestão de “uma chacina em Santa Cruz”, feita por outro fotojornalista em tom de brincadeira, demonstra que esse ato de violência extrema é um

23 Jargão jornalístico que indica companheiros de trabalho.

acontecimento corriqueiro na rotina desses profissionais. A reação irônica dos dois fotojornalistas pode também ser considerada uma atitude *blasé* (SIMMEL, 1987), como se “chacina” e a expressão “pá, pá, pá” – a câmera fotografando como uma metralhadora – fossem destituídos de todo conteúdo de significação da violência que possuem.

O controle das emoções e o não-envolvimento com o sofrimento do outro (SIMMEL 1987, GOFFMAN 1975) é um elemento fundamental do trabalho com a violência urbana. Desse modo, cada fotógrafo desenvolve uma forma de se relacionar com essa realidade, presente na rotina diária, e que extrapola o tempo do trabalho.

No momento em que a violência acontece, os fotógrafos precisam ter controle emocional para retratar essa realidade, saber lidar com policiais, se posicionar em um tiroteio para não perder a vida e o material de trabalho e, ainda, saber como lidar com vítimas e familiares em uma situação de dor e sofrimento extremos. No retorno à redação do jornal, há que rever as imagens com certo distanciamento para escolher o melhor corte e ajustar os filtros da edição. Mas, fora do ambiente de trabalho, essa “imagem não sai da cabeça”. Muitos ainda assinalam que a publicação da notícia e das fotografias é nutrida por sentimentos contraditórios: de um lado está a necessidade de se concluir um trabalho; de outro, o trabalho explora fotograficamente a dor de alguém, como contaram fotojornalistas de *O Globo* e *O Dia*:

– Fui fazer uma matéria e quando eu olhei, eu falei: ‘Poxa, eu te conheço.’ E ele: ‘Eu também te conheço.’ Nesse período eu estava pensando em dar um tempo. Já tinham se passado dois anos que eu encontrei o senhor Armando. O filho dele morreu em um acidente de carro na Avenida das Américas. O outro que eu ganhei prêmio foi de um acidente na Lagoa. E aquilo sempre ficava no meu inconsciente: ‘pô, cara, como é que pode eu ganhar um prêmio com a dor de alguém?’ Ficava no meu inconsciente essa cobrança. E aí, quando eu encontrei o seu Armando três anos depois, eu não aguentei. Eu desabei e perguntei tudo o que eu queria perguntar para ele, entendeu? Eu queria saber como ele se viu na página do jornal no dia seguinte. Toda palavra que ele dirigiu para mim naquele momento foi de muita luz. Ele me acalmou muito. Ele disse: ‘Não, o seu trabalho é esse. Você está conscientizando as pessoas’.

– Olha, teve um primeiro momento onde eu fiquei alguns dias me sentindo culpada, mas aí eu pensei, conversei com algumas pessoas, alguns professores... Aí eu percebi que eu não tenho culpa e que eu não estou, e nem estava, me aproveitando de nada. Não fui eu que causei. Eu estava ali e tinha uma câmera... É uma coisa meio louca, mas isso passou.

Os dois fotógrafos falavam do sentimento de culpa e de impotência diante da violência e da fabricação de imagens. O ato de fotografar e publicar nas páginas dos jornais a intimidade e o sofrimento de alguém e, principalmente, o fato de ser pago para isso ou de receber um prêmio com a fotografia da dor do outro são elementos que indicam o estabelecimento de um tipo de contrato moral, no sentido atribuído por M. Mauss (1974). Nesse contrato os fotojornalistas se sentem em dívida com familiares e vítimas.

Para os fotógrafos, a autorização de produção da imagem da violência tem um valor simbólico. Demarca fronteiras hierárquicas entre fotojornalistas e familiares. Os primeiros acreditam que não possuem elementos de troca com os segundos, pois nada pode reparar o sofrimento da pessoa fotografada. No entanto, os relatos dos fotojornalistas demonstram como essa demarcação possui nuances. Diante da admissão do papel social da "vítima", os sentimentos suscitados nos repórteres obedecem à gramática da compaixão. O fotojornalista realiza o trabalho de fotografar a violência, mas, ao mesmo tempo, sente-se em dívida. Experimenta um sofrimento e sentimentos de compaixão pelos familiares, por "algo alheio a sua vontade ou possibilidade de intervenção" (REZENDE ; COELHO, 2010, p.82).

Para lidar diariamente com esses conflitos individuais e sociais, os fotojornalistas têm atitudes que reconhecem como "masculinas", isto é, não expressam seus sentimentos. A postura de "enfrentamento e imposição" pode estar relacionada ao fato de que a grande maioria desses profissionais é formada por homens. Isto também se expressa nas roupas de trabalho, que devem permitir muita mobilidade em uma situação de perigo, como por exemplo, o tênis, o jeans e o colete com muitos bolsos para guardar o equipamento fotográfico (lentes objetivas, baterias extras da câmera, filtros etc.).

De acordo com os editores de fotografia, no jornal *O Dia* apenas uma mulher integra a equipe de 21 fotógrafos. Já no jornal *O Globo* são 36 profissionais, dos quais oito são mulheres. Mesmo elas, na rotina de trabalho, mantêm uma postura masculinizada, como disse a fotógrafa do jornal *O Globo*:

– Você não pode trabalhar de saia e salto. É impraticável para fotografar. E também pela postura que você tem que ter diante dos acontecimentos. Você não pode ser uma garota feminina para fotografar uma operação de polícia. É incompatível! As pessoas que me veem fora do jornal não me reconhecem. Estou de salto e de saia... [risos].

Os editores dizem que "diante de uma situação de violência não prevista, tanto o repórter de texto quanto o fotógrafo têm que estar capacitados para produzir a notícia". Para isso, quando entram para o jornal, todos passam por todas as editorias. Tal prática faz parte do processo de formação e aprendizado do cotidiano profissional. Segundo eles, o objetivo é fazer com que o profissional esteja apto a cobrir qualquer tipo de notícia e, também, para que não fique "com o olhar viciado" em "determinado assunto".

Todos os fotógrafos falam do perigo de sofrerem algum tipo de violência física durante o trabalho, principalmente nas incursões policiais contra os traficantes de drogas. Disseram eles:

- Tenho várias fotografias que o cara estava atirando mesmo em cima de mim e eu fotografei.
- Já tomei empurrões e fiquei com arma na cabeça várias vezes. Isso aí, eu já perdi as contas.

Apesar de ser visto como uma agressão pelos próprios repórteres fotográficos e pelas pessoas da comunidade, o uso de colete à prova de balas tornou-se uma obrigatoriedade nas empresas de comunicação que atuam em áreas de conflito entre traficantes e policiais. Muitos deles afirmam a necessidade do colete. Apesar disso, no jornal *O Dia* os fotojornalistas não são obrigados a usá-los como proteção. Já um fotógrafo do *O Globo* compara o uso do equipamento para proteção com o de outras profissões:

- Se você entra numa obra, numa construção civil, você vai ter que por o capacete. Isso é óbvio.

Dois dos seis entrevistados citam o livro de S. Sontag (2003) quando pergunto: "Como é lidar com a violência profissionalmente, com as vítimas e familiares?" Para ambos, é impossível não se envolver ou não se emocionar com aquilo que acontece na frente deles. Referem-se, então, à reflexão que Sontag faz quando afirma que "nenhum 'nós' deveria ser aceito como algo fora de dúvida, quando se trata de olhar a dor dos outros." (SONTAG, 2003, p.12). A fotógrafa do *O Globo* falou sobre os mecanismos que utiliza para lidar diariamente com a violência:

– Olha, é diferente a sua relação na cena quando você está com a câmera. Eu, desde muito nova, já lá no interior da minha cidade, fotografava cemitério e corpos de pessoas mortas. Eu desde essa época não olhava sem a câmera. É engraçado isso, mas eu não olhava. Só olhava na hora de fazer a foto. Eu não olhava para cena ou para o corpo da pessoa sem a câmera na cara. A câmera te distancia um pouco. Estabelece uma distância entre você e aquela pessoa. Porque não é possível que você viva todas essas situações. Todos esses dramas. Porque aquele crime que você está fotografando ali com certeza é um drama para uma família. É um drama para uma mãe que perdeu um filho. É um filho que perdeu um pai. É um drama. E não tem como você passar por tantas situações e não ser atingida. Mesmo depois de vinte anos fotografando isso, eu me emociono, principalmente com relação a criança. Me deixa muito emocionada e literalmente arrasada.

A câmera fotográfica transforma-se num escudo para que o drama familiar não atinja a fotojornalista. A percepção da cena de violência e do sofrimento familiar é interferida pela escolha de envolvimento com todo aparato técnico da fotografia profissional. Suas emoções e atenção se voltam para composição da imagem, ângulo, lentes, luz etc., pois a cena da violência precisa, de alguma forma, ser representada fotograficamente. Como analisa B. Kossoy (2009 p. 43), a “representação fotográfica é uma recriação do mundo físico ou imaginado, tangível ou intangível; o assunto registrado é produto de um elaborado *processo de criação* por parte de seu autor”.

A produção de fotografias de acontecimentos violentos é bastante complexa. As emoções de todos que participam da cena estão à flor da pele. Neste cenário, os fotojornalistas lidam com o imprevisto e, muitas vezes, eles têm pouco tempo para planejar e produzir. Assim,

é a capacidade de reação que muitas vezes determina a qualidade jornalística da foto. (...) É a experiência que permite a um fotojornalista obter, com rapidez, fotografias comunicativamente claras e compostas de forma a tornar a cena principal imediatamente reconhecível. (SOUZA, 2002, p.110).

A relação com a alteridade é intrínseca à ação profissional do fotojornalista. A produção da imagem fotográfica “obedece a protocolos” e “a imagem surge de uma só vez” na tela de pixels das novas câmeras fotográficas (ROUILLÉ, 2009, p.35). A ausência de sofrimento com a violência vivenciada durante o trabalho fotográfico é percebida como uma manifestação de frieza e desumanidade e foi relatada por todos os entrevistados.

– Quando você vê coisas desse tipo, uma tragédia e não sente nada... Então, está na hora de você dar uma parada e pensar que tem algo errado. O ser humano quando vê algo assim não tem jeito. Você vai se comover. Se não tem isso, tem algo de muito errado. (fotógrafo de O Globo)

– Meu Deus, será que eu estou ficando fria demais? Não é possível. O que está acontecendo? (fotógrafa de O Dia)

– É natural que as pessoas criem barreiras. É como um médico que vai para a mesa de cirurgia falando de futebol. Acho que as pessoas vão criando barreiras para poder se distanciar um pouco e não viver todas as dores de todo mundo porque senão a pessoa não resiste. (fotógrafa de O Globo)

– Você está ali, você tem que fazer. É o seu trabalho. Já vi muitos colegas que fazem as fotografias e você olha e vê que no olho dele está descendo uma lágrima. Aí você sai de perto para não falar nada, mas é aquela história... É o nosso trabalho, é a nossa profissão. (fotógrafo de O Dia)

O “normal”, de acordo com os entrevistados, é a “expressão obrigatória dos sentimentos” que se manifesta através de uma emoção (MAUSS, 1980). A expressão dessa emoção, contraditoriamente, deve ser contida para não interferir no sofrimento dos familiares da vítima e, tampouco, na rotina de trabalho dos demais colegas que registram o acontecimento. Estabelecem, então, uma relação distanciada com o ato de violência e diferentes estratégias para controlar as emoções como modos de construção de uma proteção psicológica. A violência é apenas uma das pautas do trabalho diário dos fotógrafos. Segundo eles, é preciso evitar um envolvimento pessoal e emocional com familiares e vítimas relacionadas ao ato violento para conseguir realizar as demais tarefas do dia.

Nas situações em que o corpo não está mais no local ou de violência extrema, a pedido ou em respeito à família, o acontecimento não é registrado fotograficamente devido ao grau de agressão ao corpo da vítima: partes do corpo decepadas, corpo queimado, vísceras expostas ou excesso de sangue. Nesse caso, os fotógrafos, “com muito jeito”, solicitam aos familiares uma fotografia da vítima ou um documento para ser publicado no jornal. Trata-se de mostrar “quem foi a vítima” e de aproximá-la dos leitores para que estes relacionem o ato violento descrito no texto da notícia com a imagem da vítima ainda em vida ou gravemente ferida.

A publicação de fotografias e documentos das vítimas pertencentes ao acervo familiar é uma prática muito antiga; as primeiras publicações fotográficas em jornais brasileiros datam da Guerra do Paraguai (1865-1870). Nessa época, os jornais não tinham seus próprios fotógrafos para a produção de imagens. O periódico *Semana Ilustrada*, por exemplo, lançou uma campanha para arrecadação de fotografias da

Guerra do Paraguai: “Todas as pessoas que possuïrem os retratos de alguns dos bravos que ali se distinguem, e quizerem obsequiar a Semana, hajão de remette-los ao Imperial Instituto Artístico, largo de São Francisco de Paula n16. (*Semana Illustrada*, 22/01/1865, p. 1723 apud LAVARDA, 2009). Incontáveis *cartes-de-visite*²⁴ chegaram à redação do jornal e foram publicadas.

Hoje, a solicitação de fotografias do acervo familiar compõe a notícia sobre a violência junto com outras imagens do desenrolar dos acontecimentos. As fotografias da vítima em vida são provenientes de acervos pessoais e estão em formatos e suportes diversos. Em dois dos seis casos analisados, as fotografias das vítimas foram retiradas dos perfis da sua rede de relacionamentos da Internet. Em dois outros casos, elas foram cedidas por um familiar da vítima que selecionou, no acervo da família, aquelas que desejava veicular publicamente. Em uma terceira situação, foram os amigos de trabalho que cederam a última fotografia da vítima viva e, em outra, foi a mulher da vítima que cedeu a fotografia de um documento, a pedido do fotojornalista.

As diferentes fontes de acervo fotográfico também transformaram a relação dos fotojornalistas com as famílias, pois quando estas não podem ou não querem ceder imagens aos jornais, os fotojornalistas recorrem aos perfis das redes de relacionamentos, onde essas imagens pessoais já são de domínio público.

É bem verdade que o baixo custo de computadores e câmeras fotográficas digitais multiplicou e facilitou a produção e o acesso às imagens pessoais e familiares. Nos últimos quinze anos, as câmeras digitais automáticas e as novas tecnologias de captação e “revelação” de imagens popularizaram a produção de fotografias. C. Peixoto (2011,1998) afirma que as camadas superiores foram as primeiras a ter acesso a essas tecnologias.

Aos poucos, elas se tornaram mais acessíveis às camadas médias e populares, de forma que, hoje, com a massificação e simplificação dos procedimentos técnicos, a prática familiar (de se fixar em imagens) das camadas superiores foi incorporada por todas as camadas sociais. (PEIXOTO, 2011, p.12).

24 A “Carte de visite” foi criada pelo fotógrafo André-Adolphe-Eugène Disdèri e consistia em uma aplicação do colódio copiada em papel albuminado e colada sobre um cartão suporte em formato de cartão de visitas. A imagem menor diminuiu o custo de fabricação e popularizou o retrato fotográfico. (Rouille, 2009, p.52).

Em sua análise, I. Jonas (2010) distingue quatro grandes períodos de evolução da fotografia de família: “Uma primeira evolução que se estende desde os primórdios da fotografia às férias remuneradas e à Segunda Guerra Mundial, um segundo período que decorre até os anos de 1960-70, um terceiro período até os anos 2000 e uma nova que surge sob nossos olhos, com o advento da câmera digital.”²⁵ (JONAS, 2010, p.101 – tradução livre).

Com a facilidade das fotografias digitais, principalmente após os anos 2000, surgem novas formas de tornar públicos os acervos pessoais. Novas temáticas substituem ou somam as antigas imagens do acervo familiar, afirma I. Jonas (2010). Isto é, ao lado das cerimônias, das festas e das férias da família passou-se a produzir fotografias mais intimistas. Um exemplo está nas autofotografias realizadas nos diferentes ambientes pessoais e de lazer, como as comemorações entre amigos, os esportes e passeios e, também, o ambiente de trabalho.

P. Bourdieu (1974) acrescenta que a fotografia foi introduzida em cerimônias rituais da vida de família fora de sua rotina diária devido à importância social dessas cerimônias, que demonstram os hábitos aprovados pelo grupo. Apesar das fotografias digitais passarem a ter um conteúdo mais intimista, também continuam fornecendo a imagem que o indivíduo quer dar de si mesmo para aceitação dos demais membros desse grupo. Essas imagens continuam a revelar os momentos de felicidade e de realizações pessoais e não tratam dos momentos de tristeza, sofrimento e muito menos de violência.

Apesar das transformações da prática e dos conteúdos da fotografia, os familiares próximos, que ainda são os detentores de direitos desses acervos, não veem a publicação da fotografia de seu ente nos jornais como um abuso. A aproximação entre fotojornalistas e familiares de vítimas de violência ocorre, em geral, nos primeiros momentos em que os familiares recebem a notícia e que os fotojornalistas executam a pauta²⁶ de cobertura da violência. O instante em que os

25 No original: "Une première évolution qui s'étend des débuts de la photographie aux congés payés et à la Seconde Guerre mondiale, une deuxième période qui court jusqu'aux années 60-70, une troisième période jusqu'aux années 2000 et une nouvelle qui prend naissance sous nos yeux avec l'apparition de l'appareil numérique."

26 A pauta é um roteiro de trabalho de repórteres de texto e de imagem, produzida por cada editoria e recebida por fontes de informação externas ao jornal. As pautas das editorias são diárias e começam a ser elaboradas na véspera da cobertura. No caso da cobertura de hard news, a pauta normalmente sofre alterações, de acordo com as informações que chegam aos jornais sobre os

familiares tomam conhecimento da violência e da possível morte de seu ente pode ser traduzido como:

[...] algo é maior do que os próprios planos de alguém, do que os próprios projetos, os próprios saberes e escolhas. Algo toma conta de você: de onde é que vem? Que sentido isso faz? O que é que nos reivindica em tais momentos, de tal forma que não somos os donos de nós mesmos? Ao que estamos amarrados? E pelo que estamos apreendidos?²⁷ (BUTLER 2004, p. 21 – tradução livre).

Há resistência em acreditar no fato e, ao mesmo tempo, há a esperança de um engano, de sobrevivência à violência cometida, ou de uma explicação plausível para a morte súbita, como mostram os relatos de dois familiares:

– Eu comecei a ouvir barulho e tiro. Muito tiro mesmo e de armamento pesado. Eu falei: ‘O que é que é isso, meu Deus?’ Como eu sou medrosa mesmo, me escondi atrás da parede. Como na minha casa não tem muita segurança, me joguei debaixo da cama. Eu falei: ‘O que é que é isso, meu Deus? O que está havendo?’ Parecia que o mundo estava se acabando. Fiquei quietinha. E aí... quando deu uns vinte minutos de tiroteio, parou. Parou e deu um último tiro. E aí eu disse: ‘Poxa, esse foi para matar. Até então, eu estava tranquila. Sem pensar em nada, em uma tragédia familiar. Aí parou. E aí eu comecei a escutar gritaria. E aí veio a minha irmã mais nova. Ela mora perto de onde ocorreu o assassinato do meu sobrinho. E foi um desespero. Na hora que eu saí, minha irmã veio dizendo e já estava em choque: ‘Me abraça, me abraça, mataram o meu filho. Atiraram no meu filho.’ E eu: ‘Por quê? Por quê?’ E ela desmaiou. Desmaiava e voltava. E nisso a rua estava cheia de gente. A minha outra irmã também desmaiou e as pessoas acolhendo e muita gente chorando. Os colegas dele e todo mundo se perguntando: Por que fizeram isso? (Regiane)

– Fui correndo para o hospital, porque eu queria estar com a Clara. Estar do lado dela, ver ela, mas eu só podia ficar esperando notícias da minha filha... Aí o repórter que começou acompanhar o caso virou e disse: ‘Pô, cara, você tem uma foto da sua filha?’ E eu, disse: ‘Tenho, está lá no carro’ [a entonação é como se ele tivesse sem paciência] Aí, eu querendo ver a Clara e não conseguindo, e ele: ‘Pô, me empresta uma foto para gente levar?’ Aí eu fui lá no carro e abri a pasta e tinha algumas que eu tinha acabado de revelar. Tinha umas oito ou nove fotos da Clara e uma delas era essa. Aí ele disse: ‘Eu quero essa aqui!’ Eu peguei a foto e dei para ele e demorou uns dois meses para me devolver a foto original. Levou para o jornal e ficou. No dia seguinte, para eu lembrar quem era! Não lembrava mesmo! Numa semana que eles ficaram fazendo reportagem, ele me deu a foto e falou: ‘A foto estava comigo’. Eu só via a foto nos jornais e na

acontecimentos do dia ou com a percepção dos repórteres, que uma vez na rua podem produzir uma notícia sobre determinado acontecimento que não foi pautado.

27 No original: “Something is larger than one’s own deliberate plan, one’s own project, one’s own knowing and choosing. Something takes hold of you: where does it come from? What sense does it make? What claims us at such moments, such that we are not the masters of ourselves? To what are we tied? And by what are we seized?”

televisão e pensava: 'Onde é que eles arrumaram essa foto?' Dei a foto para alguém, mas não sabia quem. Estava completamente atordoado... (pai de Clara)

Outros relatam não saber ao certo como foi o primeiro contato com os jornais e a televisão. Esse esquecimento é associado à situação traumática. Uma proteção psicológica para que possam continuar sem a lembrança das dores e dos sofrimentos do instante da perda. No entanto, o acontecimento narrado posteriormente pelos familiares é tomado por emoções extremas, reações de desespero. O extravasamento de todas as expressões emocionais é aceito pelos presentes, como os gritos, os choros, os desmaios, os ataques do coração e as convulsões. Expressões de um emaranhado de sentimentos de raiva, ódio, medo e tristeza que marcam a morte violenta.

É uma ruptura com o ente familiar morto, mas também com a percepção de que não há um controle de sua própria vida e a dos seus próximos. Por outro lado, não há a percepção de que a morte por violência faz parte da rotina do Rio de Janeiro. Apesar dos altos números de morte violenta na cidade, em geral, os indivíduos classificam dois tipos fundamentais de morte: a morte natural por doença e velhice e a morte repentina causada por fatores externos, como acidentes e violências. O primeiro tipo faz parte do curso "normal" da vida, sendo, portanto, mais aceitável ou compreendido do que o segundo, como contou uma mãe:

– É complicado perder filho... Filho único ou não, é sempre complicado. Assim, desse jeito, porque quando é uma doença que você já sabe que não tem chances de sobreviver, mesmo sendo filho, você entende. Quando é assim, por violência, é bem complicado.

Tal visão de que a morte violenta é menos aceitável do que a morte natural é compartilhada por fotojornalistas, amigos e demais familiares. Apesar disso, cada grupo estabelece diferentes relações com o acontecimento. Os familiares e amigos são autorizados a expor suas dores e mostrarem suas angústias, que demarcam as emoções e as reações de um corte abrupto de uma relação afetiva. Já os fotojornalistas, como vimos, não podem demonstrar uma reação emocional diante da morte violenta e do sofrimento de pessoas desconhecidas. É fundamental ter autocontrole a fim de administrar o acontecimento e produzir imagens para a publicação nos jornais. Para um dos fotojornalistas, o que eles vivem é uma situação dupla:

– Eu costumo dizer que o repórter fotográfico, ele é anjo e demônio. O tempo todo anjo e demônio. Depende da situação. Às vezes para você eu posso ser anjo, às vezes eu posso ser demônio. Porque nessas situações nós também somos implicados.

Denunciar o caso para que as instituições públicas tomem alguma atitude é percebido, pelo fotojornalista, como uma atribuição de um anjo que veio salvar e amenizar a dor dos familiares. Mas, ao negar uma solicitação da família, como, por exemplo, carregar o corpo do ente morto que foi encontrado no alto da favela, é vivido pelo fotojornalista como se os familiares o vissem como um demônio. A essa situação o fotógrafo respondeu:

– A forma mais importante que eu tenho de ajudar a senhora agora é registrar a sua dor.

Outro exemplo é o de uma fotógrafa, que ao se aproximar do morto para fotografar, escutou:

– Sai daí, urubu em cima da carniça.

Nos dias que se seguem à violência, os repórteres de imagem e texto se aproximam dos familiares das vítimas para obter mais informação sobre ela e as consequências públicas e privadas do caso. Após o acontecimento, o contato com as instituições de segurança pública, o velório, a missa e a manifestação contra a violência constituem a via-crúcis que permite uma relação mais próxima entre os profissionais da notícia e os familiares. O pai de Clara conta que se tornou amigo do repórter que ficou com a fotografia da sua filha. Os demais familiares também contam que durante alguns dias os repórteres ficaram na porta de suas casas, à espera de novos acontecimentos em relação ao caso. Flávia relatou em detalhes um fato que envolvia repórteres e a delegacia de polícia:

– O laudo cadavérico do meu filho estava para sair. Nessa época eu estava com muito contato com os repórteres. E eles sabem de tudo, antes de todo mundo. Eles me ligavam direto, perguntando: Flávia, já saiu? Já saiu? Aí eu falava: ‘Gente, ainda não chegou na minha mão.’ Aí eu encontro na delegacia nesse dia um careca da polícia civil. Não sei se ele era subchefe. Não sei. Aí eu perguntei para ele:
– Eu queria o laudo do meu filho.
– Ah, não saiu.

- Você tem certeza disso?
- Tenho, não saiu. Quando sair, a senhora vai ser a primeira a saber. Eu saí da delegacia, quando eu fiz a curva, ele foi – porque estavam todos os repórteres lá – ele foi para frente da delegacia e deu o laudo. Só que um repórter me ligou e eu voltei.

O relato mostra o jogo de interesses e a manipulação entre as instituições de segurança pública, os repórteres e os familiares de vítimas. Há uma articulação da informação sobre o desenrolar da investigação e sua publicação em jornais. O trabalho de repórteres de texto e de imagem é permeado pelos interesses políticos das instituições envolvidas no acontecimento e, respectivamente, no noticiário.

2.2 Fotojornalismo e poder

Para os fotojornalistas, trabalhar no *hard news* significa “ir além”, pois fotografar a violência ou a tragédia e publicá-la nas páginas dos jornais tem por objetivo suscitar a atenção dos leitores e das instituições públicas para que o problema da violência seja resolvido. É uma forma de denunciar e propor intervenções através da produção fotográfica para jornais impressos. Como afirma uma fotógrafa, “você vê uma coisa que gostaria que não existisse, mas infelizmente, você está ali para mostrar e para que de uma maneira ou de outra aquilo alerte aos governantes e quem pode fazer alguma coisa para evitar que aconteça com outras pessoas”.

Já um fotógrafo relatou todo o desenrolar de uma cobertura fotográfica e sua publicação nas primeiras páginas dos jornais:

- Tem a história da Providência²⁸, dos meninos que foram levados pelo Exército e foram entregues para outro grupo de traficantes. No outro dia pela manhã, ao invés de ir para o Morro da Providência, eu fui para o Morro da Mineira porque os corpos dos meninos estavam lá. Nessa hora chegou uma Kombi e um parceiro meu, o motorista do Extra (jornal) me avisou:

28 No dia 14 de junho de 2008, sete soldados, três sargentos e um tenente do 1º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro participaram de uma operação irregular que resultou na prisão de três moradores do morro da Providência, no Rio de Janeiro. Os três prisioneiros foram entregues aos traficantes de drogas do morro da Mineira e foram torturados e mortos, pois as quadrilhas que operam nos dois locais são inimigas. Os 11 militares foram presos e indiciados por homicídio. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, precisou ir à Providência, para apresentar as desculpas formais pela morte dos três rapazes, em nome do presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, que é, constitucionalmente, o comandante supremo das Forças Armadas.

– Porra, ninguém, as mães estão aqui no pé do Morro da Providência, na delegacia.

– Pô, cara, eu estou aqui na Mineira.

Aí, dez minutos depois, elas saíram e foram para a Mineira. E aí eu perguntei aonde eles estavam e ele disse ‘estamos numa Kombi que parou e saíram 10 pessoas’. Quando eu encontrei aquela mulher, tudo aquilo veio. Eu já vivi aquilo, entendeu? Aí dessa vez eu fiquei três dias acompanhando aquela mulher. Foi do caramba!

Daí nós saímos da Mineira, andamos até o QG e ela procurando ajuda. Outro calvário. Ela procurando ajuda e eu acompanhando ela a pé. Chegou aqui, não conseguiu nada. Aí saiu daqui, foi para a delegacia lá no pé do Morro da Providência. Também não conseguiu nada, nada, nada. Aí, a noite foi descendo. O Exército lá em cima e aquele clima tenso. Ela ia voltar para casa, ia se despedindo quando eu falei: ‘Não, senhora, eu vou levar a senhora. Deixei a mulher dentro de casa no primeiro dia. Foram três dias, eu consegui colocar ela na capa do jornal O Globo. No primeiro dia, foi a foto dela apontando para o grupo de policiais. A segunda foi o enterro do menino, é, eu fiz o enterro do menino. Ela estava abraçada no caixão, chorando pra caramba. E a terceira foto, que eu fiquei em êxtase porque foi uma doideira, foi a do ministro da Justiça pedindo perdão a ela.

Nesse último dia, foi o maior barato porque ficou naquele sobe ou não sobe. Ao invés de subir, ele (o Ministro) foi para associação de moradores, na lateral. Por uma questão política levaram ele para lá e tal. A gente lá em cima e ele não subia e estava anoitecendo. Aí, chegam as mães de táxi. Elas vieram pelo outro lado. Foram fazer alguma coisa. Acho que as camisetas com as fotografias dos filhos que foram mortos. Aí, quando pararam o carro, a primeira pessoa que a dona Nilma veio falar foi comigo. Veio correndo e disse:

– Poxa, obrigada por ter acompanhado a gente.

Logo em seguida anoitece e o Ministro ainda no sobe ou não sobe. E elas falaram:

– Nós não vamos descer de jeito nenhum.

E o Ministro teve que subir. Aí foi que eu fiz a imagem dela com a mão na barriga do Ministro e ele pedindo perdão a ela.

Ao relatar a história, o fotógrafo explicita sua crença no poder do fotojornalismo com a publicação de suas fotografias na capa do jornal, sugerindo a capacidade de intervenção do seu trabalho nesse caso de violência. No entanto, como aponta P. Bourdieu (1994), o desdobramento do caso não pode ser relacionado apenas ao poder de fotojornalistas ou dos jornais e nem mesmo da mídia como um quarto poder, mas a diferentes mecanismos de influência do campo jornalístico.

P. Bourdieu (1994) afirma que, primeiramente, a influência é exercida entre os jornalistas dentro do próprio campo, como a cobertura do caso pelos telejornais das oito horas da noite, considerado o horário de maior audiência da televisão. Depois, segue o posicionamento editorial do jornal no espaço mais ou menos perto do “pólo

intelectual” ou do “pólo comercial”²⁹. E, ainda, o grau de autonomia do jornalista, algo que depende da sua posição dentro do jornal e de sua vulnerabilidade às pressões das relações internas e externas ao jornal. Outros autores, como B. Zelizer (1993) e C. Ponte (2005), justificam que a produção de notícias é a mesma em diferentes veículos. C. Ponte considera que os jornalistas são membros de uma “comunidade interpretativa que mantêm uma coesão por possuírem um repertório de acontecimentos do passado, uma cultura que se constitui como modelo de apreciação das ações do presente.” (PONTE, 2005, p.119).

Outra perspectiva apresentada por P. Bourdieu (1994) é a influência sobre os vários campos de produção cultural – o campo jurídico, o campo literário, o campo artístico e o campo científico – sobre os jornalistas.

Ou seja, mesmo que sua eficiência se dê quase sempre por meio das ações de pessoas distintas, os mecanismos que têm lugar no campo jornalístico e os efeitos que exercem sobre os outros campos são determinados na sua intensidade e na sua orientação pela estrutura que caracteriza esse campo. (BOURDIEU, 1994, p. 5-6 – tradução livre).

A influência do campo jornalístico tenderia a aumentar em instituições que sofrem sob o efeito do número de audiência e do mercado. Entretanto, a análise dos seis casos mostra que as instituições públicas relacionadas às soluções dos casos de violência, como as polícias e os tribunais, se deixam influenciar pela publicação de notícias para manter a credibilidade de seus serviços. Pode-se supor, então, que no caso relatado pelo fotojornalista, além das influências dos outros meios de comunicação como Internet e televisão, pesa sobre o desenrolar dos acontecimentos toda a herança do período da ditadura no Brasil (1964-1985), no qual as Forças Armadas torturaram e assassinaram civis e jornalistas. O homicídio impulsionado por onze militares que entregaram três jovens para serem executados por uma facção de traficantes rivais retoma a questão não só da violência e da presença do Exército no morro da Providência, mas, principalmente, do poder de decisão das Forças Armadas sobre a vida de civis e sua relação com jornalistas.

A crença do fotojornalista, de que foi o seu trabalho que alterou o desenrolar do assassinato do filho de dona Nilma, se baseia na relação hierárquica estabelecida entre eles. Depois de três dias, o “calvário de dona Nilma” se

29 P. Bourdieu (1994, p.4) utiliza as expressões “pôle intellectuel” ou “du pôle commercial” para argumentar o posicionamento editorial do jornal.

aproximava de um desfecho no qual ela obteve o pedido de perdão dos militares. A primeira pessoa que ela reconheceu por ter contribuído para o desfecho foi o fotógrafo, que contou: “A primeira pessoa que a dona Nilma veio falar foi comigo. Veio correndo e disse: ‘Poxa, obrigada por ter acompanhado a gente’.”

O sentimento de gratidão (SIMMEL, 2010) mostra o compromisso e as formas de trocas estabelecidas entre dona Nilma e o fotojornalista. Ela aceita que ele acompanhe as consequências da violência, ou o seu calvário, e ele, por sua vez, consagra alguns dias de trabalho a ela e, principalmente, consegue publicar o caso na capa do jornal. O trabalho e a história são moedas de troca que permitem a interação e ação do fotojornalista e de dona Nilma em busca de um objetivo comum: o pedido de perdão das Forças Armadas.

C. Rezende e M. C. Coelho (2010, p.90) afirmam que o agradecimento e “sua emergência obedece, portanto, a regras morais, em uma ‘gramática’ que define o valor moral do sujeito em função de sentir-se grato àquele que o beneficia”. Dona Nilma expressa o seu lugar de maior beneficiada nessa relação, ao mesmo tempo em que marca sua posição hierárquica, pois sem o trabalho do fotojornalista ela não teria conseguido. A gratidão foi, para o fotógrafo, a demonstração de que na percepção de dona Nilma foi a intervenção das fotografias publicadas na primeira página do jornal que proporcionou o desfecho do caso.

Essa intervenção é uma das questões dos estudos empíricos de *agenda-setting*. Apresentadas, primeiramente, por M. McCombs e D. Shaw em 1972. F. Formiga (2006), essas investigações mostram que a hipótese desenvolvida por diferentes autores se fundamenta, principalmente, na capacidade que os meios de comunicação possuem de centralizar as atenções do público para determinados assuntos, produzindo debates e ações políticas a partir do noticiário. O *agenda-setting* é testado em pesquisas qualitativas e longitudinais que avaliam a recepção das notícias por determinado público em um período de tempo. Parte-se do pressuposto de que o conteúdo da agenda de notícias dos meios de comunicação atua sobre a percepção pública dos temas importantes do dia ou da semana.

Nesse sentido, a publicação da fotografia na capa do jornal mostrando o envolvimento de militares na morte de três jovens do morro da Providência sugere um agendamento de questões a serem solucionadas pelos atores políticos envolvidos, incluindo também o próprio jornal. A manchete destacada na primeira

página implica um compromisso da linha editorial do jornal com o leitor na publicação de notícias sobre desenrolar do caso.

Na análise dos mecanismos de influência dos jornais, P. Bourdieu (1994) também discute o que ele intitula como *Du fait divers à l'affaire d'État*. Trata-se da notícia do sumiço de uma adolescente publicada em um jornal local, *L'Indépendant de Perpignan*, no dia 15 de setembro. O noticiário publica depoimentos de familiares e conhecidos da vítima e, também, fala dos suspeitos de envolvimento. Depois do dia 23 de setembro, o pai da vítima declara a necessidade de restabelecerem a pena de morte, pois o principal suspeito tinha antecedentes criminais. O noticiário sobre manifestações que reivindicam uma mudança na lei chega aos jornais de alcance nacional. No dia 17 de novembro, três meses após a primeira publicação, vai ao ar um programa de televisão com a mãe da vítima, o ministro da Justiça e advogados para debaterem sobre o que fazer com os assassinos de crianças e o projeto de instauração da prisão perpétua. P. Bourdieu (1994, p.8 – tradução livre) critica:

A responsabilidade dos jornalistas se encontra, provavelmente, em uma permissão irresponsável que os conduz a exercer, sem o saber, os efeitos indesejados em nome de um direito à informação que constitui o princípio sagrado da democracia, fornecendo, às vezes, seu melhor álibi para a demagogia.³⁰

Outra questão sobre o trabalho de repórteres de texto e imagem na cobertura da violência está relacionada à sensação de proteção, pois os familiares de vítimas têm medo de sofrer com novas situações de violência. G. Soares *et al.* (2006, p.60) revelam que “a percepção da probabilidade de ser vitimizado aumenta com a vitimização anterior da própria pessoa ou de parente próximo, assim como com o uso de arma pelo criminoso”, o que também foi comentado por uma mãe de Realengo:

– Você viu a notícia do menino de onze anos que entrou armado dentro de uma escola lá em Penedo?³¹

30 No original: "La responsabilité des journalistes reside sans doute dans le laisser-faire de l'irresponsabilité qui les conduit à exercer sans le savoir des effets non voulus au nom d'un droit à l'informations qui, constitué en principe sacro-saint de la démocratie, fournit parfois son meilleur alibi à la démagogie."

31 Ela se refere à notícia do dia 15 de junho de 2012, também publicada no site do Tribuna Hoje, intitulada “Criança de 11 anos é flagrada armada em escola.” Publicado em:

- Não, aonde deu isso?
- Acho que na Record... Então, poxa, quer dizer que está acontecendo de novo e que não adiantou a minha filha ter morrido... Eu ainda tenho um filho e, se Deus quiser, vou ter netos. E não é possível que isso ainda esteja acontecendo, sabe? Não é possível... Eu fico com medo que aconteça com eles também.

Como mostra D. Borges (2012), o medo de se transformar em vítima muitas vezes não reflete objetivamente a probabilidade de vitimização. O medo, como relatado pela mãe de Realengo, é também alimentado pelo destaque dado pela mídia ao noticiário de violência, que se torna o foco da atenção dos familiares após a perda do ente, principalmente quando há semelhanças entre os tipos de violência.

Outro aspecto da relação de proteção foi apontado por dois fotógrafos dos jornais *O Dia* e *O Globo*. Eles contaram que o fotojornalista funciona como testemunha tanto da ação policial, quanto da de bandidos. Um deles argumentou:

- O que é que você acha que teria acontecido com aqueles bandidos que fugiram no Complexo do Alemão?³² Me diz? Se não tivessem os helicópteros da Globo e aquela filmagem toda lá, o quê? Ia ser tiro para tudo quanto é lado. Iamos ter mais um derramamento de sangue nessa cidade.

Outro explicou que numa situação de cobertura de confronto entre traficantes e policiais, a presença das câmeras de fotojornalistas interfere numa possível ação de violência por parte dos policiais:

- A pior coisa que tem é quando você está em um combate e o cara prende outro cara lá em cima do morro e tem que descer com esse cara para levar preso. Se o repórter fotográfico está ali, o cara não é executado. Não acontece mesmo!

Os fotojornalistas sugerem que há vezes em que o confronto com a polícia que resulta em morte é caracterizado como auto de resistência. No registro de óbito, no qual se define o auto de resistência, o policial argumenta que a morte da vítima ocorreu devido à resistência em se render, mas o envolvimento das vítimas com o tráfico ou com a criminalidade não é sempre confirmado e, muito menos, que de fato

<http://www.tribunahoje.com/noticia/30264/interior/2012/06/15/crianca-de-11-anos-e-flagrada-armada-em-escola.html>.

32 Em novembro de 2010, a ocupação das favelas do Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, pela segurança pública, foi destaque em todas as mídias. A iniciativa da Secretária de Segurança e do Governo Federal de entrar com o apoio do Exército para atuar contra traficantes de drogas ocupou o noticiário durante algumas semanas.

tenha ocorrido algum tipo de resistência anterior à morte, como analisa B. Soares (2009).

Os fotojornalistas defendem que a presença do fotógrafo garante a preservação da vida dos indivíduos suspeitos de atos criminosos. No entanto, a fonte de informação das ações de combate ao tráfico é a própria polícia. A relação entre policiais e repórteres é complexa e possui nuances. O setor da polícia que comunica ação policial para mídia não é o mesmo que a executa. Por isso, não são todas as ações policiais que são cobertas pela mídia.

Na produção das imagens publicadas desses confrontos, como analisei na pesquisa de mestrado,

apontam-se as câmeras por trás daqueles que apontam as armas, que miram a favela a esmo. Lá estão o tráfico, os bandidos e os criminosos, que justificam ações policiais, que justificam as reportagens e notícias, que justificam as empresas de segurança privadas, os muros, as câmeras e as grades. (ALMEIDA, 2008, p.57).

Nesse sentido, S. Sontag (2003, p.58) afirma que “guerrear e fotografar são atividades congruentes”, pois tanto a câmera fotográfica quanto as armas dependem de equipamentos óticos de precisão para localizar o inimigo. Ambas atividades se empenham em preservar o acontecimento violento com detalhes nítidos para seus protagonistas.

Por outro lado, o interesse para os familiares de fazer parte do noticiário é também uma forma de proteção, ou melhor, de tentar inibir possíveis ameaças de vingança e retaliação, como relatou Eduardo:

– Um dia começaram a enviar e-mail para a assessora de imprensa do hospital pedindo para fazer uma entrevista comigo. Aí eu ponderei com a minha mulher, com a psicóloga do hospital e com a própria assessora de imprensa. Cheguei à conclusão que seria interessante para, primeiro, externar o meu inconformismo diante do que aconteceu e, segundo, para termos uma proteção. Quando eu saí do hospital, eu dei uma coletiva porque eu queria falar diante das câmeras. Para que ninguém escrevesse coisas que eu não falei. Então, isso foi o primeiro aspecto. Depois disso, a gente foi convidado para programas de televisão e rádio também.

A partir da publicação de notícias e da participação em programas de televisão, Eduardo supõe que os suspeitos do caso vão se sentir acuados e terão receio de ameaçar a família ou interferir nas investigações. Dessa forma, ele amplia o seu campo de atuação, participando da reconstituição do crime com a presença de

jornalistas e concedendo entrevistas ao *Fantástico*, à *Rádio BandNews*, participando do programa *Mais Você* com a família. Ele sabe das implicações da edição e da transcrição das suas falas para as notícias. Para que não desvirtuem suas palavras, ele concede também entrevistas coletivas, nas quais ele fala para repórteres de texto e imagens de diversos veículos da mídia impressa, do rádio, da televisão e da Internet. Na coletiva, como analisa P. Bourdieu (1994), ocorre a primeira influência entre os repórteres de diferentes veículos, ou seja, dentro do próprio campo jornalístico.

Outro dado que contribui para compreensão dessa “proteção” relacionada com o trabalho da imprensa é o artigo “Márcia Honorato não deve morrer” de Daniel Aarão Reis, no dia 20 de setembro de 2011, no jornal *O Globo*. Márcia faz parte da Rede contra a Violência do Estado do Rio de Janeiro, um dos movimentos que observei, e, também, da Rede Nacional de Familiares das Vítimas do Estado. Apesar de estar inscrita, desde junho de 2008, no Programa Nacional de Proteção aos Direitos Humanos (PNPDH), no dia 12 de setembro ela foi mais uma vez vítima de duas tentativas de atropelamento no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Os carros estavam ocupados por pessoas encapuzadas. Entre uma e outra tentativa, apareceram outros PMs com atitudes intimidativas. Como Daniel Aarão Reis anuncia:

De fato, os nomes e os sobrenomes podem salvar um morto do esquecimento. Mas podem igualmente salvar uma vida. A vida, por exemplo, de uma pessoa que tem nome e sobrenome: Márcia Honorato. Felizmente, está viva. E esperamos que viva continue. Mas ela está ameaçada de morrer. Não de morte natural, mas assassinada.

(...)

Ela tem um único trunfo: tem nome e sobrenome. Assim como as autoridades que têm responsabilidade por protegê-la: Dilma Rousseff, Maria do Rosário, Sérgio Cabral, Eduardo Paes. Que detenham as mãos assassinas dos encapuzados, anônimos e sem-lei. É demasiado exigir-lhes que retirem Márcia da clandestinidade, recriando condições para que ela possa exercer efetivamente os direitos – que são seus – de cidadã?

Veremos daqui a alguns dias a reedição do assassinato da juíza Patrícia Acioli? Márcia Honorato não deve morrer, não pode morrer e não vai morrer. Sob pena de esta cidade, apesar da Copa e das Olimpíadas, virar mesmo, como denuncia a poeta da periferia, um cemitério geral de pessoas. Mesmo que estejam vivas.

Diante do sofrimento e da dor pela perda de um ente querido, a publicação do fato nos jornais é vista pelos familiares como “a única forma deles terem alguma voz”, pois consideram a Justiça uma instituição lenta e ineficaz. Os familiares

aceitam e apoiam o trabalho da mídia, supondo que ela tem mais poder de ajudá-los na busca por uma solução mais rápida na Justiça. Para isso, se envolvem e autorizam a publicação de textos e imagens sobre os seus entes mortos.

Outro exemplo foi relatado por Bernadete, que foi até a Secretaria de Segurança para solicitar uma incursão em busca do corpo do seu irmão, morto havia mais de um ano em uma das favelas do Complexo do Alemão. Sua ida até a secretaria ocorreu após uma semana da ocupação do Complexo pelo Exército³³. Na conversa, Bernadete recebeu, como contraproposta, realizar uma campanha para localização de cemitérios clandestinos em parceria com a mídia. Nas palavras dela:

- Na reunião que nós tivemos lá, eles disseram:
- A gente pode fazer o seguinte, vocês entram em contato com a mídia e nós podemos fazer uma campanha lá no Complexo. Uma panfletagem em parceria com o disque-denúncia e tudo.
- Aí eu falei:
- Acontece que nós temos o contato dos repórteres, dos jornalistas e tudo, só que a mídia não está mais interessada no caso do meu irmão. Todo dia aparecem casos novos. Então, está começando a cair no esquecimento. Infelizmente, eu até poderia, mas eu acho que é perda de tempo. Eu acho que eles não vão se interessar.
- Mas a Secretaria de Segurança tem a parte de divulgação e de marketing e nós podemos fazer isso.
- Se for da iniciativa de vocês, eu acho que teria mais credibilidade, mas da família sei que não interessa.
- Nós vamos fazer uma parceria aí. Vai ter uma parceria com a TV Globo, mas é aquilo, ainda não está certo. Nós vamos tentar conversar com o secretário para ver se ele vai ao Complexo.'
- Aí eu pensei: 'Será que ele vai?' Aí começou...

A partir das notícias publicadas sobre a fuga dos traficantes e a ocupação do Complexo do Alemão pelo Exército, Bernadete percebeu que poderia reivindicar o seu direito de enterrar o irmão e que dependia do Estado encontrar os restos do corpo que fora queimado. No entanto, a solicitação de um direito transformou-se em uma negociação entre os atores envolvidos nas notícias e durou mais de três meses. De novembro de 2010 a março de 2011, Bernadete passou a fazer parte das reuniões entre a mídia e a Secretaria de Segurança Pública para tornar público o caso de seu irmão. O começo da campanha foi adiado para depois do Carnaval, em função das demais prioridades da cidade. As comemorações de Natal e Ano Novo, seguidas do Carnaval, são consideradas, pela Secretaria de Segurança, mais

33 Idem à nota 32.

importantes que encontrar um corpo desaparecido. Bernadete conta que, em uma reunião, o responsável pela ação declarou:

– Vocês vão ter que ir ao Complexo. Vocês vão dar entrevista, mas vocês vão ter que dizer que isso aí não foi uma reivindicação da família, foi uma iniciativa da Secretaria de Segurança com o apoio do disque-denúncia, apoiando a causa da família.

Aí eu falei:

– Perfeitamente, doutor.

Quando eu saí de lá, nesse dia estava eu e minha irmã, que falou:

– Você está maluca! Como é que a gente vai no Complexo? Só se for encapuzada, com máscara...

– Eu disse que iria, mas tu acha que nós vamos? Deles estarem organizando e tentando fazer é uma coisa. Disso ser realizado é outra e se eles conseguirem, se eles fizerem e cumprirem a palavra, até lá, a gente dá um jeito.

Foi o que aconteceu. Na véspera do dia marcado me ligaram da TV Globo e falaram: – Olha, dona Bernadete, vai ter a matéria amanhã. O secretário vai ao Complexo e vocês vão ter que ir lá, e como é que a gente faz?

E eu falei:

– Nós não vamos, nós repensamos e...(Já tava tudo marcado.) Nós pensamos melhor. Nós estamos apreensivas, minha mãe já tem idade. Vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer a matéria sem ser lá e na hora vocês editam com o secretário lá.

E a produtora:

– Então, podemos ir na sua casa?

Aí eu falei que não porque eu já estava de saco cheio de vir repórter aqui e a gente tinha que virar a casa de pernas pro ar. Aí quer tirar isso, quer tirar aquilo para uma matéria que levava nem um minuto, às vezes, e a confusão levava duas horas. Depois eles editavam. O pior é que o principal que eu falava, eles não colocavam. Aí colocava uma partezinha assim. Parece até que a gente é idiota. Tudo, as coisas principais que eu falava ou minha mãe, não adiantavam. Agora, eu não quero mais. É muito desgastante. É muito chato. Aí eu falei:

– Nós podemos fazer o seguinte: Eu vou até o estúdio de vocês porque nossa casa está em obras e não tem condições. (Até porque a iniciativa partiu deles e agora quem dá as coordenadas sou eu. Não fui eu quem pediu, foi a Secretaria de Segurança Pública que está interessada para limpar a imagem dela. Então, não sou burra, não.)

Falei com a moça:

– Então, a gente faz uma matéria aí na TV Globo, no Jardim Botânico. Tem mais uma coisa: a minha mãe já tem idade, são oitenta e poucos anos e nós não temos carro e é muito distante. Eu gostaria que vocês mandassem um carro da TV Globo para buscar a gente.

E ela falou:

– Tudo bem.

Nossa, nunca ia imaginar, o secretário de Segurança foi lá e tudo. Policiais panfletaram e tudo para procurar, oferecendo recompensa. Quando eu vi o secretário com panfleto na mão, com a foto do meu irmão, eu pensei: ‘Pô, ele nunca atendeu a gente.’ Era sempre o sub. Sub isso, sub aquilo. Você nunca fala com o titular, mas ele foi lá, ao Complexo do Alemão com o panfleto e tudo mais.

O relato de Bernadete apresenta diversas marcas de sua competência, no sentido dado por L. Boltanski (1990), em articular os interesses da mídia e da Secretaria de Segurança a favor do caso de seu irmão, Antônio da Conceição.³⁴ No momento em que a Secretaria de Segurança propõe que Bernadete procure os jornalistas, ela expõe questões do relacionamento entre familiares de vítimas e a mídia, conseguindo inverter o papel de solicitante da cobertura. Em suas considerações a respeito da situação em que se envolvera, Bernadete apresenta os argumentos e estratégias que usou para a realização da ação.

A primeira delas é o que Bernadete define como esquecimento. Ao contar a história, ela revela que os novos casos de violência substituem os antigos e que o trabalho de repórteres é com acontecimentos atuais. O fato de os repórteres não mais procurarem os familiares e as notícias dos casos passados não serem mais publicadas são interpretados por ela e, também por outros familiares, como esquecimento da violência que ainda é vivida por eles em suas rotinas diárias. A lembrança do caso está relacionada a uma exposição pública da violência, tanto por cada um dos familiares quanto pela mídia. Assim, o uso do termo esquecimento tem como referência a relação de Bernadete e dos demais familiares de vítimas com a violência. O esquecimento seria, então, uma ausência do “dever de memória”, como proposto por P. Ricoeur: “É o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si.” (RICOEUR, 2007, p.101). É o dever que os irmãos, os pais, as mães e as tias se atribuem depois da experiência da perda violenta de um ente.

A segunda é o reconhecimento da credibilidade entre os discursos da Secretaria de Segurança Pública e de familiares. Bernadete sabe que a solicitação de cobertura aos jornalistas será mais uma entre as solicitações de outros familiares e, também, de familiares de novas vítimas, na qual existe uma escala de prioridades relacionada à atualidade na produção de notícias. Em seguida, surge a percepção de que o responsável na Secretaria de Segurança tenta realizar uma “jogada” de marketing político para melhorar a imagem da secretaria. A assessoria de imprensa da secretaria negocia a pauta com a imprensa e a notícia transforma sua imagem (em geral marcada pelas consequências das buscas de drogas e armas nas residências e no comércio) junto aos moradores do Complexo do Alemão.

34 Nome fictício.

Em terceiro, Bernadete apresenta um jogo dos papéis hierárquicos na negociação. No primeiro instante, ela atua como se permitisse que os representantes do secretário de Segurança conquistassem uma posição de superioridade. Seu relato exprime consciência de representação do papel de inferioridade, marcado pela fala “Perfeitamente, doutor”, na qual ela acata as ordens. A consciência da representação é revelada quando ela é questionada, em seguida, por sua irmã. O “Perfeitamente, doutor” era uma estratégia para as pessoas da secretaria continuarem a trabalhar na produção da ação e da notícia conforme os interesses da Secretaria de Segurança Pública.

Nos instantes próximos à ação, quando todos já estavam comprometidos com o secretário de Segurança, Bernadete inverte o jogo e afirma para si mesma que “a iniciativa partiu deles e agora quem dá as coordenadas sou eu”. A negociação não é mais com a Secretaria de Segurança. Quem está à espera de Bernadete e sua mãe são os repórteres e fotojornalistas. No diálogo com a mídia, ela tem em suas mãos o poder de negociação. Para isso, se baseia em todo o conhecimento acumulado durante as entrevistas dadas sobre o caso de seu irmão. A possibilidade de edição, vista por Bernadete como um trabalho ruim da mídia, que diminuía seu poder de fala e argumentação, passa a ser usada a seu favor. No caso, o medo de ir até o Complexo do Alemão está relacionado ao fato dos acusados do assassinato de seu irmão não estarem mais presos. Ela temia encontrá-los, ser reconhecida e sofrer algum tipo de ameaça.

O quarto e último argumento que a fala de Bernadete revela são suas considerações sobre a participação do secretário de Segurança na ação de busca a cemitérios clandestinos e do corpo de Antônio da Conceição. Ela, a princípio, duvida da presença do secretário. No dia da ação, se espanta, pois ele nunca atendeu diretamente às solicitações de sua família. Como havia repórteres de diferentes mídias, o secretário participou da campanha não só dando depoimentos, mas entregando o panfleto com a fotografia do irmão de Bernadete e o telefone do disque-denúncia. Ela guarda o panfleto e as notícias dos jornais *O Dia*, *Meia-Hora* e *O Globo* junto com os documentos do caso do seu irmão.

Nos textos dessas notícias, apenas o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro fala em nome da administração pública e suas ações, mas também como aquele que age em nome da família. O caso da morte Antônio denuncia e converte-

se em uma ação coletiva, no sentido dado por L. Boltanski (1993) para a solução dessa forma de violência. Eis a declaração do secretário:

Não vamos acabar, mas temos o dever de minimizar a dor dessas famílias que sofrem. Há inquéritos em aberto e acusações de homicídios que precisam ser investigadas. Não só o caso do Antônio da Conceição, como outros. E essa área era muito utilizada pelo que se chama de micro-ondas. (O Dia).

As fotografias publicadas nos jornais foram: em *O Dia*, panfleto com a foto de Antônio e o telefone do disque-denúncia, fotografia de um militar entregando o panfleto na região comercial da comunidade; no *Meia-Hora*, o secretário de Segurança e um policial seguram e mostram o panfleto com a foto de Antônio; em *O Globo*, o secretário está ao lado de Cacá Diegues, que fazia filmagens na comunidade para o seu novo filme. A imagem do o secretário de Segurança Pública do Estado, com o panfleto de Antônio na mão, impressiona Bernadete, que participou e articulou as negociações da mídia a favor do caso de seu irmão.

A análise do caso relatado por Bernadete apresenta as nuances das interações entre familiares e repórteres que são atravessadas pelo poder das instituições públicas. Esse jogo de interesse também é percebido por outros familiares que tentam se articular para reivindicar seus direitos e denunciar, como contou Carlos:

– Quando eu ainda estava internado, no segundo ou terceiro dia, a assessora de imprensa da Secretaria de Saúde ligou para o meu filho. Segundo ela, a pedido do Sergio Cabral, e disse:

– Olha, fica tranquilo que vai estar tudo bem. Assim que vocês tiverem alta, todos os familiares tiverem alta, nós vamos providenciar o hospital que vocês quiserem, com os médicos que vocês quiserem. O Estado vai bancar.
– Tá bom!

Aí no décimo dia eu tive alta. Desculpa, antes disso, as crianças tiveram alta do CTI e eu queria transferi-las para um hospital particular. Aí eu mesmo liguei para essa mulher e falei:

– Aqui é o Carlos, olha só, meu filho me deu o seu recado e os meus filhos vão ter alta amanhã e eu queria ver a história do hospital.

E ela:

– Que hospital?

– Mas, ué, calma aí...Você não disse que ia ver hospital? Ligou para gente?

– Não, eu não.

Cara, é ridículo o Estado faz coisa que você não acredita. Quando ela disse 'eu não', eu perguntei:

– Então, me diz como é que eu tenho seu telefone? Se você não ligou, eu adivinhei?!

– Ah, deve ser algum mal-entendido.

Daí, eu:

– Sabe qual é o mal entendido? É que você vá para puta que te pariu. Desliguei o telefone na cara dela. Prometeram coisas, mas quando saiu a imprensa, acabou.

Carlos relacionou a atitude da Secretaria de Saúde – de prometer e não cumprir – ao desinteresse da mídia em acompanhar o caso, ou seja, ao sumiço do noticiário. Se, no primeiro instante, a Secretaria de Saúde usa o caso da família de Carlos para se aproximar da mídia, a partir do momento em que não faz mais parte da agenda de notícias, a secretaria também retira de sua agenda de ação o caso de Carlos.

Já Lúcia contou que se favorece da presença da mídia para fazer com que o prefeito dê atenção às necessidades dos familiares de vítimas. Para ela, representante dos familiares, somente sob a ordem do prefeito os serviços de saúde e segurança atenderiam os familiares e vítimas:

– Fomos até a prefeitura pedir para o prefeito vir até nós. Como a mídia estava muito em cima e tudo, vamos aproveitar e pedir para que ele venha até nós. Vamos ouvir o que ele tem a nos dizer e falar para ele o que temos que falar para eles. Houve uma resistência. Ele marcou a primeira reunião e não compareceu. Aí então eu pensei: ‘Vai ter que ser no grito.’ Aí comecei a falar com a mídia toda. A falar e a gritar que a gente estava esperando ele aqui e que ele não apareceu. Enfim... Aí ele manda o assessor dele vir e marcar logo a reunião:

– Você vai até ele ou quer que ele venha até vocês?

Eu falei:

– Eu prefiro que ele venha até a gente e ouça todos os pais porque não sou só eu.

Só assim ele veio, e eu contei para ele todas as nossas dificuldades. Ele ouviu um pouco de cada pai e ali começou a nossa luta.

O “grito” é o termo usado por Lúcia para chamar a atenção – trata-se principalmente de gritar para todo mundo ouvir. Ela acredita que só consegue ter voz e exigir que o prefeito venha até eles se for por meio da publicação em jornais impressos, revistas e televisão. As notícias dos jornais constituem, desse modo, um meio de denúncia que mobiliza diferentes atores para a ação (BOLTANSKI 1990,1993).

Assim, o pedido de Daniel Aarão Reis, as falas pontuais de Carlos e Lúcia, assim como a trama relatada por Bernadete demonstram o porquê dos familiares acreditarem no poder da cobertura midiática da violência. Não são as evidências comprovadas pelos inquéritos e os processos na Justiça de que esses familiares tiveram seus direitos violados que fazem com que as instituições públicas reparem a

violência sofrida. “Gritar” através de imagens e textos publicados nos jornais faz parte das estratégias encontradas pelo grupo para a ação reparatória. A visão dos familiares de vítimas compreende que a participação da mídia e a publicação de notícias atraem a presença das instituições públicas que têm poder para atuar nas demandas dos familiares de vítimas.

No entanto, é fundamental notar que, na relação de familiares, mídia e instituições, está subentendido que a vítima do homicídio era um indivíduo socialmente reconhecido. O inverso dessa percepção – de que algumas vidas simplesmente não importam – é o que mostram as análises de J. Butler (2004, 2009), para quem “os limites do dizível, os limites do que pode aparecer, circunscrevem o domínio no qual o discurso político opera e alguns tipos de sujeitos aparecem como atores viáveis”³⁵ (2004, p. XVII). Isto leva a refletir sobre a escolha do que foi, é e será noticiado sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, pois em muito maior número são as violências não noticiadas ou fotografadas e que dependem unicamente da burocracia do Estado. A questão não está no valor da notícia, um produto do jornalismo, mas fundamentalmente em como ela valoriza a vítima como “ser humano” aviltado em seu direito à vida.

2.3 Notícias do “local”: entre lágrimas e luto.

Quando perguntados se acompanharam as notícias sobre a morte de seu ente e o que fizeram com elas, os familiares eles mostraram os recortes de jornais guardados em pastas que compõem a memória da violência sofrida. Nestas, além dos recortes, também guardam os boletins de ocorrência, o atestado de óbito e as decisões judiciais que compõem o acervo familiar da violência.

As primeiras notícias sobre o dia do acontecimento da violência e os dias seguintes não recebem a atenção imediata dos familiares, que estão tomados pelo trauma da morte violenta, além de estarem envolvidos com questões burocráticas junto a instituições públicas como hospitais, Instituto Médico Legal, polícias etc. Contudo, suponho que são os registros dessas notícias que iniciam a construção de uma memória coletiva da violência. Em conversas informais sobre a pesquisa,

35 No original: “The limits of the sayable, the limits of what can appear, circumscribe the domain in which political speech operates and certain kinds of subjects appear as viable actors.”

relatava a possíveis interlocutores da pesquisa, familiares, ativistas e repórteres, alguns casos que estudava. Em linhas gerais descrevia:

– Na pesquisa analiso alguns casos de violência. O da Gabriela, aquela menina que morreu no metrô da São Francisco Xavier, na Tijuca; o de um outro menino, Daniel, morto na saída de uma boate em Ipanema; daquele juiz que quase foi assassinado com sua família ao passar por uma blitz na Grajaú-Jacarepaguá; das doze crianças mortas em Realengo, o de um agente de endemias torturado e morto no Complexo do Alemão e de um rapaz morto na Cidade Alta. Todos os familiares participam de manifestações contra violência e estão vinculados a algum movimento.

A reação a esse relato, presente em diferentes momentos da pesquisa, mostrou que os quatro primeiros casos eram de alguma forma lembrados pelos meus interlocutores, que me indagavam se era difícil lidar com a violência. As lembranças que preservamos da violência, na cidade do Rio de Janeiro, têm sua origem na notícia publicada nos jornais impressos, na televisão, na Internet, bem como são reforçadas pelas conversas e pelo noticiário que acompanha o desenrolar das consequências do acontecimento violento.

O processo de rememoração está relacionado à mobilização e à discussão iniciadas pela comunicação da morte. Quando é noticiado, gera debates e discussões sobre a resolução dos problemas apresentados. A aversão à morte e a vontade de viver, analisadas por J. C. Rodrigues (2006), são fatores que direcionam as formas pelas quais os indivíduos passam a organizar suas vidas, defendendo-se dos perigos apresentados pelo acontecimento.

O autor também aponta que a morte de um indivíduo não é um evento isolado, “representa tantos eventos quantas relações o indivíduo morto mantivesse: amizades, inimizades, paternidade, filiação, aliança, propriedade” (RODRIGUES, 2006, p.75). A morte mobiliza familiares e amigos, que também se sentem feridos pela violência. Por isso, alguns procuram os jornais para denunciar e reivindicar algum tipo de reparação. Por conseguinte, tais jornais envolvem leitores, instituições públicas e familiares de outras vítimas.

As notícias mostram que, dos seis casos noticiados, apenas um, a morte das doze crianças de Realengo, teve “local”, como define o jargão jornalístico usado para informar que a produção de imagens e de texto foi realizada no “local do crime”. Isto significa que apenas nesse caso os fotojornalistas e os repórteres de texto estiveram bem próximos aos corpos perfurados, às crianças machucadas, ou seja, a

tudo aquilo que envolveu a ação violenta e a violência seguida de morte. Nos outros cinco casos, a produção de informações foi posterior ao acontecimento, mais próxima das consequências e de uma construção de sentido para cada uma dessas mortes.

As primeiras notícias trazem informações descritivas que determinam o tempo, o espaço e as pessoas envolvidas no acontecimento em diferentes instâncias. Informam quem são as vítimas, onde e como aconteceu a violência, e em seguida quem são os possíveis suspeitos. Depois, informações mais detalhadas da identidade das vítimas são fornecidas pelos familiares e, por último, os representantes das instituições públicas se posicionam em relação ao caso.

Interessa, então, para a construção de uma memória coletiva da violência no Rio de Janeiro, o que as primeiras notícias publicam em texto e imagens sobre as vítimas e seus familiares. Nessa parte, as imagens serão analisadas dentro do contexto noticioso onde aparecem, como sugerem G. Kress e T. van Leuwen (1996). Também serão levadas em conta que relações estabelecem com o texto, pois supomos que são os discursos visuais e textuais, publicados logo após a violência, que suscitam o interesse do público e dos repórteres.

No dia 26 de março de 2003, o jornal *O Dia* traz a fotografia do rosto de Gabriela do Prado Ribeiro, de 14 anos, queimada de praia. Sua imagem toma toda a parte superior da capa. A legenda da foto informa: “Gabriela era a única filha de um casal de classe média do bairro”. A matéria intitulada “Tiroteio no metrô mata menina de 14 anos na Tijuca”, informa a morte da adolescente. Já na capa do jornal *O Globo* aparece apenas uma chamada com o título “Adolescente é morta em tiroteio no metrô”.

Nas páginas internas dos jornais, as fotografias trazem os familiares chorando e sendo amparados. Os textos tornam públicas as características positivas da vítima, informando parte de sua biografia e das suas relações familiares: Gabriela era a filha única dos psicólogos Carlos Santiago Ribeiro (45 anos) e Cleide Prado Maia (45 anos). Como sua mãe, ela também gostava de flores e cristais. Praticava natação e ginástica em uma academia da Tijuca. Nos estudos, planejava cursar veterinária. No ano anterior, Gabriela ganhara “um prêmio de destaque do Colégio PH”, na Tijuca, por ser excelente aluna. No ano em que foi assassinada completaria 15 anos – os pais planejavam atender ao desejo da filha, de alugar uma escuna e navegar com família e amigos em Angra dos Reis. Com medo da violência, os pais não a

deixavam sair de casa sem estar acompanhada. Pela primeira vez, Gabriela iria pegar sozinha o metrô, considerado o meio de transporte público mais seguro do Rio de Janeiro. Partindo da estação São Francisco Xavier, ela desceria uma estação depois, mas um policial e bandidos que assaltavam a bilheteria do metrô trocaram tiros e uma bala perdida a acertou. Os jornais relatam os sentimentos dos familiares sobre a morte violenta de Gabriela.

- Cleide (blusa branca), mãe de Gabriela, se desesperou ao saber, no Hospital do Andaraí, que a filha tinha morrido.
- O avô de Gabriela foi consolado por amigos da família.
- Colega da jovem se emocionou na porta do hospital. (O Dia)

“Quando eu entrar em casa e ver as coisas dela, sentir o cheiro dela, não sei o que vai acontecer. Adianta nos queixarmos do governo? Adianta dizer que estamos entregues ao crime? Afinal, o que falta para que alguém acabe com essa violência?” (Disse o pai para O Globo)

Tratam-se de sentimentos que transformam o indizível e o íntimo em discursos sobre o coletivo. Nesse sentido, a morte de Gabriela está incluída entre dados estatísticos que computam tantas outras mortes. São também discursos para o coletivo, no sentido de denunciar, como aponta L. Boltanski (1993), e de atribuir à publicação das informações noticiosas um poder inerente de mudança:

Para a mãe, a morte de Gabriela deve servir para que outros jovens não sejam vítimas da violência. Revoltada, ela dizia aos repórteres: “Mostrem tudo porque talvez alguém tome uma providência e os jovens não continuem morrendo inutilmente nas mãos de vagabundos. (O Globo)

Cleyse do Prado Maia, 47, tia de Gabriela, também estava chocada: “Estamos sitiados. Hoje, eu perdi a minha sobrinha. Para as autoridades, ela será apenas mais uma na estatística. Pelo amor de Deus, precisamos de alguém que salve a sociedade”, pediu aos prantos. (O Dia)

As capas do dia 29 de junho de 2008 dos jornais *O Globo* e *O Dia* seguem o mesmo padrão para noticiar o assassinato de Daniel Duque. *O Globo* faz uma pequena chamada sem foto, intitulada “Estudante é morto por PM em Ipanema”. Já *O Dia* publica uma foto pequena de rosto de Daniel em chamada com o título “PM mata jovem em Ipanema”. Ambos informam que a morte ocorreu na saída de uma boate.

As notícias, que ocupam uma página inteira, relatam os motivos pelos quais Daniel, assim como Gabriela, não era uma pessoa que deveria morrer. Daniel

Duque tinha 18 anos e estudava na 3ª série do GPI, um curso de pré-vestibular, em Ipanema. Foi criado por sua mãe, a dona de casa Daniela Duque (38 anos) e seu padrasto, o engenheiro Sergio Coelho. Morava com eles e uma irmã caçula, o irmão mais velho morava nos Estados Unidos: "Mandeí meu outro filho para os Estados Unidos com medo da violência e da impunidade. Mandaria o Daniel no fim deste ano, mas não deu tempo", contou Daniela ao jornal *O Dia*. Daniel gostava de ir à praia e praticar esportes: jogava pólo, lutava jiu-jítsu e era integrante da equipe de remo do Botafogo. Pensava em fazer Direito, Geologia ou Veterinária.

Segundo os jornais, Daniel foi à boate Baronetti para comemorar o aniversário de um amigo. Por volta das cinco horas da manhã, ele e dois rapazes se envolveram em uma discussão e deixaram a boate. Um deles era filho de uma promotora e estava com um segurança particular, um policial militar cedido pelo Estado que, na tentativa de dispersar o grupo agressor, deu dois tiros para o alto, alegando legítima defesa. Como não obteve sucesso, ele teria atirado na direção dos rapazes, atingindo o estudante, que caiu na calçada da praça Nossa Senhora da Paz. O jornal *O Globo* acrescentou uma notícia sobre o histórico de pancadarias que ocorreram na boate. As fotografias acompanham o texto da notícia sobre o cortejo (*O Dia*) e o enterro (*O Globo*) de Daniel. Na notícia sobre Daniel não há relato das reações à morte violenta. Os relatos reapresentam o argumento que o sofrimento individual está relacionado à violência que atinge ou poderá atingir outras pessoas que não devem morrer por serem "de paz", "do bem" e morarem em um "bairro chique":

"Não vou ficar em paz enquanto esse assassino não estiver preso." (Disse a mãe Daniela Duque ao *O Globo*)

A atriz Monica Marteli, madrinha do irmão de Daniel, disse: "Como podem matar um menino a queima-roupa? Estamos numa guerra? Ele era lindo, de paz. Dá vontade de ir embora do Rio." (*O Globo*)

O Tio de Daniel ainda não acreditava no acontecido. "Essa Baronetti é um inferno, não é a primeira vez que coisas desse tipo acontecem lá. Agora, o Daniel vai virar só mais um número para as estatísticas." (*O Dia*)

"Meu filho era um cara de paz e foi morto do lado de casa. É um absurdo isso acontecer, às 6h30, em plena Praça Nossa Senhora da Paz, no coração de um bairro chique como Ipanema." (Disse o padrasto Sergio Coelho ao *O Dia*)

Já os jornais do dia 4 de outubro de 2010 noticiaram apenas em suas páginas internas que o juiz Marcelo Alexandrino e sua família foram baleados. Diferentemente das publicações sobre os homicídios de Gabriela e Daniel, a notícia ocupa apenas a parte superior da página. A única fotografia é a do carro amassado na entrada do hospital, cuja legenda informa:

Mesmo ferido por dois tiros, o juiz Marcelo Alexandrino conseguiu dirigir seu Kia Cerato até o Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, e bateu na entrada, onde foi socorrido. (O Dia)

A notícia informa sobre o estado de saúde dos familiares presentes no acontecimento, mas que não foram atingidos por tiros. “Também estavam no veículo do juiz sua mulher, Sanny Lucas, de 28 anos, e a mãe dela, Arlete Castro Aragão, de 53, que sofreu um corte na boca. Sanny, que é mãe de Natália, não se feriu, mas ficou em estado de choque.” A notícia também descreve a gravidade da violência baseada no estado de saúde das vítimas:

O juiz Marcelo Alexandrino está internado no CTI do Hospital Pasteur em estado grave, mas estável, lúcido e respirando espontaneamente. Ele foi atingido duas vezes no tórax e fez um dreno na região, ainda no Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, onde foi primeiramente internado e onde ainda estão o filho, Diego Lopes, 11 anos, e a enteada, Natalia Lucas Cuker, 8. As crianças estão no CTI em estado gravíssimo, respirando com ajuda de aparelhos e sem previsão de alta. O menino teve o pulmão e fígado perfurados e ela está com uma bala alojada no abdômen. (O Dia)

A única informação acrescentada à primeira notícia sobre o caso do juiz Marcelo Alexandrino é um histórico feito pelo jornal *O Globo*, lembrando outros casos em que civis foram atingidos por militares em blitz e apresentando todos os casos que terminaram em morte das vítimas. O texto da notícia não apresenta informações biográficas sobre o juiz, tampouco depoimento de pessoas próximas. Marcelo Alexandrino relata que toda a mídia foi muito respeitosa com a sua família e vincula esse respeito ao seu cargo de juiz.

Pode-se afirmar que é a morte violenta ou a ruptura de uma vida que desperta a necessidade de reconstrução da história de cada um, uma memória biográfica. À produção de mortes individuais por homicídios e latrocínios e, também, de mortes em grupo resultantes das guerras do tráfico e algumas chacinas, acrescentam-se as mortes dos doze estudantes, com idades entre 12 e 15 anos, na Escola Tasso da Silveira, em Realengo, e a do ex-aluno que atingiu 24 crianças e se matou. No dia 7

de abril de 2011, a Escola Tasso da Silveira foi alvo do “primeiro massacre em escolas brasileiras” (*O Globo* – 08.04.2011).

No dia 8 de abril de 2011, dia seguinte de um assassinato em série inédito na história de violência da cidade do Rio de Janeiro, os jornais *O Dia* e *O Globo* dedicam um número de páginas maior do que o habitual para noticiar o acontecimento. É a produção de uma eventualidade que foi interpretada como tragédia e pôs fim ao anonimato social das crianças mortas. Essa quebra do anonimato é definida por M. Mouillaud e S. D. Porto (2002) como a “grande morte”. A Escola Tasso da Silveira, suas crianças, seus professores, familiares e amigos eram, até então, como outros “sujeitos ordinários” que não recebiam atenção dos meios de comunicação. No entanto, ao experimentarem a tragédia ganham direito a biografias agenciadas pelos jornais. Essas biografias são as mais espetacularizadas entre os seis casos analisados. Assim a vida extinta torna-se objeto público à disposição dos interessados em conhecer mais sobre cada uma das vítimas.

No jornal *O Dia* a capa e a contracapa trazem fotografias de Realengo e as diferentes notícias ocupam as páginas de 4 a 18, com um total de 25 imagens: são 22 fotografias, uma cópia da carta que o atirador Wellington escrevera, explicando o crime, e dois infográficos, apresentando o trajeto percorrido pelo atirador e suas armas. A capa de *O Globo* também é toda dedicada ao que o jornal chama de “Massacre de Realengo”. O noticiário do “Massacre” ganha um caderno à parte com doze páginas sobre o assunto, contendo quinze imagens. Uma delas é um infográfico apresentando o caminho percorrido pelo atirador – que inclui o percurso feito até a escola e sua movimentação dentro das instalações até o momento da morte. A outra imagem é a cópia da carta do atirador.

A maior parte das fotografias mostra o sofrimento dos familiares, a expressão de pêsames dos políticos e a resignação dos sobreviventes e dos vizinhos que moram ao lado do prédio da instituição de ensino e testemunharam todo o acontecimento. O único corpo morto fotografado é o do atirador. Interessante observar que a contabilidade da tragédia apresentada nas notícias tanto o jornal *O Dia* quanto o *O Globo* não inclui a morte de Wellington, o atirador. A notícia é de que morreram doze crianças e que outras doze foram feridas. A morte de Wellington, de 24 anos, atingido por dois tiros – de um policial e dele próprio – é descrita separadamente. Ninguém questiona o assassinato do assassino dos alunos da

escola, que ficou conhecido como “O monstro de Realengo”, título atribuído pelo jornal *O Dia*.

A carta deixada por ele foi publicada nos jornais e se transformou em objeto de análises e interpretações de teólogos, psiquiatras e psicólogos. Nenhum familiar ou amigo explicou ou lamentou sua morte no primeiro noticiário. Os depoimentos posteriores de vizinhos e familiares reforçam a imagem de uma pessoa estranha, insensível e perigosa. O jornal *O Dia* afirma: “Wellington, o monstro de Realengo, preferiu escolher meninas para execução.” Para *O Globo*, Wellington é “atirador” e “matador”. Em poucas linhas, os dois jornais o descrevem como um rapaz isolado e sem amigos, um possível terrorista, um monstro e um psicopata. Talvez essas representações possam justificar a fotografia do corpo de Wellington morto na capa dos jornais. Ele merecia uma segunda morte, como sugere J. Butler (2004).

Diferentemente do tratamento dado ao caso do juiz Marcelo Alexandrino, a violência de Realengo possui sobreviventes-testemunhas cujos relatos foram publicados e revelam detalhes do acontecimento. E, por conseguinte, as emoções experimentadas durante e após o acontecimento violento, como o nervosismo de Marcos Vinicius, o desespero de Helio e os traumas de Bruna e Camila Lopes:

Uma sobrevivente comentou que ele escolhia as mais bonitas. Matou também Milena dos Santos Nascimento, 14, Samira Pires Ribeiro, 13, Laryssa Silva Martins, 13, Ana Carolina Pacheco da Silva, 13. Dois garotos morreram: Rafael Pereira da Silva, 14, e Igor Moraes, 13. Prima de Gessica Guedes Pereira, 15 anos, também assassinada, Camila Lopes, 21 anos, ficou em estado de choque. (*O Dia*)

As cenas de horror não saem da memória dos estudantes. “Quando os tiros começaram, eu e pelo menos outros 30 colegas corremos para o auditório, no 3o. andar. Abraçados, choramos e rezamos muito, pois parecia que os disparos foram ficando cada vez mais perto da gente. Foram momentos de muito desespero.” detalhou Helio Paiva de Oliveira, 13, que estuda no 2º andar, na 7ª série. (*O Dia*)

Bruna Vitoria Lopes, 14 anos, conseguiu escapar. “Ver minhas colegas mortas foi a pior coisa da minha vida. Foi muita covardia. As imagens não saem da minha cabeça. Não sei se vou voltar a estudar aqui”, ressalta Bruna. (*O Dia*)

Visivelmente nervoso após contar detalhes de tudo o que viveu na manhã de ontem, o estudante Marcos Vinicius dos Santos Franca, de 12 anos, desabafou chorando: “Nunca mais eu quero ir lá. Volto a estudar na escola antiga, mas nessa eu não volto mais”, disse o menino, que tremia os lábios ao contar ter visto muitas amigas mortas com tiros na cabeça. (*O Globo*)

As emoções são apresentadas pelos repórteres, que tentam reter e criar sentidos aceitos e compartilhados socialmente através dos discursos textuais e visuais dos familiares. De acordo com C. Rezende e M. C. Coelho (2010), as palavras nem sempre expressam “de fato” o que o sujeito sente. Dor e desespero sintetizam uma série de emoções indizíveis também presentes nas notícias de Gabriela e Daniel. A lacuna entre essas emoções e palavras possíveis reforça “a distinção entre uma forma de expressão social e o sentimento de natureza individual” (REZENDE ; COELHO, 2010, p. 24). Nesse sentido, palavras como raiva, ódio ou sentimento de vingança, que poderiam expressar a profusão de emoções em razão da violência, receberiam um julgamento moral, mas contrariariam o perfil de vítimas secundárias dessa violência. Segue, então, uma seleção do que foi publicado pelos jornais:

Os parentes e amigos de Luiza Paula da Silveira, 14 anos – uma das alunas mortas, vizinha de Larissa Martins – tentam encontrar forças para entender a tragédia que se abateu sobre a família. Arrasados, os pais dela, o segurança, André Marcahdo, 40 anos, e Adriana da Silveira, 40, tiveram que ser sedados. (O Dia)

“Não sei se vou suportar essa dor. Meu Deus não sei se vou conseguir viver sem minha caçulinha, xodó da nossa família” – Maria Jose Martins, 56, mãe de Larissa Martins. (O Dia)

A tia, Ana Paula Sampaio, se desesperou e, por telefone, deu a notícia a parentes: “A nossa Karine morreu. Entrou um homem na escola e atirou na cabeça dela.” (O Dia)

A dor da dona de casa Loeli Rocha quando recebeu a notícia de que a filha Mariana Rocha de Souza morrera comoveu quem estava do lado de fora do hospital Albert Schweitzer. “Minha filha, minha filha”, chorava amparada por parentes. (O Globo)

“Estamos arrasados. Não sabemos nem o que falar. Minha irmã esta no IML tentando liberar o corpo de uma das filhas”, contou Perla Maria dos Reis Paes. (O Globo)

Os depoimentos de familiares e as informações obtidas apresentam seus perfis biográficos, ressaltando as qualidades de algumas das doze crianças de Realengo. Tais qualidades, relatadas pelos familiares, são bastante próximas às apresentadas nos casos de Gabriela e Daniel:

Larissa dos Santos Atanázio, idade 15 anos – Há dois anos na escola, Larissa era estudiosa e não gostava de faltar aula. De acordo com a família, ela era inteligente e caprichosa. (O Dia)

De acordo com os tios de Jessica, a menina era muito extrovertida e brincalhona e tinha muitos amigos: “Era uma menina maravilhosa, amorosa. Todos gostavam dela”, conta o primo, Clemilson Pereira, de 30 anos. (*O Globo*)

Uma adolescente tranquila que gostava de ficar conversando horas a fio com as novas amigas da travessa Piraguara, onde havia ido morar em dezembro. Assim amigos e vizinhos definiram Samira Pires, de 13 anos. (*O Globo*)

Luiza Paula da Silveira, idade 14 anos – Vaidosa e fã da cantora Ivete Sangalo, Luiza planejava com a família, empolgada, a festa de seu aniversário de 15 anos. Amigos elogiavam seu alto astral. (*O Dia*)

Larissa Silva Martins, idade 13 anos – De acordo com parentes, Larissa era uma adolescente pacata. Ela pouco saía de casa, mas tinha muitos amigos por causa de sua simpatia e descontração. (*O Dia*)

Mariana Rocha, idade 12 anos – Era uma menina vaidosa e muito estudiosa, segundo parentes e colegas. Queria seguir a carreira de modelo. Gostava muito também de fotografias. (*O Dia*)

Karine Lorraine Chagas de Oliveira, 14, era atleta da Escola Militar em Sulacap. (*O Dia*)

Ter amigos, estudar, sonhar em ser modelo, uma cantora famosa, ou fazer uma faculdade e praticar esportes, ter personalidade alegre, brincalhona e tranquila são características usadas pelos jornais *O Globo* e *O Dia* para construir, e tornar públicas, as biografias das crianças mortas de Realengo, bem como a de Daniel Duque, morto em Ipanema, e de Gabriela Prado, assassinada na Tijuca. Essas características seguem os padrões aceitos socialmente quando se faz referência ao universo de crianças e adolescentes.

Outros aspectos igualmente peculiares ao relato de adultos sobre o universo infantil não foram publicados nos jornais e, supostamente, não foram usados pelos familiares. Afirmações como crianças mimadas, mal-criadas, desobedientes, chatas, levadas ou “aborrecentes”, rebeldes, inconsequentes etc. não foram utilizadas na construção biográfica. As biografias publicadas é que dão sentido à dor da perda, bem como ressignificam vidas e mortes que passam a ser conhecidas pelos leitores dos jornais.

No entanto, esses mesmos leitores desconhecem outras mortes e, entre elas, as de um jovem na Cidade Alta e de um agente de endemias em uma favela. Para o jornal *O Globo* e *O Dia* nem todas as vidas são consideradas perdas humanas, como criticam J. Butler (2009) e S. Sontag (2003). Quando N. Traquina (2005, p. 20) define que “o jornalismo é realidade” e que “a notícia não é ficção; isto é, os

acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas”, as questões levantadas por J. Butler (2004, p. 33) aprofundam a discussão:

Se a violência é feita contra aqueles que são irreais, então, a partir da perspectiva da violência, é falho ferir ou negar essas vidas, uma vez que essas vidas já são negadas. Mas elas possuem uma maneira estranha de permanecer animadas e, por isso, devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser lamentadas, porque elas estão desde sempre perdidas, ou melhor, nunca "existiram", e elas devem ser mortas, pois parecem viver, obstinadamente, neste estado de morte. A violência se renova em face da aparente inesgotabilidade de seu objeto. A desrealização do "outro" significa que ele não é nem vivo nem morto.³⁶

Não é qualquer morte violenta que é noticiada nos jornais *O Globo* e *O Dia*. A suposição de categorias de um público-leitor orienta qual “realidade” deve virar notícia. Analisando a morte não contabilizada do atirador de Realengo e os casos publicados nos jornais *Extra* e *Meia-Hora*, dirigidos para as classes C e D, podemos perceber que para os jornais *O Globo* e *O Dia* as mortes dessas três pessoas não fazem parte da realidade do seu público e, por conseguinte, não interessam à espetacularização. São eles:

- Júlio César de Menezes Coelho, 21 anos. Trabalhava de madrugada no McDonald's da rua Hilário de Gouveia, em Copacabana. Durante o dia, ajudava a mãe e a tia nos afazeres domésticos, fazia um curso de gastronomia e cursava o quinto ano do ensino fundamental em uma escola municipal;

- Júlio Baptista de Almeida da Silva, 29 anos, trabalhava diariamente de 8h às 17h em comunidades como agente de endemias da prefeitura. Formado em Letras, Júlio Batista morava com a mãe e a irmã em um conjunto habitacional na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro;

- Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos, era filho adotivo de Dicéa Menezes de Oliveira, o caçula de cinco irmãos, e foi adotado ainda bebê. Sua mãe biológica sofria de problemas mentais e chegou a tentar se matar. É descrito por familiares e conhecidos como um rapaz calado, tímido, introspectivo, que não se metia em problemas nem desrespeitava regras. Sua mãe adotiva, que morrera em

36 No original: “If violence is done against those who are unreal, then, from the perspective of violence, it fails to injure or negate those lives since those lives are already negated. But they have a strange way of remaining animated and so must be negated again (and again). They cannot be mourned because they are always already lost or, rather, never “were”, and they must be killed, since they seem to live on, stubbornly, in this state of deadness. Violence renews itself in the face of the apparent inexhaustibility of its object. The derealization of the “Other” means that it is neither alive nor dead.”

2010, era testemunha de Jeová. Wellington também chegou a frequentar a mesma instituição religiosa. Era uma pessoa calada, tímida e passava boa parte de seu tempo navegando na Internet.

Para compreender a não-publicação das notícias da morte de Júlio Cesar e Júlio Baptista nos jornais *O Globo* e *O Dia*, vale retomarmos a máxima de A. Cummings e as pesquisas sobre violência (CANO, 2007; VELHO, 2007 e 2000; WAISELFISZ, 2006 e ZALUAR, 2004, 1994 e 1998) que mostram que a maioria dos homicídios no Rio de Janeiro atinge homens jovens, negros e moradores de comunidades. Dessa forma, para o público dos jornais *O Globo* e *O Dia*, essas mortes não rompem com a normalidade e fazem parte de uma rotina desses locais. O mesmo se constata quando familiares de classe média e fotojornalistas comentam sobre a escolha dos homicídios a serem noticiados:

– Não foi um crime contra qualquer pessoa, contra um Zé Povinho, mataram uma pessoa de bem, por isso que a mídia tava toda lá...

A análise de dois desses casos é realizada através dos recortes guardados pelos familiares das vítimas. A morte de Júlio Cesar ocorreu em uma ação de policiais militares que alegam o envolvimento do rapaz com a criminalidade na região. Os discursos da primeira notícia apresentam uma defesa da vítima. Diferentemente dos outros casos, nos quais os jornais *O Globo* e *O Dia* reproduzem as falas de dor e sofrimento de familiares e amigos, o jornal *Extra* do dia 20 de setembro de 2010 apresenta imagens e textos que tentam comprovar que Júlio Cesar era trabalhador e estudante.

As imagens mostram uma fotografia que o próprio Julio Cesar tirou vestindo o uniforme do McDonald's. Para reforçá-la, o jornal publica uma cópia do contracheque e um desenho com o cronograma da rotina diária da vítima. No texto da notícia principal, o jornal reproduz o discurso dos familiares, insistindo que Júlio “não tinha envolvimento com bandido e era querido por todos na comunidade” e ainda que os “policiais não respeitam os moradores”. Em caixa de texto, uma nota sobre a rotina de Júlio Cesar, intitulada “Entre trabalho e estudo, 14 horas de luta”, relata:

Cheio de sonhos, alegre e festeiro. Assim Júlio Cesar é descrito por amigos e parentes. Seus horários eram pouco convencionais, mas atestavam sua rotina de trabalho e estudos. Há seis meses Cesar batia ponto diariamente

no McDonald's da Rua Hilário de Gouveia em Copacabana. Era seu primeiro emprego. Às 23hs, o rapaz começava a trabalhar na lanchonete, de onde só saía às 7hs. De lá, seguia para casa e, segundo a família, aproveitava o início da manhã para descansar.

Às 14hs, garantia seu lugar na sala de aula do curso de gastronomia, na Ação Comunitária Brasil, na Cidade Alta. Às 18hs, seguia para a Escola Municipal Montese, em Cordovil, onde cursava o 5o. ano do ensino fundamental. A aula terminava às 22hs, e sua rotina recomeçava no trabalho, cujo salário bruto era de R\$ 532,50. Um dos sonhos era ser cabeleireiro. (Jornal Extra, 20.09.2010).

Já Júlio Baptista foi confundido com um estuprador pelos traficantes da favela Nova Brasília, em Inhaúma, que o torturaram até a morte. Como seu corpo não foi encontrado, seus familiares e amigos de trabalho presumiram sua morte. Uma semana após o seu desaparecimento, no dia 16 de julho de 2009, os jornais *O Dia* e *Meia-Hora*, que são da mesma empresa de comunicação, noticiaram o fato.

Assim como nos textos sobre Júlio Cesar publicados pelo *Extra*, as notícias de Júlio Baptista também tentam defendê-lo da suposta condição de estuprador. A mesma imagem foi publicada nos dois jornais. Trata-se, segundo sua irmã, de uma reprodução de sua última fotografia em vida, registrada no ambiente de trabalho pelos colegas. Nela Júlio Baptista aparece com o uniforme de agente de endemias da prefeitura, brincando com um gato. O conteúdo dos dois textos também é semelhante. No jornal *O Dia*, a fala de sua irmã ganhou destaque: “Pegaram a pessoa errada. Ele era um trabalhador e não pode morrer com essa mancha.” O restante do texto apresenta as qualidades de Júlio, apontadas por sua mãe e por outro agente de endemias. Este procurou o corpo do colega de trabalho, mas foi ameaçado pelos traficantes:

“Fizeram ameaças e disseram para não procurarmos o corpo e não nos metermos na história. Júlio era bom servidor, pacato e muito empenhado. Estamos fazendo de tudo para ajudar.” (...) Júlio trabalhava como agente de endemias há um ano. Formado em Letras, ele foi o 25º. colocado no concurso, depois de sete anos trabalhando na Comlurb, no mesmo cargo. “Ele queria progredir na vida. Estudava muito, adorava ler e me levava ao cinema. Era muito calado, tranquilo. Morava comigo e nunca dormiu fora de casa”, contou a mãe. (Jornal O Dia, 16.7.2009 – página 4).

As primeiras notícias sobre as mortes de Júlio Cesar e Júlio Baptista não focalizam o sofrimento e a comoção de seus familiares, como acontece nos casos de Gabriela, Daniel e das doze crianças de Realengo. O principal objetivo das notícias era informar a condição de trabalhadores, representação associada aos indivíduos inocentes e honestos.

Assim, observamos que somente os textos e imagens dos noticiários sobre os homicídios de Júlio Baptista e Júlio César podem ser lidos à luz da proposição de J. Butler (2004, 2009). Ou seja, de serem percebidos como “humanos” e “reais”. A “mancha” a que a irmã de Julio se refere é que a condenação de ser um estuprador manchará seu caráter e a sua honra de trabalhador.

A publicação dos seis casos de violência reproduz mais do que os clichês sociais, pois eles reapresentam as convenções do discurso jornalístico criadas a partir das relações sociais estabelecidas entre repórteres e familiares das vítimas. A ausência da imagem da morte, e da violência em si, bem como da complexidade das relações humanas em situações-limite transformam as notícias em espetáculo aceito socialmente. Como assinala G. Debord (2003, p.17):

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência.

As lágrimas fotografadas surgem, então, como “signos que circulam” e “signos de emoção”, como sugere A. Vicent-Buffault (1988, p.33), e que passam a regular os deveres e os direitos entre familiares, amigos, repórteres e sociedade. A frequência dessas imagens nos jornais analisados pode indicar que “face às lágrimas, existe uma resposta adequada, gestos apropriados. Como se fosse impossível deixar alguém chorar sem agir, ou seja, sem se aproximar e levar suas lágrimas em consideração” (BUFFAULT, 1988, p.34). Diante das lágrimas em profusão de mães, tias e irmãs, a dor da morte violenta transforma-se em um emocionante espetáculo em busca da construção do “nós”, sugerido por S. Sontag (2003).

A análise de L. P. Paiva (2012) sobre quatro crimes que “abalaram o Brasil” – os assassinatos de Daniella Perez, João Hélio Fernandes, Isabella Nardoni e Tim Lopes – indica que o noticiário acompanhado através de televisão, Internet, rádios e impressos (jornais e revistas) transformam-se em uma comoção nacional e sugerem atitudes políticas. “Os homicídios comunicados pelas agências de comunicação compõem sentimentos e discursos que dão forma as problematizações ideológicas sobre o que fazer para a contenção da violência vislumbrada.” (PAIVA, 2012, p.279)

Para o autor, existe uma dinâmica que perpassa as relações de poder e as possibilidades de determinados grupos exporem sua visão em detrimento de outros. As agências de comunicação se autoinstituem como agentes públicos comprometidos com o bem comum. Há um esforço das instâncias de produção para fomentar as virtudes que os sujeitos sociais não devem deixar de observar em sua vida em sociedade, em oposição aos argumentos sistemáticos de constrangimento contra os acusados.

Pode-se perceber ainda que a violência cometida contra essas pessoas está associada ao lugar que ocupam na hierarquia social e seus espaços de moradia – áreas nobres ou periféricas da cidade. Como propôs M. Halbwachs (1990, p.143),

é sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção.

Isso possibilita questionar a herança vinculada à conformação do homem no espaço. Para o autor, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade e reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente. Os componentes materiais do espaço, suas pedras e madeiras se deixariam transportar, mas não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. “O desígnio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer, dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem.” (HALBWACHS, 1990, p.137).

As notícias sobre a violência seguida de morte na cidade do Rio de Janeiro tornam negativa a imagem da cidade. Elas atribuem características específicas aos diferentes bairros e zonas, que são associados ao crescimento da violência aliado ao tráfico de armas e drogas. Segundo P.-J. Ribeiro (2007, p.11), a forma como a cidade foi e é pensada por seus habitantes e intérpretes (cronistas, literatos e cientistas) “é um dos medidores das próprias operações e alterações de significados múltiplos que ela assume”. A imagem de uma “Cidade Partida”³⁷, analisada por mim

37 A concepção de uma “Cidade Partida” aparece no início do século XX nas crônicas de Olavo Bilac, Lima Barreto, Benjamin Costallat e do sambista Orestes Barbosa para descrever a favela como uma cidade à parte. Na década de 1990, o jornalista Zuenir Ventura (1994) publica o livro-reportagem *Cidade Partida*, e assim o termo é apropriado pela mídia para expressar supostas diferenças – espaciais, sociais e econômicas do “asfalto” e da “favela” da cidade do Rio de Janeiro. (ALMEIDA 2012, 2008).

em pesquisa anterior (ALMEIDA, 2008), continua a determinar quem pode ser qualificado como vítima da violência pela mídia impressa.

L. Valladares (1991) e J. Santucci (2008) assinalam que a representação romântica do “pobre limpinho”, do “pobre honesto”, transformou-se, em diferentes períodos, em “pobre criminoso”, “pobre perigoso”. No início do século XX, com as rebeliões conhecidas como Revolta das Carnes Verdes e da Vacina (SANTUCCI, 2008), a classe pobre e trabalhadora se revoltou contra a proposta de higienização e desinfecção da cidade. A partir da década de 1980, com a entrada do tráfico de drogas e de armas, atribui-se o aumento dos casos de violência à pobreza dos moradores de favelas (VALLADARES, 1991).

Por trás da produção de sentido das notícias, na qual Júlio Baptista e Júlio César – como trabalhadores – não deveriam ser mortos por pessoas, sejam elas bandidos ou policiais, que atribuem a si o direito de julgar e matar, está a questão discutida por J. Farias (2007, p.155):

Se “nenhuma sociedade civilizada deu à polícia ‘o direito de julgar e matar’, como entender a parcela da ‘sociedade’ do estado do Rio de Janeiro que compõe o júri popular e absolve um policial que executou um morador de favela?”

Para discutir a complexidade de determinados aspectos do cotidiano dos moradores de favelas em suas localidades e em suas relações com outras pessoas da cidade, J. Farias (2007) utiliza a noção de “população matável”. Isto é, uma população que em situações-limite é excluída dos direitos e da lei, mas incluída por ser aniquilável de tal forma que sua aniquilação não é nem passível de punição nem desperta culpa.

Se, de um lado, o noticiário defende Júlio Baptista e Júlio César em função de sua condição de trabalhadores, por outro lado há um reforço da concepção de que, não sendo trabalhadores, eles poderiam ser mortos e, talvez, não merecessem “virar notícia”. Como critica P. Champagne (1991, p.68), a maneira com que os jornalistas trabalham, o que diz respeito à sua concepção de investigação de campo, tende a reforçar os discursos próprios do senso comum.

Nesse sentido, a escolha das violências que serão ou não transformadas em notícia mostra que seus produtores assumem um posicionamento político que define quais vítimas são ou serão consideradas “humanas” para o público-alvo do jornal. Através da classificação de violências noticiáveis, pode-se dizer que também a

morte é mais um produto comunicacional espetacular. A condição de que “a violência transforma em coisa toda pessoa sujeita a ela” (SONTAG, 2003, p.16) jaz sobre todos.

A discussão sobre as primeiras notícias dos casos analisados permitiu refletir sobre as construções subjetivas que os jornais produzem sobre a violência, suas vítimas e os familiares destas na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, em conversa com a coordenadora da Rede Contra Violência sobre a falta ou a diminuição de notícias de violência de *O Globo* e *O Dia*, ela comentou:

– Está impossível propor qualquer cobertura de violência para os jornais. Com essa história de Olimpíadas e Copa, a mídia está todo do lado do poder público.

A invenção de uma Cidade Maravilhosa, repleta de belezas naturais e pronta para se tornar uma cidade olímpica, legitimou o controle sobre o que pode ser noticiado. A construção de uma imagem de cidade violenta é uma crítica que busca o oposto simétrico da concepção do senso comum da Cidade Maravilhosa. Esse posicionamento tendencioso dos jornais foi constatado na pesquisa de S. Ramos e A. Paiva (2007), que demonstra o jogo de interesses por trás da publicação de notícias. A análise de 2514 textos jornalísticos, veiculados ao longo de 35 dias, distribuídos por cinco meses (maio a setembro) do ano de 2004 em diferentes jornais do país – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Agora SP*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *O Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia* – confirmou a tese de que o Rio de Janeiro é o centro da cobertura nacional sobre criminalidade, violência e segurança. “Os 51,8% restantes se dividem entre São Paulo (21,3%), Minas Gerais (17,5%) e outros estados (6,4%) (RAMOS e PAIVA, 2005, p.10). Para as autoras, nas décadas de 1980 e 1990 os preconceitos expressados em termos pejorativos, além das reportagens sensacionalistas, escondiam interesses políticos de quem competia por empreendimentos industriais e turísticos, estabelecendo uma concorrência com o Rio de Janeiro: outras cidades e estados que são importantes pontos de conexão da rota da cocaína são até hoje pouco mencionadas no noticiário.

Ao mesmo tempo em que as notícias são compreendidas por familiares de vítimas e fotojornalistas como meios de denúncia e apoio na busca por justiça, elas também representam registros socialmente aceitos de uma identidade social das

vítimas. Paralelamente a isso, a complexa negociação para publicação de textos e imagens da violência passa por interesses comerciais. A notícia sem a violência explícita corresponde ao interesse e à aceitação do público-alvo do jornal. Porém, uma fotojornalista questiona:

– O que aconteceria se o corpo da Eliza Samudio³⁸ aparecesse todo despedaçado? Não sei não, acho que a gente ia ter que fazer. Ia ter que dar um jeito. Ia ser capa de jornal porque é uma notícia que vendeu muito e ia vender.

O interesse comercial, aliado ao interesse público de determinados casos de violência, pode ser compreendido pela definição de L. Boltanski (1993, p.96): uma “indignação unânime” que se torna uma mobilização imediata contra o culpado em busca de punição. “As pessoas indignadas são uma multidão concentrada atrás das autoridades locais (ou da mídia – grifo meu), que não encontraram nenhuma oposição, podendo restringir o campo da investigação, limitando o conhecimento e indo diretamente para a punição.”³⁹

Nesse sentido, E. M. Silva (2010, p.163) afirma que a publicação de notícias na grande imprensa não somente informa, como “contribui, de forma decisiva, para (re)criar a realidade que, supostamente, pretende descrever”. Ao fazer isso, ela desempenha uma função social e um papel político, no qual os “males sociais” noticiados constituem, sobretudo, os “males dos jornalistas”. Segundo P. Champagne (1991, p.65 - tradução livre): “Eles são ‘fora do comum’, dramáticos ou comoventes e, assim, atendem à definição social, comercialmente rentável, de um evento digno de ser a ‘capa’ dos jornais.”⁴⁰

38 Eliza desapareceu no dia 4 de junho de 2010, quando deixou um hotel no Rio de Janeiro e foi ao sítio do ex-goleiro Bruno Fernandes, atleta, em Esmeraldas (MG). Ela viajou com o filho, Bruno Samudio, então com quatro meses. O jogador, à época, não concordava em assumir a paternidade da criança. Segundo amigos da jovem, Eliza teria ido ao sítio em busca de acordo sobre o reconhecimento do filho. Vinte dias depois do sumiço de Eliza, a polícia recebeu denúncia de que ela havia sido espancada e morta no sítio de Bruno, e de que o bebê ainda estaria no local. (Serpone, 2012).

39 No original: "Les personnes indignées sont une foule massé derrière les autorités locales qui, ne rencontrant pas d'opposition, peuvent restreindre le champ de l'enquête, limiter l'instruction et aller directement à la punition."

40 No original: "Ils sont “hors du commun” ou dramatiques ou émouvants et répondent ainsi à la définition sociale, commercialement rentable, de l'événement digne de faire “la une” des médias."

Desse modo, as notícias de violência sugerem uma reorganização social e política a partir da comunicação de quais fatos podem ser noticiados como vidas perdidas; informando de que forma, onde e por que elas se perderam. Essa criação, que passa a existir a partir das primeiras notícias de violência e se transforma em uma cobertura de segurança pública, inscreve essas vítimas e familiares de forma incipiente em uma memória coletiva da violência.

3 “AQUI COMIGO!”: a relação dos familiares com as fotografias

Em determinado momento da entrevista com Flávia, pergunto: “Como foi para a família lidar com a violência e a morte de Rafael?” Como se tratava de uma das últimas entrevistas, supunha que sua resposta seria um relato sobre os males causados pela ausência abrupta de seu filho, algo que teria como consequência sua participação nos encontros dos movimentos em prol da luta contra a violência, em memória de Rafael. Memória também expressa pelos outros familiares que marcam a presença de seus entes mortos estampada em camisetas e nas fotografias. No entanto, Flávia respondeu com tom de voz tranquilo, sem sequer esboçar sofrimento e tristeza:

– Graças a Deus, a gente caminhou todo mundo junto. Foi muito legal. Eu fiz terapia de luto junto com o meu marido. A gente fez meditação junto. Nós entramos para o espiritismo juntos. Assim, eu consegui levar todo mundo e a gente caminha muito junto. Os irmãos, sabe? Todo mundo, então, a gente é muito unido. Tem um período que você cai mesmo porque não tem aquela coisa, mas a gente conseguiu caminhar junto e a gente conseguiu ir para esse lado espiritual. Todo mundo é bem resolvido, sabe? Tem momentos que desaba. Tem aquela coisa toda, mas a gente foi muito mais para o lado do amor, da libertação e de tudo que Rafael representa pra gente. É uma coisa muito forte. A minha casa é só foto. Aonde eu vou, eu tenho o meu filho aqui comigo. (Aponta para o celular) A minha filha hoje é uma criança e na época ela era bem pequena. Então, assim, ela tem uma relação espiritual com ele maravilhosa e é muito presente. A gente nunca fala em Rafael no passado. Rafael é só presente. Então, assim, ele é presença constante nas nossas vidas, sabe? Da gente estar sempre lembrando, rindo, falando. Então, é uma coisa muito leve para gente. Então, a gente conseguiu manter muito isso. Graças a Deus!

O relato de Flávia apresenta questões interessantes sobre a importância da representação fotográfica do ente morto. Autores como R. Barthes (1984), S. Sontag (2004a), I. Jonas (2010), entre outros, afirmam ser a fotografia uma pseudopresença ou indicação da presença de algo ou alguém ausente. Essa afirmação parte da máxima de que a fotografia não é e nunca poderá ser uma realidade. Para M. G. Koury (1998, p.68), a fotografia do morto funciona como um duplo: “É a presença do objeto revelado, mas, também, é a sua ausência irremediável. Satisfaz uma passagem fundamental entre o visível e o invisível, reforçando, ao mesmo tempo, sua oposição.”

O recorte do passado de uma pessoa, de uma paisagem ou de um objeto se insere no presente de quem vê. Para Flávia, as fotografias de seu filho – as do celular, das paredes de sua casa ou em seu quarto – são a forma de “ter o filho”, de ele ser uma “presença constante” em sua vida.

Assim, a fala de Flávia acrescenta um sentido na percepção desses autores e se aproxima da afirmação de J. Berger (1999, p.9), quando este diz que é “o ato de ver que estabelece nosso lugar no mundo circundante”. No mundo circundante de Flávia, Rafael ainda se faz presente. Uma presença visual e comum entre os familiares de vítimas de violência do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a afirmação acima orienta reflexões sobre a presença da fotografia no universo de familiares de vítimas de violência no Rio de Janeiro. Em primeiro plano, importa a relação deles com a imagem fotográfica de seus entes mortos violentamente e, em segundo, a produção e o uso de fotografias pelos familiares de vítimas. Essas novas apropriações e produções de imagens ocorrem a partir da violência seguida de morte. Nelas revelam-se aspectos importantes para a compreensão do grupo estudado, principalmente, sob a perspectiva da preservação de uma memória da vítima no processo de luta por justiça.

Assim, as fotografias produzidas pelos fotojornalistas mostram quais são os acontecimentos noticiáveis após o ato violento: o reconhecimento das vítimas pelos familiares, os velórios e enterros, seguidos da ação dos familiares na polícia, na Justiça e nos movimentos. O outro grupo de fotografias analisadas são as imagens de acervo das vítimas ainda em vida. Esse material revela quem são as pessoas mortas pela violência cuja memória se quer manter viva, tanto na esfera individual quanto na familiar e na pública. Ainda existem as fotografias produzidas pelos próprios familiares que apresentam os diferentes momentos da construção da identidade de familiar de vítima, seja nas relações entre as diferentes famílias, seja durante a participação em manifestações.

C. Peixoto (2004, 2001, 1998, 1996, 1995) tem frequentemente apontado para a importância de analisar as imagens segundo seus significados e sentidos. E. Garrigues (2000) e E. Samain (1998) também propõem pensar o registro fotográfico, partindo do princípio de que a fotografia é também uma linguagem, como o texto: trata-se de uma escrita que possui uma relação particular com a realidade. Para analisá-la, deve-se detalhar os sinais fotográficos por meio de outras fontes: o trajeto do olhar, as impressões visuais globais, as rupturas ou contradições entre o que foi

registrado, a intenção do registro e o que se compreende posteriormente. Para C. Peixoto, as expressões só têm sentido na condição de lembrarmos que a imagem não é um texto sem palavras e que "ler imagens" é diferente da leitura de um texto onde decodificamos cada signo buscando seu sentido; é, principalmente, a análise do conjunto desses significados e de sua produção.

Assim, as fotografias produzidas sobre a violência são imagens construídas socialmente que reconhecemos e entendemos ou por seu contexto social, ou porque temos registro de imagens análogas (em pinturas, fotografias e no cinema). A desconstrução das escolhas da produção fotográfica revela que tanto o que produz quanto aquele que vê/lê a fotografia compartilham de uma representação possível do contexto de violência.

Os registros anteriores de fotografias da violência revelam como as produções fotográficas foram construídas socialmente, ou seja, quais são os limites da representação da violência, do sofrimento e da demonstração da dor. Como afirma M. Banks (2001), as imagens fotográficas são resultado de um longo processo cultural e social. Por isso, deve-se distinguir a composição visual da fotografia (as formas, as cores e a iluminação), do seu conteúdo, ou seja, os sentidos e significados relativos ao contexto histórico e social. Trata-se de saber quais são as normas ou convenções de construção das imagens, tanto do passado quanto do presente, apresentando o que significam tais imagens em uma determinada cultura.

Por outro lado, as convenções presentes em produções fotográficas de diferentes épocas parecem sugerir a existência de uma dimensão visual do pensamento constituído pela memória visual. W. Benjamin (1994) fala sobre a existência do inconsciente ótico, que seria formado pelos registros não conscientes do mundo visível, mas que podem ser captados pela câmera. "Percebemos, em geral, o movimento de um homem que caminha, ainda que em grandes traços, mas nada percebemos de sua atitude na exata fração de segundo que ele dá um passo. A fotografia nos mostra essa atitude (...)." (BENJAMIN, 1994, p. 94). Tal afirmação remete ao registro do fotojornalismo de violência. Esse registro informa o acontecimento pela fotografia de uma mãe. Os olhos vermelhos e inchados, a lágrima que rola sobre a face e o semblante contraído condensam as emoções. É esse instantâneo fotográfico e é a sua publicação no jornal que informa o leitor do sofrimento da violência.

Baseado no argumento de W. Benjamin sobre a fotografia, E. Garrigues (2000) afirma que ela pode contribuir para a compreensão do funcionamento mental a partir da associação de ideias e imagens inscritas na memória. Para ele, o inconsciente é constituído tanto de palavras quanto de imagens:

Além disso, esta expressão [inconsciente ótico] pode englobar tanto o inconsciente do fotógrafo quanto o daquele que vê [a imagem]. É por isso que não hesitamos em falar do pensamento visual; de um lado há uma dimensão visual do pensamento, e como não há pensamento sem linguagem, como longamente demonstrou Merleau-Ponty na fenomenologia da percepção, por outro lado há igualmente comunicação, consciente e inconsciente, por intermédio dessa linguagem que é a fotografia e que constitui uma parte importante do pensamento visual.⁴¹ (GARRIGUES, 2000, p.196 – tradução livre).

Assim, a memória é um mecanismo que possibilita, por um lado, a reconstrução do passado a partir de uma fotografia, mas, por outro, também usa a lembrança de seus registros visuais no momento da produção fotográfica. Esses registros anteriores são reelaborados a partir de uma compreensão da construção visual do mundo.

Já A. Malraux (2000) não entra na questão psicológica⁴² ou social da construção da memória visual. Ele sugere que algumas imagens atuais fazem referência a imagens anteriores e que podemos perceber a existência de um “Museu Imaginário” ao compará-las. A. Malraux argumenta que o acesso a inúmeras imagens, difundidas pelas técnicas de reprodução fotográficas e impressas, possibilita que as pessoas construam em seu imaginário uma “biblioteca de imagens” com tantas obras que nem o maior dos museus poderia reunir.

Dessa forma, A. Malraux (2000) propõe que as obras de arte presentes em nossa memória visual, ou em nosso imaginário, fazem parte de uma “biblioteca de imagens” que é acessada no momento das produções imagéticas. Isto é, podemos

41 O texto original é: "De plus, cette expression peut englober aussi bien l'inconscient du photographe que celui du regardeur. C'est pourquoi nous n'hésitons pas à parler de pensée visuelle; il y a une dimension visuelle de la pensée d'une part, et comme il n'y a pas de pensée sans langage, comme l'a longuement démontré Merleau-Ponty dans la Phénoménologie de la perception, il y a également communication, consciente et inconsciente, par l'intermédiaire de ce langage qu'est la photographie et qui constitue une part importante de la pensée visuelle, d'autre part."

42 A expressão “Psychologie de l'art” só foi usada no primeiro ensaio, intitulado originalmente: “Psychologie de l'art. Le Musée imaginaire”. Genève: A. Skira (impr. Roto-Sadag), 1947. In 4º (295 x 235), 163 pgs., fig., pl. en coul., couv. ill. [D. L. 12823] –Ixa. Traduzido para o inglês como “Museum without Walls”. As edições seguintes, também como parte do livro “Les Voix du silence”(1951), parecem não fazer uso de qualquer termo da psicologia.

supor que, assim como o texto, a produção de uma imagem não é alheia às influências de referências anteriores. O artista visual, o fotógrafo, os cineastas e os produtores de vídeo possuem um repertório de imagens de diferentes lugares e épocas, e dele lançam mão no momento da criação. No entanto, isso não garante a existência de uma reprodução consciente, mas uma referência de tons, cores perspectivas e conteúdos que serve ao processo de construção da imagem.

Assim, diferentes análises das fotografias de pessoas ou dos acontecimentos (desastres, guerras, mortes, casamentos, batizados e aniversários) mostram que elas são recortes visuais convencionados por determinadas família e sociedade. Mesmo que produzidas a partir de preferências ideológicas e políticas, tais recortes são importantes “lugares de memória”, pois fixam e revelam algo que passou. Eles permitem analisar e atribuir valores às relações sociais, às cerimônias, aos grandes homens da história, aos acontecimentos, aos lugares e às pessoas comuns.

A percepção do senso comum e de cientistas que buscam no registro fotográfico a produção de conhecimento é de que a fotografia não pode mentir, o que faz com que a fotografia seja percebida desde seus primórdios como “uma espécie de prova do mundo real”. Como afirma R. Barthes (1984, p.16), “seja o que for o que ela dê a ver e qualquer que seja a maneira, uma foto é sempre invisível: não é ela que vemos”. Para ele, a fotografia se distingue do que ela representa.

Já para A. M. Garat (2011), a representação fotográfica restitui uma imagem, um instante, sob determinada luz de um estado único. Uma síntese inventada que conjuga memória, imaginário e pensamento, e que “manifesta o desejo de resgatar o segredo de seu rosto para reconhecer sua verdadeira natureza”⁴³ (GARAT, 2011, p.151 – tradução livre). Essa afirmação parece estar por detrás do relato de Flávia, que estabelece ou mantém uma relação com seu filho morto violentamente, reificando a presença dele através das inúmeras fotografias. A fotografia “(...) sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento” (BARTHES, 1984, p.14-15).

Tanto a não-distinção entre a representação e a realidade representada quanto “esse princípio de realidade próprio à relação da imagem fotoquímica com seu referente”, como propõe P. Dubois (1993), possuem três linhas gerais de

43 Texto original: “manifeste le désir de délivrer le visage de son secret, de lui faire avouer sa vraie nature.”

análises apresentadas por diferentes teóricos ao longo do tempo: a fotografia como espelho do real, isto é, o caráter de verossimilhança da fotografia com seu referente; a fotografia como transformação do real, no qual ela deixa de ser um espelho neutro para ser uma interpretação ou transformação cultural do real; e, por fim, a fotografia como traço de um real, de um efeito de realidade, isto é, “desse movimento de desconstrução (semiológica) e de denúncia (ideológica)” (DUBOIS, 1993, p. 26). É esse efeito de realidade, apresentado por Flávia e, como veremos, por outros familiares de vítimas de violência, que provoca emoções e diferentes relações entre eles e as fotografias.

B. Kossoy (2009, p. 36-37) também sugere que a imagem fotográfica possui diferentes realidades. A “realidade interior”, que é a história da fotografia, “invisível fotograficamente e inacessível fisicamente e que se confunde com a ‘primeira realidade’”. Essa “primeira realidade” é o instante de curtíssima duração do ato de registro; “momento em que a luz refletida pelo referente incide sobre o elemento fotossensível e a imagem é gravada”. A “segunda realidade” é a realidade do “assunto representado”, que consiste no aspecto visível da realidade transformada em documento.

V. Flusser (1985) afirma que as fotografias são primeiramente decifradas pelo olhar que abstrai duas das quatro dimensões da realidade. Esse ato de decifrar não se aprofunda nos significados da imagem, que transmite um recorte do real. Tais “imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas” (FLUSSER, 1985, p. 7). O homem que assim compreende a fotografia passa a perceber a realidade como um conjunto de cenas retratadas pelas imagens.

O propósito da representação, ou de tornar tudo acessível pelas imagens, transformou-se no meio pelo qual o homem se relaciona com o mundo, como também aponta J. Martín-Barbero (2001). São as fotografias de sites e das redes de relacionamento da Internet, assim como as imagens televisionadas, que conectam os habitantes com o restante da cidade em que vivem. Através das imagens, se tem acesso ao que ocorre nas periferias, no trânsito, na política, no esporte etc.

Na fotografia se inscreve, entretanto, a visão ou o olhar que o fotógrafo deseja transmitir. Se o objetivo é que ela seja um recorte da realidade, é necessário que esse objetivo esteja convencionado entre aquele que a produz e aqueles que a observam. A fotografia, como qualquer outra imagem, não é um documento, mas,

como afirma A. Rouillé, ela “somente está provida de um valor documental” (2009, p.19).

Assim, mesmo que se busque imparcialidade ou objetividade, a fotografia é uma mensagem. Esse caráter incontestável a mergulha em uma relação de poder. Primeiramente, o poder do fotógrafo de decidir o que será ou não fotografado e, depois, aquele estabelecido entre a fotografia e os observadores que decidem como devem considerá-la.

As representações fotográficas não recebem esse estatuto de realidade fortuitamente. A crítica de A. Machado (1984) afirma tratar-se de “ilusão especular”, isto é, de “um conjunto de arquétipos e convenções historicamente formados que permitiram florescer e suportar essa vontade de colecionar simulacros ou espelhos do mundo, para lhes atribuir um poder revelatório.” (MACHADO, 1984, p. 10). As convenções das fotografias e as escolhas do que pode ou não ser representado passam sempre por relações de poder. A. Machado (1984) também compara a fotografia com o texto escrito, que, para ele, é um sistema de signos formado pela linguagem visual. Esse sistema organizado de signos nunca é desprovido de ideologia. Por sua vez, uma foto é uma prática material de uma ideologia dominante que não se limita ao plano abstrato das “ideias”, “concepções de mundo”, “senso comum” ou “sistemas de pensamento”.

Essa compreensão de que a fotografia é um recorte ou uma representação do real, e não “a realidade”, depende de uma percepção visual que nada tem de automática. A história do início do cinema descreve a reação da platéia à exibição do filme *L'Arrivée d'un train à La Ciotat* dos irmãos Lumière, em 1895. O filme, ao mostrar a aproximação da locomotiva, assusta a plateia, que grita e corre em direção à saída, acreditando que o trem invadiria o salão do café. Essa foi a primeira emoção cinematográfica, promovida pelas primeiras imagens em movimento, cujo enquadramento frontal da estação e o ângulo diagonal produzia a sensação de que a locomotiva atravessaria a tela e atropelaria os espectadores (PEIXOTO, 1995).

As fotografias que os familiares de vítimas de violência portam consigo não substituem a presença física do ente morto, mas ela é fundamental ao sentimento de que ele permanece presente em seu cotidiano, como relatou Flávia. Essa relação com a fotografia do ente ausente também é semelhante à da mãe de Ligia, morta na Chacina de Realengo. Na parede da sala de casa, um quadro de sua filha é tão grande que chama a atenção logo na entrada. Abaixo do quadro, e nas prateleiras,

há vários porta-retratos com diferentes fotografias da menina e das outras doze crianças mortas na tragédia. Do filho vivo há somente uma fotografia ao lado da sua irmã.

Nos primeiros momentos da conversa, ela me pergunta: “Você conhece os nossos anjinhos? Tenho todos eles aqui comigo. As nossas crianças que se foram...” Sentia-me dentro de um “álbum-sala”, analisado por M. G. Koury (2005). Entretanto, as fotografias não seguiam uma ordem cronológica. As imagens eram todas de Ligia adolescente, posando para ser fotografada. Aquela composição lembrava mais uma caixa de fotografias na qual se guarda fotos na medida em que são reveladas, sem que nesse armazenamento haja alguma organização aparente. Uma caixa-sala em que “as fotografias sentidas como duplo do real são apresentadas, na narrativa, deste modo, como o real reproduzido. Uma espécie de síntese da memória familiar, onde sentimentos, gestos e atos prisioneiros da revelação constroem redes de significados” (KOURY, 2005, p.40).

Em outra análise, M. G. Koury (1999) discute a relação estabelecida com a fotografia do ente morto. Para o autor, a relação da mãe com a foto-filho, morto por afogamento, é a manifestação de uma impossibilidade do trabalho de luto. Essa incapacidade de introspecção da morte “leva a pessoa enlutada a reviver continuamente o paradoxo da perda e da sua irreparabilidade.” (KOURY, 1999, p.155). Antes de morrer, o filho pedira que a mãe realizasse o seu sonho: se vestir com uma roupa branca com seu nome bordado e ser fotografado. No dia em que a roupa ficou pronta, o filho morreu sem prová-la. A mãe atende ao sonho como a um último desejo. Veste o filho morto e solicita que alguém o fotografe. A fotografia do filho morto vestido de branco, que ela carrega junto ao peito, prova como ele está bem aonde quer que esteja. A mãe do menino questiona: “Eu até hoje me pergunto e tenho, às vezes, certeza. Outras tantas vezes, não: será que era a mensagem do seu sonho? Deixar comigo, em seu lugar o retrato? Não sei [...] não sou muito de pensar, embora só viva com isso na cabeça.” (KOURY, 1999, p.144).

Se o relato mencionado por M. G. Koury (1999) aponta para a troca do filho vivo por seu retrato, os de Flávia e da mãe de Realengo falam de presença. A fotografia dos entes mortos é uma outra forma de manter vivo o vínculo familiar, acionando-o continuamente. Elas “recuperam a presença dos ausentes”, como aponta M. Moreira Leite (2001). Não de uma falsa presença, mas de uma presença possível. No entanto, a relação com a fotografia é de natureza bastante diferente:

não há volume, sons e cheiros na imagem. Nesse sentido, a fotografia é a presença visual e uma forma de rememoração das inúmeras lembranças.

Além das fotografias, alguns familiares mantêm intactos os objetos de seus entes como outra forma de reter sua presença e manter ativada sua memória. Na missa católica celebrada após um ano da morte das crianças em Realengo, antes da cerimônia, uma das mães contou para um jornalista:

– O quarto dela está do mesmo jeito que estava. Eu não mexi em nada. É uma dor muito... Só quem passou é que sabe a dor que estou sentindo.

Durante a missa, o padre solicitou aos familiares que nas oferendas à Santa Igreja, na qual são recolhidas doações em dinheiro, os familiares oferecessem os objetos que seus entes mais gostavam. Antes de depositarem os objetos no altar, os familiares fizeram reverências, apertando-os ao peito: à chuteira, ao primeiro sapato alto cor de rosa, ao primeiro celular e ao controle de videogame etc. Os ursos de pelúcia e as bonecas foram cheirados e beijados. Os gestos de afeto e devoção se repetiram a cada doação de objeto, indicando a despedida.

Para o público, também constituído de familiares das vítimas e amigos, foi um momento de muita emoção, no qual três pessoas desmaiaram e outras sete passaram mal. O padre disse que os ursos, as bonecas, o videogame, o sapato, o celular e a chuteira são “pedaços de lembranças que os familiares estão oferecendo a Deus e à Santa Igreja, que zelarão pelas crianças assassinadas no dia 7 de abril de 2011. Agora, essas crianças estão ao lado de Nosso Senhor porque não fazem mais parte desse mundo material”. Nesse momento, as emoções manifestadas, assim como os gestos de carinho e afeto demonstraram o poder simbólico de tais objetos. Não eram só lembranças, como observou o padre. Eram artefatos que reificavam a presença dessas crianças na vida de seus familiares, pois tinham as marcas de seus corpos, de suas brincadeiras, gritarias e sorrisos.

Já as fotografias reveladas na superfície do papel, do celular ou de qualquer outro suporte são reproduções dos aspectos visuais dos entes queridos mortos pela violência. W. Benjamin (2000) afirma que a reprodução fotográfica das obras de arte resulte na perda da aura da obra-prima, que deixa de ser cultuada porque não mantém o valor artístico inerente a toda obra de arte. Ao ver um quadro original pendurado na parede, observamos sua textura, as marcas e a força da expressão artística, enquanto que na reprodução fotográfica do mesmo quadro nada disso é

percebido. Tal diferença entre o objeto e sua reprodução é percebido de forma diferente nas fotografias das vítimas, como afirma W. Benjamin (1994, p. 93), pois a fotografia “reclama com insistência o nome daquela que viveu ali, que também na foto é real, e que não quer extinguir-se na ‘arte’.”

Tudo indica que nas situações de morte violenta, os familiares transformam a fotografia dos seus entes em um objeto de culto familiar e público, em algo que vai além do seu valor de memória. A relação entre familiares e a fotografia da vítima atribui ao suporte fotográfico um valor de continuidade. Essa presença etérea ou imaginária dos entes tem valor emocional e social para as famílias. Esse valor revela-se, ainda, como uma ação política em eventos realizados por movimentos sociais, cujos participantes narram suas histórias ou lembranças, segurando as imagens dos seus entes. P. Ricoeur (2007, p.36) lança as seguintes questões:

[...] de que nos lembramos então? Da afecção ou da coisa de que ela procede? Se é da afecção, não é de uma coisa ausente que nos lembramos; se é da coisa, como, mesmo percebendo a impressão, poderíamos lembrar-nos da coisa ausente que não estamos percebendo? Em outras palavras: Como podemos, ao perceber uma imagem, lembrar-nos de alguma coisa distinta dela?

A lembrança transforma a representação fotográfica em uma forma de manifestação da realidade. Os familiares acariciam a imagem e, alguns, até a beijam. Com esse objeto fotográfico carregado de sentimentos, “o referente não é quase nunca o objeto de que se busca aproximar, num ato de interrogação e respeito, mas a coisa que se quer apreender a qualquer custo, para fixar, catalogar, arquivar e manter sob controle, ao alcance da mão.” (MACHADO, 1984, p. 41). Ao acionar essas fotografias dos entes mortos, busca-se romper com o descontrole da vida e sua interrupção pela morte violenta.

As fotografias dos filhos saudáveis e felizes espalhadas pela casa são testemunhas oculares da existência de uma vida familiar (BURKE, 2004). Os sorrisos, olhares, poses e penteados dos filhos emoldurados e expostos na sala de visitas, no visor de um celular ou na tela de um computador são expressão de permanente rememoração e, assim, de cristalização do grupo familiar original.

Essas fotografias expostas não são apenas homenagem ou lembrança, elas demarcam a presença e a relação de pertencimento à família a despeito da violência da morte. Isto é, elas reafirmam o vínculo familiar construído ao longo do tempo de

vida em comum. Como afirma M. Moreira Leite (2001, p.44), “o tempo fotográfico recompõe o tempo da memória, alheio ao tempo cronológico. São instantâneos irregulares e arbitrários ligados e separados pelo esquecimento.” As fotografias de Ligia e Rafael marcam a continuidade de suas existências na vida familiar, simbolizando um prolongamento das construções identitárias dos membros dessas famílias que não foram destruídas junto com a morte.

As atribuições e os sentimentos diferem de cada membro da família, pois constroem as identidades⁴⁴ de cada um. Ao longo das etapas da vida, as identidades sofrem constantes transformações em que a família se constitui “(...) como uma entidade unida, integrada, unitária e, portanto, estável, constante, indiferente às oscilações de sentimentos individuais.”⁴⁵ (BOURDIEU, 1993, p.34 - tradução livre). Os pais e irmãos de Rafael foram seus familiares a partir de seus primeiros instantes de vida. Esse “ser” familiar de alguém foi elaborado e reelaborado ao longo da vida, como em outro trecho da fala de Flávia:

– E assim eu eduquei os meus filhos. Eu vivi boa parte da minha vida em função dos meus filhos. Só com eles. Por isso, que assim, as pessoas falam: ah, isso; ah, aquilo. Eu passei a vida criando os meus filhos. Só criando eles. Nunca trabalhei fora. Desde que eu casei foi só em função deles. (...) Eu não esqueço do meu filho um segundo. O meu filho é o tempo inteiro comigo. Tenho as fotos no meu celular e em casa. Eu passo o tempo inteiro com ele. É uma coisa tão boa e saudável, eu sei que ele tem que seguir o caminho dele.

“Seguir o caminho dele” e, ao mesmo tempo, “não esquecer”, “passar o tempo inteiro com ele” e “ter suas fotos” são percepções que parecem contraditórias na relação de Flávia com a morte de seu filho Rafael, pois as fotografias permitem uma elaboração dicotômica do luto: Flávia tem a presença de Rafael consigo, mas ao mesmo tempo aceita que a morte é um caminho que ele tem a seguir.

O futuro daquele que continua vivo não é o esquecimento. Os familiares tentam de diferentes maneiras refazer o espaço simbólico dessas relações. “O trabalho de luto separa definitivamente o passado do presente e abre espaço ao futuro.” (RICOEUR, 2007, p.506). O ente que morre violentamente, o filho, neto ou sobrinho que se torna abruptamente ausente, ganha outra forma de presença. Essa

44 Dou continuidade ao uso do conceito identidade formulado por S. Hall (2000).

45 Texto original : "comme une entité unie, intégrée, unitaire, donc stable, constante, indifférente aux fluctuations des sentiments individuels."

nova presença ecoa da construção identitária relacional e da manutenção do grupo familiar. A presença em fotografia, mais do que afirmar a existência de um outro do lado de fora, produz um trabalho performativo de constante rememoração, revelando a identidade de cada um dos familiares com os seus entes mortos, pois é ela que os constitui.

Em sua fala, Flávia reconhece que Rafael “seguiu o caminho dele”. O que existe dele na sua vida é tudo aquilo que fez e faz dela mãe de Rafael⁴⁶: dos primeiros dias da gravidez à notícia e experiência de sua morte, até os dias atuais, quando ela reconhece que as fotografias, as conversas e as relações familiares o mantêm presente em sua vida. Dessa forma, é possível pensar que as diferentes identidades destes familiares encontraram meios de sobreviver à morte. Entre esses meios, a fotografia se destaca como um “lugar de memória”, em que eles reelaboram, ao longo do tempo, no ato de ver, os sentimentos e emoções da violência original e da vida do ente.

3.1 **Camisetas, cartazes, varais e fotografias**

Entre as fotografias que os familiares de vítimas possuem (nos porta-retratos, quadros pendurados na parede, celulares e computadores) uma é escolhida para divulgar a imagem do ente atingido fatalmente pela violência. Essa escolha, como vimos no segundo capítulo, se dá na relação direta com os fotojornalistas. As fotografias das vítimas em vida são utilizadas pelos familiares para divulgação nos movimentos e atos públicos contra a violência. Elas apresentam quem foi a pessoa assassinada e se transformam em objeto de denúncia sobre a injustiça praticada contra alguém considerado inocente. Além disso, ela passa a ocupar outros espaços nos eventos dos familiares de vítimas.

Nos encontros e manifestações, os familiares levam em suas bolsas fotografias de tamanho pequeno, que podem ser emprestadas a jornalistas e repórteres. Esse hábito de ter sempre consigo uma fotografia surgiu com a popularização da imagem fotográfica analógica. As fotografias 3x4cm eram carregadas nas carteiras e bolsas para mostrar filhos, pais, marido ou mulher. O

46 Refiro-me às reflexões do processo de tornar-se mãe, feitas por Simone de Beauvoir em seu *O segundo sexo* (1967).

mesmo aconteceu no primeiro contato com Maria. Pouco depois de sermos apresentadas, ela tirou duas fotos 10x15cm da bolsa e disse:

– Olha, esse é meu menino! Foi ele quem foi embora. E esse é ele com o filho. Sinto tanta falta dele.

O hábito de levar consigo a imagem de um ente querido é considerado, por S. Sontag (2004a), um uso talismânico da fotografia, pois “as fotos exprimem uma emoção sentimental ou um sentimento implicitamente mágico: são tentativas de contatar ou pleitear outra realidade.” (SONTAG, 2004a, p.27). Seja porque se acredita ter o ente presente ou porque se deseja que a fotografia do ente tenha o poder de fazer justiça. Não há um orgulho sobre quem é o ente da fotografia, mas um lamento pela perda violenta daquele que agora só pode ser visto e conhecido através de uma imagem.

Em uma missa de homenagem a uma das vítimas de violência no Rio de Janeiro, todas as outras foram evocadas através de suas fotografias, como uma forma de denúncia e adesão à luta por justiça. Tal adesão é demonstrada pela presença das fotografias que estampam camisetas e cartazes com os nomes das vítimas da violência e alguns dizeres que remetem à saudade dos familiares e ao desejo de justiça.

A família da vítima homenageada é a anfitriã, recebendo e cumprimentando todos os familiares de vítimas que chegam. As camisetas e cartazes são organizados no espaço marcado para a homenagem e pendurados nos barbantes fixados em postes e muretas ao redor da praça. Essa relação entre familiares convidados e a família anfitriã é mais perceptível quando o evento é marcado pela morte de apenas uma vítima. Esse grupo avisa aos demais por e-mail e redes de relacionamentos. No convite, a família anfitriã solicita ou convida as demais famílias a exporem suas fotografias: “Aqueles que tiveram familiares vitimados estão convidados a trazer e colocar em nosso varal as camisetas de seus entes queridos.”

Meu primeiro contato face a face com os familiares de Ricardo, assassinado por policiais, foi nessa missa. Sua mãe, suas primas e suas tias cumprimentaram os pais da vítima homenageada, que perguntaram se elas não haviam feito camisetas de Ricardo. Regiane, uma das tias, respondeu que, por medo de encontrar os policiais, elas preferiram sair de casa sem vestir as camisetas. Em seguida, tiraram

das bolsas e as colocaram por cima de vestidos e blusas. Em seguida, os anfitriões apontaram o melhor lugar para pendurarem a camiseta e o cartaz com a foto de Ricardo.

Dessa forma, vestidas pelos familiares e penduradas no varal, as camisetas com fotografias dos entes mortos marcaram a identidade de cada grupo de familiar de vítima dentro do grupo maior de familiares de vítimas de violência do Rio de Janeiro, proporcionando a socialização do grupo. As imagens ampliadas foram retiradas do registro pessoal e da família. A maioria já não é organizada em álbuns de papel, mas guardada pelas próprias vítimas, quando vivas, em pastas de arquivo do computador pessoal. As fotografias produzidas para o reconhecimento e memória pública dessas vítimas são muito semelhantes. O recorte é o do rosto e o olhar é direcionado à máquina fotográfica, por conseguinte, àquele que vê a foto. Algumas imagens mostram uma produção estética do fotografado, como maquiagem, cabelos penteados e sorriso.

Os novos familiares veem a necessidade de produção da fotografia da vítima para as manifestações porque percebem esse hábito através das notícias e dos sites de relacionamento. Ao perguntar para Regiane, tia de Ricardo, o porquê da confecção de cartazes e camisetas, ela respondeu:

– Então, essas ideias de faixa e camisetas foram minhas porque é uma recordação do meu sobrinho. É para não deixar que o caso dele seja esquecido...

Manter a memória do ente através da exposição da fotografia em camiseta e cartazes é a primeira resposta dada pelos familiares. Mas Regiane se apropria desse hábito coletivo sem explicitar que a confecção das camisetas está diretamente vinculada a seu pertencimento ao grupo de familiares de vítimas de violência do Rio de Janeiro.

O ato de “vestir a camisa”, mais do que caracterizar o grupo de familiares de uma determinada vítima, é um elemento da construção da identidade do grupo estudado. Em outros espaços sociais, a expressão “vestir a camisa” significa lutar pela mesma causa de um grupo, participar do jogo esportivo, jogando ou torcendo pelo mesmo time, ou aderir às ideias e tarefas de uma empresa em que se trabalha. Nesses espaços, o “vestir a camisa” nem sempre está relacionado ao ato físico de fazer uso do vestuário. A expressão tem um valor maior por sua questão simbólica:

a imagem estampada no peito! O mesmo acontece entre os familiares de vítimas de violência, mas entre eles o “vestir a camisa” é expresso e evidenciado no ato de usar a camiseta com a fotografia do ente.

As camisetas confeccionadas pelos familiares funcionam como um uniforme vestido para o evento ou o encontro. Nele, os tios, irmãos, pais e mães são identificados como familiares de uma vítima que lutam para que seu caso seja resolvido na Justiça e para que a violência cometida contra o ente, cuja fotografia está estampada na camiseta, não se repita com outras pessoas. Esse motivo leva outras pessoas, além dos familiares, a também usar essas camisetas como uma forma de adesão à causa do grupo.

O fato de usar a camiseta de uma vítima também aproxima os diferentes grupos de familiares e a troca de experiência. Um exemplo disso ocorreu quando Vera vestiu a camiseta de seu filho e depois se aproximou de uma mulher que estava sentada, chorando muito. Atrás dela e do marido, que vestiam a mesma camiseta, estava um cartaz com a fotografia do filho do casal, que foi assassinado. Ao se aproximar deles, Vera apenas leu o nome do rapaz em voz baixa e perguntou ao casal quanto tempo fazia. O homem, enquanto acariciava a esposa, respondeu: “Não faz muito tempo. Um mês só.” A mulher apenas chorava, mas Vera forçou a conversa e a resposta veio também em forma de lágrimas.

O rosto e o nome do filho impressos na camiseta e no cartaz permitiram que Vera se aproximasse do casal. A expressão do sofrimento e o apoio mútuo demonstraram que a violência acontecera há pouco tempo. Assim como Vera, outros familiares de vítimas se aproximaram deles, contaram seus casos e suas dores, confortaram-se uns aos outros e apontaram caminhos para aliviar a tristeza e a saudade.

Os familiares dessas novas vítimas inscrevem nomes e fotografias de seus entes no universo das vítimas de violência do Rio de Janeiro. Em pouco tempo, eles também produzem fotografias dos encontros. Apesar da facilidade de registro e publicação em diferentes suportes (sites dos movimentos e perfis das redes de relacionamento da Internet), nem tudo o que acontece nesses encontros e/ou manifestações é fotografável, e vários acontecimentos não se tornam públicos. Numa tentativa de compreender melhor essa questão, retomo a descrição da chegada das familiares de Ricardo à missa.

Após cumprimentarem os pais da vítima homenageada, pendurarem o cartaz e vestirem as camisetas com a fotografia de Ricardo, uma das tias retirou da bolsa uma câmera digital e pediu a alguém do grupo para fotografar as familiares e os coordenadores do movimento ao lado do cartaz de Ricardo. O ato de fotografar o grupo familiar logo após a colocação do cartaz é uma forma de registrar a participação do grupo no movimento e, também, de começar a estabelecer laços entre os diversos familiares de vítimas.

Depois dessa primeira fotografia, a tia de Ricardo começou a coordenar a produção de uma sequência de fotos dos familiares de Ricardo ao lado do cartaz: a mãe sozinha, as duas tias com a mãe, as primas e, por fim, a foto de toda a família reunida. Essa sequência de fotos é pautada em critérios de pertencimento que se assemelham bastante às fotografias realizadas em festas de aniversários e casamentos. As pessoas fotografadas sozinhas, com o aniversariante, com o pai, a mãe ou o cônjuge são as que têm papel preponderante, como a mãe e a tia que criaram Ricardo. As fotografias dos demais familiares de Ricardo revelam outros níveis de parentesco e de relação, como a das primas, que têm idades próximas a que tinha Ricardo. A foto da família reunida revela a união familiar no sofrimento, especialmente nesse “momento de dor”. A perda violenta do ente marca as expressões individuais. Não há sorrisos ou qualquer indício de felicidade, mas expressões de tristeza e, em alguns casos, resquícios das marcas de choro.

Em sua análise, C.A. Carvalho (2005, p.134) afirma que as expressões e as poses são “(...) atitudes corporais impostas diante de regras definidas em torno do que se espera das posições e papéis assumidos (...)”. Esses são aprendidos e incorporados possivelmente através de referenciais sociais que constituem a “biblioteca de imagens” também para aqueles que agem diante das câmeras fotográficas. Assim, as fotografias produzidas pelos familiares de vítimas e vistas também pelo resto do grupo são documentos que “têm um peso determinante nesse processo de ‘incorporação’”.

Quando a missa começou, as fotografias e conversas foram suprimidas. Somente os membros do movimento, próximos à família anfitriã, registraram o momento com câmeras digitais e celulares. Essa atitude de respeito dos diferentes grupos de familiares para com a família anfitriã e a própria missa também é uma forma de demarcar um domínio sobre a produção dos discursos orais e visuais. No final cerimônia, o padre ofereceu o microfone para que outros familiares de vítimas

pudessem falar sobre seus casos. Ao final, os pais da vítima homenageada agradeceram a presença de todos e convidaram os presentes a compor a fotografia do grupo perto do varal de camisetas e ao lado do cartaz da vítima homenageada, onde havia flores. Essa fotografia encerrou a homenagem e também a produção fotográfica do encontro.

Nos demais eventos que aconteceram no período da pesquisa, principalmente, em missas e manifestações, os momentos fotografados se assemelham ao que observei junto à família de Ricardo. O contato com os familiares de vítimas mais antigos, a participação da família no encontro e a fotografia de todos os familiares unidos marcam a produção fotográfica dos encontros dos familiares de vítimas de violência do Rio de Janeiro.

Esses registros fotográficos desempenham um papel simbólico na legitimação do grupo de familiares de vítimas e da nova identidade adquirida a partir da violência. No entanto, a fotografia que registra a união de diferentes grupos e representantes de movimentos não revela os meandros das relações analisadas no capítulo anterior, mas transmite a ideia de que apesar dos conflitos e disputas internas, todos são vítimas da violência do Rio de Janeiro.

A distinção entre o que é ou não é fotografável assemelha-se às questões sobre família analisadas em P. Bourdieu (1974), A.-M. Garat (2011), M. Moreira Leite (2001), I. Jonas (2010) e C. Peixoto (2011). Se a união e os encontros desejados entre os diferentes familiares de vítimas são revelados e publicados a fim de serem vistos pelos demais familiares e pelo público, “os dramas’ familiares como (as brigas e separações) são raramente fixados em imagens.” (PEIXOTO, 2011, p.12).

Vale acrescentar que a produção fotográfica dos eventos de familiares de vítimas do Rio de Janeiro não é realizada pelo grupo de pessoas mais velhas, como os avós das vítimas. Em geral, são as gerações mais jovens e manifestantes que produzem as fotografias, talvez devido à facilidade de lidar com as novas tecnologias eletrônicas. Segundo I. Jonas (2010), esse domínio da produção fotográfica por pessoas jovens e amadoras foi inaugurado com as câmeras portáteis analógicas. A autora aponta para dois momentos distintos da popularização da fotografia quando esta deixa de ser produzida apenas por profissionais: o primeiro ocorre ainda na época das câmeras analógicas, criadas nos anos de 1960 e 1970, como a *Reflex 24/36*, introduzida nas famílias pelos homens e a *Instamatic Kodak*, feita para as mulheres; o segundo é a partir do surgimento da fotografia digital, em

que se pode produzir fotografias a todo momento. Graças a essa facilidade, tudo se tornou objeto fotográfico.

Contudo, são as formas digitais de comunicação que alteraram, no seio familiar, a estrutura hierárquica relativa ao poder de produzir imagens de si e da família, como, por exemplo, quando um pai de vítima pede para o filho mais novo tirar uma fotografia com o seu celular e comenta:

– Essa porcaria tem um monte de botão. Para que isso? Meu moleque sabe tudo, mas para mim só serve mesmo para falar.

As novas câmeras digitais, como analisa I. Jonas (2010), transformaram a relação das crianças e jovens com a produção das imagens de família e, também, com a construção de sua própria imagem, usada por familiares e fotojornalistas após morte violenta.

A grande mudança trazida pelas câmeras digitais seria, então, a de transformar a criança de 'objeto fotografado' em objeto sempre fotografado, mas também, em aquele que fotografa. É nesse sentido que se pode supor que a fotografia digital está se tornando uma das modalidades, entre outras, que permite a criança ser ela mesma.⁴⁷ (JONAS, 2010, p.164 - tradução livre).

A fotografia digital também requer conhecimento sobre os novos suportes e as novas formas de divulgação. As fotos analógicas guardadas em caixas ou álbuns foram substituídas pelo ambiente virtual armazenado nos computadores pessoais, celulares e nos diferentes arquivos digitais. Os registros fotográficos dos encontros de familiares de vítimas foram transformados em pixels e passaram a ocupar os mais diferentes espaços digitais. A tecnologia desses novos suportes, principalmente os perfis das redes de relacionamento, também transformou a dimensão da representação da imagem fotográfica como registro do passado. A publicação nos primeiros instantes do acontecimento passa a ser um registro do presente, como sugere C. A. Rivière (2006). Isto é, a imagem fotográfica produzida aparece imediatamente sobre as telas dos telefones celulares e pode ser compartilhada por mensagens entre os aparelhos e as redes sociais, esteja acompanhada ou não de um texto.

47 Texto original: "Le grand changement apporté par le numérique serait alors de transformer l'enfant 'd'objet photographié' en objet toujours photographié mais aussi sujet photographiant. C'est en ce sens que l'on peut supposer que le numérique est en passe de devenir une des modalités parmi d'autres permettant à l'enfant de devenir lui-même."

Ela pode então ser compartilhada com aqueles que nos rodeiam, reforçando um modo de participação no mundo, dramatizando e simbolizando o que é vivido junto (...). Como tal, a fotografia adquire um estatuto de mídia de comunicação instantânea como a voz ou o texto (SMS ou e-mail por celular).⁴⁸ (RIVIÈRE, 2006, p.123 - tradução livre).

Em todos os momentos do campo, os familiares e os ativistas captavam imagens digitais, filmando ou fotografando com os mais diversos aparelhos eletrônicos: telefones celulares, *tablets*, notebooks e demais computadores portáteis. Com esses aparelhos em mãos e um pouco de conhecimento, as diferentes pessoas que frequentam os encontros dos familiares de vítimas de violência registram o acontecimento para transformá-lo em testemunho do que passou.

Essa produção digital tornou-se mais acessível em termos financeiros pelo barateamento dos aparelhos e pelo visionamento em todo lugar. Com o crescimento de suportes eletrônicos no mundo atual, convive-se com os monitores ligados em casa, nas escolas e no trabalho, nos elevadores; em bares, estádios, aeroportos; nos metros, ônibus e ruas. Essa hegemonia da imagem eletrônica, como aponta A. Machado (1998), não é privilégio da fotografia. As novas imagens apenas estão inseridas em um processo presente em todas as esferas da cultura. Esse cenário pode ser caracterizado, resumidamente, “como sendo um processo implacável de ‘pixelização’ (conversão em informação eletrônica) e de informatização de todos os sistemas de expressão, de todos os meios de comunicação do homem contemporâneo.” (MACHADO, 1998, p.311).

Por outro lado, a produção de imagens com as câmeras digitais é apontada por A. Rouillé (2009) como um novo registro visual de natureza diferente das fotografias analógicas, pois estas passavam pelo processo de revelação e fixação química em papel. Para A. Rouillé (2009, p.16):

[...] a fotografia convinha à sociedade industrial moderna; mas dificilmente responde às necessidades de uma sociedade informacional embasada em redes digitais. A esse respeito, é preciso observar que, de maneira alguma, a denominação imprópria “fotografia digital” é um derivado digital da fotografia. Uma ruptura radical as separa: a diferença entre elas não está no grau, mas na natureza.

48 Texto original: "Elle peut alors être partagée avec ceux qui nous entourent, renforçant un mode de participation au monde, mettant en scène et symbolisant ce qui est vécu ensemble.(...) À ce titre, la photographie acquiert un statut de média de communication instantané au même titre que la voix ou le texte (SMS ou e-mail mobile)."

As fotografias digitais, entretanto, herdaram algumas questões da técnica fotográfica precedente, como, por exemplo, sua capacidade de representação do “real”. A etimologia da palavra fotografia permanece inerente à sua produção, pois esta ainda é uma linguagem e uma escrita sobre uma superfície sensível à luz, e nessa definição pode-se incluir os novos suportes digitais. A herança fundamental da fotografia analógica para o digital não é sua evidente sensibilidade à luz, mas o poder de representação da realidade, fenômeno que ainda é profícuo se considerarmos as relações que produtores e público estabelecem com a realidade fotografada nas inúmeras telas do mundo atual.

À análise de produção e uso das fotografias, acrescentam-se as fotografias produzidas com os familiares de vítimas antigos: há aquelas que aparecem com mais frequência na mídia e nos perfis das redes de relacionamento. Como pude observar nos eventos organizados pelos familiares das crianças assassinadas em Realengo, eles são os mais procurados e fotografados pelas novas famílias e pelos fotojornalistas. A presença de Carlos Santiago, pai de Gabriela Prado, de Tânia Lopes, a irmã de Tim Lopes⁴⁹ e, também, de outros que representam a luta contra a violência no Rio de Janeiro – como o juiz Marcelo Alexandrino, Luciana Novaes⁵⁰ e o músico Marcelo Yuka⁵¹ – reforça o sentido do encontro e da participação das famílias na luta contra os diversos tipos de violência na cidade.

Os familiares os reconhecem, trocam informações e registram fotograficamente o encontro para publicarem nas redes de relacionamento e, em alguns casos, para enviar à mídia impressa. A fotografia ao lado dos antigos familiares, também militantes dos movimentos contra a violência, é uma articulação política para pressionar as instâncias jurídicas e o poder público. A presença dos militantes ao lado dos novos familiares transforma as solicitações desses em um discurso competente na busca por reparação e justiça.

49 Tim Lopes foi assassinado quando fazia uma reportagem sobre prostituição infantil no Complexo do Alemão. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/05/morte-de-tim-lobes-faz-10-anos-com-todos-os-sete-acusados-presos.html>

50 Luciana Novaes ficou tetraplégica ao ser baleada no campus da Universidade Estácio de Sá, no Rio Comprido (Zona Norte do Rio), onde estudava enfermagem, em 2003. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/eleicoes-2012/tetraplegica-apos-ser-baleada-na-estacio-luciana-novaes-se-lanca-candidata-vereadora-no-rio-5857024.html>

51 Marcelo Yuka, 47 anos, baterista e compositor da banda O Rappa, ficou paraplégico ao tentar impedir um assalto na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Yuka foi atingido por três tiros, um deles na coluna, quando tentou atropelar um grupo de assaltantes. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u14227.shtml>

Dessa forma, a presença constante das imagens fotográficas no universo de familiares de vítimas revela que, apesar das várias formas de violência sofrida, existe uma construção identitária e memorial. Produzidas para (e durante) as manifestações em diferentes épocas, as fotografias possibilitam a observação de semelhanças e a continuidade de uma construção. A produção fotográfica dos familiares e as imagens impressas nas camisas permitem lembrar ao longo dos anos e através de gerações cada uma das vítimas mortas violentamente no Rio de Janeiro, construindo a memória coletiva da violência.

O uso da camiseta com a fotografia de Daniella Perez, assassinada em 1992⁵², nas manifestações de 2009 e 2010 é um exemplo, pois no varal de camisetas de vítimas de violência, um espaço é reservado para a foto do rosto de Daniella sem apresentar marcas do tempo, como pedaços amarelados e rasgos. Apesar da ausência dos familiares dela nos encontros de que participei, um dos coordenadores sempre me lembrava do assassinato de Daniella e da importância da atuação de sua mãe, roteirista da TV Globo, que usou formas de violência (desaparecimento e tráfico de pessoas) nas telenovelas de sua autoria. Quando a morte de Daniella Perez completou vinte anos, em dezembro de 2012, foi realizada uma missa com a participação de familiares de outras vítimas e da imprensa.

Além do varal de camisetas, em que as vítimas aparecem sorrindo e felizes, outro memorial usado é um grande painel preto contendo nomes das vítimas com uma cruz vermelha ao lado. No centro vê-se uma grande cruz, também vermelha, e o texto “Dia em memória das vítimas da violência e da impunidade”. Um terceiro “lugar de memória” é uma colcha de retalhos que também possui uma versão online⁵³, onde constam nomes, datas e cores que especificam o tipo de violência sofrida.

A produção das fotografias das vítimas difere daquelas fixadas nos álbuns de família, já que a finalidade desses “lugares de memória” não é a mesma. As primeiras buscam o espaço público e a divulgação nas diversas mídias, enquanto que os álbuns de família circulam no espaço privado. Uma conversa entre o coordenador e um grupo de fotógrafos foi reveladora:

52 Daniella Perez era atriz e foi esfaqueada pelo ator Guilherme de Pádua e sua esposa Paula Nogueira Thomaz em 28 de dezembro de 1992. O crime já foi a julgamento e os culpados, condenados.

53 No site: www.gabrielasoudapaz.org/colcha-de-retalhos/

– Para mim, vocês são importantes. Aqui eu atinjo apenas umas cem ou duzentas pessoas. Com uma foto no jornal, eu estou falando com algumas mil.

Do mesmo modo, os familiares apresentam suas vítimas uns aos outros e, também, ao público, à imprensa e aos pesquisadores presentes nas manifestações. Na missa realizada para as vítimas da Chacina da Candelária, às cinco horas da tarde, horário de maior fluxo de pessoas saindo do trabalho, as camisetas estavam expostas do lado de fora da igreja. Essa exposição mobilizou muitas pessoas, que param diante das fotos e se sensibilizaram. Maria parou um dos curiosos e disse:

– Você viu a foto do meu filho ali?
 – Não, onde?
 – Vamos lá, que vou te mostrar. Esse é meu filho.

A intenção aqui é o reconhecer a violência e compartilhar o sofrimento da perda. Ao mostrar a fotografia do seu filho na exposição, Maria destacou a presença dele. “A fotografia é, ao mesmo tempo, uma pseudopresença e uma marca da ausência. Exerce, em nosso contexto cultural, um poder sensorial muito desenvolvido, tornando presente o espírito das coisas ou os seres ausentes.”⁵⁴ (JONAS, 2010, p. 27 – tradução livre). No uso de cartazes e camisetas, a fotografia marca a ausência e a presença em um mesmo espaço e tempo. O olhar da vítima fotografada dialoga com quem a observa, revelando essa pseudopresença. A ausência da vítima é manipulada, pois é em nome dela que seus familiares estão ali reunidos, manifestando sua dor e pedindo justiça.

Na fala em que Maria disse “esse é o meu filho”, o verbo é conjugado no presente. O mesmo acontece com os demais familiares e amigos, que não falam de seus entes mortos no passado. As falas e os textos demonstram que a morte não rompe com os laços familiares e as relações afetivas. Como sugerem C. Rezende e M. C. Coelho (2010, p. 67), esse elo não é vivido e percebido como uma fase ou etapa de um tempo cronologicamente determinado, ou seja, “como algo que ‘passa’ inelutavelmente em um ritmo regrado e constante, mas sim como algo que do ponto de vista subjetivo, pode ser recuperado, revivido”. Assim, o uso do acervo fotográfico

54 Texto original: "La photographie est à la fois une pseudo-présence et une marque de l'absence. Elle exerce dans notre contexte culturel un pouvoir sensoriel très développé en rendant présent à l'esprit les choses ou les êtres absents."

da vítima em vida por familiares e fotojornalistas é fundamental para a produção da imagem pública da pessoa que morreu violentamente.

A ausência causada pela morte é afastada pelas diferentes formas de ações e discursos produzidos pelos familiares. Os sorrisos, olhares e rostos mostram uma convenção estabelecida pelo grupo de como apresentar a fotografia da vítima. “Manipular a ausência é alongar esse momento, retardar tanto quanto possível o instante em que o outro poderia oscilar secamente da ausência à morte.” (BARTHES, 1985, p. 29). A vítima permanece viva na memória e no cotidiano dos familiares, que não permitem que seus entes oscilem “da ausência à morte”. Essa segunda morte seria causada pelo esquecimento. Um esquecimento que não seria só do outro, mas também de uma identidade relacionada ao ente morto.

Apesar da exposição de cerca de 250 camisetas com fotografias de vítimas, não há uma só foto de vítima morta – as fotos de cerimônias e rituais fúnebres são realizadas, como veremos a seguir, somente pelos fotojornalistas. As imagens periciais, que poderiam constituir uma prova da violência sofrida, se existem, não são mostradas pelo grupo. O que os familiares possuem entre os documentos do processo é o desenho elaborado pelos legistas como comprovação da violência: a posição do corpo no local do crime e a trajetória da bala ou a violência corporal. Para eles, a imagem fotográfica do familiar morto deve ser descartada, dando lugar à imagem dele em vida.

Por isso eles condenam as imagens do morto e das cerimônias que aparecem nos jornais e em documentário como *Estrada*, da francesa Aude Chevalier-Beaumel, por exemplo. Após a exibição do filme, Marilene (Mãe de Acari) comenta:

– Você viu o filme? Ela mostra aquele nariz tapado, a pessoa ali, deitada no caixão. Aquilo é horrível! Deus me livre! Virei a cara e tudo. Já não basta o sofrimento da gente?!

Essas imagens são uma forma de reviver a morte e o sofrimento causado. Entretanto, vale lembrar que o hábito de fotografar os familiares mortos era comum nas camadas médias e superiores brasileiras até a primeira metade do século XX. Nessa época, a fotografia mortuária era realizada por um fotógrafo profissional a pedido da família, pois essa imagem viria a ser a única recordação do ente, retratado como se estivesse vivo. O negativo fotográfico era retocado, demarcando as distinções de classe e cor e suavizando as marcas da dor e do sofrimento que a

doença e a causa da morte deixaram. Essas fotografias, analisadas por M. G. Koury (2001), eram guardadas pelos familiares como prova da existência e do pertencimento familiar do ente que se foi.

Vale lembrar que antes mesmo da inserção da fotografia mortuária ou dos usos atuais da fotografia de acervos pessoais e familiares para manutenção da imagem da pessoa viva e saudável, o processo de embalsamento químico já modificava a visão dos corpos em decomposição e transformava a imagem da morte em algo aceitável, como analisa J. Troyer (2007). Esse processo modifica a visão sobre o corpo humano, que passa a não mais ser visto em estado de doença e decomposição. “O que emerge no século XIX do trabalho mecânico sobre o corpo morto é um tema moderno sobre a pós-morte que se baseia em uma visão embalsamada para ser vista no próprio contexto e no estado de vitalidade.”⁵⁵ (TROYER, 2007, p.44 – tradução livre). O corpo humano em decomposição é inventado e manufaturado pelo processo de embalsamento como um produto a ser consumido, mostrando quão “natural” e “normal” parece a morte.

Essa impossibilidade, ou não aceitação, de ver a morte retratada em imagem e recordar a dor e o sofrimento é parte da construção de uma distância das características animais do homem (ELIAS, 2001). No caso dos familiares de vítimas pesquisados, trata-se de aversão e de proteção contra o sofrimento gerado pela lembrança da violência original: o sangue e as vísceras expostos nos ferimentos; o corpo perfurado e retorcido e a face expressando a dor; a temperatura fria e as cores arroxeadas do corpo morto e os corpos em decomposição – essas são imagens que não se quer ver ou reter na memória.

Esse distanciamento da imagem da pessoa morta é percebido por diversos autores (ARIÈS 1977, ELIAS 2001, RODRIGUES 2006 e TROYER 2007) como expressão de uma construção cultural e histórica que demonstra um tipo de sensibilidade relacionada a tudo o que lembra a morte. A produção das fotografias das vítimas – tanto por fotojornalistas quanto por familiares – demonstra que o distanciamento constitui também uma convenção da imagem pública da violência seguida de morte.

55 Texto original: “What emerges from nineteenth century mechanical labor on the dead body is a modern postmortem subject that relies on embalmed vision to be seen in the proper context and state of vitality.”

Tal convenção fotográfica, assim como a linguagem do texto oral ou escrito, retoma a questão sobre as zonas de silêncio e “não-ditos” sobre o ato violento. Essa fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, também se apresenta na imagem fotográfica que os familiares tornaram pública. Apesar de filmes, livros e reportagens serem publicados, a denúncia imagética da violência revela apenas os rostos das vidas perdidas.

O conteúdo dessas fotografias expostas em camisetas, varais e cartazes, por um lado opera uma forma aceita da apresentação das vítimas de violência e, por outro, colabora para que não se conscientize sobre a dimensão do ato violento. Dessa forma, as fotografias das vítimas separam, como sugere Pollak (1989, p.9),⁵⁶ “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos” – na qual jazem os corpos atravessados por balas, incinerados, esfaqueados etc. – “de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”.

As grandes dimensões dadas às fotografias das vítimas em vida, apresentadas ao longo dos anos em manifestações e passeatas, estão construindo uma memória social que atravessa gerações de indivíduos mortos pela violência urbana no Rio de Janeiro e de famílias que sobrevivem a ela. Essa memória não difere das fotografias que preservam a memória familiar e são transmitidas de geração a geração, proporcionando às gerações mais novas um conhecimento não só sobre as gerações anteriores ou sobre a história da família, mas também sobre a história do lugar e do país.

As fotografias das pessoas mortas vão além de um ato de rememoração das vítimas do passado, pois elas evocam a questão da violência atual. Os três lugares – o varal de camisetas, o painel preto e a colcha de retalhos – expostos nas manifestações recebem, a cada violência, o nome e o rosto de uma nova vítima. A violência contínua não permite que esses “lugares de memória” sejam estáveis. Eles não são como um monumento ou um museu das grandes guerras que homenageiam e lembram acontecimentos trágicos. Estão mais próximos às

56 Michael Pollak (1989) analisa questões da construção das memórias stalinista e nazista. Apesar da impossível comparação entre essas e a formação da memória dos familiares de vítimas do Rio de Janeiro e, por conseguinte, do gerenciamento da memória das populações envolvidas, a análise de Pollak apresenta questões fundamentais sobre a formação da memória coletiva em contextos violentos.

transformações que ocorrem nos álbuns de família, onde os mortos se encontram fixados e a morte violenta assombra as futuras gerações.

3.2 **Sobre a história fotografada da violência**

Após a perda do ente, alguns familiares passam a acompanhar o noticiário de violência, recortam as notícias sobre o crime cometido e as reúnem em um memorial como demonstração da inocência das vítimas e, principalmente, da importância da divulgação pelos jornalistas. Além de recortes de vários jornais que publicaram a viacrúcis das famílias desde o acontecimento, esse acervo é repleto de fotografias, documentos dos inquéritos policiais e processos.

Meu primeiro contato com essas famílias foi a partir das imagens divulgadas nas diferentes mídias (televisão, Internet e jornais). Tais imagens, selecionadas para informar e complementar os textos (oral e escrito) das notícias sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, pareciam obedecer a um repertório. A cada nova violência o rosto da vítima e de seus familiares – principalmente o da mãe, aos prantos, passaram a ter um lugar na minha memória sobre a violência na cidade.

Intrigava-me sempre por que essas fotografias eram escolhidas para informar sobre os casos de violência e, principalmente, por que a fotografia do(s) familiar(es) vestindo a camiseta com a imagem da vítima, ou de alguma manifestação contra a violência sofrida, era a última fotografia publicada sobre o caso. A imagem da camiseta fechava a história fotografada da violência, ou melhor, das consequências dela, como se indicasse a entrada de mais uma família no rol de familiares de vítimas de violência no Rio de Janeiro.

Diante disso, gostaria de retomar resumidamente a história do assassinato de Thiago Oliveira, ocorrido em 5 de dezembro de 2003, em Vila Velha, no Espírito Santo, descrita por F. Araújo (2012). Thiago Oliveira, 18 anos, estudante e auxiliar de pedreiro, foi preso sem documentos e ficou detido por ser suspeito de ter participado de um assalto em um bairro da periferia de Vila Velha. Os policiais diziam aos familiares que Thiago fora liberado, mas ele não voltou para casa. No dia seguinte, sua mãe, Raimunda de Oliveira, foi ao Instituto Médico Legal (IML) e reconheceu, pela arcada dentária, o corpo carbonizado do filho. Entretanto, para enterrá-lo e dar entrada no inquérito, ela precisava do resultado do exame de DNA.

Com a articulação da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo (AMAFVV), através da atuação de Maria das Graças Narcot, Raimunda conseguiu receber doações suficientes para realizar um exame de DNA. Somente após dois meses e meio sairia o resultado do exame. Durante esse tempo, o cadáver permaneceu no IML. No dia 13 de fevereiro de 2004, o resultado confirmou a identidade da vítima. A mãe, revoltada, decidiu realizar uma manifestação. F. Araujo (2012, p. 18-19) descreve:

Segundo os relatos que circularam sobre o caso, antes de morrer Thiago fora torturado, teve um dos pés arrancados e, por fim, foi queimado com pneus. Uma chuva impediu que o corpo fosse completamente carbonizado, restando um corpo com a barriga estourada, os intestinos pendurados e o pé ao lado da cabeça. A pele não existia mais e o rosto estava contorcido como que expressando dor. Uma morte macabra.

A manifestação protagonizada pela mãe foi tão macabra quanto a morte do filho. Ela decidiu fazer um cortejo fúnebre com os restos mortais do filho pelas ruas de Vitória. Com cartazes, faixas, carro de som, camisetas com a foto de Thiago e um caixão com seus despojos carbonizados, a mãe, outros familiares de vítimas de violência e alguns poucos apoiadores concentraram-se em frente ao Instituto Médico Legal, de onde saíram em cortejo.

Na porta do IML, a mãe de Thiago, dirigindo-se principalmente aos policiais, gritava: "O que vocês estão vendo não é um animal. É um ser humano. Jamais esquecerei a imagem do meu filho queimado." Com o caixão aberto exalando o odor dos restos mortais carbonizados e em decomposição, o cortejo seguiu do IML, fazendo uma parada na sede do Ministério Público Estadual e, dirigindo-se até o Palácio Domingos Martins, onde o corpo foi velado simbolicamente nas escadarias da Assembleia Legislativa. Pelo caminho ouviam-se choros, gritos e palavras de ordem. Depois a procissão seguiu até o Tribunal de Justiça do Estado e a Secretaria de Segurança Pública, de lá foi para o Palácio Anchieta (sede do governo do Estado) e, finalmente, seguiu-se para o cemitério onde o corpo seria enterrado, em Vila Velha.

O velório, sob a forma de cortejo público, tornou-se um ato de protesto e denúncia contra os grupos de extermínio no Espírito Santo. Em frente à Secretaria de Segurança Pública, em certo momento do cortejo fúnebre, Raimunda, a mãe do jovem assassinado, tomou novamente o microfone, voltou-se para os policiais presentes que escoltavam a manifestação e para os que trabalhavam na Secretaria de Segurança e esbravejou: "Vocês não gostam de churrasco com cerveja? Tá aqui, ó, o corpo do meu filho!" A cada parada na frente dos prédios públicos um pano branco que cobria o cadáver carbonizado era retirado e a mãe convidava a todos para que vissem o que a impunidade era capaz de permitir. As reações dos espectadores, frente ao sofrimento da mãe, que expunha publicamente o corpo do filho carbonizado, foram as mais diversas possíveis, mas as pessoas pareciam ficar mais escandalizadas com o ato da mãe do que com a forma macabra como seu filho fora morto.

A imagem de Raimunda vestindo a camiseta com a fotografia de seu filho vivo contrastava com a imagem que surgia quando ela levantava o lençol branco e mostrava o que restou do corpo carbonizado do filho. A revolta da mãe obrigou as

peças que passavam pelo local, assim como a imprensa, a compartilhar aquilo que ela própria viu ao saber que o corpo com marcas de violência e carbonizado era do filho desaparecido. Segundo F. Araujo (2012), a “morte macabra” de Thiago não assustou tanto quanto a exposição de seu corpo.

Raimunda de Oliveira violou um tabu ao comunicar a “morte matada” (RODRIGUES, 2006) produzida pela impunidade. A reação do público foi resultado da transformação de uma sensibilidade que se tornou incapaz de lidar com os cheiros, os barulhos e a visão da morte, como mostram P. Áries (1977), J. C. Rodrigues (2006) e N. Elias (2001). Paralelamente a essa transformação mantêm-se formas arcaicas da “morte matada” como a de Thiago. Vale lembrar que há algumas décadas desenvolvemos novas formas de assassinar – com metralhadoras, mísseis e substâncias tóxicas injetáveis – e de ver a morte à distância.

Nesse sentido, as fotografias publicadas nos jornais *O Dia*, *O Globo* e *Extra* após a violência seguem a lógica de não mostrar a violência sofrida. É o texto que leva o leitor ao acontecimento. As fotografias e suas legendas contam a história fotografada sem mostrar o corpo violentado.

A análise do conjunto dessas imagens indica a repetição das notícias de violência a partir de quatro momentos. As primeiras imagens publicadas são registradas no calor dos acontecimentos. Em alguns casos, as filmagens de câmeras de vigilância próximas ao local do crime são publicadas e utilizadas como prova nos processos judiciais. Em outros, são fotografias dos familiares quando ainda estão sob o impacto do acontecimento violento, no momento em que o corpo é encontrado. A seguir são publicadas as imagens dos suspeitos e culpados e da vítima em vida (fotografias do acervo pessoal e familiar ou de documentos). Depois o sepultamento é fotografado, revelam-se publicamente a comoção de familiares e amigos, as manifestações de dor e suas lágrimas. Por fim, são publicadas as fotografias da participação de familiares e amigos do ente morto. Eles são fotografados em missas e manifestações de grupos contra violência vestidos com camisa estampando a fotografia da vítima.

O repertório fotográfico publicado pelos jornais não possui uma sequência cronológica, pois está relacionado, por um lado, ao desenrolar das consequências da violência e à agilidade dos repórteres de jornais impressos de produzir as fotografias, de obtê-las dos familiares ou de policiais, que cedem as imagens de suspeitos e da cena do crime. Por outro, relaciona-se à intenção dos jornais de

construir um sentido para o acontecimento violento. Dessa forma, como L. F. Paiva (2012) assinala, os jornais se constituem como uma instância socialmente autorizada a agir e publicar para atender seus interesses, tentando influenciar nas evidências produzidas pelas agências de segurança pública e pela Justiça.

As fotografias publicadas pelos jornais são apenas uma pequena fração das inúmeras imagens produzidas diariamente pelos repórteres fotográficos. Há uma crença na imagem fotográfica como fonte de informação, bem como em seu poder de mobilizar os leitores como prova do real e justificativa para mudança, como disse um dos editores de fotografia:

– Bom, a pergunta é: O que aconteceu? E você só tem uma visão imediata do que aconteceu, por exemplo, de um desmoronamento em tal lugar. Você só se dá conta mesmo da coisa a partir do momento que você vê uma foto.

No entanto, o “mostrar o que aconteceu” é bastante relativizado quando se trata da violência urbana no Rio de Janeiro. O acontecimento violento relatado no texto é descrito pela caracterização jurídica da morte, latrocínio ou homicídio, doloso ou culposos, e, ainda, o número de tiros disparados e os órgãos atingidos. Nenhuma dessas informações é revelada nas imagens fotográficas dos jornais. A essa questão soma-se a crença apontada por uma fotógrafa e um editor sobre a curiosidade natural do ser humano pelos temas da morte e da violência, o que justificaria as notícias sobre a violência:

– O cidadão comum, quando acontece alguma coisa, ele para pra olhar. Em acidente de trânsito é visível quando o fluxo oposto ao acidente também está congestionado. Isso acontece, e é impressionante, porque as pessoas têm interesse sobre isso. (editor)

– Quando chega a perícia, eles descobrem o corpo da pessoa morta. Então, você vê um frisson nas pessoas, enfiando a cabeça para ver. O que é que eles querem ver, pelo amor de Deus! A mãe mostra para criança: ‘Olha lá, olha lá!’ Eu fico muito impressionada. Às vezes, eu não me aguento e falo: ‘Tira essa criança daqui!’ (fotógrafa)

Pode-se também argumentar, como sugere A. Rouillé (2009, p.82), que tais fotografias “são sempre secundárias em relação às imagens televisivas. A televisão informa, e a fotografia da imprensa comenta. Uma apresenta, a outra representa. A primeira está sujeita à analogia, a segunda pode ser diferente (...)”. Além disso, o trabalho do fotógrafo nem sempre é publicado na versão impressa, pois muitas

imagens já foram veiculadas em fotogalerias na versão online dos próprios jornais. Para essas fotogalerias, os fotojornalistas produzem uma história fotografada do acontecimento violento “em uma sequência lógica ou cronológica”, como parte da busca pela melhor imagem para transmitir aquela informação. A foto que é o “ápice da parábola” de Sebastião Salgado ou o “tiro certo” da fotografia de Cartier Bresson é aquela que será publicada pelo jornal. Outras podem revelar uma sequência de um acontecimento e entram nessa “nova tendência de fotogaleria que é mostrar o que a gente já fazia”, afirma uma fotojornalista.

Assim, embora o texto trate de violência e a notícia seja publicada no espaço do jornal destinado à violência na cidade, as imagens apresentam apenas um indício da violência cometida. Existe uma semelhança entre fotografias produzidas por diferentes fotojornalistas que revela a padronização da informação visual sobre a violência urbana – seja em um close de uma parte do corpo, na imagem de familiares e amigos chorando logo após o acontecido, na fotografia da vítima em vida ou nas manifestações de protesto em missas e passeatas. A explicação dos fotojornalistas entrevistados retoma a questão levantada no capítulo anterior, de que os jornalistas se influenciam mutuamente e formam uma “comunidade interpretativa” (PONTE, 2005). De acordo com eles, diferentes imagens da morte são produzidas para públicos diversos, pois o jornal é acima de tudo um produto a ser comercializado.

A imagem explícita da morte ocorrida em outro país afetaria menos os leitores brasileiros e, por isso, aparecem mais nos jornais. Os fotojornalistas afirmam que a fotografia em close ou plano fechado do corpo assassinado não é mais tão comum, mesmo naqueles jornais que buscam espetacularizar o acontecimento. Eles ainda assinalam que o perfil dos jornais cariocas e dos diferentes públicos mudou ao longo dos anos, mas não sabem explicar por que. “Alguns jornais em que eu trabalhei mostravam mais e outros ainda mostram, mas hoje menos. Antigamente, tinha um que escrachava. Foi uma época em que isso vendeu”, diz a fotógrafa. Dessa forma, o corpo, o sangue e a violência física só aparecem em raras ocasiões. Por exemplo, quando há um maior interesse do público e, por conseguinte, a possibilidade de um aumento de vendas. M. C. Quinto (2007) também constatou em sua análise que há um entendimento, por parte dos fotógrafos, de que a violência explícita é direcionada e faz parte do gosto popular ou de um público de baixa renda, que supostamente está mais acostumado a ela. Os fotojornalistas entrevistados ainda acrescentam:

- Se você mostrar, por exemplo, um cadáver. A reação que você vai ter na pessoa que vai olhar o jornal vai ser essa assim [faz o movimento de franzir a testa, fechar o olho e virar a cara]. Aquilo vai chocar. (fotógrafa)
- Não dá para você explicitar um corpo sangrando numa capa de jornal porque o cara pode estar tomando café da manhã com o filho e com a mulher. Se a foto estiver lá, o cara não vai nem comer. (editor)
- Não é mais uma foto pericial. É uma coisa para reflexão, entende? (fotógrafo)
- Poxa, a gente já sabe que é violento. Já sabe que é sofrimento. Então, tem que mostrar de uma forma que não choque tanto, de uma maneira que as pessoas possam ver. Não digo nem que seja velada, mas uma coisa mais sutil. De uma forma que você prenda as pessoas que estão vendo para que elas leiam aquela história e possam refletir um pouco mais. (fotógrafa)

A “fotografia sutil” é uma categoria usada pelos fotojornalistas quando comentam as próprias fotos ou aquelas publicadas nos jornais por outros “coleguinhas”. Segundo eles, esta é a foto que não choca ou não explicita a condição do cadáver. É aquela que tem a imagem da violência e “da morte distanciada” (ELIAS, 2001), e que pode levar à reflexão sobre a situação de violência na cidade. Essa “fotografia sutil” é direcionada a um público com um nível de renda mais alto, com o intuito de despertar o interesse e induzi-lo à leitura. Entretanto, a história da fotografia mostra que, desde o surgimento do fotojornalismo, a publicação da imagem da violência envolve a reação que se deseja obter do público.

As primeiras fotografias de violência que entraram para a história da fotografia foram as imagens da Guerra da Crimeia feitas pelo fotógrafo Roger Fenton para o governo britânico, em 1855. A opinião pública da Inglaterra vitoriana ficou estupefata com as notícias publicadas por William Howard Russell⁵⁷ no jornal *The Times*. Era preciso, portanto, acompanhar o desenrolar das batalhas na Crimeia e, por conseguinte, fazia-se necessária uma justificativa para que se continuasse

57 No site do The Times o acesso é pago e bloqueado. No site da Biblioteca Britânica há uma referência sem acesso no Brasil de forma completa, “British Military History Collections, 1801-1945”, cujo resumo é: “But the father of the modern war correspondent was William Howard Russell of *The Times*, whose frank revelations of military mismanagement and incompetence during the Crimean War shocked Victorian England. It resulted in radical changes to the army's attitude towards the treatment of its men and an overhaul of its inadequate administrative and logistical system. The importance and influence of Russell's work was immense, and his graphic descriptions of a British army in the field and reports from the Alma, Balaclava, Inkerman, and the fall of Sebastopol were a sobering contrast to the romantic and jingoistic heroism of most 19th-century reporting - objective reporting that would do much to undermine both the Government and Lord Raglan, the British commander”.

aceitando a participação dos militares no conflito. Para isso, o governo britânico aceitou a proposta do editor Thomas Agnew, de enviar um fotógrafo à Crimeia para registrar situações que abrandariam as notícias negativas da guerra que tanto chocaram a opinião pública. Roger Fenton, que estudou pintura em Paris com Paul Delaroche, era fotógrafo oficial do Museu Britânico e tinha recém-aberto um ateliê fotográfico em Londres em 1854, foi contratado. Fenton é até hoje reconhecido como o primeiro repórter fotográfico da história (SOUZA, 2004; SOUGEZ, 1994).

O Ministério da Guerra o orientou a não fotografar as perdas de homens, os mutilados e doentes, os combates ou qualquer um dos efeitos devastadores da guerra, pois o trabalho fotográfico não deveria impressionar a opinião pública e, particularmente, os familiares dos soldados (FREUND, 1974). Suas fotografias deveriam amainar as críticas à guerra, que já acumulava a perda de 22 mil soldados em razão de ferimentos em combate, doenças e, também, do congelamento dos corpos devido ao intenso inverno russo. Assim, “com a primeira cobertura 'fotojornalística' de guerra nasce a censura prévia ao fotojornalismo.” (SOUZA, 2004, p. 34). Apesar de trabalhar em condições extremamente difíceis, com um material altamente inflamável e pesado, o que dificultava a locomoção, R. Fenton produziu 360 fotografias da paisagem e dos participantes da guerra, principalmente, dos comandantes.

Essas fotografias mostram grupos de oficiais ingleses conversando, em pé ou sentados; o plano geral do acampamento, distante o bastante para não mostrar nenhum soldado. O alto escalão aparece montado na cavalaria ou cuidando dos canhões. R. Fenton, como nas fotografias produzidas em estúdio, solicitava que os soldados não saíssem do lugar, o que ele também não precisaria fazer com feridos e mortos! No entanto, as imagens só mostram “uma honrosa excursão em grupo exclusivamente para homens.” (SONTAG, 2003, p.44).

O resultado desta expedição, como planejado pelo Exército Britânico, foi bastante positivo. O público, antes horrorizado pelas notícias que chegavam do campo de guerra, foi conquistado pelas fotografias do alto comando – dos grandes homens – e dos soldados em descanso ou em momento de entretenimento. As fotografias foram transformadas em pranchas xilográficas, expostas em uma galeria em Londres e editadas em forma de livro. Algumas chegaram a ser publicadas no *Illustrated London News*, um dos primeiros jornais a publicar fotografias, cuja linha editorial era menos crítica ao governo britânico.

As imagens de Roger Fenton são as únicas que fornecem um testemunho visual da Guerra da Crimeia que diferem do texto escrito anteriormente por William Howard Russell no jornal *The Times*. A Guerra da Crimeia, e todas as suas consequências devastadoras, não ficou registrada fotograficamente. Não há imagens do horror. Os corpos não estão decapitados, não há sangue ou dor, como apontam os artigos de jornal da época. Os homens fardados posam como exemplo de patriotismo e heroísmo, mas Roger Fenton deixou de fotografar depois dessa “falsa” cobertura de guerra. Suas fotografias, que protegem a visão do sofrimento alheio e o próprio, são ilusórias porque não revelam a brutal imagem da guerra e do fim da vida. Apesar disso, é a reflexão sobre o contexto representado que permite compreender o que significa e para quem significa a fotografia, pois esta “é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos.” (KOSSOY, 2001, p. 37).

F. Tacca (2008, p.214) analisa outras histórias trágicas da fotografia de situações-limite, como as de guerra e morte. Ele afirma que “a morte fotográfica, ou o tempo estagnado na imagem, ganha nova dimensão quando a criatura encontra seu criador”. Cita, como exemplo, a relação entre a fotografia e o suicídio de seu autor, o fotógrafo sul-africano Kevin Carter, três meses após receber o Prêmio Pulitzer, em 1994. A fotografia premiada é a de uma menina africana, nua, sentada no chão, definhando e sendo observada por um abutre. Simbolicamente, a foto transmitia a ideia do animal com fome, à espera da carniça humana. Kevin Carter foi sempre questionado sobre o que fez para salvar a pobre criança. Apesar de explicar que a situação fotografada não era efetiva, mas simbólica, e que o abutre não estava esperando a morte da garota, a questão sempre lhe era apresentada. Ao suicidar-se deixou uma nota:

Estou deprimido... Sem telefone... Sem dinheiro para o aluguel... Sem dinheiro para ajudar as crianças... Sem dinheiro para as dívidas... Dinheiro!!!... Sou perseguido pela viva lembrança de assassinatos, cadáveres, raiva e dor... Pelas crianças feridas ou famintas... Pelos homens malucos com o dedo no gatilho, muitas vezes policiais, carrascos... Se eu tiver sorte, vou me juntar ao Ken...⁵⁸

58 MACLEOD, Scott. "The Life and Death of Kevin Carter", Time, 12 de setembro de 1994. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,981431,00.html>. Ken Oosterbroek foi outro fotógrafo sul-africano morto pouco tempo antes.

Alguns fotojornalistas parecem não suportar os conflitos que advêm de sua produção fotográfica. Isto porque, diante dos acontecimentos de violência extrema, os campos de possibilidades relatados por eles são: fugir e esconder-se para sobreviver ou produzir diferentes fotografias, procurando ajudar as vítimas, sob o risco de perder a própria vida. Como aponta F. Tacca (2008, p.212), “sabemos que sempre fotografam, exercendo e concluindo sua função com o ato fotográfico, mesmo em situações nas quais, talvez, queiramos que tenham feito alguma interferência além do click, para salvar ou tentar salvar alguém.”

Em seu trabalho como editor de fotografia, E. Chiodetto (2008, p.120) percebeu que quando a principal notícia do dia era um acontecimento envolvendo criminalidade e morte, as imagens enviadas pelos fotojornalistas do mundo inteiro “obedeciam a um ponto de vista mais ou menos padronizado”. Diante das cenas dos horrores da guerra, de um atentado, ou de uma tragédia natural de grande porte, a atitude e o olhar dos mais variados repórteres-fotográficos, de alguma forma, “unificava os seus discursos”.

Assim, as fotografias produzidas para informar sobre a violência do Rio de Janeiro obedecem a esse discurso fotográfico padronizado. É possível, para leitores e fotojornalistas, conviver e aceitar as lágrimas e o sofrimento da via-crúcis dos familiares, mas não da violência ou dos corpos em decomposição. O lugar reservado pelo jornal para as notícias de violência e para as legendas indica que, por trás daquela fotografia, existe mais uma vítima. S. Sontag (2003, p.88) diz que “uma imagem tem sua força drenada pela maneira como é usada, pelos lugares onde é vista e pela frequência com que é vista”. Isto é, se o jornal mostrasse uma mãe chorando na editoria de economia, causaria estranhamento ao leitor. Se fosse no caderno de cultura, o leitor suspeitaria que a imagem estaria ali para divulgar uma exposição em alguma galeria de arte. Vale, então, questionar se o repertório das fotografias de violência do Rio de Janeiro já não perdeu o impacto ou a força, pois o leitor pode evitar os lugares onde frequentemente elas são vistas.

Apesar das equipes de repórteres de texto e imagem se alternarem na cobertura jornalística dos acontecimentos que sucedem a violência, são os detalhes que diferenciam e validam a publicação de novas notícias. Ao destacar, dessas notícias, apenas as imagens e suas legendas, pois são elas que dão à fotografia o caráter de notícia, muitas vezes independente do texto (*O Globo*, 1992), e expô-las em sua ordem cronológica de publicação, é possível perceber como a cobertura

fotográfica possui um repertório que pode ser analisado como um ensaio fotográfico. Um ensaio não no sentido clássico, em que apenas um fotógrafo produz as imagens com determinado objetivo, mas outro, em que essa seleção de imagens é assinada pelos editores de fotografia dos jornais (também fotógrafos e fotojornalistas), que procuram informar e dar sentido ao conjunto de imagens sobre os acontecimentos.

Esse conjunto de fotografias reunidas e publicadas nos jornais parece obedecer às razões fundamentais apontadas por W. J. T. Mitchell (2002, p.107) para definir o que é um “ensaio fotográfico”:

A primeira é a suposição de uma realidade de referência comum: não “realismo”, mas “realidade”, não ficção, mas até “cientificidade” são as conotações genéricas que ligam o ensaio à fotografia. A segunda é o companheirismo íntimo entre o ensaio informal ou pessoal, com sua ênfase em um “ponto de vista” privado, na memória e na autobiografia, e o estatuto mítico da fotografia como uma espécie de rastro da memória materializado, imerso no contexto de associações pessoais e “perspectivas” privadas. Terceira, é o sentido etimológico do ensaio como uma “tentativa” parcial, incompleta, um esforço para apanhar, tanto quanto os limites de espaço e da engenhosidade do escritor permitirem, a verdade sobre algo a seu alcance.

A cada publicação as fotografias retomam os temas da violência, do sofrimento e da morte como questões da cidade do Rio de Janeiro. O fotojornalista é o observador privilegiado que age por meio de uma empresa jornalística como “o olho do poder” em relação ao momento dos familiares machucados e vitimados. Instrumentalizados pelas mensagens fotográficas, por sua vez orientadas pelos textos das legendas, como sugere W. J. T. Mitchell (2002), esses temas vinculam “o objetivo político ao ético, criando intercâmbios e resistências”.

Vale lembrar que o sentido da sequência das fotografias publicadas nos jornais em dias seguidos é dado pelas legendas. No jornal, o texto da chamada na capa para as páginas interiores já indica que as notícias são sobre a morte de alguém. Dessa morte violenta, descrita pelo texto escrito no corpo da notícia e nas legendas das fotografias, é permitido ver o sofrimento dos familiares e a fotografia que rememora a vítima viva. Sem as legendas, em sua maioria escritas pelos próprios fotojornalistas, a leitura das imagens não passaria de uma suposição a respeito dos sujeitos fotografados. São as legendas, ou as relações entre o texto escrito e a imagem, que revelam a história fotografada da violência em que as mortes precisam estar inscritas.

O primeiro ensaio fotográfico é sobre a bala perdida que atingiu e matou Gabriela Prado. As fotos foram publicadas no jornal *O Globo*, no dia 26 de março de 2003⁵⁹. O ensaio de Gabriela começa com a imagem de seus pais tomando conhecimento de sua morte ainda no hospital; há uma outra, do local do crime, que embora não guarde vestígios do acontecido, é ocupado por curiosos e um policial se movimentando. Por fim, uma fotografia mostra quem era Gabriela, justificando a presença das demais imagens e da notícia. Essa fotografia, reproduzida de um álbum de família, fora cedida por seu pai.

A capa do jornal do dia seguinte traz a reprodução da fotografia de Gabriela fazendo o símbolo da paz, o que contrasta com o significado da fotografia ao lado, que é a de seu cortejo fúnebre. A mensagem desta fotografia do símbolo da paz contradiz as fotografias do noticiário do jornal *O Globo* a respeito da sua morte. A fotografia do símbolo da paz dialoga com seu apelido, escrito nos braços de suas amigas, com as imagens do circuito interno do metrô, mostrando o roubo que levou a menina à morte, com a fotografia de outra família, que tenta se proteger da violência, com a recordação fotográfica de sua vida, com seus pais aos prantos, vestindo a camisa com sua foto no peito, e, por fim, com o acontecimento de uma nova violência. O símbolo da paz de Gabriela atravessa a via-crúcis de sua família em uma tentativa de converter a dor individual, particular, em uma mudança coletiva. A imagem de Gabriela denuncia e reivindica uma paz que é vencida por uma nova violência.

59 As fotografias dos casos da Gabriela Prado e de Daniel Duque foram reproduzidas pelo setor de periódicos da Biblioteca Nacional. Não reproduzi as fotografias frontais dos suspeitos e culpados, pois não fazem parte do recorte da pesquisa.

OGlobo, Rio de Janeiro, 26 de março de 2003 (acervo BN).

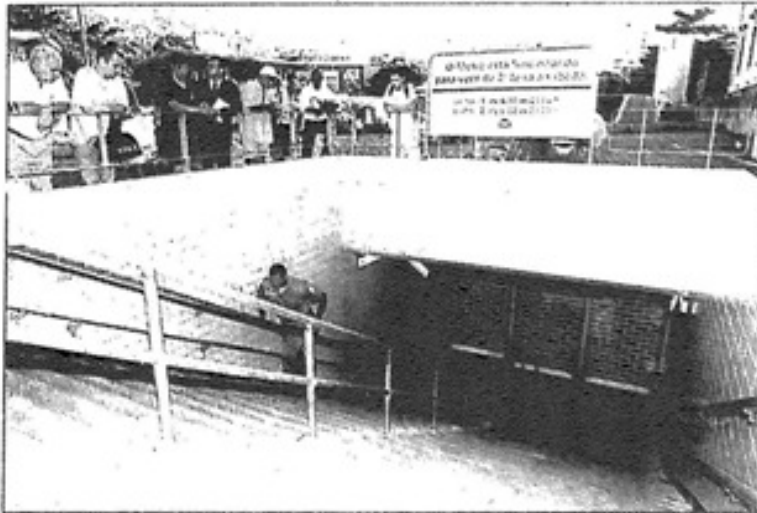
Fernando Quevedo



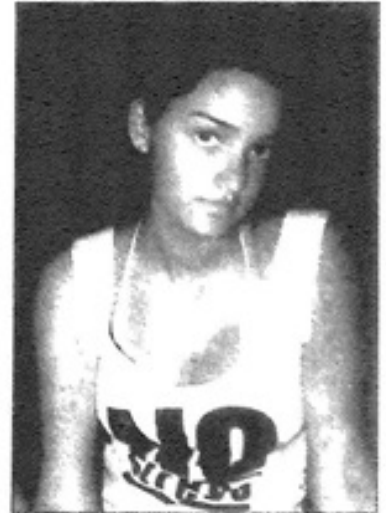
A PSICÓLOGA Cleide do Prado (ao centro) chora no Hospital do Andaraí, onde sua filha já chegou morta após ser baleada

Sergio Borges

Arquitetura



A ESCADARIA da estação São Francisco Xavier onde Gabriela foi atingida no peito



GABRIELA DO Prado: medo da violência

Foto: O Globo

O Globo, Rio de Janeiro, 27 de março de 2003 (acervo BN).



GABRIELA, em fotografia recente: símbolo da paz



PARENTES E AMIGOS participam do cortejo fúnebre de Gabriela, morta num tiroteio



AMIGOS DA ESTUDANTE morta exibem o apelido de Gabriela escrito nos braços em protesto feito diante da escola

O Globo, Rio de Janeiro, 27 de março de 2003 (**acervo BN**).



O Globo, Rio de Janeiro, 28 de março de 2003 (**acervo BN**).



O Globo, Rio de Janeiro, 30 de março de 2003 (acervo BN).

abertos vem caindo. tempos

Album de Família



SAUDADE DOS AMIGOS

Garota dos sonhos, do amor e da humildade
Anjo na terra, criança do céu
Brincando de viver tornou-se saudade
Risonho espírito cheio de mel
Inteligente e bonita, sempre otimista
Era para todos uma grande companheira
Leal, amiga, para nós, uma grande artista
Alcançou sua arte de uma triste maneira
Paz retratou sua razão para morrer
Rezando a sua história quando vamos dormir
A cada lágrima que deixamos cair,
Dor e sofrimento, só fazem crescer
O luto que marcou a sua vontade de viver

*Uma Homenagem da Turma 101 e de todo o Colégio
PII para nossa querida GABI*

O CARINHO
PELOS animais
alimentava o
sonho de ser
veterinária

NO ÁLBUM, as fotos mostram a menina com vestido novo e entre os alunos de sua turma (terceira da esquerda para a direita)

pais, em janeiro, ela manteve o bom humor. Reclamava que na geladeira do pai só tinha Gatorade, melancia e salada — diz uma das amigas de Gabriela.
O pai lamenta que a proteção tenha sido em vão:
— Todos os sonhos foram interrompidos. No último fim de semana, ela ficou em casa, maquiada, treinando andar de salto alto. Queria sair para dançar e perguntava se estava aparentando ter 18 anos para não ser barrada pelo porteiro da boate. Como choveu, ela ficou em casa. E morreu só tendo 18 anos na própria imaginação.
A última homenagem à menina será, no próximo sábado ou domingo, na Praia da Barra da Tijuca, quando suas cinzas serão lançadas no mar, na altura do condomínio Barramarcs, onde ela aprendia a surfar. ■

O Globo, Rio de Janeiro, 31 de março de 2003 (acervo BN).



O segundo ensaio é sobre o assassinato à queima roupa de Daniel Duque publicado pelo jornal *O Dia*. A história do assassinato de Daniel começa com a imagem de seu cortejo fúnebre. Apesar de o jornal e a história de violência não serem os mesmos, e de uma pequena diferença no ângulo das duas imagens, a fotografia do cortejo de Daniel se assemelha à do cortejo de Gabriela. Em primeiro plano vemos a coroa de flores, em segundo familiares e amigos, que seguem de cabeça baixa e óculos escuros. A imagem não nos aproxima do sofrimento. É a composição que dá o tom de tristeza e pesar do momento da morte de Daniel, cujo rosto é apresentado em fotografia cedida por sua tia aos jornalistas.

Nas fotografias que seguem nos aproximamos do sofrimento da mãe de Daniel. Ela está aos prantos e não olha para câmera, mas para a fotografia do filho no computador, para dentro de si e para o governador do Estado. A fotografia de Daniel encara quem folheia as páginas do jornal, mas são as legendas que dizem que a imagem publicada é um pedido de justiça. Ao produzir a imagem e sua legenda, o fotojornalista age em nome daquela que sofre “a dor da perda de um filho”.

O Dia, Rio de Janeiro, 29 de junho de 2008 (**acervo BN**).



Comoção no enterro de Daniel: amigos que estiveram na boate se despediram do amigo



Daniel: amigos pedem Justiça

O Dia, Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008 (acervo BN).



O Dia, Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008 (acervo BN).



Daniela chora ao lembrar-se do filho e mantém no pescoço uma lembrança de Daniel: o escapulário que ele usava



Daniel era esportista, remava, fazia squash e jogava pólo

O Dia, Rio de Janeiro, 01 de julho de 2008 (acervo BN).



Amigos de Daniel programam homenagem para estudante morto: missa em Ipanema

O Dia, Rio de Janeiro, 02 de julho de 2008 (acervo BN).



Padrasto e mãe do jovem morto, Sérgio e Daniela reuniram-se com o governador, que prometeu acompanhar o caso

O Dia, Rio de Janeiro, 01 de julho de 2008 (**acervo BN**).



Parentes e amigos de Daniel lotaram a Igreja Nossa Senhora da Paz: contra impunidade

O terceiro ensaio possui apenas três fotografias, que informam imagetivamente a notícia de desaparecimento seguido de morte do agente de

endemias da prefeitura Júlio Baptista⁶⁰. As imagens foram publicadas pelo jornal *O Dia* uma semana depois que Júlio foi visto pela última vez.

Conhecemos Júlio por meio de uma fotografia feita por colegas de trabalho. Não sabemos quem são aqueles que sofrem a sua morte, a sua família e seus amigos. Júlio morreu nas mãos de traficantes porque fora confundido com um estuprador que vestia o uniforme de agente de endemias para cometer crimes.

As fotografias revelam apenas quem foi Júlio e quem são os agentes de endemias, que por sua vez passam a reivindicar melhores condições de trabalho. A omissão de fotografias da família e dos amigos de Júlio se justifica: na tentativa de encontrar o corpo do colega para enterrá-lo dignamente, os agentes foram avisados pelos traficantes para que não voltassem mais e se esquecessem do caso.

O Dia, Rio de Janeiro, 16 de julho de 2009.



O Dia, Rio de Janeiro, 18 de julho de 2009.

⁶⁰ As fotografias das notícias sobre o assassinato de Júlio Baptista estavam na pasta de Alciony, irmã de Júlio, com documentos do processo e foram feitas durante a entrevista.



Mata-mosquitos protestam na porta da Prefeitura do Rio: agentes não querem trabalhar em áreas de risco



Júlio Baptista teria sido confundido com criminoso

O quarto ensaio fotográfico da violência é sobre o assassinato de Júlio Cesar Menezes, no jornal *Extra*⁶¹. Assim como Júlio Baptista, as primeiras imagens da sequência são as de Júlio Cesar vestindo seu uniforme de trabalho, uma comprovação de que ele foi confundido pelos policiais que entraram em um conjunto habitacional atirando e condenando à morte traficantes e civis inocentes. As imagens de seu contracheque, do certificado de participação de um curso de moda e da carteira de estudante de transporte público reforçam a defesa de que Júlio era trabalhador e honesto.

Diferentemente das fotografias de Cleide, mãe da menina Gabriela, e Daniela, mãe de Daniel Duque, a imagem de Jane, mãe de Júlio, é produzida no limite da dor, no momento em que ela desmaia no enterro do filho. As imagens da manifestação de amigos e vizinhos interrompendo o trânsito demonstram que a violência cometida pelo Estado, incorporado pelos policiais, transforma imediatamente a dor de cada familiar em uma questão que precisa se tornar pública. As imagens da mãe, mexendo nas roupas do filho, e da tia, mostrando a camiseta com a fotografia de Júlio preparada para a missa de sétimo dia, finalizam a sequência fotográfica e apresentam a incipiente memória do rapaz assassinado.

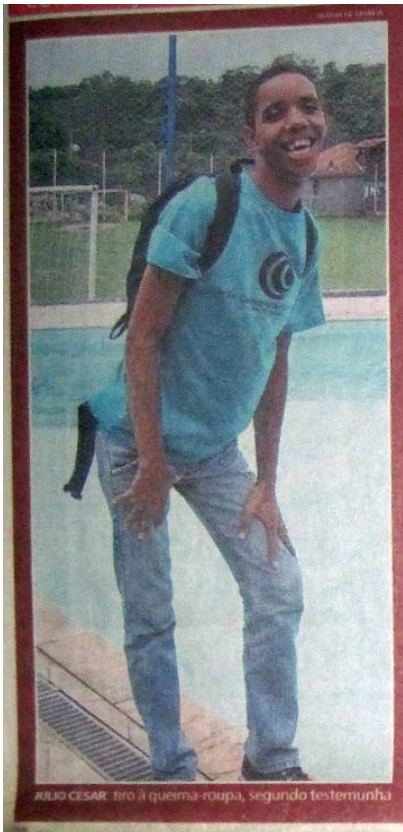
Extra, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2010 (**acervo BN**).

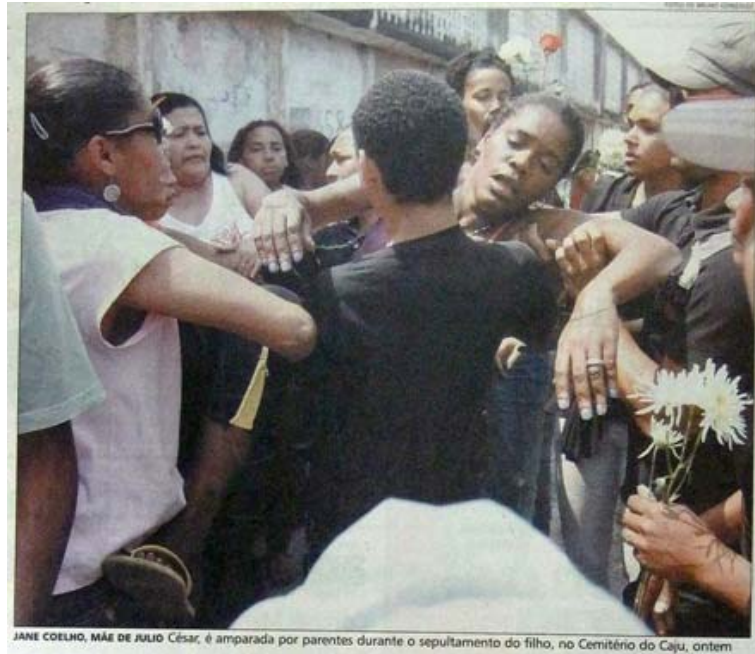


61 As fotografias das notícias de Júlio Cesar, Marcelo Alexandrino e da Escola Tasso da Silveira foram feitas por mim no setor de periódicos da Biblioteca Nacional no final do ano passado sem o equipamento necessário para fotografar jornal. Na época a Biblioteca estava com todos os aparelhos de ar condicionado quebrados e a temperatura variava entre 43º e 47º graus.



Extra, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2010 (acervo BN).





JANE COELHO, MÃE DE JULIO César, é amparada por parentes durante o sepultamento do filho, no Cemitério do Caju, ontem

Extra, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2010 (acervo BN).



AMIGOS E PARENTES fecharam uma faixa da Avenida Brasil



JULIO CÉSAR vestido para uma apresentação de dança



POLICIAIS MILITARES foram chamados para reabrir a pista

Extra, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2010 (acervo BN).



O quinto caso, como o de Júlio Baptista, não é um ensaio em que se compõe uma série de fotografias para narrar ou apresentar uma história. A tentativa de homicídio do juiz Marcelo Alexandrino e família foi o caso escolhido para contrapor aos outros cinco.

As poucas fotografias divulgadas sobre o caso no jornal *O Globo* também não mostram os familiares atingidos, tampouco aqueles que acompanharam a recuperação das vítimas da violência. A escolha de tal produção fotográfica para informar sobre o caso do juiz Marcelo Alexandrino se assemelha a do caso de Júlio Baptista, pois a imagem não publicada protege as pessoas envolvidas na denúncia. Marcelo acusa policiais que, em uma blitz, atiraram na direção do seu carro, pois julgavam que ele era um bandido. Já a família de Júlio acusava traficantes que o julgaram e condenaram por violar as regras da criminalidade local, estuprando mulheres.

O caso de Marcelo Alexandrino é a única violência que não acabou em morte. Três pessoas dos cinco familiares que estavam no seu veículo foram baleadas, mas somente a foto de Marcelo é publicada. Nela, o jornal o apresenta como juiz no intuito de que seja reconhecido por outros magistrados, que poderão interferir a favor de seu caso.

Outras fotografias revelam o estado do veículo atingido, dirigido por Jader Abdala, também perfurado por projétil de arma de fogo. Vê-se o banco ensanguentado e o laudo, comparando os projéteis. Tais imagens apenas informam sobre o acontecimento. Na falta da imagem do sofrimento de familiares, o banco ensanguentado contrasta com os brinquedos no banco de trás e, assim, denuncia-se que a violência sofrida foi contra uma criança inocente.

O Globo, Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2010.



O CARRO do juiz após a batida: mesmo ferido, ele dirigiu até o hospital

O Globo, Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2010.

JADER ABDALA mostra os buracos de bala no para-brisa de seu carro: segundo ele, os policiais abriram fogo assim que motoristas deram meia volta, achando ser uma falsa blitz. Reprodução da internet. Juiz William

O JUIZ Marcelo Alexandrino Santos

O CARRO do juiz na porta da delegacia: as armas dos agentes foram recolhidas

“
Vi quando eles (os policiais) atiraram no carro em que estava esse juiz. Quando estava fugindo, eles acertaram meu para-brisa duas vezes. Os tiros passaram a centímetros da minha cabeça
Jader Abdala

O Globo, Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2010.



O Globo, Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2010.



O último ensaio, sobre a Chacina de Realengo, informa sobre uma violência inédita na história do país: o assassinato de doze crianças dentro de uma escola e o suicídio do assassino também promovem a estreia da cobertura jornalística para esse tipo de evento. Repórteres de texto e imagens chegaram à cena do crime enquanto os corpos ainda eram removidos e as pessoas estavam sob o impacto da violência. As fotogalerias do site do jornal são praticamente transportadas para as páginas impressas.

As fotografias satisfazem uma suposta curiosidade do leitor-observador: o que e como aconteceu? O que se fez para salvar as crianças? O que se fez com os corpos? Quem era o assassino? Por que se tornou assassino e o que aconteceu com ele? Quem são os mortos da tragédia? Quem impediu uma tragédia maior? E qual o posicionamento do representante do poder público?

As legendas e as fotografias foram publicadas como uma história em quadrinhos. A ordem dá movimento à violência fotografada que ganha sentido pelas imagens de estudantes correndo e sendo carregados e, também, pela proximidade da imagem do assassino morto, que é a única imagem de uma pessoa morta nessa chacina.

Diferentemente de todos os outros casos de homicídio, as fotografias publicadas não são de cortejos fúnebres acompanhados à distância, mas de enterros, o último momento da despedida e da dor extrema revelado em imagem. Em meio à tragédia, também essas famílias produzem faixas e camisetas com fotografias que usam no enterro das vítimas.

O enterro de Wellington, que assassinou as doze crianças, não é visto. A fotografia de seu corpo estendido no chão da escada, as reproduções de vídeos do arquivo de seu computador pessoal e as paredes da casa onde ele morava revelam o local onde o “monstro de Realengo”, segundo o jornal *O Dia*, planejou o crime. Seu suicídio não deixa espaço para uma busca pelos culpados e criminosos e um pedido de justiça. Fotografias e legendas mostram um acontecimento fechado em si, ou seja, não denunciam a favor de uma ação. O circuito da violência, ou da justiça, se resolve com a morte do assassino.

Entretanto, para os leitores que acompanham a história fotografada da violência de Realengo, ela começa para as famílias, e termina para os jornais, com as imagens dos familiares em meio aos objetos e às fotografias que os fazem lembrar seus entes.

O Dia, Rio de Janeiro, 08 de abril de 2011 (acervo BN).

2/9, 3

O DIA

www.odia.com.br R\$1,20

ARY CARVALHO (1934-2003) | SEXTA-FEIRA, 08/04/2011 | ANO 60 | Nº 21.477 | 18 EDIÇÃO



'AJOELHA QUE EU VOU TE MATAR'

FLAGRANTE Wellington, o monstro de Realengo, preferiu escolher meninas para execução. As vítimas, entre 12 e 15 anos, foram caçadas pela escola. Vídeo mostra o instante em que ele recarrega arma e volta a atirar. Dez garotas e dois meninos morreram. O Brasil está em choque




Alunos tentam escapar dos tiros correndo em direção à saída da escola: fuga desesperada pela vida



O horror tomou conta, ontem de manhã, da tranquila rotina de alunos e professores da Escola Municipal Tasso da Silveira. Com dois revólveres e muita munição, Wellington Menezes de Oliveira, 24 anos, ex-aluno do colégio, abriu fogo e provocou um massacre. Ferido por um policial herói, o monstro se matou com tiro na cabeça. > P. 4 a 17

Assassino falava em jogar avião no Cristo, conta primo à polícia

Três dos 12 feridos foram internados em estado grave

Matador deixa carta similar à de terrorista do '11 de setembro'

O Dia, Rio de Janeiro, 08 de abril de 2011 (acervo BN).



O Dia, Rio de Janeiro, 08 de abril de 2011 (acervo BN).



Alunos baleados foram colocados por moradores em Kombi



Carteiras escolares desalinhadas e mochilas abandonas: retratos das salas de aula após fuga dos alunos



Câmeras flagraram Wellington recarregando arma, criança ferida no corredor e o atirador correndo após ser ferido por PM

O Dia, Rio de Janeiro, 08 de abril de 2011 (acervo BN).



O Dia, Rio de Janeiro, 09 de abril de 2011 (acervo BN).



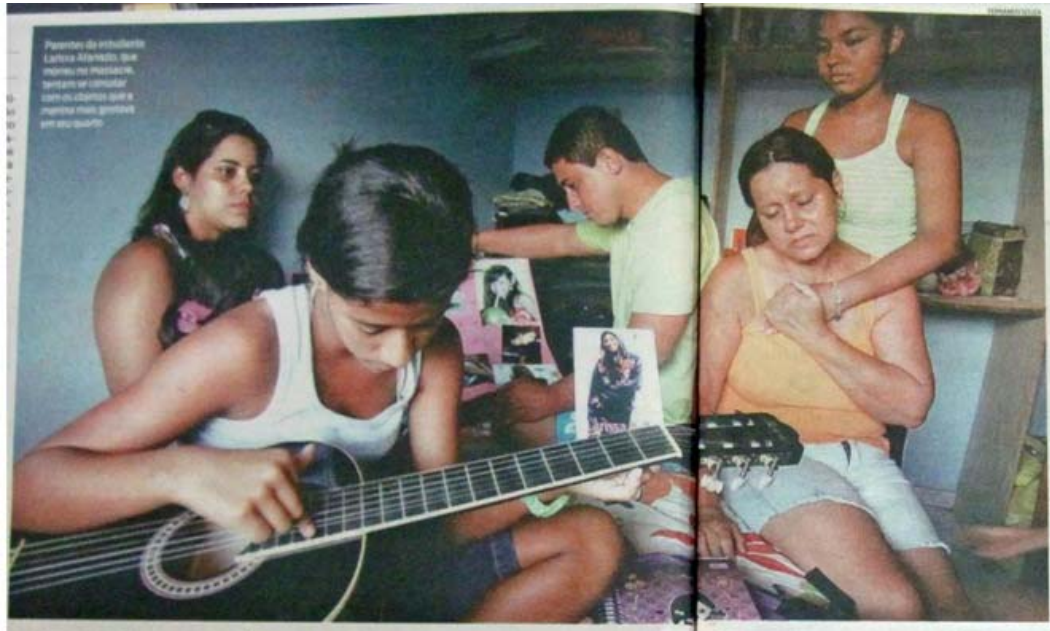
O Dia, Rio de Janeiro, 09 de abril de 2011 (acervo BN).



O Dia, Rio de Janeiro, 10 de abril de 2011 (**acervo BN**).



O Dia, Rio de Janeiro, 10 de abril de 2011 (acervo BN).



Ao analisarmos todos os casos, percebemos que todas as fotografias das vítimas mostram seus rostos felizes, revelando que elas não deveriam constar no mural das vítimas de violência. Se os rostos e as legendas de Gabriela Prado, Daniel Duque e das doze crianças de Realengo revelam sorrisos, olhares felizes e suas atividades preferidas, os de Júlio Baptista e Júlio César foram apresentados de forma diferente. Como ambos foram mortos em locais próximos às favelas, segundo J. Farias (2007), onde mora uma “população matável”, as fotografias precisam identificá-los como trabalhadores e estudantes para provar a honestidade deles e evidenciar a inocência. Isso faz lembrar que o registro civil da carteira de trabalho surge na década de 1930, segundo M. G. Koury (2010, p. 63), para auxiliar as autoridades a enquadrar e administrar a pobreza, diferenciando o trabalhador pobre de bandidos e vagabundos, fotografados no registro policial.

Já as imagens gravadas nas câmeras internas do metrô, no caso de Gabriela Prado, e da Escola Tasso da Silveira, na Chacina de Realengo, tornam questionável o uso da tecnologia da segurança privada para prevenção. As câmeras sugerem um certo controle para aqueles que se sentem vigiados, como analisa T. Caldeira (2000), mas efetivamente vêm colaborando na produção de provas do crime e da “imagem-violência”, como definida por R. Hikiji (2012)⁶². Para ela, a “imagem-violência” são os:

Atos de violência física implicando um (ou vários) agressor(es) e uma (ou várias) vítima(s) – que são também imagens violentas em sua construção: provocam tensão, susto, ansiedade ou nojo, seja por sua elaboração rítmica, seja pela representação grotesca do ato violento. (Hikiji, 2012, p. 15).

Segundo R. Hikiji (2012), a “imagem-violência” é uma construção visual que relaciona imagem e violência, na qual a violência é uma linguagem. Essa linguagem que comunica o “incomunicável”, ou seja, que comunica com violência, substitui a comunicação verbal pela agressão física.

Nos casos analisados, a única imagem-violência é a de Wellington morto, caído sobre o seu próprio sangue. As outras fotos dos vídeos internos apresentam os indícios de uma violência que foi cometida, como a das crianças correndo no

62 R. Hikiji (2012) analisa os filmes: *Cães de aluguel* e *Pulp Fiction*, de Quentin Tarantino; *Fargo* – Uma comédia de erros, dos irmãos Coen; *A estrada perdida*, de David Lynch; *Violência gratuita*, de Michael Haneke; e *Assassinos por natureza*, de Oliver Stone.

corredor da escola e o do corpo do policial na bilheteria do metrô; ou de uma violência que virá, como a da imagem de Wellington carregando a arma.

Já as fotografias de rituais funerários e missas, com os familiares estampando a foto do filho sobre o peito, estão focadas no sofrimento e na comoção dos familiares. A imagem das mães em lágrimas, expressando a dor da morte do filho, compõe a versão carioca da *Pietà*. Nas missas, os familiares expressam seu pesar pela morte violenta, subvertendo o tabu da morte como experiência privada e sofrimento individual em uma causa que se reclama coletiva.

Familiares e amigos aparecem ao lado dos objetos dos entes, o que aponta para o movimento de fixar a lembrança dos que se foram e, ao mesmo tempo, para a tentativa de retomar a vida, como o fazem Jane, mãe de Júlio César; Sônia, avó de Larissa Atanásio; e, ainda, a Daniela, mãe de Daniel Duque, e Julia Barbosa, que perdeu oito amigas na Chacina de Realengo.

Ao folhearem as páginas dos jornais, os leitores conhecem a trajetória de sofrimento e dor, principalmente através das fotografias das famílias após a perda violenta do ente. De acordo com P. J. Ribeiro (2007, p.18-19), a violência e todas as suas expressões sofrem antinomias sociais e discursivas que marcam sua própria historicidade. Para o autor, é preciso observar os interesses, expectativas, imagens e negociações que geram reação e recepção às formas descritivas da violência, “posto que sua especificidade seja não se tratar de um fenômeno trans-histórico, mas também de um fato político e figuracional que envolve mesmo uma *política de imagens*”.

Assim, a escolha da foto soma-se aos aspectos compartilhados por leitores, repórteres de texto e imagens, demonstrando todo um aprendizado relativo à compreensão dessas publicações. Um desses aspectos é a localização das notícias de violência em um espaço específico do jornal. Em *O Globo*, por exemplo, elas são publicadas perto dos obituários.

A fotografia da violência explícita só é publicada em situações extremas, como as guerras, as tragédias naturais ou humanas imprevisíveis, como a da Chacina de Realengo. Esses acontecimentos são uma ruptura nas coberturas jornalísticas do dia a dia, ou seja, são diferentes da violência urbana que já faz parte da rotina da cidade. E. Chiodetto (2008, p. 131) conta que durante as reuniões executivas do corpo editorial na *Folha de S. Paulo*, a orientação era de que “quando

se justifica a publicação de matérias de assuntos que envolvam violência e imagens de atrocidades, pede-se sempre que o ‘bom gosto’ e o ‘bom senso’ predominem”.

O que surge do “bom gosto” e do “bom senso” são imagens clichês dos familiares, das vítimas e, principalmente, da violência urbana. Diante de diferentes formas de violência que resultaram em morte, as fotografias selecionadas para publicação revelam uma convenção. Na seleção para produção do registro fotográfico, recorre-se a uma “biblioteca de imagens” (MALRAUX, 2000) guardadas na memória de cada um desses fotógrafos. Ela parece estar restrita àquelas fotografias mais recorrentes. Nesse sentido, F. Tacca (2008, p.215) afirma que:

[...] quando a fotografia torna-se limitadora da imagem, o personagem principal, o fotógrafo transformado em pintor, busca na história da arte, em Brueghel, Goya, Ucello, suas referências para a concepção do grande mural épico de todas as guerras, algumas vezes citando fotografias clássicas [...].

Essa limitação da imagem do horror ocorre não só nas fotografias da atual violência urbana. J. Leenhardt (2000) percebe que o ambiente trágico das guerras mundiais “reflete-se pouco” nas obras de Matisse, Braque e Picasso. Para ele, no confronto com a morte, esses artistas e mesmo os fotógrafos não dispunham de uma linguagem afirmativa socialmente construída. J. Leenhardt, citando R. Barthes, afirma que as fotografias dos campos de concentração são “adialéticas”, desprovidas de elaboração narrativa ou raciocínio histórico.

Os homens e as mulheres que aí vemos permanecem como outros tantos espectros que visitam incansavelmente nossa memória. A violência de sua morte, propriamente assimbólica, não pode mais que frequentar nossos espíritos, jamais convidá-los à lembrança. Nessas fotografias, que são talvez as fotografias por excelência porque não se vê aí nada além de uma morte exorbitada, jamais podemos reencontrar, em sua forma absoluta, mais que o escândalo da morte, a evidência de que isso teve lugar, de que “isso aconteceu”. (LEENHARDT, 2000, p. 79).

Como qualificar a fotografia de violência é a pergunta que se colocaram os fotojornalistas entrevistados. A objetividade na produção da informação, uma das questões da profissão de jornalista (LAGE, 1982), se mostra impossível. O olhar do fotógrafo se transforma também no olhar do espectador e é essa construção que leva à compreensão da informação se quer transmitir:

– Você não precisa ser explícito para passar informação. Você não precisa mostrar 100% para informar. Você pode fazer uma composição legal, uma

coisa mais poética, se é que se pode assim dizer dentro de uma fotografia de violência. (editor)

– Um outro adjetivo pode ser bonita, mas bonita é muito pesado quando se fala de violência. Mas pode ser uma fotografia que te emocione muito e não mostre tudo. (fotógrafa)

– Uma lágrima descendo no rosto diz mais do que você mostrar aquele corpo. É tudo uma questão de um tipo de olhar. A fotografia é muito dura de se mostrar. (fotógrafo)

Assim, a “lágrima descendo no rosto” ou a “comoção dos familiares em um ritual fúnebre” podem denunciar a violência sofrida sem agredir leitores e familiares. Esse tipo de fotografia proporciona a visibilidade dos casos, o reconhecimento de vítimas e agressores, bem como o de familiares e amigos que sofrem com a violência e solicitam algum tipo de reparação. A publicação dos casos nos jornais impressos pode ser pensada também como “um gesto de empoderamento” (MASSA, 2011, p. 295) que estimula outras pessoas a exporem seus rostos e sofrimentos.

As imagens, segundo P. Champagne (1991, p. 65), “exercem um efeito muito poderoso de evidência – sem dúvida maior do que o texto – embora também sejam um produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção.”⁶³ (CHAMPAGNE 1991, p. 65 – tradução livre). Sugere-se, através das imagens, uma identificação com o sofrimento da mãe ou das mulheres próximas às vítimas como figuras autorizadas a expor publicamente suas lágrimas. A imagem fotográfica da mãe aos prantos diante do filho morto produz um efeito dramático: é a imagem de um sofrimento socialmente reconhecido como sendo um dos maiores do mundo.

A imagem das lágrimas mobiliza, desperta, convence do sofrimento causado pela violência. Como sugere A. Vincent-Buffault (1988, p. 33): “Raros são aqueles que não ficam emocionados com as lágrimas de um outro, sendo difícil reter as lágrimas diante daquelas que são derramadas. Esta tendência a emocionar-se com a dor alheia provoca curiosos fenômenos de contágio.” Nesse sentido, as fotografias são uma forma de articulação política, como sugere L. Boltanski (1993), de uma “política da piedade”, onde a visão do sofrimento do outro se transforma em um argumento para ações coletivas. A imagem das lágrimas localizadas dentro desse

63 Texto original: "Les images exercent un effet d'évidence très puissant - plus sans doute que le discours -, bien qu'elles soient également le produit d'un travail plus ou moins explicite de sélection."

repertório fotográfico denuncia e pretende mobilizar as emoções, sugerindo a identificação do público com a causa daqueles que sofrem e choram.

4 ENTRE DORES

A compreensão do que significam as lágrimas e a dor para os familiares de vítimas de violência é a questão central para se entender as consequências da violência que, em cinco dos seis casos analisados aqui, foi seguida de morte. Ana, mãe de Miguel, assassinado há dois anos, fala sobre suas dores e relembra notícias de violência. Nelas mostrava-se o sofrimento de outras mães que também perderam seus filhos:

– Hoje em dia, eu consigo entender a dor de uma mãe que perdeu o seu filho. Eu chorei quando a Isabela Nardoni⁶⁴ faleceu daquela forma, mas eu não podia imaginar a dor da mãe dela. Eu só chorei porque eu era um ser humano. E eu achei uma covardia da forma que foi feito com ela e com o João Hélio, mas eu não podia ter noção do que eles estavam passando. Da covardia de você criar um filho para vir uma pessoa e destruir a vida do seu filho e a vida dos demais. Você entendeu? Porque destrói. A gente fica sem um horizonte. A gente fica sem o controle da nossa vida. A gente perde o controle dos filhos. A gente perde o controle do marido. Enfim, desestrutura toda uma família...

Ao rememorar e comparar a experiência da dor pela perda de seu filho com a que ela viveu ao ver a notícia de mães que perderam os filhos antes dela, Ana expõe que a compreensão dessa dor ímpar, considerada pelas mães a maior dor do mundo, só pode ser parcialmente compartilhada. Sobre isso, V. Das (1997, p. 69-70) oferece a cena descrita por Wittgenstein para refletir sobre a possibilidade de que a dor seja comunicada entre diferentes pessoas. Diz ela: “Com os olhos fechados, eu falo de uma dor na minha mão esquerda. Alguém me pede para tocar no ponto doloroso com minha mão direita. Faço isso e, olhando ao redor, percebem que eu estou tocando a mão do meu vizinho.”⁶⁵ (DAS, 1997, p.70 – tradução livre).

A partir dessa cena, V. Das (1997) defende que a dor não é inexpressível, não é algo que destrói a comunicação ou marca a saída de uma existência na linguagem. A representação da dor de alguém habitando outro corpo existe mais na

64 Refere-se ao homicídio de Isabella de Oliveira Nardoni, de 5 anos de idade, cometido pelo seu pai, Alexandre Nardoni, e sua madrasta, Anna Carolina Jatobá, na noite do dia 29 de março de 2008.

65 No original: “With closed eyes, I should call a pain in my left hand. Someone asks me to touch the painful spot with my right hand. I do so and looking around perceive that I am touching my neighbor’s hand.”

imaginação do que na experiência, mas pode-se dizer que a linguagem se encaixa ao universo da dor numa tentativa de traduzi-la.

Desse modo, a demonstração da dor faz sentido para aqueles que a percebem como tal. Expressá-la supõe o conhecimento de códigos culturais das formas aceitas de manifestação dos sentimentos. Esses são parte de uma gramática socialmente inteligível de expressão de emoções e de construção de uma autoridade moral sobre o conhecimento de uma experiência única. Essa expressão emocional também se constitui em uma linguagem que, segundo M. Mauss (1980), precisa ser compartilhada. “As pessoas manifestam seus sentimentos para si próprias, ao exprimi-los para os outros e por conta dos outros. É, essencialmente, simbólico.” (MAUSS, 1980, p. 62).

Ana se comoveu e chorou como “ser humano” pelas dores dos familiares de Isabela Nardoni e João Hélio, mas reconhece que a dor vivida pela morte de um filho só foi sentida após ela própria perder violentamente o seu. A fronteira entre as dores sentidas pelos familiares e as dores daqueles que sofrem, à distância, através dos jornais, das entrevistas etc. é intransponível. A dor da perda de um filho procura uma definição, como questiona Vera: “Existe um nome para um pai ou uma mãe que perdeu um filho? Existe, me diz? Então, o que sou eu? Como é que eu me chamo?”

A falta de definição ou de adjetivo para os pais que perderam seus filhos é comparada à definição de um filho que perdeu os pais, órfão ou órfã, ou à definição de um cônjuge que perdeu seu companheiro, viúvo ou viúva. A ausência de adjetivo para a morte violenta de um filho alimenta a dúvida radical, como reflete J. Butler (2004, p.21-23), sobre quem é esse “eu”, que passou a existir sem “você”. A dor do luto opera sobre a complexa relação da linguagem e da existência de mães e pais “sem nomes”⁶⁶.

O inominável dessa dor se insere após a morte do ente na vida dessas famílias. O inesperado da violência rompe a história de vida narrada pelos próprios familiares sobre seus entes e sobre o grupo familiar, como mostram os seguintes depoimentos:

– Quando você cria um filho e você solta, você sabe que o mundo não tem coisas muito boas a oferecer. Aí você fica de noite, de noite, de noite e seu

66 Refiro-me também à coluna da Revista O Globo de 3 de fevereiro de 2013, p. 6, que cita a página no Facebook chamada “Mães sem nome”, criada por Márcia Noleto, que perdeu sua filha de 20 anos em um acidente.

filho não chegou, aí você não dorme preocupada. Você não dorme com o receio de ter acontecido algo, mas não foi o que aconteceu com eles. Miguel era uma criança de 14 anos e que faria 15 no dia 2 agora. Ele via Chaves e dava gargalhada. Se eu sáisse e ele não quisesse ir para algum lugar e se eu falasse ‘Miguel, não quero que você coloque a cabeça na rua’, assim era feito. Porque eu tinha uma vizinha que ela sempre ficava sentada no portão à noite, ficava com as filhas dela, olhando as filhas e ela dizia ‘Ana, o Miguel nem a cabeça no portão colocou’. Eu chegava e ele estava no videogame ou no computador, entendeu? E é muito difícil você conviver com essa dor. É muito difícil porque eu tinha planos para os meus filhos, entendeu? Eu tinha expectativa de vida e, hoje em dia, eu não tenho mais expectativa de vida... (Ana)

– Rafael é um ser assim, uma pessoa completamente na sua. Sempre olhou as coisas de longe. Não é de falar muito. Sabe observar. Incapaz de falar um a de alguém, sabe? Sempre defendia todo mundo. Ele tomava culpa pelos primos, pelas coisas, entendeu? Extremamente do bem. Então, assim, não pertencia a esse mundo mesmo.⁶⁷ (Lilian)

– Se eu não colocasse ela lá dentro da escola, ou qualquer pai não tivesse colocado seu filho dentro da escola, nós estávamos no conselho tutelar ou, talvez, até presos. A gente tem que pagar e ser responsável por isso. Agora eu te digo, quem foi responsável pela vida daquelas crianças. Jamais imaginei que minha filha não voltaria da escola. (Elaine)

Esses relatos sobre as vítimas lembram aspectos de um cotidiano dessas famílias que têm como contraponto a existência da morte e da violência na cidade do Rio de Janeiro. Ao falar de seus entes e suas rotinas, eles reconstroem uma história de vida que não considerava a possibilidade de interrupção pela violência. Diante dos números de mortes violentas na cidade do Rio de Janeiro, a visão de mundo que exclui a violência da rotina de seus cidadãos pode ser considerada outro aspecto da “ilusão biográfica”, conceituada por P. Bourdieu (1986). Essa ilusão tende a identificar no mundo social uma normalidade ou uma construção previsível de uma história de vida “bem construída”. Como pessoas inocentes, eles deveriam cumprir seus planos de vida, voltando para casa após um dia de aula na escola, como previa Elaine, ou satisfazer as expectativas de Ana. Como analisa P. Bourdieu (1986, p.69 – tradução livre):

Estamos sem dúvida no direito de supor que o relato autobiográfico é sempre inspirado, pelo menos em parte, pelo desejo de dar significado, de racionalizar, de gerar uma lógica tanto retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, em estabelecer relações inteligíveis, como aquela do resultado à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituindo etapas de um desenvolvimento necessário.⁶⁸

67 Mantive a confusão dos tempos verbais no passado e presente, como fala a mãe de Rafael.

68 No original: "On est sans doute en droit de supposer que le récit autobiographique s'inspire toujours, au moins pour une part, du souci de donner sens, de rendre raison, de dégager une logique

Essa lógica de uma história de vida com etapas sucessivas é regida pela noção de controle e autocontrole do curso de vida na sociedade ocidental contemporânea, na qual a morte é levada para os bastidores da vida social (ELIAS, 2001, p. 14). Nesse sentido, a “dor” dos familiares de vítimas se define também pelos valores morais atribuídos à violência e à morte. As supostas negação e exclusão, tanto da violência quanto da morte das relações sociais, legitimam a dor como consequência da morte violenta de um ente. Tal fenômeno é comparado, pelos próprios familiares, às “perdas aceitas” e menos dolorosas, seja por uma morte natural, seja por motivo de doença.

Para tornar inteligível ou dar sentido à biografia interrompida pela perda violenta, a mãe desloca a existência de Rafael para um outro mundo que não esse, de violência e morte. Nesse outro mundo, igualmente idealizado, alguns familiares encontram sentido e explicações para a violência que sofreram:

– Desde o primeiro momento que meu filho se foi, eu não perguntei para Deus porque ele fez aquilo comigo. Eu perguntei para ele: ‘Por que o meu filho?’ Eu não perguntei: ‘Por que eu? Por que é que ele fez aquilo comigo’, entendeu? Eu tive medo de perguntar. E eu tinha a certeza absoluta, só falava: ‘Deus, eu sei que você jamais faria alguma coisa que fosse ruim para mim e para o meu filho.’ Então, eu acredito que o meu filho se foi e não poderia ser para um lugar ruim ou por uma causa ruim, entendeu? Eu tinha certeza absoluta disso desde o primeiro momento. E foi assim que aconteceu. Eu sei que Você jamais iria fazer alguma coisa que trouxesse algo de ruim para mim. E eu vou descobrir o porquê. Algum motivo muito bom deve ter. Se eu te disser uma coisa... você não vai acreditar. Parece loucura para quem ouve, mas a partida do meu filho valeu muito a pena. Eu conheci, eu descobri um mundo que assim, é fantástico, cara. E nesse dia que eu saí e fui no centro espírita. O médium virou para mim e falou assim: ‘Seu filho falou da ONG que você faz. Eu vou te dizer uma coisa. Não sei nem como eu vou te dizer isso. Mas eu sei que vou dizer. Valeu tão a pena a partida do seu filho. Se você tivesse que viver de novo, vocês dois passariam pela mesma coisa.’ Mas, assim, o sentido de valer a pena é no sentido de abrir para espiritualidade, porque é uma dor, uma dor que não dá para ter noção, mas cada um tem a sua hora... (Lilian)

– No domingo, depois que eu soube da morte dele. Ele morreu sábado. Eu gritava, gritava tanto, parecia que eu estava com a minha voz transpassando para outro mundo, entendeu? Era um grito de revolta mesmo. Chorava de soluçar e perguntava: ‘Por que, Ricardo? Por quê? Não faz isso com sua tia. Por que te mataram?’ Eu chorava muito, de soluçar... Quando eu comecei a gritar e o ódio saía do meu coração, parecia que eu estava adquirindo força e que ele estava falando para mim: ‘Tia, para de

à la fois rétrospective et prospective, une consistance et une constance, en établissant des relations intelligibles, comme celle de l’effet à la cause efficiente ou finale, entre les états successifs, ainsi constitués en étapes d’un développement nécessaire.”

chorar porque agora já aconteceu... Vai lutar por mim! Luta por mim,tia! Luta por mim e pela minha mãe!' Porque a mãe dele não... Ele sempre achou que eu fosse a mãe dele, né? Então, quando eu chorei, chorei muito, daquele choro foi nascendo força e revolta de uma forma gradativa... Se fosse uma revolta de retribuir, eu ia atrás e ia fazer besteira também, mas não... Deus estava comigo... Ricardo sempre foi uma pessoa de luz e, então, foi isso que aconteceu... (Luiza)

A religião e a travessia para um outro mundo permitem que os familiares criem sentido para a violência que rompeu a história de vida de seus entes e, principalmente, das suas, que por sua vez precisam ser restabelecidas após a notícia da morte. Como sugere E. Morin (1997), esse sentido é gerado por uma tentativa de “adaptação”, na qual há um complexo jogo de “inadaptação” e “adaptação” do homem em relação à morte. A religião e os mecanismos de apoio entre os familiares são adaptações possíveis baseadas numa “inadaptação fundamental.”

Este complexo de inadaptação-adaptação corresponde à heterogeneidade dos conteúdos e das significações da morte na consciência humana. Complexo sempre instável, sempre em conflito: nos conflitos dramáticos, que podem opor o risco de morte ao horror da morte, triunfa ora um, ora outro. (MORIN, 1997, p. 81).

Pode-se também supor que as diferentes significações dadas às dores causadas pela morte violenta de um ente querido operam nesse complexo. A dor, fruto de uma “inadaptação” sob a qual os familiares sofrem, é ao mesmo tempo uma “adaptação”. Uma tentativa de traduzir ou de localizar física e emocionalmente o indizível.

Para E. Morin (1997), a religião é uma “adaptação” que traduz essa “inadaptação”. No caso dos familiares de vítimas de violência no Rio de Janeiro, a religião intervém numa construção moral sobre o que significa a morte violenta para a família, apontando para o aprendizado a ser assimilado e que atitude se deve ter a partir da perda, o que também vale para a memória daquele que morreu. Nesse sentido, as manifestações de familiares de diferentes movimentos e crenças são marcadas por um momento de comunhão entre as diferentes vozes com as orações do Pai Nosso, de São Francisco de Assis e da Ave-Maria.

De acordo com M. P. Leite (2004) e S. Carneiro (2002), nesses movimentos de familiares de vítimas religião e política convergem, criando uma “religião civil”. Esta norteia a inversão do desejo de uma "vingança" que acompanharia o tom de

violência, por uma busca pela “justiça”, aliada também pelo desvendamento da "solidariedade" como investimento individual em prol da “paz” coletiva, como argumenta Lúcia:

– Quando aconteceu, eu levei um choque. Fiquei alguns dias paralisada. Quando eu acordei do choque, eu falei: ‘Eu tenho que fazer alguma coisa.’ Eu desejo justiça, (começa a chorar), desejo não ver nunca mais outra mãe passar pelo que eu passei e estou passando. Nunca mais eu quero ver outra mãe sentir aquela dor que é tão terrível, né? E ver também as nossas crianças bem. Tenho um pensamento de que a minha filha foi tão feliz ao lado dessas crianças. Chegava sempre rindo, contando a história de um e de outro. Aí eu falei assim: ‘Meu Deus, o que eu posso fazer? A minha filha não está mais aqui, mas eles estão.’ Então, é por ela e em nome dela que eu vou ajudar cada uma dessas famílias.

Nos momentos logo após a morte, os familiares de vítimas reconhecem o sofrimento das primeiras dores do luto que, no caso dos entrevistados, se entrelaça em um movimento de convergência da dor individual em uma luta coletiva pela justiça e pela paz. A crença de que em memória dos entes os familiares devem lutar por um mundo sem violência e pela justiça de cada um dos casos transforma a história de vida desses familiares a partir da morte violenta de seu ente.

Assim, após esse primeiro momento, o termo “dor” ganha significados e diferentes formas de manifestação ao longo do tempo em que os familiares recriam e reelaboram sua relação com a violência. São mais intensas e constantes nos primeiros dias e meses. Depois, nas datas comemorativas, como os dias em que a violência foi cometida, o de nascimento do ente morto, os dias das mães, dos pais e das festas de fim de ano. A reunião familiar acontece em meio à lembrança do ente morto e, por conseguinte, a uma memória viva da violência, como relatou-se em diferentes momentos.

A dor que se inicia com a violenta perda do outro também marca a perda de um pouco de si. Trata-se de uma reconstrução dos papéis de mãe, pai, irmão, tia e avós a partir da perda violenta, ou seja, de um trabalho sistemático, que confronta a nova realidade com a memória da vida anterior, como relata Fátima:

– Primeiro vem essa dor terrível, depois durante meses e anos você acha que aquilo não aconteceu. Aí tem dias que você está bem, tem outros dias que você está mal, mal mesmo. Tem momentos que eu passo por alguém na rua e acho que é a minha filha. Toca o telefone e eu corro para atender com o coração apertado achando que é ela, mas não é, nunca é... É o meu sonho, o meu desejo que esse pesadelo acabe.

Há, então, um encontro com esse novo eu que passa a fazer parte dessa nova realidade e coletividade. Esse trabalho constante de teste de realidade, analisado por P. Ricoeur (2007, p.93), constata que:

É sempre com perdas que a memória ferida é obrigada a se confrontar. O que ela não sabe realizar é o trabalho de teste que a realidade lhe impõe: abandonar os investimentos pelos quais a libido continua vinculada ao objeto perdido, até que a perda seja definitivamente interiorizada. Contudo, cabe enfatizar que essa submissão ao teste de realidade, constitutivo do verdadeiro trabalho de luto, também é parte integrante do trabalho da lembrança.

Para essas pessoas, o teste de uma nova realidade após a morte violenta de seus entes passa pelo autorreconhecimento e por um reconhecimento coletivo que as identifica como familiares de vítimas da violência, conforme relata Carlos, pai recém-chegado ao grupo. Na ocasião, o coordenador do movimento Gabriela Sou da Paz o convidou para o lançamento do livro sobre a biografia de uma vítima. Em seu primeiro encontro com outros familiares e também com sobreviventes da violência no Rio de Janeiro, ele se assustou quando ouviu as pessoas se apresentarem, perguntando: “Você também é da dor?”

– As pessoas que estavam lá são ligadas a algum tipo de evento ruim. Assim, elas se identificavam como ‘você também é da dor?’ Da dor! Não é ‘doador, não’. Você pertence à dor! Então, olha só como isso mancha as pessoas e você não consegue se desconectar mais dessa coisa e eu vi cada caso. Aquela menina da Estácio, cara, numa cadeira de rodas com um dreno na boca. Toda ruim, sabe?! A vida dela foi pro bebelê e a das pessoas ao redor dela também! Porra, quem arruma essa mulher? Quem dá banho nela? Quem leva ao banheiro? Quem tira a fralda? Quem alimenta? É a vida de todo mundo, cara!, argumenta Eduardo.

Sua fala apresenta dois aspectos interessantes do universo de familiares de vítimas. O primeiro é a construção de uma “mancha” na identidade dos familiares de vítimas da violência. Essa “mancha” é sinônimo de um estigma, como proposto por E. Goffman (1988). Os familiares das vítimas passam a se ver e a serem vistos também como vítimas da violência. A tentativa de superar a perda violenta participando de encontros, missas e manifestações e, principalmente, expondo seus rostos e nomes na mídia cria essa nova identidade social que é a de alguém que sofre ou luta porque seu ente foi morto por causa da violência no Rio de Janeiro. A construção de uma identidade de familiar de vítima, que também é midiática, é

corroborada por Batista. Ele revela que as pessoas na rua não o identificam mais por seu nome, mas por “pai da Clara”:

– Eu não tenho mais nome. Eu passo na rua e ouço as pessoas falando: ‘Olha lá o pai da Clara.’ Por ter aparecido tanto na mídia e feito palestras, agora eu sou só o pai da Clara e ponto. [risos]

Batista sabe que não é mais percebido como um indivíduo, mas como pai de uma vítima da violência. Isso se deve, segundo ele, às inúmeras vezes que apareceu em programas de televisão ou rádio e em depoimentos a jornais, quando era apresentado como “o pai de Clara”. O riso nervoso que se segue a tal afirmação demonstra uma contradição no fato de ser reconhecido por uma situação que ele gostaria que não tivesse acontecido. Antes da morte violenta de sua filha, ser “pai de Clara” era mais um dos seus atributos, assim como sua idade e sua formação profissional.

Depois da experiência das consequências da violência, da relação com a mídia e com outros familiares, esse estatuto – pai da Clara – se transformou na característica social mais relevante de Batista. Trata-se de designar algo “sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento.” (Goffman, 1988, p. 53). A presença de Batista é uma informação social e política. Sua imagem transformou-se em um símbolo da luta de familiares de vítimas contra a violência.

Pode-se atribuir essa relação entre os familiares de vítimas, a mídia e seu público à construção de uma memória coletiva, no sentido dado por M. Halbwachs (1990, 2001). Uma memória coletiva da violência elaborada e rememorada nos encontros, homenagens e missas organizadas pelos coordenadores dos movimentos, divulgados pela mídia e acompanhados pelos leitores e espectadores.

Nesses atos públicos, as diferentes manifestações da dor individual de perder alguém ou da dor pelos culpados não estarem pagando pelo crime se converte em uma causa coletiva. Os discursos dos familiares convocam as pessoas ali presentes, políticos, representantes religiosos, repórteres e jornalistas e, também, os leitores e espectadores, a agir em prol da causa, ou seja, a não permitir que o acontecimento se repita com outras famílias. Assim, pais, mães, irmãos, tias e avós das vítimas de

violência ganham socialmente a identidade de vítima. Transformam-se em “vítimas secundárias da violência”, como afirmam G. Soares et al.(2006).

A manifestação pública do sofrimento dessas pessoas é expressa em livros, filmes e noticiários sobre a violência no Rio de Janeiro, criando uma nova relação com os antigos amigos e vizinhos, como afirma Amanda, que vive ao lado de uma escola. Diz ela:

– A diretora me olha como quem diz ‘aquela é a mãe da menina que morreu assassinada’, com um olhar de pena, sabe? Não gosto de olhar de pena... Só a gente sabe o que é acordar todo dia e não ter a filha em casa...

Outra mãe conta que ela e uma amiga participam de manifestações e encontros de familiares de vítimas da violência há mais de dez anos, tendo deixado de ser convidadas para churrascos de amigos e encontros de vizinhos por carregarem essa marca.

– Somos as Mães de Acari. Para todo mundo nós somos pessoas tristes porque perdemos nossos filhos violentamente.

Após a expressão de sentimentos na mídia e em diversas manifestações, o controle das emoções parece não mais ser relativo ao contato com diferentes pessoas e situações. Os amigos das Mães de Acari supõem que as emoções de tristeza e saudade do ente são permanentes na vida delas. Tais emoções, que não são bem recebidas e desejadas em ocasiões sociais como encontros e festas de amigos, aparecem como uma mancha na vida dessas mulheres.

Vivenciar a mudança nos relacionamentos anteriores é comum entre esses familiares, pois a exposição da morte violenta cria uma série de constrangimentos e vergonhas, como sugere M. G. Koury (2002, 2003). Para ele, na sociedade brasileira contemporânea existe uma reprovação atual do luto público. A tradição de guardar, velar e sofrer pelos mortos publicamente “permaneceu por várias décadas do século XX, até aproximadamente o decorrer dos anos de 1960, entre os habitantes urbanos brasileiros.” (KOURY, 2003, p.201). Nela os enlutados eram autorizados a conversar com os mortos e recebiam apoio da sociedade para a superação do sofrimento e para a completa reintegração social.

Apesar do sofrimento dos familiares de vítimas da violência em manifestações públicas darem forma às reivindicações por justiça e reparação, a percepção dos

próprios familiares é de que a presença de cada um deles evoca o sofrimento da perda violenta de seus entes. “É uma mancha” da qual eles não conseguem mais “se desconectar”.

A mudança da sociabilidade, o olhar de pena e a falta de convites para reuniões com os amigos são percebidos, pelos familiares, como uma consequência desse estigma. A tristeza do luto que não foi vivida em um momento privado passa a interferir nas relações sociais independente de continuar a ser expressa publicamente, formando outras formas de isolamento, como desabafa os coordenadores da Rede Contra Violência e do Gabriela Sou da Paz:

– Sabe o que acontece? Essa história de acompanhar os familiares é muito difícil... Eu só sou convidado para missa e enterro. Ninguém me chama para festa, para um churrasco. Só ligam para mim dizendo. ‘Você pode ir à missa do meu filho? Você pode ir ao velório de fulano?’ Não é que eu não goste de ajudar e de participar, mas essa historia de missa e enterro tem uma energia muito... É muito triste e você acaba se comovendo e se envolvendo com o sentimento daquela família.

C. Rezende e M. C. Coelho (2010) apontam para a construção de uma “gramática da solidão” elaborada de forma heterogênea, pois cada grupo social tem características próprias, isto é, “há regras socialmente definidas para que o sujeito possa sentir-se só” (p.63). Por exemplo, alguém que se sinta bem sozinho em um sábado à noite é visto como “esquisito” e “antissocial”. Essa percepção é comum para um grupo de jovens, no entanto, para crianças pequenas e pessoas muito idosas as referências são outras.

Já os familiares de vítimas se sentem isolados porque sua rotina de sociabilidade é modificada pela participação em manifestações, conseqüentemente, pela exposição pública das dores do luto da violência. Na análise dos sentimentos morais, A. Smith (1999) estabelece que existem paixões insociáveis e paixões sociáveis. As primeiras, o ódio e o ressentimento, causariam pouca ou nenhuma simpatia e, as segundas, a bondade, a amizade e a compaixão, alguma simpatia. Já a dor está entre as paixões egoístas ou difíceis de serem compartilhadas plenamente:

Dor e alegria, quando concebidas de acordo com a nossa boa ou má fortuna particular, constituem esse terceiro grupo de paixões. (...) Existe, porém, essa diferença entre dor e alegria, pois geralmente estamos mais predispostos a simpatizar com pequenas alegrias e grandes sofrimentos. (SMITH, 1999, p.47).

Por isso, algumas relações de amizade são revistas, uma vez que o sentimento de rejeição permanece. Para A. Smith (1999), cada uma das paixões suscita diferentes graus de simpatia. Sua análise é norteadada pela capacidade que o ser humano possui de se identificar com os sentimentos alheios. Nela, ele defende que “nada nos agrada mais do que observar em outros homens uma solidariedade com todas as emoções de nosso próprio peito; e nada nos choca mais do que a aparência do contrário.” (SMITH, 1999, p.11).

Como vimos ao longo deste trabalho, os familiares estabelecem novas relações com outros familiares. É “o perder alguém violentamente” que estabelece o vínculo de reconhecimento de uma identidade que se constrói por uma “dor ímpar”. Ao longo do tempo, essas relações formam uma rede que se iniciou com a procura de apoio e solidariedade após a violência para superar a dor, buscar justiça e não deixar que o caso de seu familiar seja esquecido publicamente.

Após violência e a publicização das emoções do luto e da dor, a conexão ou os vínculos, como define E. Bott (1976, p.113-123), das redes sociais dos familiares das vítimas se modificam. De acordo com E. Bott (1976), são cinco os fatores que estabelecem as conexões da rede: o econômico, o tipo de vizinhança, a mobilidade física e social e as personalidades dos membros da família.⁶⁹

Sob a forma de mobilizações públicas e de discursos visuais e verbais, a natureza emocional desse vínculo marca uma distinção entre aqueles que experimentaram a violência e o resto da população civil. Para M. Jimeno (2010, p.99), “a linguagem do testemunho pessoal conforma comunidades no sentimento, por mim chamadas de comunidades emocionais, de moralidade, fundadas numa ética do reconhecimento”.

A rede de solidariedade estabelecida por essa “comunidade emocional” permite que cada familiar de vítima elabore uma construção para as dores associadas à violência. Lúcia relata que, na primeira semana, Vanda estava desnortada e aparecia nas reuniões aos prantos, apontando para foto do filho que foi assassinado.

69 Autores recentes estabelecem outros tipos de conexões sob diferentes aspectos sociais e culturais. Destaco as análises feitas por Eduardo Marques em São Paulo (2003) e Rio de Janeiro (2000).

– Nós insistimos. Cada reunião em que ela aparecia uma mãe ia lá, abraçava ela, chorava junto, conversava afastada do grupo, até que teve uma hora que ela começou a falar.

De alguma forma, Vanda marcava sua presença no grupo de familiares apreendendo a viver em um novo mundo, em uma realidade constituída de ações complexas, pautadas pela violência original. Aquilo a faz prosseguir nas relações cotidianas, como sugere V. Das (2000). Outro exemplo desse aprendizado foi o de dona Elena, que também se sentia impossibilitada de falar diretamente sobre o assunto. Durante um ano e meio, ela se reuniu com os familiares, participou dos eventos e recusou entrevistas para mídia e para esta pesquisa. Em uma reunião com terapeutas de experiência somática, dona Elena relatou para o grupo:

– Era só eu e minha neta. Só eu e ela. Quando ela morreu as crianças lá da vizinhança ficaram todas atenciosas comigo, pedindo ‘dá licença’ e ‘por favor’, perguntado tudo o que eu queria. Teve uma pequeninha que chegou e falou: ‘Vovó, você tá triste?’ E eu falei: ‘Estou!’ ‘Por que a Carolina morreu?’ ‘É.’ ‘Não fica triste não porque ela tá ai do seu lado.’ Então, eu acreditei nisso. Outro dia, eu resolvi fazer uma festa para as crianças. Fiz pizza, bolo, cachorro quente, pipoca e chamei todo mundo. Fiz também uma faixa grande com a Amanda (uma mãe que também perdeu um filho) escrita: ‘Eu, dona Elena e Amanda agradecemos a solidariedade das crianças.’ Arrumei o quarto da minha neta porque eu tenho tudo dela ainda: roupa, foto, tudo, tudo. Eu quero guardar as lembranças dela porque eu ainda tenho ela na minha memória e no meu coração. Peguei a última roupa que ela usou e coloquei em cima da cama e chamei as crianças para conhecerem o quarto dela. Elas foram. Entraram, olharam a cama dela, as roupas, os brinquedos e eu gostei de ter feito isso. Foi uma forma de eu agradecer o carinho que eles me deram quando eu tanto precisava.

Dona Elena retribuiu a aceitação e o respeito da vizinhança e das crianças por seu luto. Mostrou as recordações e as lembranças que ficaram nos objetos da neta àqueles que tiveram contato com o seu sofrimento. Tais objetos lhe permitem reativar a lembrança do acontecimento sem mencioná-la diretamente e compartilhar com a comunidade vizinha sua vontade de manter viva a memória da neta. Como sugere E. Jelin (2002), dona Elena construiu um sentido do passado em um relato comunicável através dos objetos. O quarto de sua neta se transformou em um memorial público no dia da festa para as crianças.

A exposição da memória pessoal e familiar e a fala de si, que relata a importância da vida ao lado da neta, delimitam fronteiras temporais entre o presente da apresentação dos objetos e o passado lembrado. Entretanto, essa construção

não trata necessariamente apenas de acontecimentos marcantes, mas de uma carga afetiva de um sentido especial para aquele que rememora.

Para E. Jelin (2002, p.9), esse tipo de construção dos acontecimentos passados possui dois aspectos centrais: “Primero, el pasado cobra sentido en su enlace con el presente en el acto de recordar/olvidar. Segundo, esta interrogación sobre el pasado es un proceso subjetivo; es siempre activo y construido socialmente, en diálogo e interacción.”

O ato de recordar o acontecimento, como feito por dona Elena com a festa e a exibição do quarto da neta, está imbuído de uma busca de sentido entre o passado, quando sua neta estava viva, o presente das lembranças através dos objetos e fotografias e, principalmente, o futuro como uma reelaboração indelével da lembrança. A memória da relação afetiva de dona Elena com sua neta se mantém com a preservação do lugar, do sentido e do valor dos objetos para a neta e, agora, na sua própria vida.

A análise de V. Das (1997) permite perceber que o silêncio de dona Elena constitui-se em uma “transação entre linguagem e corpo”, na qual reside o trabalho do luto e a recriação de seu mundo após a perda trágica. Nesse movimento, com a festa e, posteriormente, seu relato, ela revela seu processo de luto, no qual inclui e reforça a participação daqueles que compartilharam de sua dor e respeitaram seu silêncio.

Entre a recusa em conceder inicialmente uma entrevista e os depoimentos posteriormente concedidos, permeados por silêncios e expressões das emoções, há o desenrolar de negociações bastante complexas. Havia uma forma de controle das expressões das emoções na qual os atos violentos que levaram à morte, tanto os que antecederam e os posteriores à violência eram, e são, assuntos difíceis de abordar. Um exemplo disso aconteceu quando Tânia Lopes, irmã de Tim Lopes, relatou publicamente em uma manifestação a importância da reunião dos familiares. Ela chorou ao contar que só encontraram uma costela do corpo de seu irmão e que os familiares e amigos só velaram e enterraram essa parte do corpo dele.

O relato sobre o que aconteceu com a vida de cada um dos familiares invade “regiões sensíveis” da memória da violência, do sofrimento e, também, das inúmeras situações nas quais os familiares revivem e reconhecem a morte violenta do seu ente. Trata-se aqui de uma negociação dos familiares com seus próprios limites internos, entre o dizível e o indizível, o revelado e o velado, e para os quais eles

procuram encontrar palavras e emoções a fim de expressar a “dor” e de serem compreendidos e aceitos socialmente.

De acordo com o grupo pesquisado, a dor causada pela morte violenta do ente se expressa de duas maneiras e agrupam as emoções, os sentimentos e as sensações físicas. São elas: a “dor da perda”, representada pelos sentimentos e as doenças associadas à ausência do ente querido; e a “dor da impunidade”, representada pelas emoções demonstradas tanto em relação à impunidade quanto à demora do processo jurídico.

4.1 A dor da perda

O termo “dor” é acionado pelos familiares para apresentar nuances das diferentes consequências da perda violenta de um ente. A “dor” inicial de perder alguém se associa às dores de ordem física, como as doenças adquiridas ou psicossomatizadas, e às dores de ordem moral, como os sentimentos e as emoções que modificam as diferentes relações sociais com familiares, amigos e vizinhos.

Ao se apropriar do termo para revelar a relação com a violência, os familiares se referem também, como sugere L. Boltanski (1993), a certa hierarquia das formas de solidariedade que é orientada pela distância ou pela proximidade. “Os argumentos a favor de uma hierarquização segundo a distância de obrigações morais de assistência podem facilmente ser usados para reduzir a obrigação à solidariedade comunitária.”⁷⁰ (Boltanski, 1993, p.33 – tradução livre). Nesse sentido, a sociedade se mantém distante enquanto os familiares de vítimas mais antigos se aproximam e compartilham a experiência dessa “dor ímpar”.

Entretanto, um dos coordenadores dos movimentos adverte que existe um campo de possibilidades para que se crie essa rede de apoio às famílias de novas vítimas. A relação de sofrimento com a morte de um ente depende da escolha de cada um sobre a maneira de lidar com a dor de perder alguém violentamente:

– Existem muitas situações diferentes hoje. Tem gente, por exemplo, que nunca mais quer ouvir falar, nunca mais quer dar uma declaração ou quer

70 No original: "Les arguments en faveur d'une hiérarchisation selon la distance des obligations morales d'assistance, peuvent être facilement utilisés pour réduire l'obligation à la solidarité communautaire."

aparecer. Eu acho que a pessoa acha que vai esquecer o filho. É o que eu imagino. Acha que isso vai ajudar e que vai conseguir. É para não doer tanto. E eu penso exatamente o contrário. (Daniel)

Já Flávia e Ana, mães de vítimas da violência, participam das manifestações e, eventualmente, relatam suas experiências a pesquisadores, jornalistas e cineastas. Contaram elas que:

– É uma dor absurda. É uma coisa, uma foice que te corta ao meio e fica remexendo em todo o seu corpo. E dói, dói muito, muito mesmo... Com o tempo, você aprende a lidar, mas continua doendo. (Flávia)

– É como se eu perdesse um dedo, toda vez que olho para mim, toda vez que me vejo ou faço alguma coisa. Falta um pedaço. Um pedaço do meu corpo, um pedaço de mim. É uma dor louca, invasiva, dolorosa. (Ana)

O trabalho do tempo, relatado por Flávia, se baseia no jargão popular que diz que “o tempo cura tudo” ou, ainda, que “a dor com o tempo passa”. Consiste em um dos argumentos fundamentais nas conversas de apoio entre os familiares. O tempo cronológico é uma categoria que opera na diminuição da exposição do sofrimento da dor de perder alguém. De acordo com V. Das (1999, p. 37):

O tempo não é algo meramente representado, mas um agente que ‘trabalha’ nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas, no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas.

Entretanto, vale retomar o relato de Carlos sobre a definição dos familiares de vítimas de violência quanto ao pertencimento da realidade “da dor”. Além da afirmação de que a violência cria uma “mancha” da qual os familiares jamais conseguem se desconectar, um segundo questionamento é o de que a violência física cometida diretamente sobre o corpo de alguém atinge a vida e a rotina das pessoas mais próximas dele. Carlos cita, como exemplo, o caso de Luciana de Novaes, 28 anos, vítima de uma bala perdida que a deixou tetraplégica em 2003. Luciana, vítima de lesões não-fatais, precisa de atenção em tempo integral. Seus pais relatam a rotina de cuidados que exigem uma dedicação completa, desde a higiene e a alimentação até o acompanhamento de suas consultas com médicos e fisioterapeutas. Ou seja, a dor da violência sofrida é (re)vivida cotidianamente.

Os casos de homicídio também exigem enorme investimento material e disponibilidade de tempo dos familiares e amigos da vítima. A “dor da perda” violenta

de um ente interfere em vários aspectos da vida dos familiares. Essa dor, que se inicia com a morte do ente querido, é (re)alimentada na via-crúcis que caracteriza a busca por justiça, que por sua vez se desdobra na expectativa de uma superação parcial da perda. Apesar de não existirem estatísticas sobre a prevalência da Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT) ou do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), Soares *et al.* (2006) assinalam que muitas pessoas que perderam parentes e amigos por mortes violentas desenvolvem a Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT). Os autores as definem como “vítimas ocultas” e analisam os registros de homicídios na tentativa de estimar o número de pessoas que sofrem com a DEPT.

Na cidade do Rio de Janeiro, 103.203 pessoas tiveram mortes violentas de 1979 a 2001, inclusive. Levando em conta a subenumeração, as mortes provavelmente ultrapassaram 110 mil. Elas deixaram marcas profundas em 300 mil a 600 mil familiares e amigos, e marcas significativas numa quantidade equivalente de outras pessoas. (SOARES, 2006, p. 26).

Grande parte do grupo de 690 entrevistados por Soares *et al.* (2006) reside em áreas de alto risco de violência, é predominantemente negra (56% das mulheres e 53% dos homens), possui o ensino fundamental incompleto (50% das mulheres e 39% dos homens) e tem renda entre um e dois salários mínimos (35% das mulheres e 27% dos homens). Os familiares que entrevistei frequentemente associam o surgimento de alguns de seus problemas físicos e psicológicos à vivência da dor produzida pelo homicídio de seu ente. Esses problemas se assemelham aos encontrados na pesquisa realizada por Soares *et al.* (2006).

A dificuldade de dormir e os de pesadelos são as primeiras reações encontradas por eles e também relatadas pelas pessoas que entrevistei. Após o assassinato de seu filho, Vera relata os problemas de sono. Já Fátima, que perdeu sua filha há mais de dez anos, compara a dor dos primeiros dias com a atual:

– Sempre acordava no meio da noite achando que meu filho ia voltar e que tudo era um pesadelo. (Vera)

– No começo doía muito, hoje ainda dói, mas é mais suportável. Ainda acordo no meio da noite... (Fátima)

Outros sintomas da DEPT apresentados por Soares *et al.* (2006) são os problemas cardíacos, também relatados em diferentes momentos da pesquisa, como quando Rosangela disse:

– Nunca tive problema no coração e agora tenho palpitações e tive que ir ao médico.

Em uma conversa por telefone, Rita contou que perdeu a irmã de 46 anos e a mãe de 74 anos de infarto.

– Depois que minha irmã morreu, minha mãe não aguentou. Ficou muito para baixo. Ela já tinha perdido o filho e agora, do nada, a filha. Sabe, esses assassinos não mataram só o meu irmão não, mataram foi minha família inteira...

Outro caso relacionado a problema cardíaco é relatado por Elaine, ao contar as consequências imediatas sofridas por ela e pelo marido, depois do assassinato do filho há dois anos:

– Meu marido não voltou para o trabalho até o dia de hoje. Logo depois que o meu menino se foi, ele teve um infarto. Então, ficávamos mais no hospital do que em casa e eu já cansei de ir ao médico porque estava com uma dor que não conseguia fazer nada. Chegava lá e fazia exame: chapa, tirava sangue e não era nada... É tristeza, é dor. Eu é que sei o que é.

Há semelhança nos relatos da dor da perda violenta. Ao mesmo tempo, cada um busca individualizar a vivência daquilo que sente em face à ausência do seu ente e à luta com o processo na Justiça:

– Só a gente conhece a dor da gente. Só se pensa em bobagem. É muito difícil ficar sozinho. Ainda mais quando é muito recente. É uma coisa doida, desenvolve um monte de coisa louca, doença e tudo. Doenças somáticas, psicológicas e tudo. Você fica pirado. É complicado perder filho... Filho único ou não, é sempre complicado. (Daniel)

– O caso do meu irmão, pra gente, é único e para cada família com o seu ente querido, com a sua dor, com sua coisa. E eu sei que tem muita gente... (Bernadete, irmã de uma vítima)

– Outro dia, eu estava conversando com o camarada que perdeu o filho que disse: 'Graças a Deus que seus filhos estão vivos.' Mas a minha dor é outra. A minha dor é do meu filho não conseguir mais dormir sozinho. Do meu filho acordar várias vezes por noite com pesadelo. Tem a dor da minha mulher maluca. Quando essa juíza deu a decisão falando que os caras não atiraram para matar, ela quebrou a casa toda... Você imagina... Então, essa é a minha dor... Ver o meu filho, que era um bom aluno, só tirar nota abaixo

de cinco, mas isso eu acho que se recupera... Eu sei que é demorado e doloroso... (Carlos)

Essas doenças, dores ou mal-estar, para os terapeutas que acompanharam o grupo de familiares de Realengo⁷¹, são percebidas como uma retenção orgânica ou um congelamento de uma parte de um organismo que não conseguiu lutar ou fugir de uma situação de estresse. A impossibilidade de reação ou de introspecção dessa reação causa modos específicos de travamento ou bloqueio biológico. Essa capacidade para defender e preservar a vida em situações de perigo fica retida e se manifesta como uma disfunção. No processo terapêutico voltado para a experiência somática, faz-se um trabalho para que esse bloqueio seja liberado e o organismo restabeleça seu próprio padrão de normalidade.

Outra questão que ocorre entre os familiares de vítimas é a interferência da dor nas relações de trabalho e nas demais relações familiares. A coordenadora da Associação dos Amigos e Familiares dos Anjos de Realengo relata que, no começo, quase todos os pais e mães não conseguiam voltar para o trabalho.

– Muitos ficam desempregados e a vida se enrola financeiramente. Eles ficam loucos para resolverem as coisas na Justiça, mas você sabe como é... É uma história que começa a ficar doida, né? Eu tinha uma mãezinha que já tinha um problema financeiro antes e tudo piorou depois que perdeu a filha porque ela não teve vontade de fazer mais nada, não conseguia... Queria ela poder fazer, mas ela não conseguiu retomar a vida. E aí ela começa a confessar que já estava faltando tudo dentro de casa, que estava sem luz, sem água, que está sendo cortado isso, cortado aquilo. Morava de aluguel e estava para ser despejada. O desespero começa a tomar conta, né?! Além da dor, eles dizem: 'Não consigo voltar a trabalhar, não consigo mais nada.' Ficam com a saúde abalada e aí vem os problemas... Enfim, é muito complicado. (Paula).

Continuar no mesmo ambiente de trabalho após a perda violenta de um ente é uma das dificuldades relatadas por outros familiares:

71 Participei de cinco encontros entre o grupo de terapeutas e os familiares de Realengo. O líder do grupo, Alê Duarte, chegava acompanhado de cerca de dez a quinze terapeutas formados ou em formação de Experiência Somática. O procedimento, coordenado por ele, consistia em uma dinâmica em roda com terapeutas e familiares, onde os familiares colocavam oralmente suas questões. Depois fazia-se uma dinâmica corporal guiada por um terapeuta, que abria para os atendimentos individuais. Esse atendimento individual era feito por dois ou mais terapeutas. Ao final de todos os atendimentos, Alê Duarte formava novamente a roda com todos e fazia as dinâmicas oral e corporal. A participação nesses encontros me possibilitou ouvir relatos de familiares que não foram entrevistados e compreender o processo que é analisado neste capítulo. Os sites <http://www.traumatemcura.com.br> ou <http://www.aleduarte.com/> possuem explicações e vídeos sobre o trabalho de Alê Duarte.

– A minha família sempre foi muito presente, mas tem muita gente que eu vejo de outras famílias que diz: isso não vai dar em nada. É besteira. Tem que seguir a vida. É melhor fazer a cabeça dele para voltar a trabalhar, mas às vezes não é isso. Que o trabalho é importante é lógico, mas é o que a pessoa menos pensa. O seu nível de vida, se você não tiver uma condição legal, ele vai cair porque você não vai ser a mesma pessoa no trabalho. Você vai ser desinteressado. Você não vai ter a mesma atenção. Se você tem um trabalho que você tem que manter uma atividade ali de atenção, com certeza absoluta a sua produtividade vai para o espaço. Eu como médico, poxa. As pessoas ficavam dentro do meu consultório querendo saber de mim. Eu falei: ‘Não, está tudo errado’. Está tudo errado. Estou cobrando 100 reais para no final da consulta a pessoa falar: ‘O senhor está bem? E agora como é que o senhor está se sentindo? Já passou algum tempo. Com o tempo melhora?’ Aí eu falei: ‘Não, eu não posso.’ Aquilo me fazia mal. (Daniel)

– A gente está mal, está doente... Eu não consigo voltar a trabalhar. A minha mulher acha que eu estou trabalhando. Eu tenho que mentir para ela. Falo que estou indo ao escritório, mas hoje mesmo eu fui e a perícia médica me disse ‘não apto’. Estou maluco, cara. Teve um lance depois que voltei da primeira licença que eu quase matei um colega de trabalho de porrada. Eu só não matei ele de porrada porque eu me segurei. Mas eu chamei ele para bater nele lá fora porque ele fez uma piadinha sobre o que aconteceu. Aí, eu falei: ‘Olha só, uma coisa é você me desrespeitar como diretor, aí é tudo aqui na base da canetada. Se você quiser, eu dou-lhe uma canetada e ponto final. Outra coisa é você me desrespeitar como homem e como pai, entendeu? E como você me desrespeitou dessa maneira, eu vou lhe enfiar a porrada. Vamos lá para fora agora.’ E eu não posso fazer isso. Corro o risco de ficar desempregado. Não posso... (Carlos)

Os momentos de lazer e as relações com os outros membros da família são negligenciados porque um deles não está mais lá para compartilhar do convívio familiar.

– Nós não tínhamos o dinheiro, mas tínhamos nossa família. E o pouco que a gente tinha era porque o meu marido corria atrás. A gente tinha o pouco, mas com o muito que era o seio da família ali unido. Era um final de semana numa piscina dentro de casa. Era no shopping para almoçar. E quando não dava para almoçar num self-service a gente ia num prato feito que é PF mesmo e dali a gente dava o nosso jeito, mas ficava ali. Mãe, pai e eles juntos, entendeu? Hoje em dia você não vê mais nada disso porque o dinheiro está afastando cada vez mais a família. Está afastando cada vez mais os filhos dos pais e assim vai. E, aí, estão aprendendo o quê? Só o que o mundo tem a oferecer. E o que o mundo tem a oferecer não é nada de bom. Eu duvido que você veja um filho de rico pedir bênção ao pai. Bença pai, bença mãe, bença avó. Eu até hoje com 37 anos peço a bênção a minha madrinha, a minha tia. Se minha tia me ligar cinco vezes durante o dia, eu digo: “Bença, tia”. A minha filha me pede a bênção, o Miguel me pedia a bênção. E hoje em dia você não vê isso na classe social alta. Você não vê esse tipo de coisa. Não existe esse tipo de educação dos pais para os filhos. Porque isso é uma educação que se dá. É sim senhora, é sim senhor. É você levantar para dar lugar a uma pessoa mais idosa. É você abaixar a cabeça quando uma pessoa está falando, chamando a sua atenção, por mais que você tenha vontade de chegar e falar. Você não vê isso, infelizmente. Os nossos filhos tinham, mas o que é que aconteceu com os nossos filhos?! O que é que aconteceu com a nossa família? (Ana)

Se, ao longo dos anos, alguns familiares conseguem reconstruir algumas rotinas e atividades sociais necessárias a sua sobrevivência, como o trabalho e a família, outros não consideram que o tempo seja uma solução para minimizar a “dor da perda” violenta de um familiar. Nem mesmo terapias, fé religiosa etc. são meios capazes de estancar a dor, como as de Fátima e Vera:

– Já fui para psicólogo, autoajuda, igreja, tudo... Mas ainda tem dias que não estou bem, que lembro e choro... (Fátima)

– Isso que a gente vive não tem cura. Não adianta achar que vai melhorar porque não vai! Até hoje choro. Tenho saudade, mas aprendi a conviver com isso... (Vera)

Esta visão é também compartilhada por Regiane, tia de um adolescente assassinado, ao comparar sua dor com a de sua irmã e mãe do adolescente:

– E é aquela coisa também, eu acho que está muito recente para quem é mãe. A dor, né? A dor só com o tempo que vai cicatrizar... Não vai cicatrizar, vai amenizar.

Outras mães também relatam:

– Sabe, é muito difícil perder um filho... É uma dor que você não tem ideia. É uma luta danada para botar no mundo, criar, trocar fralda, ensinar... e aí vem alguém e tira isso de você assim, sem mais nem menos. Não dá para superar isso não... (Fátima)

– Já peguei meu filho me falando: ‘Que saudade da minha mãe.’ Praticamente, que saudade da minha vida. Sente falta de uma mãe que talvez ele não vai ter nunca mais. [faz uma pausa para conter as lágrimas] É porque você não tem mais... Nem que você queira você não consegue voltar ao que você era antes, entendeu? (Lúcia era mãe de um casal, mas a filha foi assassinada)

– Eu vou ser mãe do Matheus e sou mãe da Tatiana, da Cristiana e da Renata. Só que a Tatiana não está mais aqui. Isso é uma dor que não tem tamanho. Nada consegue substituir. Penso nela sempre e queria que ela estivesse aqui comigo também. (Amanda)

A condição de mãe de vítimas da violência do Rio de Janeiro, segundo A. Vianna e J. Farias (2011, p. 80), transforma-se em um elemento de autoridade moral em diferentes contextos. Para as autoras, são “trânsitos relevantes em cenários contemporâneos: entre dor pessoal e causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto”. Os relatos redimensionam a intensidade

da dor, sendo a maior a dor da mãe, que gerou e colocou no mundo a criança; a seguir vem a dor do pai, depois a dos irmãos, tios e avós. Entretanto, em alguns casos, a figura da mãe não surge no vínculo biológico, mas de vínculos estabelecidos pela responsabilidade que o familiar teve de educar e cuidar da vítima.

Esses relatos sobre a dor divulgados publicamente para jornalistas e pesquisadores diferem da dor vivenciada por esses familiares em momentos de solidão. As semelhanças entre estes relatos e os da pesquisa de Soares *et al.* (2006) mostram a construção cultural e social de um aprendizado de como lidar individualmente com a morte violenta de um ente querido.

O discurso mobilizado pelos familiares para expressar a sua “dor da perda”, ou a dor que só “quem sente na pele” sabe o que é, também refaz essa autoridade moral e, ao mesmo tempo, os vínculos estabelecidos dentro da “comunidade emocional” dos familiares de vítimas. Entretanto, o sofrimento relatado publicamente converte os sofrimentos individual e familiar em causa coletiva. Nela a expressão do sofrimento é também um elemento de contágio, no qual o argumento de uma luta a favor da justiça inclui famílias que podem futuramente sofrer com a continuidade da violência no Rio de Janeiro.

A “dor da perda” presente nos discursos e observada em diferentes momentos do trabalho de campo rememora a violência e, por conseguinte, todo o sofrimento advindo desse momento. Essa memória individual se inscreve, como propõe P. Ricoeur (2007), em “uma impressão, no sentido de afecção, deixada em nós por um acontecimento marcante.” (RICOEUR, 2007, p. 425). Uma memória, não no sentido da lembrança do passado, mas como um registro vivo que se revela, intensamente na vida das pessoas, como nos seguintes momentos da observação participante.⁷² Vejamos:

- No local do acontecimento:

Após um ano do assassinato de Júlio César, ao invés de programar uma manifestação no Centro do Rio,⁷³ Joelma convocou familiares de vítimas e

72 Todos os nomes são verdadeiros.

73 A maioria das passeatas e homenagens às vítimas ocorre no Centro do Rio ou na praia de Copacabana, pois, segundo os coordenadores, o Centro é uma região onde circulam muitas pessoas. É polo comercial e cultural da cidade, é de fácil acesso à grande maioria dos familiares e também aos jornais e telejornais que costumam publicar as notícias de violência. Já a “praia de Copacabana é um dos cartões-postais da Cidade Maravilhosa e realizar uma manifestação nesse local é uma forma de

interessados para participar de uma passeata que saiu do local do crime em Cordovil, em uma praça na Cidade Alta, e que circularia pela vizinhança e na comunidade do Pica-Pau, onde Caíque da Mata dos Santos, de 5 anos, também fora assassinado.

Ao convocar para o local do crime, ela insere na manifestação uma série de outros elementos sobre a memória da morte de Júlio Cesar, além da marca do tempo cíclico de um ano. O banco da praça em que Júlio César tentou se proteger do tiroteio iniciado por policiais fica no muro da Escola Municipal Raul Pederneiras. A saída da escola dá para a praça, que possui brinquedos infantis e uma quadra poliesportiva. Os muros da escola e das casas vizinhas, as grades da quadra e alguns brinquedos possuíam tanto as marcas de uso das crianças quanto dos buracos causados pelos tiros de diferentes violências da região. Uma delas aconteceu na tarde de sábado, em que a vida de Júlio Cesar foi interrompida.

O cenário da passeata e da reunião de vizinhos e familiares de Júlio evocam lembranças pessoais. Para pesquisadores e ativistas, é um convite a conhecer o espaço do crime. Assim, ao vestir a camisa com uma foto de Júlio estampada no peito e caminhar lado a lado, os familiares de Júlio Cesar acionam a memória individual do acontecimento:

– Foi ali! [aponta] Naquele banco ali que Júlio se escondeu. Eu estava aqui junto com ele. Ele ia trabalhar e, aí,, os policiais subiram atirando. Todo mundo saiu correndo, mas acertaram meu primo. Ele se jogou debaixo do banco, mas não adiantou. Pegaram ele, colocaram no Caveirão e disseram e disseram... [ela estava com a mão direita esfregando o peito do lado do coração].

A fala é entrecortada por olhares e silêncios difíceis de serem descritos. O dedo aponta para os locais. O olhar acompanha tudo com suspensões – é como se voltassem para dentro e revisitassem mais uma vez a cena do crime guardada na memória. A prima de Júlio chora. O corpo e o rosto fazem gestos. A violência se reinscreve nas expressões das emoções, na fala, nos movimentos tensionados pela lembrança da experiência da morte violenta de um ente querido.

- No ato de ver as imagens (fotos e vídeos):

Uma semana depois da missa de um ano pelo assassinato de doze crianças e adolescentes da Escola Tasso da Silveira em Realengo, Adriana reuniu os familiares para um lanche, como eventualmente costumava fazer. Ao se reunir em torno da mesa da casa de Adriana, cada familiar leva não só algo para comer ou beber a fim de compartilhar com os outros, mas também o relato de como vive a perda violenta do ente e as necessidades individuais que Adriana, coordenadora da associação, pode resolver (como atendimento psicológico e médico, além de transporte para levar adultos e crianças para tratamento no Centro do Rio).

Nesse dia, além de levar refrigerante como minha contribuição ao lanche, levei algumas fotografias da missa de um ano de morte das crianças retiradas de sites dos jornais. Adriana pede para ver as fotos enquanto eu as copio do *pendrive* para o *laptop* dela. Ela chama os familiares presentes no lanche e comenta:

- Onde você encontrou isso?
- Nossa, Kátia está muito bonita a foto, mas é muito triste.
- Vê isso Kátia, poxa, isso não pode. Ela está rindo em cima do altar. Nossa que falta de respeito.
- Olha como os balões ficaram bonitos.

No vídeo, montado pelo telejornal, aparecem imagens de arquivo do dia do crime – a multidão do lado de fora da escola à espera de notícias e a imagem do atirador Wellington, caminhando no corredor da escola com uma arma na mão. Ao ver isso, Kátia levantou bruscamente e disse:

- Pelo amor de Deus, tira isso daí porque não aguento.

Outra mãe a aconselhou a ir para a cozinha. Um pai teve um ataque de raiva, ficou vermelho, gesticulou os braços como se fosse bater em alguém e começou a gritar:

- Como é que ninguém viu esse marginal. Olha o tamanho desse monstro. Olha como ele estava vestido. Não é possível! Não é possível!

Outro pai se levantou para acalmá-lo. Todos começaram a ficar muito agitados. Vi que alguém chutara uma cadeira, que bateu na parede. Uma tia ficou apertando a almofada. Alguém sugeriu que o computador fosse imediatamente desligado. As pessoas se levantaram, saíram dos seus lugares e foram para

cozinha, para varanda, amparando-se umas nas outras. Comentaram que as cenas eram muito pesadas. As imagens da tragédia suscitaram as emoções do dia em que seus entes morreram. Desliguei o computador e fui até a cozinha, onde estava a maioria. Alguns minutos depois – que pareceram horas – os ânimos se acalmaram.

- No momento em que um agente do estado narra a violência:⁷⁴

O promotor afirmou:

– Não é preciso ser médico e nem estudar medicina para saber que o menino não estava vivo. Ele estava caído no chão. Tomou um tiro no coração. E vocês sabem em quanto tempo uma pessoa morre depois de um tiro no coração?

Márcia, a mãe, abaixou a cabeça, segurou o braço da pessoa que estava ao lado e chorou até soluçar. A coordenadora do movimento que acompanhava o caso imediatamente lhe disse:

– Não fica aqui não. Vamos lá para fora.

Márcia se levantou e saiu amparada. Continuou o promotor:

– A bala atravessou o coração de Hanry. Ele não demorou minutos para morrer, talvez alguns segundos. Não é preciso ser médico para saber que Hanry foi carregado morto para o hospital. A lei diz que o policial não pode remover uma pessoa morta para não alterar o local do crime, mas isso foi feito. O policial diz que encontrou uma trouxinha de maconha com Hanry, que chegou morto no hospital.

Ao ouvir o promotor, Márcia reviveu a dor de ver seu filho morto com um tiro no coração.

* * *

Os momentos em que os discursos, as imagens e os lugares levam os familiares a reviver a violência afloram também as emoções e as dores das perdas. Eles são, o que propõe C. Peixoto (2011, 2001), imagens que “produzem este efeito de ativar a

74 O julgamento de Hanry Silva Gomes de Siqueira, realizado no dia 20 de março de 2012, foi incorporado à pesquisa porque nenhum dos casos estudados foi julgado durante a pesquisa. Hanry morreu aos 16 anos, no dia 21 de novembro de 2002.

memória, nos dando a sensação confusa de (re)viver situações que foram registradas ao longo da vida.” (2001, p.173). Essa memória de imagens, sons e sentidos é fixada sobre tudo aquilo que envolve a violência. Os discursos visuais e orais sobre pessoas envolvidas, tipo de ferimento, locais do crime, assim como sobre o conhecimento da notícia da morte do ente reavivam, nos familiares, o exato instante da violência original.

Essas emoções reavivadas são semelhantes às analisadas por L. Boltanski (1990, p.248-252) sobre um momento de disputa na Justiça. A institucionalização das relações, as definições do momento e do lugar de reencontro, como em um julgamento meses ou um ano depois, deveriam evitar e controlar os acessos de raiva, mas perdem para o domínio das emoções. Nesses encontros de rememoração ou de contato com a memória da violência, as emoções da experiência nunca estão completamente descartadas. Mesmo que se requeira algum controle como diante de advogados, público e magistrados, a emoção está presente no tom de voz, na dureza das observações e, ainda, nos momentos em que os participantes são obrigados a silenciar.

Dessa forma, é impossível aquietar as emoções advindas do sofrimento e da memória, mesmo saindo do julgamento como Márcia o fez, ou desligando o computador que mostrava imagens das crianças de Realengo. Ver, ouvir ou falar das minúcias da violência não é vivido pelos familiares como algo que passou. Reações de tristeza, raiva, ódio e agressão são novamente suscitadas não como se fossem uma representação, mas como a violência em si. Como sugere P. Ricoeur (2007, p. 434), “nenhum deles exprime ausência, muito menos anterioridade”.

A experiência do sofrimento da perda de um ente, mesmo quando quantificada ou comparada, está em discursos e comportamentos que são reconhecidos socialmente. Para D. Le Breton (1995), existem formas ritualizadas de exposição da dor e do sofrimento que são constituídas socialmente e atendem a expectativas tanto individuais quanto do grupo. Tal ritualização registra a manutenção de uma memória da violência sofrida, legitima o sofrimento e as demandas desses familiares e, por conseguinte, da sociedade, por algum tipo de reparação.

Assim, o uso do termo “dor” para descrever as consequências da perda violenta de um ente é uma tentativa de traduzir o indizível. Nem mesmo sentimentos

e emoções encontram possibilidades para expressá-lo. Recorre-se à noção de dor com o intuito de compartilhar um sentido para a experiência.

O significado coletivo atribuído à dor e os eventos ritualizados que a dizem aos outros são respostas simbólicas pelas quais o homem continua a tomar seu destino em mãos, contendo seu mal arbitrariamente. A margem de penetração possível no continente da dor é assim sugerida e um certo controle é permitido a cada ator. O homem encontra sua capacidade pessoal de resistência inicialmente naquilo que ele sabe pelo outro: é a medida do seu grupo de pertencimento social.⁷⁵(LE BRETON, 1995, p. 108 – tradução livre).

Nesse sentido, o pertencimento ao grupo de familiares de vítimas elabora uma percepção na qual a dor e a expressão das emoções relativas à perda violenta constituem sua característica fundamental. Uma vez participando dos encontros, o familiar de uma vítima aprende como passar pelo processo inicial, já que está inserido em um grupo que “sabe” vivenciar e superar a dor. Dessa forma, nos encontros entre os familiares antigos e novos, há trocas de experiências e expectativa de uma superação da “dor da perda”. Essa superação depende das atitudes públicas dos líderes de movimentos, bem como de familiares de vítimas mais antigos, como relata Daniel:

– Uma vez, em um programa de televisão ao vivo, a apresentadora fez uma pergunta. Eu não lembro o que é que foi e aquilo me tocou muito. Aí eu comecei a ficar muito emocionado e comecei a limpar as lágrimas. No intervalo, a Ângela, minha esposa, me chamou e disse: ‘Putá que pariu!’ Assim mesmo. ‘Porra, Daniel, a gente não pode passar isso! Os familiares estão todos assistindo a gente.’ E é uma verdade. É uma loucura, mas é uma verdade. ‘Se você fraquejar, olha só, o que as pessoas vão pensar? Vão continuar mal para o resto da vida.’ Ela é foda. A Ângela é foda. Me desculpa o palavrão. Aí eu falei: ‘Eu juro que não dá. Você viu a pergunta que ela me fez? E ela: ‘Só segura a onda e tal.’ A apresentadora me perguntou um negócio que sei lá, tipo assim, quando você sente saudade, alguma coisa assim que eu não me lembro...Só sei que eu não aguentei. Então, essa coisa da gente, quer dizer, das pessoas verem outras pessoas em pé pouco tempo depois. Verem prosseguir. Verem tomar uma direção. Tomar uma atitude. Isso é muito bom para quem está começando, para quem está lá trás. Então, isso é uma coisa que eu aprendi. E hoje é muito comum, é muito comum mesmo a pessoa ouvir: ‘Ah, procura Daniel para conversar.’

75 No original: "La signification collective assignée à la douleur, et les manifestations ritualisées qui la disent aux autres, sont des parades symboliques à travers lesquelles l'homme continue à prendre son destin en main en tenant son mal à merci. La marge de pénétration possible dans le continent de la douleur est ainsi suggéré et un certain contrôle laissé à chaque acteur. Sa capacité personnelle de résistance, l'homme la trouve d'abord dans ce qu'il sait de celle des autres : elle est à la mesure de son groupe social d'appartenance."

O relato de Daniel aponta para diferentes questões da superação do sofrimento e de como este é demonstrado publicamente, em um programa de televisão. A violência como causa da morte de um ente autoriza que seus familiares exponham publicamente as emoções e o sofrimento do luto, que tem a lágrima como dispositivo central. Para L. Boltanski (1993, p.137), o choro constitui-se em uma manifestação involuntária pela qual esse íntimo se revela para o exterior, estabelecendo uma comunicação.

A reprovação do choro de Daniel mostra que os familiares que passaram há mais tempo pela experiência da morte violenta de um ente devem conter publicamente suas emoções como demonstração de superação e força para os novos familiares de vítimas. Tal demonstração demarca uma hierarquia entre aqueles que controlam e os que ainda não controlam a exposição de seu sofrimento. Constrói-se, assim, uma autoridade moral que atende a expectativas do grupo de familiares e está relacionada à reprovação do luto público nas relações sociais brasileiras atuais. Como aponta M. G. Koury (2003, p.194), é:

Como se o sofrimento pessoal de uma perda poluísse o social e contaminasse os demais com a presença da morte e do sofrimento alheio. O sofrimento causado pela perda e o processo de internalização do morto em um indivíduo, que compõe o trabalho do luto vem tendendo, nostalgicamente no Brasil, para uma vivência unicamente privada, não social de expressão das emoções. O sentimento de fracasso e a expectativa de desilusão dos indivíduos no ritual introspectivo do sofrimento vêm impondo códigos de naturalização e de anonimato à morte. O que evidencia uma fragmentação dos sentimentos coletivos, se expressa pelo receio social de contaminação e através da vergonha de sentir-se enlutado. Efeitos de decepção e engodo. O sofrimento do luto constrangido e envergonhado no interior do sujeito revela-se como nostalgia do ausente. Parece estabelecer como um universo do silêncio e da solidão. Universo configurado em um tempo e em um espaço singular e solidário, perdido na memória individual do enlutado.

Dessa forma, os familiares que passam a frequentar passeatas e manifestações, vinculando-se ao grupo de familiares de vítimas de violência do Rio de Janeiro, reconhecem essa transformação das expressões públicas das emoções. Tal publicização do sofrimento possui regras morais que estabelecem quando e como essas emoções são aceitas socialmente. O pertencimento a esse grupo prevê o aprendizado de como lidar com o sofrimento. Esse aprendizado, que corrobora as regras sociais externas ao grupo, demarca uma temporalidade interna, como sugere M. Halbwachs (2006, p.23 – tradução livre):

Não há um tempo universal e único, pois a sociedade é dividida em uma pluralidade de grupos, cada um com sua própria duração. O que distingue esses tempos coletivos, não é que uns decorram mais rápido que outros. Não podemos mesmo dizer que o tempo decorre, visto que cada consciência coletiva pode se lembrar que a subsistência do tempo parece ser uma condição da memória. Os eventos se sucedem dentro do tempo, mas o próprio tempo é um quadro imóvel. Somente, os tempos são mais ou menos vastos, eles permitem à memória retornar, indo mais ou menos ao longe, dentro disso que foi acordado de se chamar passado.⁷⁶

Para o grupo de familiares de vítimas da violência do Rio de Janeiro, desde o primeiro mês até um ou dois anos depois da morte existe uma aceitação e, até, uma obrigação da exposição pública do sofrimento, senão ele é desacreditado, como relata Flávia:

– Ah, porque eu vi as reportagens da senhora. Muito bonita, mas fulana de tal falou com o coração, falou de verdade. Tipo assim como se eu não, sabe? Porque eu não chorei, não me desesperei, então, eu não falei de coração. Precisava ver os e-mails e as coisas que me colocavam. Diziam que eu não tinha sentimento, que eu não chorava e que eu parecia nem gostar do meu filho, que eu não sei o que. Ela nunca chora. Ela nunca. Primeiro, que eu não conheço e não devo satisfação para ninguém. Não preciso mostrar meu sentimento para ninguém. Eu não estou nem aí. Falem o que quiser, entendeu?

Para o grupo, as emoções lembradas e revividas interferem nos comportamentos do familiar, principalmente quando a violência é recente. Ele chora com facilidade, tem crises de medo, depressão, insônia, entre outros. Como sugere M. Mauss (1980, p.60), “tudo isso é, ao mesmo tempo, social e obrigatório, e, no entanto, violento e natural: afetação e expressão de dor andam juntas.”

Desse tempo recente, os familiares passam para o momento em que conseguem lidar com a memória da violência sem que o sofrimento afete ou interrompa o curso da vida. No entanto, isso não impede a manifestação de tristeza e pesar, que é seguida de lágrimas devido à dor da lembrança de ter perdido um ente violentamente.

76 No original : "Il n'y a pas un temps universel et unique, mais la société se décompose en une multiplicité de groupes, dont chacun a sa durée propre. Ce qui distingue ces temps collectifs, ce n'est pas que les uns s'écoulent plus vite que les autres. On ne peut même pas dire que ces temps s'écoulent, puisque chaque conscience collective peut se souvenir, et que la subsistance du temps paraît bien être une condition de la mémoire. Les événements se succèdent dans le temps, mais le temps lui-même est un cadre immobile. Seulement, les temps sont plus ou moins vastes, ils permettent à la mémoire de remonter plus ou moins loin dans ce qu'on est convenu d'appeler le passé."

Contraditoriamente, o tempo cadenciado pela construção de uma distância da “expressão obrigatória das emoções” sofre interferência nas datas comemorativas relacionadas não apenas à morte e ao nascimento do ente, mas também aos momentos de celebração e renovação dos laços familiares como os dias das mães, pais e Natal. Nessas datas, as emoções e os sentimentos relacionados à perda violenta se manifestam como se “a morte tivesse acontecido ontem”, relatam alguns familiares. Em tais comemorações, os familiares reavivam a memória coletiva da violência, numa atitude política que realimenta tanto o que os faz sofrer quanto aquilo que os faz lutar.

Outro modo em que a “dor da perda” é lembrada e, até, revivida, ocorre quando os familiares de vítimas “recentes” são informados pela mídia de novos acontecimentos de violência. Na sexta-feira, dia 14 de dezembro de 2012, alguns familiares que perderem seus filhos na Chacina de Realengo foram à Escola Tasso da Silveira celebrar o último dia de aula das crianças que sobreviveram ao massacre e concluíram o ensino fundamental. Uma das mães relatou aos demais familiares que vira na televisão as notícias sobre o tiroteio na escola americana de Sandy Hook, em Newtown, no Estado de Connecticut.⁷⁷ Nas palavras delas:

– Foi um alvoroço. Quando soube, senti meu mundo desabar. Veio tudo de novo. Aquela sensação ruim. Um pânico. Muita gente começou a passar mal. Todo mundo chorando. Uma agonia. Foi uma coisa. Eu queria sair correndo de lá, mas o pessoal me segurou. Lembrei de tudo o que aconteceu e ainda estava na Escola para a festa das crianças. Foi horrível. Eu sei bem o que eles estão passando. Só eu sei! (Dona Eliana que perdeu a filha na Chacina de Realengo)

– Eu vi que você tentou falar comigo, mas eu perdi o chão, perdi a voz. Entrei em desespero total. Estava lá na festa comemorando um momento de superação daquelas crianças que viram tudo e que ainda lembram de tudo, quando soube entrei em parafuso, entrei em choque e estou há uma semana rouca. (Lúcia)

Apesar da semelhança dos casos de violência entre a escola primária de Sandy Hook e o acontecimento da Escola Tasso da Silveira reavivar a memória dos familiares de Realengo, não são apenas os casos análogos que fazem com que eles relembrem e sofram. O contato com diferentes situações de violência que resultam

⁷⁷ No dia 14 de dezembro de 2012, Adam Lanza invadiu o colégio e matou 26 pessoas, dentre elas vinte crianças de 6 e 7 anos. As três armas utilizadas no massacre faziam parte da coleção de sua mãe. (GODOY, 2012).

em mortes e, conseqüentemente, em exposição de sangue e sofrimento, também desperta essa lembrança, como contam Sergio e Amanda em uma conversa:

Amanda reclama para Sérgio, marido de Ana, que o marido dela está com problemas:

– Antes de ontem, ficou um saco depois do negócio do Max. Ontem, ficou de ressaca. Hoje está um saco de novo e amanhã, já sei que vou ter ressaca também...

S: – Que negócio é esse de Max?

A: – Dá novela das nove. Ele viu o cara todo ensanguentado na televisão e ficou todo ruim depois. Chorou e tudo.

S: – Ah, mas não pode ficar vendo isso!

A: – Eu sei. Eu avisei a ele que não era para ver. Eu saí da sala.

S: – Poxa, eu adorava ver filme de ação, sabe? Essas coisas de guerra... Hoje em dia não vejo mais nada. Ontem, mesmo as meninas colocaram DVD e chamaram umas coleguinhas e eu saí da sala para não ver...

A: – Eu já falei com ele, mas adianta? Eu não vejo mais nada que eu sei que vai me fazer lembrar essa coisa de violência. Já falei que ele precisa aprender a se respeitar. Eu respeito ele quando ele não está bem, mas hoje está todo mundo aqui... É melhor ficar tranquilo aqui, mas ele não consegue.

O relato de Amanda aponta para uma relação complexa com a violência externa e aquela vivenciada e internalizada. A violência da morte dos filhos de Amanda e Sergio ainda está muito presente na vida das respectivas famílias. Entretanto, os fatores que podem reascender as lembranças e a memória são trabalhados por meio de autoconhecimento a fim de que o sofrimento não retorne.

A “saturação” e a “indiferença” às imagens de violência, que não agridem mais o olhar do espectador da sociedade contemporânea, como sugerido por R. Hikiji (2012, p.113), parece não comparecer aqui. Os detalhes da violência vivida com a morte do ente podem agir sobre a sensibilidade dos familiares para a violência, até então, “despercebida” ou “aceita”.

Dessa forma, as notícias dos novos casos de violência ou o contato posterior com a violência reinstalam os sofrimentos vividos pela violência original, como se o “trabalho do tempo” (DAS, 1999) fosse suprimido.

4.2 A dor da impunidade

A lentidão do processo judiciário é a razão de muitos sofrimentos, que eles denominam de “dor da impunidade”. Essa dor é causada pelo sentimento de

injustiça e de impotência diante da violência e da descrença nas instituições policiais e judiciárias na execução da lei.

Diferentemente da “dor da perda”, marcada a partir do momento da morte violenta, a “dor da impunidade” não tem um momento exato para acontecer. Submerge em meio ao trânsito dos familiares e seus representantes legais nos corredores e na burocracia estatal e à descoberta do longo e penoso caminho a ser percorrido em busca de uma resolução justa.

A pesquisa de G. Soares *et al.*(2006) com “vítimas ocultas do Rio de Janeiro” analisa os momentos imediatamente posteriores à morte e ao contato com hospitais, polícia, Instituto Médico Legal (IML) e toda essa burocracia que envolve a morte violenta. “É uma via-crúcis que pode começar na rua, no hospital, passando por diversas outras instâncias até, finalmente, conseguirem sepultar o morto.” (SOARES, 2006, p.167). Essa via-crúcis pode se estender por vários anos, em idas e vindas às instituições responsáveis pelos inquéritos e processos.

Durante as entrevistas realizadas para esta pesquisa, alguns familiares descreveram o momento dessa peregrinação solitária, que começa em hospitais e delegacia de polícia como relata Luiza:

– Uma testemunha me contou que os policiais viram ele e perguntaram se ele queria ser levado para o hospital? Ele que não tinha mais força acreditou na bondade dos policiais e aceitou que eles o levassem para ser atendido. E depois, eu não sei o que eles fizeram. Colocaram ele no caveirão, rodaram, rodaram. Outra testemunha falou que eles estavam transtornados, pareciam incorporados de tanta droga. Aí o meu irmão pegou o carro e foi lá no hospital mais próximo. Chegou lá no hospital em 20 minutos e o caveirão ainda não tinha chegado. Foi chegar depois de uma hora com as vítimas. Se o meu irmão chegou em vinte é porque é coisa que se leva realmente 20 minutos... Mas eles não. Pararam num bar, beberam, debocharam muito das vítimas. Isso depois de já terem maltratado e atingido com armamento de fogo. E todo mundo desesperado, sem saber notícias. Minha irmã toda hora desmaiava. E eles só chegaram ao hospital uma hora depois. O meu sobrinho já estava sem vida e com o corpo lavado para não acharem marcas de execução...

A situação descrita por Luiza apresenta o procedimento de policiais quando entram nas favelas e comunidades para combater o tráfico de drogas. Na ação, os policiais, como representantes do Estado, agem entre o que aparece na forma de lei (proteger o cidadão e combater à criminalidade) e o que se realiza em práticas extrajudiciais (julgando e condenando à morte). Em estudo sobre a violência policial, A. Vianna e J. Farias (2011, p. 103) apontam que essas ações interferem

“diretamente no processo de consolidação do controle estatal sobre populações, territórios e vidas.”

Essa peregrinação, que se inicia com o descaso da polícia e se estende ao ministério público, fórum, promotoria de Justiça, etc., é relatada por outros entrevistados no acompanhamento da prisão dos culpados:

– A gente não contava para minha mãe porque ela já tinha idade, 74 anos. Sempre ia eu e minha irmã ao ministério e ao fórum. Isso porque o processo ia ser arquivado, mas graças à mídia e à prefeitura não foi. Não ia fazer bem para uma senhora de 74 anos ficar frente a frente com os assassinos do meu irmão, como eu e minha irmã ficamos. Minha mãe não foi ao julgamento e nem sabe que eles foram absolvidos e nem do recurso que a gente ainda está esperando. (Bernadete)

– É uma coisa que parece, tipo: ‘ah, deixa para lá, daqui a uns dias eles estão esquecendo... Já vai fazer um ano, e eles estão esquecendo, a dor já está passando’, mas não é nada disso... Não é nada disso porque a dor da impunidade é pior ainda. Porque quando você não tem visão de nada, você tem visão de que só você está lutando e qual é a realidade das coisas... (Regiane)

– Minha filha está ligando para o promotor para eu poder marcar uma consulta com ele, mas ele até então não atende o telefone por nada. Quando eu tiver mais força e possibilidade, pode deixar que eu vou bater bem na porta dele. Eu estou passando por uma fase muito difícil, pois estou tendo que resolver umas coisas para minha irmã, mas eu vou bater lá na porta dele porque eu tenho deixado o tempo da resposta. Se ele não está me dando a resposta, então está muito lento, então agora é hora de a família se manifestar que no caso, sou eu... (Maria)

Ao contar sua decisão de proteger a mãe do sofrimento de lidar com o processo na Justiça, Bernadete toma para si, apoiada pela irmã, a tarefa árdua e sofrida de encontrar com os assassinos do seu irmão e de lidar emocionalmente com a absolvição deles e com a espera do resultado de um recurso para um novo julgamento. Essa mesma “espera por justiça” também é relatada por Maria e Regiane. Elas assumem o papel de representantes da família junto ao Estado. A Justiça é percebida pelos familiares como morosa e burocrática, mas é através dessa burocracia que se trava uma luta contra a impunidade dos assassinos. Esse contato com o Estado é fonte de estresse e também de diferentes transtornos para os familiares, principalmente, quando os assassinos dos seus entes continuam soltos e exercendo suas atividades normalmente, como relatam Maria e Eduardo:

– Acabei de encontrar com os caras que mataram o meu filho... Tô péssima.
– Jura, Maria, onde?

– Na saída de casa para cá... Já não tinha dormido direito. Já não tava bem. Eu não mereço isso... [começa a chorar muito]
 – Maria, não fica assim, eu sei que é difícil.
 – Eu sei, eu sei... [sua voz diminui]
 – Eles te viram? Fizeram alguma coisa com você?
 [Maria balança a cabeça negativamente]
 – Quer água? Quer alguma coisa, Maria?
 – Não, não tenho vontade de nada.”

– Que presos... Eles estão trabalhando. Estão na polícia civil até hoje. Estou te falando. A impunidade é tão grande, tão grande que não tem mais esse negócio de que se o cara é funcionário público, vai resolver rápido. Não tem mais isso. O que acontece é que eu não me sinto constrangido de ir lá cobrar. Eu bato na porta, eu já fui à corregedoria unificada três vezes para pedir que ande. Eu já fui à corregedoria interna, porque depois vai para corregedoria unificada, onde fica o procedimento para que eles sejam punidos. A punição máxima é que eles sejam expulsos da corporação. Mais nada. O caso está até hoje do mesmo jeito... (Carlos)

As medidas punitivas tomadas pelos agentes do Estado que deveriam pesar sobre os culpados pelos crimes geram uma série de controvérsias entre os familiares. De um lado, há a incompreensão das leis punitivas devido aos “afrouxamentos” e às “brechas” que, por exemplo, diminuem o tempo ou o tipo da pena. A constituição da pena é objeto de análise de P. Ricoeur (1978). Para ele, o conceito de pena vem de uma ligação obrigatória que o crime, como vontade negativa, provoque sua própria negação, que aparece como pena e punição. Dessa forma:

O mito começa quando a consciência moral tenta transportar para a esfera da interioridade uma lógica da pena que só tem sentido jurídico e que repousa na dupla pressuposição da exteriorização da liberdade, numa coisa, e da ligação exterior das vontades, num contrato. Tal é o *rationale* da pena. Mas a contrapartida não é menos rigorosa: toda tentativa para moralizar a pena perde-se nas antinomias da consciência julgante e da consciência julgada. (RICOEUR, 1978, p. 307).

De outro lado, há um certo sentimento de que a punição seja uma extensão do desejo pessoal de vingança. Mesmo que os familiares não tenham escolhido o caminho da vingança ou da “justiça com as próprias mãos”, esse desejo pessoal é de que os culpados sofram exatamente o que eles estão sofrendo, como questiona uma mãe ao sair do fórum:

– E, agora, quem vai me tirar dessa prisão? Quem? Quem vai fazer isso? Ele está livre e eu estou presa, como pode?

P. Ricoeur (1978) afirma que a partir do momento em que se considera o infligir da pena como ação da vontade subjetiva, a primeira vontade do exercício da pena é a vingança. Sua execução não é nada mais do que a contingência da justiça do justiceiro. “No justiceiro, a pena é inicialmente impura. A punição não é mesmo, a princípio, senão uma maneira de perpetuar a violência numa cadeia infinita de crimes. O ‘mal infinito’ volta a entrar em cena e contamina a justiça.” (RICOEUR, 1978, p.304).

Para o autor, existe um paradoxo da pena ou da punição dos culpados, no qual uma racionalidade presumida da consciência comum diz que “o crime merece castigo”. O culpado é o sujeito sob o qual se coloca a “equivalência do crime e do castigo”. O segundo deveria suprimir ou anular a falta do primeiro. Entretanto, a racionalidade dessa equivalência, paradoxal para o senso comum, só pode fazer sentido dentro da lógica do Direito.

A pena pertence a uma constelação de representações, ao lado de expressões tais como tribunal, juízo, condenação, absolvição. Essa constelação, tomada em bloco, constitui um plano de representação onde vêm se projetar relações de uma outra ordem. (RICOEUR, 1978, p.308).

A punição dos culpados, contraponto da impunidade, é uma das respostas implicadas no direito de justiça. Além dela, há ainda o direito de saber como, quando e o que aconteceu e o direito a reparação ou indenização. Esses direitos, que são reivindicados pelos familiares de vítimas do Rio de Janeiro, são comuns aos Direitos Humanos estabelecidos pela ONU para as vítimas de massacres e guerras. Segundo L. Joinet (2003), os Direitos Humanos da ONU se estendem não só aos familiares como também a coletividades, como é o caso, por exemplo, dos judeus na Segunda Guerra Mundial. Para garantir esse direito, tanto os arquivos dos opressores como dos oprimidos são registros contra a impunidade dos crimes de guerra. L. Joinet (2003) ainda chama atenção para uma pré-construção de provas para o momento de ação pela Justiça.

No caso dos familiares de vítimas do Rio de Janeiro, se o Estado permite que os culpados permaneçam impunes dos crimes, essa resposta negativa não é somente dada aos familiares que possuem interesse direto em fazer justiça. Existe todo um conjunto de pessoas que se relacionam não só com a vítima, como com o criminoso, mas que também acompanham o desenrolar dos casos nas páginas dos

jornais e na televisão. Há de se considerar, então, que a impunidade não tem um efeito pontual entre vítimas e criminosos. A possibilidade de cometer um crime e sair ileso coloca em questão os valores sociais atribuídos à criminalidade.

Para os entrevistados, a dor da impunidade está diretamente associada ao dever do familiar de “fazer justiça” contra o crime que matou um ente e atingiu toda a família. Dessa forma, essas pessoas se sentem “presas” aos procedimentos do sistema penal brasileiro, pois, além de perderem seus entes pela falta de segurança pública, elas sofrem as consequências da morte violenta e são submetidas a uma série de constrangimentos e problemas em seu cotidiano. Já os violadores da lei, os culpados, mantêm – mesmo após serem reconhecidos como criminosos – uma posição de superioridade em relação à vítima, como também conta Regiane:

– Com eles soltos e trabalhando, eu fico maluca. Tenho que tomar remédio para dormir. Tenho medo que eles invadam a minha casa. Esses caras sabem onde eu moro, sabem onde eu trabalho, sabem quem são meus sobrinhos, sabem tudo e se quiserem podem matar todo mundo por vingança. Como, me diz, como é que eu posso ficar tranquila?

Ela, como muitos outros familiares, administram a “dor da impunidade”, gerenciando conflitos por meio de intervenções cotidianas, em que precisam proteger e cuidar de si e do resto da família. A violência original em que seu sobrinho morreu penetra em sua rotina tanto sob a forma de resistência e luta ao longo de todas as etapas policiais e judiciais, quanto de defesa/medo de que novas violências possam atingir a família. Além disso, surge também a culpa e a impotência por não ter defendido seu ente do mal da violência, como contam Rita e Sergio:

– Eu até hoje me sinto impotente. É horrível, mas é verdade. Sou apenas mais uma que perdeu o irmão de maneira absurda e, depois, perdi toda a minha família. Minha mãe e minha irmã em consequência de doenças de coração. Esses monstros mataram elas também... Só sobrou eu. Só eu e os filhos da minha irmã. Até hoje eu não consigo falar da morte do meu irmão sem que me de um nó na garganta e suba uma raiva... Por que um rapaz do bem, estudioso foi morrer desse jeito? Por muito tempo eu me perguntei por que meu irmão, meu Deus? Por que, Deus? O que eu fiz de errado? Mas, na verdade, isso era loucura da minha cabeça. Desespero, sabe? Eu cuidei, dei banho, ajudei a levar para escola, fiz tudo certo e ele também. Eu tentei de tudo, fui a tudo quanto é canto enquanto eu tive pernas para encontrar ele ainda com vida, mas não pude fazer nada... Hoje, sei que nem Deus e nem eu tivemos culpa. (Rita)

– Eu me sentia muito culpado, sabe? Por não ter dado todo amor que eu poderia. Não ter abraçado. Eu era pai. E é aquela história. A mãe sempre foi

mais amorosa, deixava tudo e falava: 'ah, para fazer isso você tem que falar com seu pai primeiro.' E aí eu tinha que ser duro. No começo foi muito difícil... Eu que era o durão e defendia ele quando precisava de mim, mas não estava lá na hora. É muita culpa por essa falta de tudo, dessa proteção, e dos abraços e dos beijos que não dei... (Sergio)

Esses sentimentos revistos colocam em questão a culpa sobre a violência sofrida. A culpa pelo fato de saber que não se estava perto do ente para protegê-lo ou salvá-lo do sofrimento e da dor estende o sofrimento individual. Diante da não-culpabilização e punição dos criminosos, há uma conversão perversa do mal sofrido pelos familiares como agentes do próprio mal por uma falta de cuidado.

A culpa dos familiares surge pela consciência de uma suposta responsabilidade, principalmente na relação entre pais e filhos, que vincula a dor individual a uma forma de punição ou de castigo. Isto é, o castigo passa por uma inversão de sentido. A não-punição dos criminosos, ou a demora no processo de punição, na qual aparece a "dor da impunidade", recai na rotina de sofrimento e dor vivida pelos familiares como um castigo.

Nesse sentido, P. Ricoeur (1988) aponta para o complexo jogo da culpabilidade, no qual se avalia a falta por imprudência ou por negligência de uma responsabilidade não premeditada. Essa constitui de fato uma área liminar que é bastante propícia à distinção de quem é o culpado. Essa culpa perversa de si faz com que a punição concilie uma expiação vingativa e uma expiação educacional.

Fechada, a consciência culpada é, primeiramente, a título de consciência isolada, que rompe a comunhão dos pecadores; ora ela se "separa" no próprio ato pelo qual se prende sobre ela, e sobre somente ela todo o peso do mal; fechada, a consciência de culpa é ainda mais secretamente por uma complacência obscura seu mal, pela qual ela se faz carrasca dela própria.⁷⁸ (RICOEUR, 1988, p.297 – tradução livre).

Pode-se sugerir que essa culpa pela responsabilidade familiar do cuidado com o ente não considera a parte da responsabilidade do Estado devido ao caos na segurança pública somado à prevalência da impunidade. Converte-se, assim, esse sofrimento e essa culpa em uma luta contra a impunidade para que violências semelhantes "não voltem a acontecer com outras famílias", como desabafa Lúcia.

78 No original: "Close, la conscience coupable l'est d'abord à titre de conscience isolée qui rompt la communion des pécheurs ; or elle se 'sépare' dans l'acte même par lequel elle prend sur elle, et sur elle seule, tout le poids du mal; close, la conscience coupable l'est plus secrètement encore par une obscure complaisance à son mal, par quoi elle se fait bourreau d'elle-même."

Tal conversão se elabora na relação com o desejo de que o caso do seu ente seja resolvido ou sirva de “lição” ou “aprendizado” social. O acontecimento de violência é des-singularizado para que se estabeleça um princípio de equivalência que relacione a possibilidade da violência a diferentes situações sociais, como sugere L. Boltanski (1990, p.80-82). Esse argumento é condição fundamental para o “engrandecimento” e acionamento de uma transformação social.

As formas de proteção não realizadas, que tiveram como consequência a morte violenta, são apontadas pelos familiares para chamar a atenção dos agentes do Estado a fim de que se faça valer como “ensinamento”. A espetacularização do acontecimento violento, transformado em causa coletiva, surte um efeito pontual na diminuição da violência que, por outro lado, se renova ao longo do tempo em função de novas formas de violências. Essa causa coletiva em prol da proteção e contra a impunidade é impulsionada em nome ou em memória não só do ente, mas em uma configuração social na qual a morte se transformou em símbolo de luta contra a violência.

Nesse sentido, M. S. Porto (2001) – inspirada pelas análises da dádiva de M. Mauss e do contrato social de E. Durkheim – afirma que a impunidade é o avesso da reciprocidade. Ela usa as análises maussiana e durkheiminiana para orientar a compreensão dos vínculos sociais nas sociedades contemporâneas mesmo que essas se distingam radicalmente das que moveram os autores. A reciprocidade, segundo a autora, orienta o agir social informado pela expectativa de que as pessoas de uma mesma sociedade agem em conformidade com leis, normas, costumes, convenções, máximas ou regras orientadoras de conduta. Dentro disso, determinada ação, ou conduta, desencadeia, ou deveria desencadear, em consequência, outras ações e condutas dentro do campo de ações previstas socialmente. Nesse sentido, a impunidade seria uma quebra da cadeia da reciprocidade, o que acontece, de acordo com M. S. Porto, das seguintes formas (2001, p. 338-339):

[...] ao minimizar o valor de uma submissão às normas que se orienta unicamente pela crença de sua validade, ao introduzir seletividade na administração da justiça para determinados infratores e determinadas transgressões; ao expandir a sensação de insegurança, por não deixar antever quando, em que condições e direcionado a quem os mecanismos legais e empíricos de regulamentação social e manutenção da ordem serão acionados, ou quando, uma vez acionados, atuarão com efetividade; quando e por quem serão burlados e quando, pelo contrário, serão postos

em prática com rigor, precisão e eficácia, mas voltados aos indivíduos ou grupos de indivíduos que, discriminados (e, por isso mesmo, tratados como inferiores, marginais, nas escalas de prestígio, hierarquia, honra e outros traços de distinção social) são eleitos como bode expiatório ou, o que não é muito distinto disso, como instrumentos de punição exemplar.

A impunidade, então, gera a descrença na legitimidade e na eficácia das instituições, colocando em questão as leis, os costumes e as práticas sociais. L. Boltanski (1990, p. 219) reflete sobre a questão do intervalo do tempo e a possibilidade de restaurar a dimensão do dom ou da economia das trocas. Para ele, a experiência prática mostra uma dimensão complexa e sofisticada em que o engajamento dos atores na troca se baseia em uma crença, ou em uma ilusão necessária para a eficácia da troca.

A restituição imediata contraria a economia da troca nas instâncias da Justiça, como ocorreu em um dos casos da pesquisa, no qual o primeiro julgamento ocorreu três meses após a violência, mas acabou sendo anulado porque as provas contrariavam os autos. Isto é, os dados do perito eram incompatíveis com os do inquirido. A reciprocidade se insere dentro de uma economia das trocas em que as provas e os argumentos precisam ser construídos em certo espaço de tempo para que a intenção de troca/punição ou absolvição seja aceita como válida.

Entretanto, diante da não-solução dos casos de violência e homicídios, as delegacias e o Sistema Judiciário se tornam “verdadeiras fábricas de papel”, como comentou um policial. Segundo estudo da Associação Brasileira de Criminalística (ABC), o Brasil soluciona, todos os anos, em média, de 5% a 8% dos homicídios. Em 2011, a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) coordenou a retomada de 143 mil inquéritos – de homicídios ou tentativas de homicídio – abertos até o ano de 2007 pela Polícia Civil dos estados, e que estavam amontoados e abandonados em delegacias. O Rio de Janeiro foi o estado com o maior número de inquéritos abertos até 2007, e que ainda estavam sem solução: 43.267, ou seja, 32% do total nacional (SOUZA, 2012).

Já a análise D. Cerqueira (2012, p.231) constatou que, no Estado do Rio, apenas em 2009 foram registrados 5.064 homicídios. Desse número, 3.587 mortes aconteceram sem que se conseguisse esclarecer a intenção e, por conseguinte, instituir o direito de justiça para os familiares. Para ele, “mais chocante ainda é o fato de que em 2.797 óbitos não se sabe sequer o instrumento ou o meio que precipitou o desfecho fatal”.

Ao analisar o número de processos referentes aos crimes de homicídio tombados no Judiciário do Rio de Janeiro entre 2000 e 2007 segundo o veredicto – se resultaram ou não em condenação –, I. Cano (2009, p 13) constatou que 8,2% dos casos foram condenados e 91,8% não tiveram nenhuma condenação. Vale acrescentar que nem todos os casos de homicídio chegam à Justiça. Segundo Cano (2009, p.11), a “impunidade pode resultar de diversas situações: a) o crime não chegou a se tornar inquérito; b) o inquérito não virou denúncia; c) a denúncia não chegou na fase de sentença; d) a sentença resultou na impronúncia ou absolvição de todos os réus”.

Dessa forma, corre-se o risco – se é que já não está bem próximo – de um estado, como alerta M. S. Porto (2001, p.340) de “salve-se quem puder”, permeado pela lógica do “tudo ou nada” e do “ele ou eu” que abre espaço a novos tipos de violência como mecanismo de proteção. O depoimento de uma mãe é bem ilustrativo sobre esse ponto:

– Eu entrei na delegacia e o criminoso estava assinando a confissão de que tinha atirado no meu filho e todo mundo confraternizando, rindo, batendo no chapéu um do outro e nem aí... Eu fiquei louca, fiquei louca... Enlouqueci quando vi aquilo. Saiu todo mundo rindo como se nada tivesse acontecido. Aí eu perguntei para a menina da delegacia:

– Ele não está algemado?

– Não, ele não está algemado.

– Vem cá, ele não é o assassino do meu filho?

– É, mas ele não fica preso aqui. Ele fica preso em batalhão.

– Não está algemado?!

Aí eu sai por trás, entrei no estacionamento e ele estava entrando no carro. Eu soquei tanto aquele carro, eu bati tanto no vidro dele, tanto, tanto... e ele, covarde, fazia assim...[*tampa o rosto*] Ele arrancou com o carro, passou por cima da calçada e eu corri atrás. Quase quebrei a mão. Voltei para a delegacia e cheguei para o delegado e falei:

– Vem cá, o assassino do meu filho não está algemado?

E ele:

– Mas ele não fica preso...

– Delegado, eu não estou te perguntando isso. Eu estou te perguntando por que o assassino do meu filho não está algemado?

– Não, porque...

Eu me irritava tanto que...

Meu marido falou:

– Amor, calma porque tudo é desacato à autoridade.

Eu não queria saber, não queria saber... Eu peguei no braço dele e falei:

– Delegado, eu estou falando com você. Você olha para mim e me responde.

Ele devia estar com vergonha. Estava ali, abaixado... E o que acontece. Na verdade, esses caras, eles não estão acostumados a serem questionados, então, eles acham que eles são deuses, entendeu? Ele falou:

– Aqui, ninguém manda ou tem que dar resposta.

– Você tem sim. Você me deve satisfação sim. Eu quero uma satisfação. Sou eu que pago teu salário. Eu quero tudo, tintim por tintim... Por que você

não foi à vizinhança da rua em que meu filho foi morto e pegou todas as câmeras de segurança? Por quê?

– Não, porque eu nunca fui...

– Eu não quero saber se você frequenta o lugar, delegado. Eu não te perguntei isso: Eu te perguntei por que quando você esteve lá, você não pegou os vídeos?

– Ah, a gente não tem resposta.

Resumindo, foi tudo uma grande armação porque ele na verdade era chefe de segurança daquela área. Como o negócio estava na mão dele...

Além da reação na delegacia, a fala de Lilian aponta para questões fundamentais da teia de relações complexas entre o policiamento público e a segurança privada. Nesse contexto, em que as instituições da ordem parecem falhar, como também analisa T. Caldeira (2000, p.27), a sociedade organiza estratégias cotidianas de proteção e reação que ajudam a legitimar reações privadas ou ilegais – como contratar guardas particulares ou apoiar esquadrões da morte ou justiceiros. No entanto, muitos profissionais da segurança privada são policiais que em momentos de folga ou afastamento da ocupação pública realizam “bicos”⁷⁹, exercendo a mesma função de proteção.

Acrescenta-se a essa questão nodal da segurança pública a relação estabelecida entre os familiares que vivem e revivem a “dor da impunidade” em seu cotidiano e que têm receio de que ocorra algum constrangimento a cada acionamento das instituições. No relato acima, de um lado, Lilian recorre à polícia como uma instituição que pode fazer com que o assassino de seu filho fique preso. De outro, ela desacredita no exercício de poder do delegado por não ter suas expectativas de justiça atendidas, mas, principalmente, por saber da ligação dele com a segurança privada da rua em que seu filho foi assassinado e suspeitar de uma relação corporativa entre o delegado e o policial que atirou. Essa sensação de estar diante de um sistema corrupto faz com que ela entenda a ação do delegado como favorável à impunidade. Em seguida, tenta invertê-la, invocando sua condição de cidadã, à qual o delegado deve responder.

Para ela, o violador, na figura do policial que matou seu filho, representa a política ou o *ethos* de um grupo cujos pré-conceitos estão ligados à percepção de

79 O “bico” ou atividades de segurança privada exercidas paralelamente ao trabalho policial não é algo desconhecido nas corporações policiais, tanto nas polícias militares, como entre os bombeiros militares e as polícias civis no Brasil (MUSUMECI 1998, p. 15).

que o exercício da profissão de policial⁸⁰ é questionável. O policial, depois de matar, entra e sai da delegacia sem ser retido ou algemado, que, na visão dos familiares de vítimas, é uma demonstração da ausência do exercício da lei quando se trata de acusar aqueles que deveriam ser os “guardiões da lei e da ordem pública”. Lilian desconfia que a liberdade de “ir e vir” do policial, somada à crença de uma prevalência da impunidade, seja uma revelação da participação do policial e do delegado na “banda podre” da polícia, formada por policiais corruptos.

Nesta ordem de ideias, como analisa J. R. Lopes (2000, p.80), é comum associar a impunidade à legalidade. Na perspectiva das vozes que lutam contra a impunidade, a lei, no caso, é o que impede a justiça de se realizar. Diante do quadro relatado, a resposta correta, segundo Lilian, seria aquela em que o delegado, como autoridade, deveria agir contra as normas estabelecidas pelo regimento interno da polícia.

Dessa forma, outros familiares, ao considerarem o Código Penal obsoleto, às vezes reivindicam que a autoridade aja contra ou acima da lei. Passam a requerer um poder discricionário, ao defenderem a prisão a qualquer custo. Essas vozes, em consonância, recorrem a um “engrandecimento” da memória de cada caso de violência para operar o desejo de mudança no Código Penal. Essa visão, na qual a lei mantém culpados e assassinos livres e familiares presos à “dor da impunidade”, não coloca em perspectiva as inúmeras nuances e dificuldades culturais e sociais que a legislação atual enfrenta para se fazer constituída e controlada.

Uma questão correlata à da impunidade dos criminosos é a de uma análise estrutural da sociedade brasileira. Nela reflexões do senso comum sobre a injustiça e a desigualdade social percebem que todos, principalmente os criminosos, são de alguma forma vítimas, como relata Ana:

– Uma pessoa veio me dizer que o cara era um pobre coitado, né? E que ele era tão vítima quanto o meu filho... Eu vou te falar. Se ele era tão vítima quanto meu filho o que somos nós? E o que foi Miguel, que não sabia o que estava acontecendo? O que foi ele? E os filhos das demais mães, o que foram eles? Se o cara foi vítima, eles foram o quê? E, ainda, tenho que ouvir isso. Esse absurdo. Então, quem é o culpado por isso tudo? Sabe quem é que paga por isso? Quem paga por isso somos nós, familiares de vítimas! Eu ainda pago por ter perdido meu filho. Tenho que pagar para ouvir besteira. Tenho que pagar porque estou sem saúde e porque não tenho ânimo para viver.

80 A. Silva (2013) analisa os mitos e as questões das representações sociais da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Então, quer dizer, se ele é vítima, eu sou o quê? O que é que eu virei? É complicado, entendeu? Então, assim a responsabilidade do filho de todo mundo aqui não é nossa. É também do Estado... É do assassino e do Estado que deixou que a arma fosse parar na mão dele. Sabe o que é? Sabe o que é que dói? É quando você liga a televisão e vê que nada mudou. Ninguém coloca filho no mundo para morrer, ainda mais dessa forma. Muitos morreram como assassinos, com um tiro, como morre um delinquente, cara...

A questão sobre quem é a vítima e quem é o culpado dentro do relato de Ana aponta para a relação complexa entre pobreza e criminalidade. Há uma crença de que diante do quadro da desigualdade social brasileira, as pessoas que passam por algum tipo de carência socioeconômica correm o risco de se tornarem criminosas. A desigualdade, ou o sofrimento, justificaria e explicaria o crime e, por conseguinte, uma sugestão para que o criminoso seja perdoado. Entretanto, como afirma A. Peralva (2000, p.12), a relação da pobreza com a criminalidade, assim como com o desemprego, a desorganização familiar, as inúmeras crises sociais e urbanas, só levaria a explicar o *nonsense* pelo *nonsense*. “O que é extremamente cômodo para todos os que se identificam à lei e à ordem e, na melhor das hipóteses, sugerem que se combine ação preventiva e ação educativa, tudo isso associado a uma reforma da polícia”. Já I. Cano (2007) assinala que a resposta para a relação sugerida possui implicações nas políticas que pretendem diminuir a violência letal.

Por um lado, os que concordam com uma resposta positiva tendem a apoiar medidas sociais – melhoria da educação, aumento das oportunidades de trabalho ou redução da desigualdade social, etc. – como as principais políticas de redução dos homicídios e da violência. Por outro lado, aqueles que questionam o vínculo entre renda e violência tendem a defender medidas relacionadas ao sistema de justiça criminal, como a melhoria do desempenho da polícia, uma vez que as medidas sociais pretendidas apresentariam um impacto significativo em termos de redução da violência. (CANO, 2007, p.9).

Assim como T. Caldeira (2000) e outros, A. Peralva reforça que o crescimento da criminalidade é inseparável da desorganização que afetou as instituições responsáveis pela ordem pública – o que, paralelamente, gerou os fenômenos de justiça ilegal e segurança privatizada. Para ela:

Os brasileiros produzem conjuntamente a violência de que são vítimas, de duas maneiras: pela fragilidade de sua relação com a lei e por condutas adaptativas que não remetem fundamentalmente em questão à violência, mas que a ela se ajustam, naturalizando-a. (PERALVA, 2000, p.180).

Dessa forma, as lutas individuais relatadas por diversos familiares se convertem em verdadeiras batalhas coletivas. Quando eles se engajaram em movimentos como o Gabriela Sou da Paz, Rede Contra a Violência, Rio de Paz, Associação dos Anjos de Realengo, eles criam “laços primordiais” no sentido dado por C. Geertz (1978, p. 261). Tais laços constituem unidades de ações políticas autônomas que estabelecem eixos específicos de argumentos contra a violência.

Eles estabelecem, para cada um dos familiares, uma “afinidade natural” e vínculos de pertencimento pela via da emoção, como sugere M. Jimeno (2010), em meio às dores e aos sofrimentos compartilhados que constroem a identidade de familiares de vítimas de violência do Rio de Janeiro. A identidade comum se institui por meio de múltiplas trocas de experiência sobre a violência, o apoio emocional, a manutenção da memória do ente morto e a longa espera por justiça. As “dores da impunidade” só se esvaem e, contraditoriamente, se renovam, quando os crimes são julgados e os culpados, presos. Começa, então, uma nova etapa, que é a solução de outro crime.

Como os casos dos familiares entrevistados se tornaram públicos pela cobertura de jornais e telejornais, os jornalistas acompanham ou “são chamados” pelos familiares a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Entretanto, a atenção dos jornalistas concentra-se no tempo presente, que é diferente do tempo investigativo dos agentes do Estado que trabalham nas delegacias de polícia e no Judiciário. Isso faz com que muitos dos casos que ganharam capas e páginas no momento do acontecimento violento somente tenham no julgamento o espaço de uma notícia ou uma nota na editoria da cidade.

Entretanto, é interessante destacar que a falta de continuidade da cobertura dos jornais não é relacionada pelos familiares ao lento processo na Justiça, mas a uma substituição por novos casos e sua espetacularização midiática. Paralelamente a isso, no imaginário dos familiares de vítimas o andamento dos inquéritos e dos processos dos casos noticiados deve-se à posição social da vítima. Ao entrevistá-los, informava sobre os outros casos/familiares que faziam parte da pesquisa e todos me perguntavam a respeito do caso do juiz Marcelo Alexandrino. Argumentavam que houve maior divulgação nos jornais, em programas de televisão e rádio devido à sua posição social e a seu cargo de juiz, e assim seu caso seria rapidamente resolvido. Contudo, os policiais envolvidos foram afastados somente um ano e meio depois e ainda não foram julgados.

A exposição na mídia permite o apoio imediato e/ou mobilização dos agentes do estado interessados em promover o setor ou se promover politicamente, como analisei no capítulo III. A saída de notícias sobre o crime da mídia implica o abandono desses apoios ou serviços pontuais. Mas há o caso de Daniel, pai de vítima cujo processo foi julgado em três anos, com condenação dos assassinos, que permanecem presos oito anos depois. Ele conta que os outros familiares o indagam como conseguiu, tão rapidamente, solucionar, prender e manter presos os culpados pelo assassinato:

– Mas como é que vocês conseguiram prender? Vocês conhecem o delegado? Os familiares viviam me perguntando.

Esse tipo de questionamento pode ser interpretado à luz do que R. DaMatta (1984, 1985, 1997) analisou sobre a sociedade brasileira. Para ele, o sistema é dividido entre a concepção de “indivíduo” como um sujeito das leis universais que modernizam a sociedade; e a concepção de “pessoa” como um sujeito das relações sociais que conduz ao pólo tradicional do sistema. No cerne dessa divisão está o “jeito”, que é um modo e um estilo de realizar, ou seja, a possibilidade de juntar a lei com a pessoa que a utiliza.

Assim, para os familiares de vítimas, Daniel deu um “jeito”, isto é, através das relações pessoais e de amizade, ele conseguiu que os culpados pelo assassinato de sua filha fossem presos. Me permito aqui traduzir as questões dirigidas à Daniel para uma linguagem damattiana: “Como é que vocês conseguiram transformar o sistema penal individualista em um sistema parceiro de vocês para prender os culpados? O delegado transformou o inquérito em processo e o juiz mandou prender porque vocês são amigos deles?”

Na conversa com Daniel, a resposta está na ponta da língua:

– Nossa, mais de 90% só foram presos por causa da mídia. Agora, você acha que a mídia vai cobrir o cara que foi morto lá em cima do morro de não sei aonde? Foi a cobertura de uma pessoa de classe média e que teve uma morte incomum. Aí todo mundo cobriu. Então, essa coisa... Ficam os familiares reclamando: ‘Ah, vocês falam porque o de vocês foi preso.’ Mas o que eu tenho com isso? Mas as pessoas têm. É uma dor mesmo desgraçada. Tão grande quanto a dor da perda é a dor da impunidade.

No entanto, diria que não há como afirmar que existe uma interferência direta da mídia sobre o andamento do inquérito e do processo na Justiça. Há mobilização

pontual e discussão pública em diferentes mídias sobre o caso de violência noticiado. A comunicação da morte, como aponta J. C. Rodrigues (2006), sugere reflexões que tendem à reorganização ou à avaliação para afastar a possibilidade de novas mortes. De acordo com um dos coordenadores que acompanha diferentes casos de violência que não “viraram notícia”, cada caso de homicídio tem um tempo para ser julgado. Depende das provas, da condição dos réus, se são ou não primários, se possuem ou não grau superior. Nos casos em que os corpos não são encontrados existe uma dificuldade em provar a morte presumida, como o do assassinato de 11 jovens em Acari em 1990,⁸¹ que foi amplamente noticiado e ficou conhecido como a Chacina de Acari. Trinta anos depois ainda não houve julgamento.

Apesar disso, a visão do grupo de familiares sobre as questões que envolvem a impunidade dos culpados é de que a divulgação midiática ou a presença de notas e referências sobre o caso nos jornais é algo importante. Para eles, o afastamento dos jornalistas é uma manifestação do esquecimento sobre o seu caso em particular, pois outros o substituíram no rol de notícias. Contudo, as novas violências fazem novas vítimas e familiares, o que os leva a reviver seus sofrimentos. A “dor da impunidade” torna a pesar sobre eles, como se as mortes de seus entes e as lutas diárias não tivessem servido para nada, a não ser aparecer como mais um caso nas estatísticas de violência da cidade do Rio de Janeiro.

A solução dos crimes e as mudanças na questão da violência dependem mais dessa luta diária do que da publicação na mídia. Para conseguir uma mudança no Código Penal, o movimento Gabriela Sou da Paz, através da campanha “Diga Não à Impunidade” alcançou mais de 1,3 milhão de assinaturas, com representação de, pelo menos, cinco estados do Brasil e apoio de vários movimentos. A exigência mínima é de que mais de 1% da população assine para que a mudança na lei seja considerada uma iniciativa popular e possa ser encaminhada ao Congresso Nacional. De acordo com C. Castro (2011, p.55):

Santiago e Cleyde se doaram pela causa desse projeto, armaram tendas sob sol quente e sob chuva, sem distinção de lugar, independentemente, da distância e da receptividade à campanha, conhecendo de perto várias pessoas com histórias de dor semelhantes às suas e participando ativamente do princípio ao fim.

81 Sobre o desenrolar da luta contra a impunidade do movimento das Mães de Acari veja F. Araujo (2012).

A amplitude do caso e a influência do jornalismo na “agenda pública” transformaram a violência e o sofrimento particulares de Santiago e Cleyde em uma denúncia e em uma causa coletiva. Tais aspectos, representados pelos discursos textuais e visuais, agem supostamente sobre o sofrimento do outro, definido pelos familiares de vítimas como a “dor da perda” e a “dor da impunidade”. Ao apresentarem elementos compartilhados socialmente, esses discursos apontam para questões inerentes à “aceitação” e “manutenção” de seus conteúdos, uma vez que estas não mostram os horrores da violência.

A “dor da perda” e a “dor da impunidade” são permeadas por valores e idiosincrasias intrínsecos às emoções e contradições experimentadas na morte violenta de um familiar. A memória da violência original (ou as dores do momento da perda) é revista por essas famílias, que reelaboram suas rotinas diárias em meio ao sofrimento. Ao nomear essas emoções, os familiares tentam converter e comunicar o indizível em um discurso possível de ser compartilhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos de violência escolhidos para serem analisados nesta pesquisa tiveram em comum a publicação de notícias em jornais impressos e foram selecionados com o objetivo de discutir dois temas centrais – o fotojornalismo e o sofrimento – para refletir sobre a memória coletiva da violência no Rio de Janeiro. Selecionei os seis casos com a intenção de observar a participação dos familiares de vítimas da criminalidade nos eventos e manifestações contra a violência. Assim, optei por aqueles que mais frequentavam esses encontros.

Se meu interesse inicial era o de compreender como as notícias de violência do Rio de Janeiro foram produzidas, ao me aproximar dos “personagens dessas notícias”, os familiares de vítimas e os ativistas de movimentos contra violência, percebi a existência de uma variedade de questões imbricadas. Depois de alguns meses, observando manifestações, entrevistando esses familiares e escutando suas conversas aqui e ali, uma imagem chamou a minha atenção para a questão da memória: estávamos no ato que ocorre anualmente em memória e homenagem a todas as vítimas da violência no dia 04 de dezembro de 2011. Nela, o familiar de uma das doze vítimas de Realengo, apoia a sua mão em cima do nome da vítima no painel preto para rezar.

A partir dessa imagem passei a refletir sobre todo o processo de pesquisa e percebi, então, que a memória era um fio condutor interessante para analisar tanto a produção da imagem quanto o universo dos familiares de vítimas de violência. Não por acaso a expressão latina *In memoriam*, que significa em comemoração, para memória e lembrança compõe o título da tese. Decidi, então, fazer um recorte para entender a construção de uma memória coletiva relacionada ao noticiário de violência e à constituição de uma identidade de “familiar de vítima”.

Essa identidade não surge imediatamente após a veiculação da notícia nos jornais impressos, mas nos instantes posteriores à violência original. É elaborada, reelaborada e questionada pelas “mães sem nome” na longa via-crúcis dos familiares em busca de justiça e superação. Ou seja, em um primeiro momento o acontecimento da violência se transforma em espetáculo que é inúmeras vezes divulgado nos jornais, na televisão e na Internet. Textos e fotografias permitem o compartilhamento do luto e dos sofrimentos individuais, nos quais o espetáculo das

emoções expressadas diante da violência converte as mortes individuais e o sofrimento privado em mortes públicas.

A partir das histórias narradas e exibidas fotograficamente pelos familiares após a violência, elaborei pequenos quadros de memória que acompanharam o processo de sofrimento e luta. O fio da memória conduz as histórias, revelando detalhes das relações com os repórteres, expectativas de mobilização por parte do Estado, tensões dentro das redes de amizade e vizinhança e, principalmente, o vínculo com os entes mortos. Esse elo, estabelecido entre presente e passado, trata de temas entrelaçados como um novelo de lã de fios de diferentes cores – violência, dor, morte, luto e justiça –, todos atados por emoções diversas: raiva, tristeza, medo, ódio, saudade, esperança e, fundamentalmente, amor.

No desenvolvimento dos capítulos, tentei expor como o tempo age sobre as consequências da violência. Nesse processo, a memória é um elemento constante. Ao longo do tempo, os familiares se transformam em razão das diferentes experiências do sofrimento e da violência. O sentimento de amor pelo ente elabora diferentes competências, como sugere L. Bolstanki (1990), para lidar com a perda. As violências, assim como as identidades dos próprios familiares, são reescritas e reinterpretadas.

Cada uma das histórias mostrou particularidades na relação entre os familiares e os repórteres, revelando a complexidade da construção da memória coletiva da violência do Rio de Janeiro. Por exemplo, em uma primeira abordagem com os familiares de Júlio Cesar e de Júlio Baptista indaguei se seus casos foram cobertos pela mídia, e se foram publicadas fotografias em algum jornal carioca. A resposta “deixa eu te mostrar” veio seguida de uma cópia de página de jornal. A notícia servia de prova da importância pública do crime. Além dessa cópia, eles traziam consigo uma fotografia do ente e os documentos do processo. Esse conjunto de documentos atestava a relação com o morto e configurava a identidade de “familiar de vítima”: “é o meu irmão”, “é o meu ou minha filho(a)”, permitindo a reconstrução da memória desse indivíduo e dessa família.

No momento seguinte da abordagem, as questões mais conversadas versavam sobre o desenrolar do caso, a relação com a mídia/fotojornalistas e a escolha das fotografias publicadas. Os familiares frequentemente discorriam sobre os casos anteriores de violência, assim como sobre os casos mais recentes, tanto

para argumentar sobre as particularidades de cada caso quanto para reforçar a ideia de que a violência é um problema social.

Essa ativação das memórias individuais reiterava o que inicialmente era apenas uma suposição: a existência de uma memória coletiva da violência no Rio de Janeiro. Entretanto, essa memória, como sugere M. Halbwachs, é uma entre muitas memórias coletivas da violência. Ela não pertence a toda a sociedade brasileira ou a todos os cariocas, mas àqueles que acompanham o noticiário sobre a cidade, que podem ou não pertencer a ela, e aos que trabalham com a violência.

Algo interessante aconteceu quando li uma tese da Universidade Federal do Ceará sobre casos de violência noticiados pela mídia. Entrei em contato com o pesquisador e perguntei sobre os critérios que o levaram a estudar três casos de violência do Rio de Janeiro. “Estes eram casos que haviam repercutido na esfera nacional como problemas do país e não apenas do Rio de Janeiro”, afirmou.

O interesse pelos acontecimentos de violência do Rio de Janeiro é viabilizado pela publicação das notícias em diferentes mídias e cria uma outra memória coletiva da violência da cidade. Telespectadores e leitores que não habitam e jamais estiveram na cidade podem também se lembrar dos acontecimentos noticiados.

Além disso, ainda há um outro tipo de memória coletiva da violência, que é o de moradores de bairros ou favelas ocupadas pelo tráfico. As violências contra os moradores, as disputas entre facções criminosas rivais e com a polícia podem ser aspectos de uma outra memória que não foi intermediada pelas mídias impressa e televisivas. São outras formas de relação com a violência: a visão de corpos estendidos no chão e o fato de ser informado das mortes por meio dos relatos locais na vizinhança e na comunidade.

Mesmo que os jornais impressos, televisivos ou radiofônicos transformem algumas dessas mortes em um noticiário espetacularizado pelo sofrimento, o número total de homicídios do Brasil supera, segundo J. J. Waiselfisz (2011), o de locais que vivenciam guerras civis ou conflitos armados. Segundo o autor, essas estatísticas de homicídios servem para entender o fenômeno, mas não para caracterizá-lo como uma forma de violência coletiva. Na comparação com os números dos 62 maiores conflitos do mundo entre 2004 e 2007, ele afirma:

Nos 12 maiores conflitos, que representam 81,4% do total de mortes diretas, nos 4 anos foram vitimadas 169.574 pessoas. Nesses mesmos 4 anos, no total dos 62 conflitos, morrem 208.349 pessoas. No Brasil, país

sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamento religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais pessoas (192.804) vítimas de homicídio, que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. (WAISELFISZ, 2011, p.21).

A particularidade da violência no Rio de Janeiro é que ela afeta diretamente indivíduos que circulam pelos diversos espaços da cidade, e que não atuam em movimentos sociais e coletivos que pudessem criar animosidades em outrem. O crime ou a morte nem sempre atinge pessoas sob as quais a violência seria símbolo de uma luta política, como por exemplo, a dos homossexuais ou a dos negros. A morte violenta do cidadão “comum” estimula a criação de “comunidades emocionais” formadas por familiares e vizinhos, e por movimentos sociais de protesto contra a violência. Nessas comunidades, os “laços primordiais” são atados pelo discurso emocional, que “é inclusivo e não particularista, é político e não privado.” (JIMENO, 2010, p.114).

A mídia torna-se, então, o principal veículo de denúncia que permite transformar a violência individual em uma “causa coletiva”. Para isso, cada tipo de morte por violência é categorizada pelos movimentos que acolhem os familiares das vítimas em questão. São eles: vítimas de policiais, vítimas de desaparecimento, de homicídios e de latrocínios comuns. Em cada um dos movimentos, os familiares tentam se articular para ter seus direitos atendidos pelo Estado.

Essa articulação política, quando consegue ter a atenção de repórteres e ser publicada em jornais impressos e televisivos, possibilita inserir a morte do ente na memória coletiva da violência do Rio de Janeiro. Entretanto, a construção da memória individual e coletiva é bastante diferente da memória coletiva das violências relacionadas às grandes guerras, catástrofes ou violências de grande porte.

Nas guerras ou genocídios, muitas pessoas morrem ao mesmo tempo, tanto como vítimas quanto como heróis, e outras inúmeras sofrem as consequências dessas mortes. As disputas políticas entre os indivíduos sobreviventes desses eventos produzem uma memória que se constitui e se formaliza, segundo M. Pollak (1989), também através de hierarquias, reforçando fronteiras e sentimentos de pertencimento em grande escala. Tais disputas transformam memórias coletivas em memórias nacionais e mesmo memórias supranacionais como, por exemplo, os campos de concentração nazistas, os amontoados de corpos e as cidades devastadas nas guerras de Sarajevo, Afeganistão e Iraque que também ganharam

notoriedade através da midiatização de imagens fotográficas e de vídeos. Como aponta S. Sontag (2004b), as fotografias estabeleceram os caminhos de como os conflitos importantes são julgados e lembrados. O museu da memória ocidental é agora praticamente um museu visual.

Os grandes acontecimentos autorizam a construção de monumentos e museus como “lugares de memória” perenes, ou seja, lugares onde a memória se cristaliza e se refugia para que o evento não seja esquecido e não se repita. Nesse sentido, P. Nora (1993) assinala que os “lugares de memória” possuem três aspectos coexistentes: o material, o simbólico e o funcional. Um lugar de aparência puramente material, como um arquivo, só se torna um “lugar de memória” se existir um investimento simbólico. Outros funcionais, como “um testamento, uma associação de antigos combatentes” só são assim percebidos se estiverem vinculados a um ritual, como vimos com os recortes de jornais guardados pelos familiares.

Último exemplo dado por P. Nora (1993), o minuto de silêncio, “que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, tem, ao mesmo tempo, o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança”. Este se assemelha às manifestações e às missas, ou seja, “lugares de memória” efêmeros, que são realizadas anualmente para que se lembre da violência e da pessoa morta naquele dia.

Entretanto, nenhum dos aspectos sugeridos por P. Nora (1993), e que percebi nas ações dos familiares de vítimas do Rio de Janeiro, consegue realizar a mobilização social necessária para mudar algumas questões centrais da violência. Entre elas: o controle de armas como prevenção e a mudança no Código Penal como medida punitiva, como a do item em que um assassino que mata mais de uma pessoa é condenado por apenas uma morte.

Os discursos visuais e textuais espetacularizados nas notícias de jornais, analisadas ao longo da tese, transformaram somente alguns dos casos de violência em fato que deve ser lembrado, ou que é lembrado involuntariamente, como constitutivo da memória coletiva da violência do Rio de Janeiro. Nesses momentos de lembrança – missas, manifestações, lançamentos de filmes e livros – renovam-se as relações entre familiares de vítimas e jornalistas. No entanto, ainda se mantêm como “lugares de memória dominados” que se diferenciam dos “lugares de memória dominantes”, isto é, “espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos

quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, mas sempre de cima, tem muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais”. Já os dominados “são os lugares de refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio” (NORA, 1993, p.26).

Por isso, o momento de lembrança é noticiado não mais ocupando capas e páginas inteiras das edições dos jornais, mas em notícias curtas que reificam a dor e o sofrimento dos familiares, dando voz às lutas pessoais e públicas. Mais uma vez, as notícias elaboram sentidos tanto para a morte violenta quanto para a comunicação pública desta, na qual se subentende que as mortes lembradas dessas pessoas não têm razão nem explicação. O noticiário que reaviva a memória das vítimas passadas reforça o valor dessas vidas em detrimento a outras dezenas, que sequer são mencionadas. A imagem da permanência do sofrimento através de lágrimas, que dão sentido à dor e à saudade, continua a denunciar pela via da “política da piedade”, na qual os leitores são convidados ao compadecimento diante daqueles que sofrem.

Essa percepção de uma “política da piedade”, revelada na análise da publicação das fotografias dos familiares sofrendo a morte do seu ente, pode ser relacionada também às questões morais da sociedade brasileira analisadas por R. DaMatta. Se a lágrima e a dor do outro são autorizadas, as imagens dos corpos mortos e violentados não o são. Os corpos dilacerados supostamente chocariam os leitores adultos e não poderiam ser “apresentados às crianças e aos estrangeiros”, como sugere R. DaMatta (1997). A imagem do sofrimento pode ser pensada como um “jeito” de não violar a ética e a estética dessa visão ideológica de que “tudo vai bem”, apesar das lágrimas autorizadas. Essa suposta cordialidade ou “jeitinho brasileiro” que se apresenta nas relações sociais também se revela em imagens.

A análise das fotografias colocou em consonância tanto o conhecimento da antropologia visual quanto da antropologia das emoções. A primeira permitiu localizar correlações entre as escolhas de cada um dos tipos de fotografias publicadas pelos jornais ou usadas pelos familiares de vítimas com as pesquisas que tratavam das imagens de família, explicitando seus usos, significados e importância para compreender o fenômeno. A segunda orientou a compreensão do sofrimento nos rituais fúnebres e das lágrimas de dor pela percepção de que a expressão dos sentimentos revelada fotograficamente passa por um agenciamento da economia política das emoções.

Durante todo o processo de pesquisa, tanto em momentos de entrevista quanto na observação participante, as lágrimas transformavam a comunicação da emoção. Essa comunicação pela “via úmida” das lágrimas, como analisou A. Vincent-Buffault (1988), surge influenciada pela leitura de romances no século XVIII, que criou uma nova economia dos signos corporais, modificando os gestos, os locais e o momento onde as emoções deveriam ser proferidas e quem estava socialmente autorizado a demonstrá-las.

Dentro dessas normas, a capacidade de comover-se, aliada à possibilidade de comunicar suas emoções ou à necessidade de reprimi-las, possui critérios. Ocorre de acordo com as etapas da vida e o gênero, pois as mulheres são mais “propensas ao choro” do que os homens. Além disso, relaciona os eventos à quantidade das lágrimas delimitadas entre as crises de soluços e o simples lacrimejar. A autorização das lágrimas, por sua vez, também se relaciona ao *status* social, demonstrando que quanto maior o prestígio, maior deve ser o controle dos signos da emoção, como apontou N. Elias (1994).

Essas lágrimas foram derramadas em quase todas as entrevistas tanto por homens quanto por mulheres. Em meio às lembranças reconstruídas nos relatos, as lágrimas surgiam repentinamente e pontuavam dois momentos precisos da entrevista ou das conversas: ao relatarem o dia em que ocorreu a morte, como souberam e reagiram ao fato; e quando lembravam as boas qualidades dos entes, humanizando-os e exaltando características que deveriam tê-los protegido contra a violência. As lágrimas continuavam a elaboração de um relato não mais pelas palavras, mas pelo silêncio e pela expressão de muita emoção. Muitas vezes, a mão direita do outro pesava tanto sobre a minha – refiro-me a metáfora usada por V. Das (1997, p.70) – que era difícil não me deixar contagiar.

Diante da profusão de emoções expressadas pelos familiares em momentos das entrevistas, o controle total das minhas emoções poderia ser percebido pelos familiares dos mortos como um distanciamento ou indiferença às suas dores. Para dar continuidade ao trabalho de campo, me permiti negociar cada momento sem a censura de um julgamento moral sobre o que e como deveria ter feito. Nos momentos de forte emoção chorávamos juntos, dividíamos lágrimas constituintes de uma necessidade de compartilhar e participar tanto das histórias que eles reinterpretavam quanto das emoções.

Nesse sentido, F. Laplantine (2003) assinala que B. Malinowski afirmava que uma verdadeira ciência da sociedade implica o estudo das motivações psicológicas, dos comportamentos, dos sonhos e desejos dos indivíduos. Ao propor a observação participante como ferramenta principal da etnografia, B. Malinowski indicava que o pesquisador “deve compreender e compartilhar os sentimentos dos indivíduos, interiorizando suas emoções”, ou seja, revivendo ele próprio os sentimentos dos outros. (LAPLANTINE, 2003, p.62).

A distância ou o estranhamento necessário à análise foi construída em um longo processo de releituras tanto do material empírico quanto teórico. Conquistei um estranhamento relativo. A experiência desoladora da violência está inscrita na minha biografia, está na rotina da cidade que escolhi viver, está nas estatísticas e nos estudos quantitativos que assombram a análise qualitativa.

O último mapa da violência em que J.J. Waiselfisz (2012) cita a cidade do Rio de Janeiro apresenta os números de 2010: das 1579 mortes ocorridas na cidade, 501 indivíduos eram brancos e 1078 negros. Os números mais atuais de homicídios são dados de janeiro, fevereiro e março de 2013 do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa do Instituto de Segurança Pública compara a letalidade violenta dos mesmos meses de 2013 e de 2012:

O indicador de Letalidade Violenta (homicídio doloso, latrocínio, homicídio decorrente de intervenção policial e lesão corporal seguida de morte) no Estado do Rio de Janeiro no mês de março de 2013 apresentou uma redução de 1,3% se comparado com o mesmo período do ano passado. Foram 442 vítimas em março de 2013, contra 448 no mesmo mês de 2012. (NASCIMENTO E MIRANDA, 2013a).

O índice de Letalidade Violenta (homicídio doloso, latrocínio, homicídio decorrente de intervenção policial e lesão corporal seguida de morte) no Estado do Rio de Janeiro no mês de fevereiro de 2013 teve o menor registro desde o início da série histórica, em 2000, quando comparado com o mesmo período dos anos anteriores. Foram 398 vítimas em fevereiro de 2013, contra 434 no mesmo mês de 2012. Isso representa uma redução de 8,3%. (NASCIMENTO E MIRANDA, 2013b).

Letalidade Violenta – O total de incidências no Estado aumentou. Foram de 375, em 2012, para 430, em 2013, acréscimo de 14,7%. (NASCIMENTO E MIRANDA, 2013c).

Creio poder, enfim, responder à pergunta elaborada no início da tese sobre o que aconteceria nesses quatro anos de pesquisa com as pessoas e os meus interlocutores diante da rotina de violência da cidade. Devo, antes, informar que ao selecionar os familiares de seis casos noticiados pelos jornais *O Dia*, *O Globo* e

Extra para a análise, apenas uma das fotografias publicadas era de autoria de André Azevedo. Após o meu primeiro contato com os outros interlocutores, ninguém foi morto diretamente pela violência.

A mãe e a irmã de Júlio Baptista, que gostaria de ter entrevistado, morreram de infarto antes de conseguirmos marcar o segundo encontro. A irmã foi diagnosticada com câncer e, após uma sessão de quimioterapia, sofreu um infarto. Um mês depois, a mãe faleceu. Para a outra irmã, que entrevistei, elas também foram vítimas (indiretas) do assassino de Júlio. Como afirma Veena Das, a “violência original” transforma-se em diversas formas e passa habitar o cotidiano daqueles que sobrevivem a ela.

Contudo, a morte de uma amiga minha não por uma violência, mas por um acidente que poderia ter sido evitado, foi amplamente noticiada. Essa perda me aproximou de outra forma da experiência mediada pelas empresas de comunicação.

Yo, como era conhecida, foi uma das vítimas dos edifícios que desabaram no Centro do Rio de Janeiro, na noite de 25 de fevereiro de 2012. Soube da queda do prédio pelo telejornal da manhã. Pouco depois, recebi um telefonema, avisando que ela estava dentro do prédio que desabou, mas nenhum dos seus pertences nem seu corpo foi encontrado. Meses depois, contei o fato e as minhas reações para Patrícia Oliveira, coordenadora da Rede Contra Violência, que disse: “Agora você sabe o que os familiares de desaparecidos passam. É assim mesmo que as pessoas ficam... Com as mães é um pouco pior.” Na época da conversa, e da morte de Yo, estava em campo e ainda tinha um longo trabalho de análise e escrita para fazer.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. Observação Participante e Survey: uma experiência de conjugação. In: NUNES, Edson (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 125-150.
- ALMEIDA, Aline Gama de. *Maravilhosa e Partida: representações do Rio de Janeiro no telejornalismo local*. 2008. 90 p. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 21 de maio de 2008.
- ALMEIDA, Aline Gama, NAJAR, Alberto Lopes. Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. *RUA*. v.1, n.18, p.119-132, 2012.
- ARAÚJO, Fábio Alves. *Das conseqüências da "arte" macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado*. 2012. 268 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
_____. *Essai sur la révolution*. Paris: Gallimard, 1967.
- ARIÈS, Philippe. *Historia da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.
_____. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981-1982.
- BANKS, Marcus. *Visual methods in social research*. London: SAGE Publications, 2001.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
_____. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1985.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1967.
- BECKER, Howard S. *Art Worlds*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO, T. et al. *Teoria da Cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.
_____. Pequena história da fotografia. IN: BENJAMIN, W. 1994. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.91-107.
- BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BOLTANSKI, Luc. *La Souffrance à Distance*. Morale Humanitaire, Médias et Politique. Paris: Éditions Métailié, 1993.

_____. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Éditions Métailié, 1990.

BORGES, Doriam. *Medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva das Crenças de Perigo*. Rio de Janeiro: Appris, 2012.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

_____. 1994. L'emprise du journalisme. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 101-102, p. 3-9, mars 1994.

_____. À propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 100, p. 32-36, décembre 1993.

_____. L'illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 62-63, p. 69-72, juin 1986.

BOURDIEU, Pierre et al. *Un art moyen: Essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris : ed. de Minuit, 1974.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BUTLER, Judith. *Precarious Life: the powers of mourning and violence*. London/NY: Verso, 2004.

_____. *Frames of war: when is life grievable?* London/NY: Verso, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. Mensurando a impunidade no sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CANO, Ignacio e SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARNEIRO, Sandra de Sá. Religião e política: novas relações tecidas a partir de fontes morais. In: 26º Encontro Anual da Anpocs (GT Religião e Sociedade). *Anais*. Caxambu (MG): datilo, 2002.

CARVALHO, Cesar Augusto F. de. *Coisas de família: análise antropológica de processos de transmissão familiar*. 2005. 154 p. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Claudia. *Gabriela Sou da Paz*. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2011.

CERQUEIRA, Daniel. Mortes não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. *Economia Aplicada*. v.16, n.2, p.201-235, 2012.

CHAMPAGNE, Patrick. La construction médiatique des "malaises sociaux". *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 90, p. 64-76, déc. 1991.

CHIODETTO, Eder. *Fotojornalismo: realidades construídas e ficções documentais*. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Escola de Comunicações e Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____. Notes on (Field)notes. In: SANJEK, Roger (ed). *Fieldnotes: the makings of Anthropology*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1990. p. 47-70.

COMERFORD, John. *Fazendo a luta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

_____. O ofício de etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'. In: NUNES, Edson (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.23-35.

DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007.

_____. The act of witnessing: violence, knowledge, and subjectivity. In: DAS, V. et al. (Org.). *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 205-225.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 14, n. 40, p. 31-42, junho/99.

DAMATTA, Roberto. Language and body: transactions in the construction of pain. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Ed.). *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 67-91.

DEBORD, Guy. *Sociedade do espetáculo*. eBooksBrasil.com. 2003

DURKHEIM, Emile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. São Paulo: Papirus, 1993.

ELIAS, Norbert. *Solidão dos Moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Processo Civilizador: uma história dos costumes*. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população matável e sua luta por sobrevivência. *Teoria & Sociedade*, v.15, n.2, p.138-171, 2007.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Hucitec, 1985.

FOOTE-WHYTE, William. 2005. *Sociedade da Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. *A evolução da hipótese de agenda-setting*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. 2006. 93p. Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

FOWLER, Roger. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. London: Routledge, 1991.

FREUND, Gisèle. *Photographie et société*. Paris : Éditions du Seuil, 1974.

GAMA, Ruhani Maia; DADALTO, Maria Cristina (2009). *A notícia como construção social no universo jornalístico*. Biblioteca on-line de ciências da comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/velha-dadalto-gama-noticiacomo-construcao-social.pdf>. [Consultado. 22 de Julho 2010].

GARAT, Anne-Marie. *Photos de Familles*. Un roman de l'album. Paris : Actes Sud, 2011.

GARCIA, Luiz.(org.) O Globo. Manual de redação e estilo. São Paulo: O Globo, 1992.

GARRIGUES, Emmanuel. *L'Écriture Photographique*. Essai de sociologie visuelle. Paris : L'Harmattan, 2000.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

_____. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. p. 13-41.

_____. From the Native's Point of View: On the Nature of Anthropological Understanding. *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences*, v.28, n.1, p. 26-45, 1974.

_____. The integrative revolution: primordial sentiments and politics in the new states. In: Clifford Geertz (ed.): *Old societies and new states: the quest for modernity in Asia and Africa*. New-York/N.Y./USA: The Free Press of Glencoe & London/UK: Collier-Macmillan, 1963. p. 105-157.

GODOY, Fernanda. Lei sobre controle de armas domina conversas em cidade do massacre nos Estados Unidos. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/lei-sobre-controle-de-armas-domina-conversas-em-cidade-do-massacre-nos-estados-unidos-7069489#ixzz2PzfOphF>. Acesso em: 16 de dez de 2012.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

_____. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

HALBWACHS, Maurice. La mémoire collective et le temps. *Cahiers internationaux de sociologie*, v.101, p.45-65, 2006.

_____. *La mémoire collective*. Québec : Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi, 2001. Disponível em: <http://bibliotheque.uqac.quebec.ca/index.htm>

_____. *Memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HART, Keith. Notes Towards an anthropology of the Internet. *Horizontes Antropológicos*, v.21, p.15-40, 2004.

HIKIJ, Rose Satiko. *Imagem-violência: etnografia de um cinema provocador*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: Sage, 2000.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. España: Siglo Veintiuno, 2002.

JIMENO, Myriam. Emoções e política: A vítima e a construção de comunidades emocionais. *MANA*, v.16, n.1, p. 99-121, 2010.

JOINET, Louis. Le rôle des archives dans la lutte contre l'impunité . *Matériaux pour l'histoire de notre temps*. n.72, p.50-52, oct./déc, 2003.

JONAS, Irène. *Mort de la photo de famille: de l'argentique au numérique*. Paris: L'Harmattan, 2010.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

_____. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Relações delicadas: ensaios sobre fotografia e sociedade*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

_____. *Amor e dor: ensaios em antropologia simbólica*. Recife: Edições Bagaço, 2005.

_____. *Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2003.

_____. Sofrimento íntimo: individualismo e luto no Brasil contemporâneo. *RBSE*, João Pessoa, v.1, n.1, p.93-107, abril de 2002.

_____. Você fotografa os seus mortos? In: M.G.P. Koury (org.). *Imagem e memória: Ensaios em antropologia visual*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001, p. 51-94.

_____. Luto e fotografia. In: ECKERT, Cornélia MONTE-MÓR, Patrícia. *Imagens em foco: novas perspectivas em antropologia*. Porto Alegre: editora da universidade, UFRGS, 1999, p.117-157.

_____. Caixões infantis expostos: o problema dos sentimentos na leitura de uma fotografia In: FELDMAN-BIANCO, Bela e MOREIRA LEITE, Miriam. *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. SP: ed. Papirus, 1998, p. 213-224.

KRESS, Gunther; VAN LEUWEN, Theo. *Reading Images: the Grammar of Visual Design*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Routledge, 1996.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1982.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LAVARDA, Marcus Túlio Borowiski. *A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico Semana Illustrada – 1865–1870: um discurso visual*. 2009. 141 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. 2009.

LE BRETON, David. *Anthropologie de la douleur*. Paris: Métailié, 1995.

LEITE, Marcia Pereira e BIRMAN, Patricia. *Um mural para dor: Movimentos cívicos-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004.

LEITE, Marcia Pereira. Assim na terra como no céu: entrelaçamentos entre religião e política e mediação de conflitos urbanos no movimento de mães vítimas de violência. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7, Universidade de Coimbra, Portugal, 2004.

LEENHARDT, Jacques. A impossível simbolização 'daquilo que foi'. *Tempo Social*. v.12, n.2, p.75-84, 2000.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Direitos Humanos e tratamento igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade. *RBCS*, v.15, n.42, p.77-100, fev. 2000.

MACHADO, Arlindo. A fotografia sob o impacto da eletrônica. In: SAMAIN, Etienne (org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *A Ilusão Especular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.17-33.

MALRAUX, André. *O museu imaginário*. Lisboa: Edições 70, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Os exercícios de ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: SENAC, 2001.

MARQUES, Eduardo. *Estado e redes sociais: Permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2000.

_____. *Redes sociais, Instituições e Atores Políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Annablume, 2003.

MASSA, Jimena Maria. Imaginários midiáticos de um evento crítico: o “estuprador serial” de Córdoba (Argentina). *Sociedade e cultura*, v.14, n.2, p. 287-298, 2011.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. v.2. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1974. p. 37–185.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos Sentimentos. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 56-63.

McCOMBS, Maxwell E., SHAW Donald L.. The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The public opinion quarterly*, v.36, n.2, p.176-187, 1972.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The Internet: an ethnographic approach*. Oxford: Berg, 2001.

MITCHELL, W. J. T. O ensaio fotográfico: quatro estudos de caso. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.15, v.2, p. 101-131, 2002.

MOREIRA LEITE, Miriam. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1997.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell. *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UNB, 2002.

MUSEMECI, Leonarda. *Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998.

NASCIMENTO, Karina e MIRANDA, Mariana. ISP divulga números de março de 2013. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.asp?ident=384>

_____. ISP divulga números de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.asp?ident=378>

_____. ISP divulga dados de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.asp?ident=371>

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

NOVO manual da redação. São Paulo, Folha de São Paulo, 1992.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. *Os significados da morte: os discursos dos meios de comunicação sobre os crimes que “abalaram” o Brasil*. 2012. 376 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2012.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. Sobre o facto e o acontecimento. *Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, v.6, p.95–100, 2005.

PEIXOTO, Clarice E. Filme (video) de família: das imagens familiares ao registro histórico. In: PEIXOTO, Clarice E. (org.). *Antropologia & Imagens*, v.1: narrativas diversas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

PEIXOTO, Clarice E . *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____. Memória em imagens. In: KOURY M.-G. *Imagem e memória: Ensaio em antropologia visual*. Rio de Janeiro: ed. Garamond, 2001. p. 173-187.

_____. Caleidoscópio de imagens: o uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações sociais. In: FELDMAN-BIANCO, Bela ; MOREIRA LEITE, Miriam. *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. São Paulo: ed. Papirus, 1998. p. 213-224.

_____. Fotocronografias ou Cronofotografias de Etienne-Jules Marey, *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.2, p. 164-166, 1996.

_____. A antropologia visual no Brasil. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n.1, p.75-81, 1995.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Le témoignage . In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. v.62-63, p. 3-29, juin 1986.

_____. Des mots qui tuent . In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 41, p. 29-45, février 1982.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

PORTO, Maria Stela Grossi. Impunidade avesso da reciprocidade. *Sociedade Estado*, v.16, n.1-2, p.336-349, Dez. 2001.

QUINTO, Maria Cláudia. *Imagens de morte na mídia impressa: o olhar do fotógrafo*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2007.

RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. 2010. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

RIBEIRO, Paulo Jorge. Uma cidade de discursos: os traumas da violência no Rio de Janeiro contemporâneo. *Desigualdade & diversidade* (PUCRJ), v. 1, p. 4-26, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul . La culpabilité. In: RICOEUR, Paul. *Philosophie de la volonté : finitude et culpabilité*. Paris: Ed. Aubier, 1988. p. 255-306.

_____. Interpretação do mito da pena. In: RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1978. p. 297-315.

RIVIÈRE, Carole Anne. Téléphone mobile et photographie: les nouvelles formes de sociabilités visuelles au quotidien, *Sociétés*, v.1, n. 91, p.119-134, 2006.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
_____. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2009.

SANTUCCI, Jane. *A cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SAMAIN, Etienne (org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. *La politique du terrain: sur la production de données en anthropologie* . *Enquête*, n.1, p.71-109, 1995.

SERPONE, Fernando. Caso Goleiro Bruno. Publicado em: 14/11/2012. Disponível em:<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crimes/caso+goleiro+bruno/n1596994924078.html>

SILVA, Alexandra Valeria Vicente da. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e seus Mitos: repetindo, rompendo e recomeçando. *Cadernos de Segurança Pública*. n.4, p. 1-12, março de 2013.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. *Notícias da “violência urbana”*: um estudo antropológico. Niterói: Ed. UFF, 2010.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 11–25.

_____. Gratidão: Um experimento sociológico. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. v.9, n.26, p.785-804, 2010.

SMITH, Adam. *Teoria do sentimento morais, ou, Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma dissertação sobre a origem das línguas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOARES, Barbara (orgs). *Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; MIRANDA, Dayse e BORGES, Doriam. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de redação – O texto nos meios de informação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das letras, 2004a.

_____. Regarding The Torture Of Others. *New York Times*, 2004b. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2004/05/23/magazine/regarding-the-torture-of-others.html?pagewanted=all&src=pm>

_____. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SOUGEZ, Marie-Loup. *Historia de La Fotografia*. Madrid: Ed. Cátedra, 1994.

SOUZA, André. Apenas 32% dos inquéritos não solucionados são concluídos. Publicado em: 13.06.2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apenas-32-dos-inqueritos-nao-solucionados-sao-concluidos-5194705>.

SOUZA, Jorge Pedro de. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó; Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

_____. *Fotojornalismo: Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

_____. As notícias e os seus efeitos. As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*, 1999. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html

TACCA, Fernando Cury de. A imagem como tragédia. *Discursos fotográficos*, v.4, n.5, p.211-216, jul./dez. 2008.

_____. Entre a arma e a câmera reflexões sobre uma imagem-ato. *Stadium*, v. 28, p. 04, 2009.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. v. I. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel. *O Mundo dos Jornalistas*. São Paulo: Ed. Summus, 2011.

TROYER, John. Embalmed vision. *Mortality*, v.12, n.1, p.22-47, 2007.

VALLADARES, Lícia do Prado. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: Boschi, RR (org). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. /IUPERJ, 1991. p. 81-112.

VELHO, Gilberto (org). *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2007.

_____. Alvito M (org). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Editora FGV, 2000.

_____. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cad. Pagu*, n. 37, dez. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 10 jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>.

VICENT-BUFFAULT, Anne. *História das lágrimas: séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

_____. *Mapa da Violência: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

_____. *Mapa da Violência 2006: os jovens do Brasil*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos, 2006.

WOLFINGER, Nicholas H. On writing fieldnotes. *Qualitative Research*, v.2, n.1, p. 85-95, 2002.

ZALUAR, Alba. *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. À Guisa de Conclusão: Cidadãos não vão ao Paraíso. In: Zaluvar, A. *Cidadãos não vão ao Paraíso*. São Paulo/Campinas: Editora Escuta; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ZALUAR, Alba; Alvito, Marcos (orgs.). *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZELIZER, Barbie. Journalists as Interpretive Communities. *Critical Studies in Mass Communication*, v.10, p.219-237, 1993.

ANEXO A – Relação de entrevistados

Apresento abaixo algumas características dos entrevistados relacionadas aos nomes fictícios. Uso dois nomes para alguns entrevistados, pois, ao longo da tese, percebi que os discursos evidenciavam seus nomes verdadeiros. Em alguns casos, outros nomes fictícios apresentados na tese não aparecem aqui, pois suas falas foram registradas durante a observação participante e não em entrevistas.

Fotojornalistas entrevistados do jornal “O Dia”: Deise Rezende, Severino Silva e Leo Correa (editor); e do jornal “O Globo”: Márcia Foletto, Domingos Oliveira e Alexandre Sasaki (editor).

Maria: moradora da Zona Oeste. Estava desempregada, mas trabalha como auxiliar de serviços gerais. Possui primeiro grau incompleto. Tem entre 40 e 45 anos.

Paula, Cristina: moradora da Zona Oeste, solteira, tem 38 anos, não tem segundo grau, mas sonha em fazer Direito.

Bernadete, Rita: moradora da Zona Norte, tem 44 anos, solteira, representante de vendas.

Regiane, Luiza: moradora da Zona Norte, tem 44 anos, solteira, possui formação técnica.

Eduardo, Carlos: morador da Zona Norte, tem 40 anos, casado, pai de dois filhos e possui pós-graduação.

Lucia, Elaine: moradora da Zona Oeste, dona de casa, 41 anos e casada.

Luiz: morador da Zona Oeste, 42 anos, segurança privado que foi afastado em função da DEPT.

Amanda: moradora da Zona Oeste, dona de casa, entre 35 e 40 anos e casada.

Ana: moradora da Zona Oeste, dona de casa que faz freela de buffet, entre 35 anos e casada.

Sérgio: morador da Zona Oeste, 30 anos, dono de loja.

Batista, Daniel: morador da Zona Norte, 54 anos, possui graduação e foi aposentado por DEPT.

Flávia, Lilian: moradora da Zona Sul, 42 anos, possui nível técnico de formação.

ANEXO B – Roteiro de entrevistas

Familiares:

- Falar sobre a relação dela com a vítima. Pergunte como ela era? O que gostava de fazer? Estimular a memória positiva, as boas lembranças.
- Onde você estava quando você soube do crime? Quem avisou?
- Quando a polícia chegou?
- Você faz parte de algum movimento? Qual?
- Por que aderiu ao movimento?
- Você sabe quem foram os autores do crime?
- Como está o processo na justiça? O que você está solicitando?
- Pra você o que significa o papel da justiça?
- Como é lidar com a justiça?
- Por que participar do movimento?

Vou fazer umas perguntas sobre o trabalho da mídia:

- Quando os jornais chegaram? E quais jornais? Você lembra o nome de fotógrafos e repórteres?
- Como foi ver a imagem/notícia da tragédia nos jornais?
- Como você vê esse tipo de trabalho, de cobertura da mídia?
- Quais imagens foram publicadas? Você cedeu alguma imagem da vítima para os jornais? De onde era a imagem? (álbum de família, documento, ou etc). Por que escolheu essa imagem? A escolha foi sua ou foi uma orientação dos jornalistas?
- Você possui essas reportagens? Fotografar...
- Essas reportagens foram incluídas no processo que está na justiça? Por quê? Existem outras imagens no processo (perícia)?
- Depois da tragédia você foi procurado em outros momentos pelos jornalistas? Você já procurou os jornalistas para divulgar audiência ou algum fato novo da violência?
- Você acompanha o noticiário de violência?
- Você fez cartaz ou camiseta com a fotografia da vítima? Por que? Quem solicitou isso?

Editores de fotografia dos jornais:

- Quando começou a trabalhar com fotografia?
- Jornal ou jornais em que trabalhou?
- Há quanto tempo é editor desse jornal e quais são as suas atribuições?
- É você que escolhe os fotógrafos que cobrem as matérias de violência ou todos cobrem tudo? Quantos fotógrafos no total e para violência?
- Existem critérios para ser fotógrafo desse tipo de matéria? Quais são?
- Tem quem prefira esse tipo de cobertura? Poderia dizer quem são?
- Há uma orientação para fotografar violência? O que pode e o que não pode? Por quê?
- Como reagem diante da dor do outro?

Repórteres de imagem:

- Quando começou a trabalhar com fotografia?
- Jornal ou jornais em que trabalhou?
- Há quanto tempo cobre violência nesse jornal? Foi você que escolheu ou foi escolhido? Como aconteceu?
- Quais são as suas atribuições como fotojornalista?
- É você que escolhe as imagens que vão para o jornal? Você passa todas as imagens para o editor? Quantas imagens são feitas em uma cobertura?
- Existem critérios para ser fotógrafo desse tipo de matéria? Quais são?
- Há uma orientação para fotografar violência? O que pode e o que não pode? Por quê?
- Como você reage diante da dor do outro? Alguém já pediu ajuda? Como foi?
- Você lembra se houve, nesse jornal, alguma mudança de abordagem nas fotografias de violência, quer dizer, de tratamento visual da violência aqui? Qual foi a mudança? Quando aconteceu a mudança? Quem sugeriu? Por quê? Qual justificativa ou intenção? Isso influenciou nas vendas?
- Para que serve a fotografia de violência sangrenta? E a que não traz a violência explícita?
- Algumas matérias vem com um foto-documentário ou o geram fotogalerias? Como você vê e faz isso?
- Existe algumas fotografias que vão para o site e só uma irá para o jornal, você acompanha essa seleção?
- Qual ou quais são as imagens mais marcantes da violência para você? Você lembra de alguma notícia ou fotografia marcante?
- Você lembra se houve, nesse jornal, alguma mudança de abordagem nas fotografias de violência, quer dizer, de tratamento visual da violência aqui? Qual foi a mudança? Quando aconteceu a mudança? Quem sugeriu? Por quê? Qual justificativa ou intenção? Isso influenciou nas vendas?
- Para que serve a fotografia de violência sangrenta? E a que não traz a violência explícita?
- Algumas matérias vem com um foto-documentário? Por quê?
- Qual ou quais são as imagens mais marcantes da violência para você? Você lembra de alguma notícia ou fotografia marcante?

ANEXO C – Textos dos perfis dos Movimentos da rede de relacionamentos Facebook

- Associação de Familiares e Amigos dos Anjos de Realengo

Link: <http://www.facebook.com/#!/osanjios.derealengo/info>

Sobre Osanjios

ESTE É O FACEBOOK OFICIAL DAS FAMÍLIAS E ASSOCIAÇÃO OS ANJOS DE REALENGO

Siga-nos no TWITTER dos Anjos: <https://twitter.com/>

E o blog: <http://osanjiosderealengo.blogspot.com/>

Somos mães, familiares e amigos vítimas do massacre na escola Tasso da Silveira em Realengo - RJ. Onde 12 crianças foram assassinadas dentro de suas salas de aula, e outras 11 ficaram feridas e ainda se encontram em tratamento. Criamos esta página para que possamos dividir um pouco do que ainda sobrou de nós e para que possamos juntar forças e lutar por uma escola melhor, com profissionais preparados para que nossas crianças não fiquem reféns nas mãos de pessoas capazes de fazer o mal só pelo simples prazer. Lutaremos para que outras famílias não venham amanhã chorar assim como nós. Sejam bem-vindos e nos ajudem a lutar por um RIO melhor e cheio de PAZ...

ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES E AMIGOS "DOS ANJOS DE REALENGO"

- Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

Link: <http://www.facebook.com/redecontraviolencia?ref=ts&fref=ts#!/redecontraviolencia/info>

Sobre Rede

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência é um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se constrói pela soma, com preservação da autonomia, de grupos de comunidades, movimentos sociais e indivíduos, que lutam contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres.

Nossos objetivos são:

- 1) Estimular e promover movimentos permanentes nas comunidades, de prevenção e denúncia da violência estatal, propiciando seu relacionamento e apoio mútuo;
- 2) Reduzir o número e a frequência, até a total eliminação, dos casos de mortes e violações de direitos devidas à atividade policial/militar;
- 3) Exigir do Estado reparação às vítimas e sobreviventes de abusos e violações

cometidos por agentes do Estado;

4) Construir na sociedade uma rede de apoio jurídico às comunidades contra a violência policial/militar;

5) Construir na sociedade uma rede de apoio médico, psicológico e social às vítimas e sobreviventes da violência estatal;

6) Construir na sociedade uma rede de denúncias, ao nível nacional e internacional, de casos de violência e violações de direitos pelo Estado nas comunidades;

7) Junto com outros setores da sociedade, lutar contra as causas econômicas, sociais, históricas e culturais, da violência contra as comunidades, da criminalização e preconceitos contra os pobres e da desigualdade social.

- Movimento Gabriela Sou da Paz

Link: <http://www.facebook.com/redecontraviolencia?ref=ts&fref=ts#!/groups/movimentogabrielasoudapaz/members/>

LUTAMOS CONTRA A VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE NESTE PAÍS!
MUDANÇAS NO CÓDIGO PENAL JÁ!! *

Conheçam a história da Gabriela, vítima de bala perdida.

Seus pais transformaram o luto em luta e criaram o Movimento Gabriela Sou da Paz, já apresentado em programas de televisão, já virou livro, já virou um documentário e várias reportagens. Sem contar, que já conseguiram 1 milhão e 300 mil assinaturas para a reforma do Código Penal. #

A estudante Gabriela Prado Maia Ribeiro, de 14 anos, teve a vida interrompida, durante um assalto no metrô da Tijuca. Era a primeira vez que a jovem saía sozinha de casa numa espécie de liberdade condicional imposta pela insegurança pública. Um de seus algozes, já havia sido preso e condenado, mas voltou para a rua beneficiado por uma brecha na lei. A impunidade que matou Gabriela, mata pelo menos 105 inocentes por dia no Brasil.

Vamos fechar as brechas da lei.

- Rio de Paz

Link: <http://www.facebook.com/#!/pages/Rio-de-Paz/142017469573?sk=info>

Sobre

Rio de Paz Um movimento pela vida. Não temos vínculos políticos ou ligação com instituição pública e nossa maior preocupação é a segurança.

Missão Desenvolver ações criativas, pacíficas e inclusivas, que chamem a atenção das pessoas e das autoridades públicas para a gravidade da situação a que chegamos, e para a necessidade de que a violência seja combatida através da defesa dos direitos humanos em nosso país.

Informações gerais Somos um grupo de cidadãos de todos os segmentos da sociedade interessados na defesa dos direitos humanos em nosso país. Não temos

vínculos políticos ou ligação com instituição pública e nossa maior preocupação é a segurança pública.

Nosso trabalho foi iniciado em janeiro de 2007, logo após a onda de atentados que varreu a cidade do Rio de Janeiro, no final do ano de 2006. Naquela ocasião dezenove pessoas foram mortas, oito delas queimadas vivas em um ônibus interestadual.

Informação Geral O Rio de Paz não recebe verba pública, para realizar os protestos e manter ações humanitárias recebe doações de voluntários.

Para fazer uma doação:

Banco Itaú - Agência 1185 Conta corrente: 44820-4

Informações básicas

Entrou no Facebook 30/9/2009

Produtos Manifesto pela Redução de Homicídios no Brasil

"Para que o mal triunfe, é necessário apenas que os homens de bem permaneçam inativos." - Edmund Burke

A violência é um problema social gravíssimo que afeta a sociedade brasileira de diferentes maneiras. Nos últimos dez anos 500000 brasileiros foram vítimas de homicídio*. Agravando muito esse quadro está o fato de que há milhares de pessoas desaparecidas, parte das quais se supõe que tenha sido assassinada. Os números dramáticos representam o colapso do pacto social no que se refere a um dos seus itens fundamentais, o respeito ao direito à vida.

Nós, cidadãos e cidadãos brasileiros, temos permanecido calados, inertes, desesperançados ou amedrontados, reclamando no interior de pequenos grupos, aceitando palavras e promessas novas a cada quatro anos. Não temos oferecido a resistência política necessária à construção de um cenário social diferente, mais justo e mais humano.

Não basta culpar a inépcia do poder público ou a atuação de criminosos, nem aguardar que essa mortalidade obscena seja reduzida com o correr do tempo. Mais do que em qualquer outro momento, a realidade exige a mobilização de todos nós que reconhecemos o valor incalculável da vida humana. Precisamos unir o trabalho dos governantes à indignação de cidadãos e cidadãos de todas as origens e com suas diferentes histórias, no resgate do respeito à pessoa – qualquer pessoa – e na valorização da vida sobre a banalização absurda da morte.

Não aceitamos – em hipótese alguma – o argumento derrotista de que não há o que fazer para evitar que o inaceitável número de homicídios de 2007 volte a ocorrer neste ano de 2008, e nos demais, perpetuando a violência como uma condenação coletiva inevitável.

Neste sentido, consideramos absolutamente indispensável o cumprimento de determinadas medidas no âmbito da política de segurança pública que minimamente garantam a vigência do pacto social. Algumas destas medidas já foram adotadas mas sem a vontade política necessária para garantir sua eficácia. Exigimos, portanto, sua implementação efetiva.

Medidas Principais:

1. Estabelecer como prioridade central das políticas de segurança a redução dos crimes letais, estabelecendo metas e compromissos que restaurem a autoridade da lei.
2. Determinar metas de redução de mortes durante operações policiais, de forma a preservar a vida de policiais, moradores e transeuntes.
3. Reforçar o policiamento ostensivo em áreas de maior incidência de homicídios, especialmente em comunidades carentes.
4. Redefinir e controlar a metodologia de intervenção policial em comunidades carentes; adotar policiamento de tipo comunitário, prevenindo conflitos locais, reprimindo o uso indiscriminado de armas de fogo, reduzindo balas perdidas.
5. Priorizar a juventude, integrando definitivamente as políticas de segurança pública às demais: educação, planejamento familiar, lazer, saúde e geração de trabalho e renda; promover ações de interação positiva entre as polícias e as comunidades, particularmente com crianças e jovens.
6. Priorizar a investigação dos crimes de morte e do uso de armas e munições ilegais, a fim de que a aplicação das sanções da lei seja imediata e possa ser útil para dissuadir a prática do crime.
7. Monitorar a utilização de armas e de munição por unidades de polícia, e por policial. Aperfeiçoar o controle de estoques nas unidades.
8. Utilizar também a contribuição das instituições de ensino superior através de profissionais de fora das corporações para capacitar os instrutores policiais, de forma que sejam trocados métodos, idéias e informações amplas e atualizadas.
9. Elevar o piso salarial dos policiais civis e militares, tornando-o um valor compatível com a importância social desses profissionais e com os riscos que enfrentam.
10. Ampliar programas de apoio à segurança e à seguridade social dos policiais e de suas famílias.
11. Reforçar as Corregedorias e Ouvidorias policiais, garantindo-lhes recursos e independência em relação às chefias de polícia, ao corporativismo e a pressões políticas.
12. Atualizar os números da violência apresentados pelo Instituto de Segurança Pública, incluindo os dados das chamadas delegacias tradicionais, que devem ser urgentemente informatizadas.
13. Tratar a dependência química de drogas como problema de saúde pública; realizar um amplo e permanente trabalho de conscientização e desestímulo ao uso de drogas.
14. Reivindicar que todas as esferas do governo cumpram o seu papel no combate à violência, disponibilizando recursos para a segurança pública e fiscalizando eficazmente as fronteiras para impedir a entrada de drogas, armas e mercadorias contrabandeadas.
15. Construir estabelecimentos prisionais diferenciados segundo a periculosidade dos presos e proporcionar condições dignas de custódia a todos eles.

Assine aqui: http://www.riodepaz.org.br/atividades/manifesto_riodepaz.html

Informações de contato

Website <http://www.riodepaz.org.br>

ANEXO D – Tabelas Circulação de jornais

Ano 2012

Rank	Título	UF	Média da Circulação	Varição 2011/2012
01	Folha de S. Paulo	SP	297.650	4%
02	Super Notícia	MG	296.799	1%
03	O Globo	RJ	277.876	8%
04	O Estado de S. Paulo	SP	235.217	-11%
05	Extra	RJ	209.556	-21%
06	Zero Hora	RS	184.674	-2%
07	Diário Gaúcho	RS	166.221	7%
08	Daqui	GO	159.022	-3%
09	Correio do Povo	RS	149.562	0%
10	Meia Hora	RJ	118.257	-12%
11	Aqui (Consolidado das edições de MG, MA, DF e PE)		116.725	-3%
12	Agora São Paulo	SP	92.046	0%
13	Dez Minutos	AM	91.498	2%
14	Estado de Minas	MG	83.787	5%
15	Lance!	RJ	80.238	-6%
16	Expresso da Informação	RJ	67.181	-28%
17	Correio*	BA	62.070	1%
18	Valor Econômico	SP	61.861	3%
19	A Tribuna	ES	60.662	-3%
20	O Tempo	MG	56.051	19%
21	Correio Braziliense	DF	55.105	-2%
22	Jornal NH	RS	45.248	0%
23	O Dia	RJ	44.776	-11%
24	Gazeta do Povo	PR	42.786	-2%
25	Jornal do Comércio	PE	41.239	-1%

26	Diário Catarinense	SC	40.718	-2%
27	A Tarde	BA	40.019	-12%
28	Diário de S. Paulo	SP	39.198	1%
29	Aqui	PE	39.074	0%
30	Na hora H	DF	35.012	104%
31	Aqui	MG	33.113	-8%
32	Aqui	DF	32.827	-1%
33	Folha de Londrina	PR	32.394	-2%
34	Hora de Santa Catarina	SC	32.061	11%
35	Diário do Nordeste	CE	31.577	-5%
36	Correio Popular	SP	31.485	-2%
37	O Popular	GO	30.986	-3%
38	Pioneiro	RS	27.300	0%
39	A Gazeta	ES	26.770	0%
40	Diário do Pará	PA	25.522	-2%
41	Notícia Agora	ES	25.325	-6%
42	Cruzeiro do Sul	SP	24.774	-3%
43	Gazeta de Piracicaba	SP	24.558	6%
44	Diário de Pernambuco	PE	24.243	-2%
45	Hoje em Dia	MG	23.290	-14%
46	Jornal de Piracicaba	SP	22.201	2%
47	Massa	BA	21.957	9%
48	O Povo	CE	21.897	-6%
49	Notícia Já	SP	21.887	-1%
50	Diário da Região	SP	20.767	2%

Fonte: Instituto Verificador de Circulação (IVC) – circulação média diária no período de jan a dez década ano correspondente.

Site: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>

ANEXO E – Classificação econômica da mídia

Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) 2011

Dados com base no Levantamento Sócio Econômico 2009 – IBOPE

“O Critério de Classificação Econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado definida abaixo é de classes econômicas.”

Posse de itens

	Quantidade de Itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	1	2	3	4
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	4	5	6	7
Automóvel	0	4	7	9	9
Empregada mensalista	0	3	4	4	4
Máquina de lavar	0	2	2	2	2
Videocassete e/ou DVD	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	2	2	2	2

Grau de Instrução do chefe de família

Nomenclatura Antiga	Nomenclatura Atual	
Analfabeto/ Primário incompleto	Analfabeto/ Até 3ª série Fundamental/ Até 3ª série 1º. Grau	0
Primário completo/ Ginasial incompleto	Até 4ª série Fundamental / Até 4ª série 1º. Grau	1
Ginasial completo/ Colegial incompleto	Fundamental completo/ 1º. Grau completo	2
Colegial completo/ Superior incompleto	Médio completo/ 2º. Grau completo	4
Superior completo	Superior completo	8

CORTES DO CRITÉRIO BRASIL

Classe	Pontos
A1	42 - 46
A2	35 - 41
B1	29 - 34
B2	23 - 28
C1	18 - 22
C2	14 - 17
D	8 - 13
E	0 - 7

RENDA FAMILIAR POR CLASSES

Classe	Pontos	Renda média familiar (Valor Bruto em R\$)
		2009
A1	42 a 46	11.480
A2	35 a 41	8.295
B1	29 a 34	4.754
B2	23 a 28	2.656
C1	18 a 22	1.459
C2	14 a 17	962
D	8 a 13	680
E	0 a 7	415

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR REGIÃO METROPOLITANA**2009**

CLASSE	Gde. FORT	Gde. REC	Gde. SALV	Gde. BH	Gde. RJ	Gde. SP	Gde. CUR	Gde. POA	DF	Total Brasil
A1	0,2%	0,6%	0,5%	0,6%	0,2%	0,4%	0,4%	0,2%	1,9%	0,5%
A2	2,3%	1,6%	2,3%	5,1%	3,0%	4,6%	6,2%	4,8%	7,2%	4,0%
B1	6,3%	4,6%	6,1%	7,8%	7,7%	11,0%	12,9%	9,4%	14,1%	9,1%
B2	8,7%	10,9%	13,4%	17,5%	18,9%	23,3%	23,5%	20,7%	22,0%	19,3%
C1	17,1%	17,9%	19,2%	25,8%	28,9%	28,0%	24,4%	27,0%	22,3%	25,6%
C2	28,5%	29,5%	33,1%	23,1%	23,8%	20,1%	18,7%	23,2%	19,8%	23,2%
D	31,8%	30,8%	23,3%	19,7%	17,2%	12,1%	13,2%	13,3%	12,6%	17,1%
E	5,1%	4,1%	2,2%	0,5%	0,3%	0,5%	0,9%	1,5%	0,3%	1,1%